TC N.º 2085/026/2001

ANEXO IV

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
68
JURÍDICO

CONTRATO N.º 008/2.000

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIENTAÇÃO ASFÁLTICA, TAPA BURACOS, COM EXECUÇÃO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL (CBUQ).

A **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA**, situada a Alameda Maurício de Nassau, 444, na cidade de Holambra, Estado de São Paulo, com CGC n.º 67.172.437/0001-83, neste ato representada pelo Sr. **ANTÔNIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA** que este subscreve, daqui para frente denominada simplesmente *CONTRATANTE*, e a Empresa COMÉRCIO TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO GARCIA LTDA, inscrita no C.N.P.J. n.º 49.401.052/0001-690, e Inscrição Estadual n.º 417.039.051.117, com sede à Rua: Pedro Belon, n.º 42, Jardim Rosa Marrafon Luccas, no município de Limeira ,representada pelo Seu Sócio - Gerente o Sr. ANTÔNIO APARECIDO GARCIA portador da cédula de identidade R.G. N.º7.258.57/SP e C.P.F. N.º 848.559.088-00 que também subscreve, doravante denominada de *CONTRATADA*, têm entre si justo e contratada para prestação de serviço de pavimentação asfáltica, tapa buracos, com execução de mão de obra e material (CBUQ). por força do Convite n.º 006/2.000, que regerá pelas cláusulas e condições seguintes

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

Contrataçao de Empresa especializada para execução de obras e serviços de pavimentação asfáltica, tapa buracos, com execução de mão de obra e material (CBUQ) Concreto Betuminoso Usinado a Quente de aproximadamente 600 M3
Setor: Ruas e Logradouros Públicos

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução do presente CONTRATO é de Prestação de Serviços por menor preço Global.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR DO CONTRATO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O valor total do presente Contrato é de R$ 102.000,00 (cento e dois mil reais), sendo que o pagamento será com medição quinzenal com 05 dias para pagamento.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 00

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
JURÍDICO
69

Parágrafo I - A conferência das horas trabalhadas, a que se refere esta CLAUSULA serão procedidas em conjunto pela fiscalização da Contratante juntamente com a Contratada.

Parágrafo II - Os valores supra referidos não poderão ser reajustados, conforme estipulado no Convite n.º 006/2.000, bem como de conformidade com a Legislação Federal.

CLÂUSULA QUARTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

O prazo de início dos serviços será, após assinatura do Contrato, ou após emissão da ordem de serviço, sendo o prazo de execução dos serviços em até 12 (doze) meses.

CLÂUSULA QUINTA - DO CRÉDITO

As despesas decorrentes desse instrumento correrão por conta da seguinte dotação consignada no orçamento:

Código - 4110
08.06 - 10585751.059.000

Setor: Ruas e Logradouros Públicos

CLÂUSULA SEXTA - DAS GARANTIAS

A contratante dispensa a garantia em virtude da natureza da contratação ora ajustada e nos termos do art.56 "caput" da Lei 8.666/93.

CLÂUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA FICA OBRIGADA:

a) Fornecer todo material e a mão de Obra acrescida dos encargos sociais, trabalhistas e previdenciarios, necessário a execução do presente.

b) Fornecer todos os equipamentos necessários a execução dos serviços, incluindo a mão de obra de operar e manutenção:

c) Arcar com as despesas sobre todos os tributos, incidentes sobre os materiais e serviços;

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 01/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
JURÍDICO

d) Cargas, transportes, deslocamento, descarga de materiais de fornecimento da Contratante.

e) Higiene, segurança e medicina do Trabalho.

f) A CONTRATADA será única responsável para com os empregados e auxiliares, no que concerne ao cumprimento da Legislação trabalhista, previdência Social, Seguro de Acidentes do trabalho ou qualquer outros encargos previstos na Legislação Federal.

Parágrafo I - A contratada responsabiliza-se integralmente pelos serviços executados nos termos da legislação pertinente.

Parágrafo II - A Contratada compromete-se ainda, a refazer quaisquer serviços que apresentem erros, imperícias ou que tenham sido executados em desacordo com as especificações.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para a realização dos serviços, a contratante obrigar-se-á:
a) Fornecer elementos suficientes e necessários á execução dos serviços contratado;

b) Efetuar os pagamentos devidos de acordo com o estipulado no Contrato.

CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

O objeto da presente Licitação será recebida pelo responsável e seu acompanhante designados pela Contratante, mediante termo circunstanciado, o qual será assinados pelas partes dentro de quinze dias contados da data de comunicação escrita de seu término, sendo verificado o cumprimento das exigências.

CLAUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Contratante nos termos do art.78 incisos I a XII e XVII da Lei 8666/93, amigavelmente pelas partes, por acordo reduzido a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para a Contratante, e ainda judicialmente nos termos da Lei.

Parágrafo I - O presente Contrato poderá ser rescindido pela Contratada somente mediante decisão Judicial.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 04 / 11 / 02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
72
JURÍDICO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Correrá sob inteira responsabilidade da Contratada a adoção das medidas de segurança necessárias á execução dos serviços, preservação dos bens pessoais e interesses da Prefeitura e de Terceiros.

Parágrafo - I Será de sua inteira responsabilidade também, o pagamento de todo e qualquer dano que causar dentro e fora dos limites da execução dos serviços, devendo o mesmo ser feito diretamente pela própria contratada ,mesmo que haja transferido esses encargos à Companhia Seguradora.

Parágrafo - II A ocorrência de reclamações consideradas procedentes pela Contratante, acarretar-lhe-à o direito de reter o pagamento à Contratada, na proporção dos prejuízos verificados.

Parágrafo - III Na hipótese de danos coberto por este Contrato a funcionários da Prefeitura, por culpa da Contratada , bem como materiais e/ou equipamentos da Prefeitura ou de terceiros, por culpa da Contratada, os mesmos deverão ser repostos, às suas expensas, ou ressarcidos, e neste caso acrescidos da taxa de 20%(vinte por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO SUPORTE LEGAL

O presente instrumento é regido pelas disposições constantes da Lei n.º8.666/93, e demais legislações pertinentes, bem como pela Lei 8.883/94 , e demais legislações, bem como pela Carta Convite n.º 006/2.000, firmado os casos omissos submetidos a tais disposições.

CLAUSULA DECIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

O presente instrumento está vinculado ao seu instrumento convocatório, nos termos da Lei, ficando as partes vinculadas ao mesmo.

A CONTRATANTE reserva-se ainda no direito de recusar todo e qualquer serviço que não atender as especificações, ou que sejam considerados inadequados pela fiscalização.

Parágrafo único: O contratado fica obrigado a manter durante toda a execução do contrato, todas as condições assumidas para habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
73
JURÍDICO

CLAUSULA DECIMA SEXTA - DO FORO

As partes elegem, desde já, explicitamente, o foro da Comarca de Mogi-Mirim, para deslinde de qualquer questão que eventualmente surjam por força do presente Contrato.

E por estarem, justas e contratadas, assinam as partes este Contrato em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Holambra, 02 de Fevereiro de 2.000

PREFEITURA MUNICIPAL DA EST. TURIST. DE HOLAMBRA
ANTÔNIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
CONTRATANTE

CONTRATADO
COMÉRCIO TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO GARCIA LTDA.
ANTÔNIO APARECIDO GARCIA

Testemunhas:

1-
ANTONIO DE SOUZA FRANCO
R.G 2.233.775

2-
MANOEL EVANDO DA SILVA
R.G. 7.418.112

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

(Cidade das Flores)

AL. MAURÍCIO DE NASSAU, 444 - FONES (19) 3820-1321
3820-1322 - CEP 13825-000 - HOLAMBRA - SP
C.N.P.J.: 67.172.437/0001-83

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
75
JURÍDICO

NOTA DE EMPENHO

DEPARTAMENTO DA FAZENDA
DIVISÃO DA DESPESA

Nº DO EMPENHO / TIPO	RECURSO
000675/2000 Ordinario	Orçamentario

ÓRGÃO: 08 SERVICOS MUNICIPAIS
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06 RUAS E LOGRADOUROS PUBLICOS
DOTAÇÃO: 10585751.059000.4110.00.00.00 Obras e Instalacoes
Nº CONTA: 187

CREDOR: 83 COM.TERRAPL.PAVIMENTACAO GARCIA LTDA
ENDEREÇO: Cap.Manoel F.Camargo,n.217 | FONE: (0194)51-9134 | CIDADE: Limeira | SP

LICITAÇÃO	NÚMERO	SOLICITAÇÃO	PROC. COMPRA	EMISSÃO	VENCIMENTO
Convite	006/2000	492/2000		02.02.2000	02.02.2000

VALOR ORÇADO	SALDO ANTERIOR	VALOR DO EMPENHO	SALDO ATUAL
150.000,00	146.984,00	102.000,00	44.984,00

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	un	Contratacao de empresa especializada para a execucao de obras e servicos de pavimentacao asfaltica, tapa buracos, com execucao de mao de obra e material(CBUQ) Concreto Betuminoso Usinado a Quente, de aproximadamente 600m3, conf.convite n.006/2000.....	102000,00	102000,00
			TOTAL GERAL		102.000,00

RESPONSÁVEL PELO EMPENHO	SEÇÃO DE FINANÇAS	PAGUE-SE
Wilma Zanatta Mazzer Téc. Contábil – CRC 1SP 118420/O-1 ASSINATURA	ART. CX. Nº _____ CHEQUE Nº _____ BANCO _____ TESOUREIRO	DATA _____/_____/_____ PREFEITO MUNICIPAL

RECIBO

DECLARO(AMOS) PARA OS DEVIDOS FINS, QUE RECEBI(EMOS) A IMPORTÂNCIA DESTA GUIA DE PAGAMENTO, CORRESPONDENTE AO ACIMA DESCRITO, E PELA QUAL DOU(AMOS) PLENA E IRREVOGÁVEL QUITAÇÃO.

HOLAMBRA, _____/_____/_____ _____ ASSINATURA

ANOTAÇÕES

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

(Cidade das Flores)

AL. MAURÍCIO DE NASSAU, 444 - FONES (19) 3820-1321
3820-1322 - CEP 13825-000 - HOLAMBRA - SP
C.N.P.J.: 67.172.437/0001-83

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
80
JURÍDICO

NOTA DE EMPENHO

DEPARTAMENTO DA FAZENDA
DIVISÃO DA DESPESA

Nº DO EMPENHO / TIPO: 000675/00 Anulacao
RECURSO:

ÓRGÃO: 08 SERVICOS MUNICIPAIS
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06 RUAS E LOGRADOUROS PUBLICOS
DOTAÇÃO: 1251.059000.411 .00.00.00 Obras e Instalacoes
Nº CONTA: 182

CREDOR: 83 COM.TERRAPL.PAVIMENTACAO GARCIA LTDA Opo . 00000
ENDEREÇO: Marcel E.Camargo,n.217
FONE: (0**19)51-2134
CIDADE: Artur
UF: SP

LICITAÇÃO	NÚMERO	SOLICITAÇÃO	PROC. COMPRA	EMISSÃO	VENCIMENTO
Convite	006/2000	492/2000		31.10.00	31.10.00

VALOR ORÇADO	SALDO ANTERIOR	VALOR DO EMPENHO	SALDO ATUAL
250.504,94		62.123,10	62.004,94

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	un	Contratacao de empresa especializada para a execucao de obras e servicos de pavimentacao asfaltica,tapa buracos,com execucao de mao de obra e material(CBUQ)Concreto Betuminoso Usinado a Quente de aproximadamente 600m3,conforme convite n.006/2000.....	62.123,10	62.123,10

TOTAL GERAL 62.123,10

RESPONSÁVEL PELO EMPENHO

Wilma Zoboli Mazzer
Téc. Contábil CRC 1SP 118420/O-1

ASSINATURA

SEÇÃO DE FINANÇAS

ART. CX. Nº
CHEQUE Nº
BANCO

TESOUREIRO

PAGUE-SE

DATA ____/____/____

PREFEITO MUNICIPAL

RECIBO

DECLARO(AMOS) PARA OS DEVIDOS FINS, QUE RECEBI(EMOS) A IMPORTÂNCIA DESTA GUIA DE PAGAMENTO, CORRESPONDENTE AO ACIMA DESCRITO, E PELA QUAL DOU(AMOS) PLENA E IRREVOGÁVEL QUITAÇÃO.

HOLAMBRA, ____/____/____

ASSINATURA

ANOTAÇÕES

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA — 24

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 008/00

Pelo presente instrumento particular de Aditamento, de um lado como a **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA**, situada a Alameda Maurício de Nassau, 444, na cidade de Holambra, Estado de São Paulo, com CGC n.º 67.172.437/0001-83, neste ato representada pelo Sr. CELSO CAPATO que este subscreve, daqui para frente denominada simplesmente *CONTRATANTE,* e a Empresa COMÉRCIO TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO GARCIA LTDA, inscrita no C.N.P.J. n.º 49.401.052/0001-690, e Inscrição Estadual n.º 417.039.051.117, com sede à Rua: Pedro Belon, n.º 42, Jardim Rosa Marrafon Luccas, no município de Limeira ,representada pelo Seu Sócio - Gerente o Sr. ANTÔNIO APARECIDO GARCIA portador da cédula de identidade R.G. N.º7.258.57/SP e C.P.F. N.º 848.559.088-00 que também subscreve, doravante denominada de *CONTRATADA,* têm entre si justo justo e acordado a prorrogação do Contrato N.º 008/200 para prestação de serviço de pavimentação asfáltica, tapa buracos, com execução de mão de obra e material (CBUQ). por força do Convite n.º 006/2.000, que regerá pelas cláusulas e condições seguintes

CLAUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado por este instrumento o Contrato n.º 008/200 cujo objeto é a execução de obras e serviços de pavimentação asfáltica, tapa buracos, com execução de mão de obra e material (CBUQ) Concreto Betuminoso Usinado a Quente de aproximadamente 600 M3, prevalecendo toda as demais condições convencionadas no referido instrumento contratual.

CLAUSULA SEGUNDA

Será reempenhado o valor de R$ 62.123,10 (Sessenta e dois mil, cento e vinte e três reais e dez centavos), sendo que pagamento será efetuado após a execucação dos serviços, de acordo com a fiscalização feita pela administração

CLÁUSULA TERCEIRA

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA HOLAMBRA 25

Os serviços deverão ser iniciados conforme pedido, sendo o prazo de *execução até 31/12/2001.*

CLÁUSULA QUARTA

As despesas decorrentes desse Instrumento, correrão por conta da seguinte dotação consignada no orçamento vigente do ano :
Código: 8.6 – Ruas e Logradouros
4110- *10603281.060000*

CLÁUSULA QUINTA

As partes elegem, desde já, explicitamente, o foro da Comarca de Mogi Mirim, para deslinde de qualquer questão que eventualmente surjam por força do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes este contrato em 3 (três) vias de igual teor, na presença das testemunha abaixo.

Holambra, 15 de janeiro de 2.001.

CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DA EST. TURÍST.DE HOLAMBRA
CELSO CAPATO

CONTRATADA:
ANTÔNIO APARECIDO GARCIA

TESTEMUNHAS

MANOEL EVANDRO DA SILVA
DIRETOR DE OBRAS
RG. 7.418.112 SSP

Reginaldo Lima da Silva Gomes
RG. 24.756.049-2

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 01 / 11 / 02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (19) 3802-1321 / 3802-1322
C.N.P.J. Nº 67.172.437/0001-83

No Empenho .: 2001/003099 Global Recurso Orcamentario
Orgao .....: 8 SERVICOS MUNICIPAIS Objeto Despesa: 28 OBRAS
Unidade ....: 6 RUAS E LOGRADOUROS PUBLICOS
Dotacao ....: 10585751.057000.4.1.1.0.00.00 Obras e Instalacoes 150

Credor .....: 83 COM.TERRAPL.PAVIMENTACAO GARCIA LTDA
Endereco ...: Travessa Manoel Moreira,150 Fone ..: (0194)51-9134
Cidade .....: Suzano SP

Licitacao ..: Dispensada por Limite Numero ..: Data Homologacao :
Solicitacao : Data Convenio .....:
Proc.Compra : No Contrato .....: 008/2000
Emissao ....: 31.05.2001

---------- Valores ----------
Empenhado ..: 62.123,10
Anulado ....: 0,00
Liquidado ..: 62.123,10
A Liquidar .: 0,00
Pago .....: 35.317,50
A Pagar ....: 26.805,60

Item	Qtde	Unid	Especificacao	Preco Unitario
1	1,0000		ADITAMENTO DO CONTRATO N.008/2000	62.123,10

---------- Movimentacao ----------

Data	Historico	No e Data do Documento	Empenho Contrapartida		Valor
31.05.01	Empenho Global		2001/003099		62.123,10
Liquidado no Mes .: 0,00	Anulado no Mes ...: 0,00		Pago no Mes .....: 0,00		
06.06.01	Subempenho		0001/003099		20.026,00
20.06.01	Pagamento de Subempenho Ch. 0000575	575	0001/003099	152 NCNB C/ I.C.M.S.	10.000,00
25.06.01	Subempenho		0002/003099		15.291,50
Liquidado no Mes .: 35.317,50	Anulado no Mes ...: 0,00		Pago no Mes .....: 10.000,00		
02.07.01	Pagamento de Subempenho Ch. 0850355	850355	0001/003099	4 BRASIL C/ MOVIMENTO	2.135,04
10.07.01	Pagamento de Subempenho Ch. 0308371	308371	0001/003099	4 BRASIL C/ MOVIMENTO	7.890,96
31.07.01	Pagamento de Subempenho Ch. 0000156	156	0002/003099	99 NCNB C/ MOVIMENTO	3.428,87
Liquidado no Mes .: 0,00	Anulado no Mes ...: 0,00		Pago no Mes .....: 13.454,87		
03.08.01	Pagamento de Subempenho Ch. 0000820	820	0002/003099	152 NCNB C/ I.C.M.S.	11.862,63
Liquidado no Mes .: 0,00	Anulado no Mes ...: 0,00		Pago no Mes .....: 11.862,63		
04.09.01	Subempenho		0003/003099		8.800,90
25.09.01	Subempenho		0004/003099		4.520,30
Liquidado no Mes .: 13.321,20	Anulado no Mes ...: 0,00		Pago no Mes .....: 0,00		

16.10.01 Subempenho			0005/003099		11.464,80
Liquidado no Mes .:	11.464,80	Anulado no Mes ...:	0,00	Pago no Mes .....:	0,00
05.11.01 Subempenho			0006/003099		1.009,80
Liquidado no Mes .:	1.009,80	Anulado no Mes ...:	0,00	Pago no Mes .....:	0,00
28.12.01 Subempenho			0007/003099		1.009,80
Liquidado no Mes .:	1.009,80	Anulado no Mes ...:	0,00	Pago no Mes .....:	0,00

LEI Nº 09/93

DEFINE OS CASOS DE ADIANTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO** do Município de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei: -

Artigo 1º - Fica instituído no Poder Público Municipal, nos termos desta lei, o Regime de Adiantamento de Numerário a servidor, conforme estabelecido no artigo 68, da Lei Federal nº 4.320/64, para cobertura de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Artigo 2º - Consideram-se despesas em regime de adiantamento as compreendidas nos seguintes casos:

a) - Despesas extraordinárias e urgentes que não comportem delonga na realização do pagamento;

b) - Despesas que tenham de ser efetuadas fora da sede que não possam subordinar ao regime normal de empenho;

c) - Despesas com alimentação de servidores público quando a serviço fora do município;

d) - Despesas com combustível, consertos de urgência em veículos públicos e diárias quando em viagem a serviço fora da sede.

Artigo 3º - Serão beneficiados pelo adiantamento o Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Chefe de Gabinete, Diretores de Departamento e Divisões, Chefias de Serviços, motoristas de Gabinete e Ambulância, funcionários designados para serviço externos.

Parágrafo Único - Nos demais casos, quando expressamente autorizados pelo Chefe do Executivo.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Artigo 4º - Os adiantamentos concedidos a qualquer dos agentes enumerados no Artigo 3º, com exceção do Chefe do Executivo, Vice-Prefeito, Chefe de Gabinete, e Chefias de Departamento e Divisões, serão requisitados pelos titulares das unidades administrativas ao Chefe do Executivo ou a quem este delegar competência.

Parágrafo Único - Não se concederá adiantamento a qualquer dos agentes em alcance, nem a responsável por dois adiantamento.

Artigo 5º - A requisição de adiantamento deve indicar:

a) A soma a adiantar, em algarismo e por extenso;

b) O nome e o cargo do agente a quem deve ser feito o adiantamento;

c) - O órgão e a unidade executora;

d) - As dotações orçamentárias por onde devem correr as despesas e o respectivo exercício financeiro;

e) - O período de sua aplicação e, tanto quanto possível, a despesa a que se destina o adiantamento, nos termos do artigo 1º.

Artigo 6º - Para cada adiantamento serão retiradas tantas notas de empenho quantas forem as rubricas (elementos ou subelementos) das despesas constantes da requisição.

Artigo 7º - Os pagamentos efetuados a conta de adiantamento serão realizados através de cheques nominais.

Artigo 8º - A comprovação da aplicação de adiantamento deverá ser apresentada a Diretoria de Finanças, nos prazos estabelecidos na requisição, os quais não poderão exceder a 30 (trinta) dias a contar do recebimento do numerário.

Artigo 9º - O adiantamento terá como limite máximo a importância correspondente a 30 U.P.C.

Artigo 10 - A Diretoria de Finanças através de seu servidor de contabilidade, examinará no prazo máximo de 10 (dez) dias, os documentos de despesas sob o aspecto legal e aritmético, e emitirá parecer técnico do exame procedido.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Parágrafo Único - Havendo qualquer irregularidade na prestação de contas apresentadas, o responsável terá prazo de 10 (dez) dias para justificar o ato impugnado, ou recolher a importância devida.

Artigo 11 - Ocorrendo caso previsto no Parágrafo Único, do Artigo 10, o processo de prestação de contas será remetido ao Chefe do Executivo, no prazo de 05 (cinco) dias, no máximo, para julgamento.

Artigo 12 - Julgadas as prestações de contas, serão as mesmas remetidas a Diretoria de Finanças para encaminhamento ao serviço de contabilidade para que proceda a baixa da responsabilidade ou debite o responsável pelas importâncias constatadas irregulares.

Artigo 13 - As despesas até 5 U.P.C., para as quais não seja possível obter recibos, serão individualizadas em relação especial, onde conste sua especificação.

Artigo 14 - Os saldos de adiantamento não aplicados até 31 de dezembro, serão obrigatoriamente recolhidos a Tesouraria da Prefeitura até aquela data.

Parágrafo Único - Recolhido o saldo, a prestação de contas poderá ser efetuada até 31 de Janeiro do exercício seguinte.

Artigo 15 - Não cumprido o prazo fixado no Artigo 8º, a Diretoria de Finanças, dentro de 10 (dez) dias, instaurará o respectivo processo para decisão do Prefeito, para aplicação da penalidade a que estiver sujeito.

Artigo 16 - O responsável que deixar de fazer a prestação de contas do adiantamento, ou deixar de recolher o saldo não aplicado dentro dos prazos determinados, ficará sujeito a multa de 10% (dez por cento) sobre o total do adiantamento, acrescido da correção monetária calculada pro rata die, salvo caso de força maior devidamente comprovada.

Artigo 17 - Se, apesar de multado, o responsável não fizer a prestação de contas até 30 (trinta) dias após o término dos respectivos prazos estabelecidos nesta Lei, ou deixar de recolher as parcelas julgadas irregulares, o mesmo será considerado em alcance e inscrito em dívida ativa, promovendo-se contra ele a cobrança executiva, sem prejuízo das sansões previstas na legislação penal e trabalhistas.

Artigo 18 - A presente Lei é extensiva ao Poder Legislativo, cabendo aos seu Presidente, no âmbito de sua alçada, todos os atos aqui atribuídos ao Chefe do Executivo.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Artigo 19 - O Regime de adiantamento previsto nesta lei não dispensa a observação das normas instituídas para as licitações.

Artigo 20 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 21 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 09 de Março de 1993.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicada, por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/82

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

INTERESSADO	IMPORTÂNCIA
FERNANDO FIORI GODOI	R$ 890,00

REQUISIÇÃO Nº	4254/2001	COMPRAS
EMPENHO Nº	6117/2001	CONTABILIDADE

TESOURARIA

DATA DO PAGAMENTO _____

Prefeitura HOLAMBRA
TESOURARIA
19 OUT 2001

DOCUMENTO Nº 850229 Brasil 4 F.V.M.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

(Cidade das Flores)

AL. MAURÍCIO DE NASSAU, 444 - FONES (19) 3802-1321
3802-1322 - CEP 13825-000 - HOLAMBRA - SP
C.N.P.J.: 67.172.437/0001-83

DEPARTAMENTO DA FAZENDA
DIVISÃO DA DESPESA

NOTA DE EMPENHO

Nº DO EMPENHO / TIPO	RECURSO
006117/ 1 Ordinario	Orcamentario

ÓRGÃO: 06 SAUDE E SANEAMENTO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 SAUDE
DOTAÇÃO: 10.301.4282.024000.313 .00.00.006Outros Servicos e Encargos
Nº CONTA: 128
CREDOR: 3129 FERNANDO FIORI GODOI
ENDEREÇO:
FONE:
CIDADE: 000

LICITAÇÃO	NÚMERO	SOLICITAÇÃO	PROC. COMPRA	EMISSÃO	VENCIMENTO
Dispensada por Limit		4254/2001		08.10.01	08.10.01

VALOR ORÇADO	SALDO ANTERIOR	VALOR DO EMPENHO	SALDO ATUAL
180.000,00		890,00	25.353,05

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	1		ADIANTAMENTO DE VIAGEM CONFORME LEI N.009/93 ALTERADA P/LEI N.202/95	890,00	890,00
			TOTAL GERAL		890,00

Marina Paes
Coordenadora Administrativa
R.G. 30.219.685-7

Wilma Zanatta Mazzer
Téc. Contábil CRC 1SP 118420/O-1

ASSINATURA

ART. CX. Nº
CHEQUE Nº
BANCO

Izildinha Ap. Guidotti
Tesoureira
TESOUREIRO

PAGUE-SE

DATA 17/10/001

Celso Capato
Prefeito Municipal
PREFEITO MUNICIPAL

RECIBO

DECLARO(AMOS) PARA OS DEVIDOS FINS, QUE RECEBI(EMOS) A IMPORTÂNCIA DESTA GUIA DE PAGAMENTO, CORRESPONDENTE AO ACIMA DESCRITO, E PELA QUAL DOU(AMOS) PLENA E IRREVOGÁVEL QUITAÇÃO.

HOLAMBRA, 17/10/001

Fernando Fiori de Godoy 17664396
ASSINATURA

ANOTAÇÕES

Confere com o original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Cidade das Flores

AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 - FONES (019) 3802-1321

CEP - 13825-000 - HOLAMBRA - SP

C.G.C. 67.172.437/0001-83

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

SOLICITAÇÃO DE EMPENHO **4254 / 2001**

CREDOR: **3129 - Fernando Fiori de Godoi**

ENDEREÇO: Nº:

CIDADE: UF:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: À vista

PRAZO DE ENTREGA: :Imediato

PROCESSO Nº 4254 / 2001

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	VL UNIT	VL TOTAL
1	1,00	UN	Adiantamento de viagem conforme lei nº 009/93 alterada p/ lei nº 202/95	890,00	890,00
				TOTAL	890,00

129

SETOR: SAUDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS HOLAMBRA, 08/Outubro/2001

Iran D. Brunhani
Chefe Div. Compras

Confere com o Origina
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

RELATÓRIO DE DESPESAS DE VIAGEM

NOME: FERNANDO FIORI GODOI

SETOR: SAÚDE

ADIANTAMENTO PARA DESPESAS DE VIAGEM E DE PRONTO PAGAMENTO

EMPENHO N.º 6117/2001

VALOR RECEBIDO EM: 19/10/2001

VALOR RECEBIDO: R$ 890,00

PRESTAÇÃO DE CONTAS: R$ 892,87

RELAÇÃO DE DESPESAS				
DATA	**NOTA**	**GASTOS COM**	**VIAGEM A**	**VALOR**
08/10/01	4390571	PEDÁGIO	CURSO GESTORES - BRAGANÇA PAULISTA	3,90
08/10/01	4312887	PEDÁGIO	CURSO GESTORES - BRAGANÇA PAULISTA	3,90
08/10/01	116352	COMBUSTÍVEL	CURSO GESTORES - BRAGANÇA PAULISTA	72,01
08/10/01	4115836	PEDÁGIO	REUNIÃO CAMP. VACIN. RUBÉOLA - SOCORRO	3,90
08/10/01	4363817	PEDÁGIO	REUNIÃO CAMP. VACIN. RUBÉOLA - SOCORRO	3,90
08/10/01	3090	COMBUSTÍVEL	REUNIÃO CAMP. VACIN. RUBÉOLA - SOCORRO	60,00
09/10/01	426488	PEDÁGIO	REUNIÃO UNICAMP (TESTE PEZINHO) - CAMPINAS	1,90
09/10/01	609891	PEDÁGIO	REUNIÃO UNICAMP (TESTE PEZINHO) - CAMPINAS	1,90
09/10/01	12619	COMBUSTÍVEL	REUNIÃO UNICAMP (TESTE PEZINHO) - CAMPINAS	40,00
09/10/01	18647	REFEIÇÃO	REUNIÃO UNICAMP (TESTE PEZINHO) - CAMPINAS	33,33
10/10/01	4257378	PEDÁGIO	CURSO GESTORES - CAMPINAS	3,90
10/10/01	-	PEDÁGIO	CURSO GESTORES - CAMPINAS	3,90
10/10/01	5883	REFEIÇÃO	CURSO GESTORES - CAMPINAS	15,00
17/10/01	32751	COMBUSTÍVEL	REUNIÃO DIR (PPI) - CAMPINAS	50,00
17/10/01	396936	PEDÁGIO	REUNIÃO DIR (PPI) - CAMPINAS	1,90
17/10/01	622084	PEDÁGIO	REUNIÃO DIR (PPI) - CAMPINAS	1,90
18/10/01	3311	COMBUSTÍVEL	REUNIÃO SEMANA ODONTOLÓGICA - MOGI MIRIM	71,01
18/10/01	21993	PEDÁGIO	REUNIÃO SEMANA ODONTOLÓGICA - MOGI MIRIM	1,90
18/10/01	289761	PEDÁGIO	REUNIÃO SEMANA ODONTOLÓGICA - MOGI MIRIM	1,90
19/10/01	290396	PEDÁGIO	REUNIÃO CONSÓRCIO MOGI MIRIM	1,90
19/10/01	398986	PEDÁGIO	REUNIÃO CONSÓRCIO MOGI MIRIM	1,90
19/10/01	32949	COMBUSTÍVEL	REUNIÃO CONSÓRCIO MOGI MIRIM	50,00
25/10/01	11691	PEDÁGIO	REUNIÃO ANATOPATOLÓGICO - CAMPINAS	3,90
25/10/01	12100	PEDÁGIO	REUNIÃO ANATOPATOLÓGICO - CAMPINAS	3,90
25/10/01	4728	COMBUSTÍVEL	REUNIÃO ANATOPATOLÓGICO - CAMPINAS	30,01
27/10/01	14797	PEDÁGIO	CURSO GESTORES - CAMPINAS	3,90
27/10/01	3908499	PEDÁGIO	CURSO GESTORES - CAMPINAS	3,90
27/10/01	95441	COMBUSTÍVEL	CURSO GESTORES - CAMPINAS	30,01
29/10/01	16312	PEDÁGIO	REUNIÃO CONSÓRCIO - CAMPINAS	3,90
29/10/01	10887	PEDÁGIO	REUNIÃO CONSÓRCIO - CAMPINAS	3,90
29/10/01	11274	REFEIÇÃO	REUNIÃO CONSÓRCIO - CAMPINAS	10,40
29/10/01	551058	COMBUSTÍVEL	REUNIÃO CONSÓRCIO - CAMPINAS	23,00
30/10/01	410600	PEDÁGIO	TREINAMENTO SIAB - MOGI MIRIM	1,90
30/10/01	300898	PEDÁGIO	TREINAMENTO SIAB - MOGI MIRIM	1,90
30/10/01	33942	COMBUSTÍVEL	TREINAMENTO SIAB - MOGI MIRIM	70,00
31/10/01	39127	REFEIÇÃO	TREINAMENTO SIAB - MOGI MIRIM	4,50

Confere com
Prefeitura Munici
Holambra 07/11/02

31/10/01	6720	COMBUSTÍVEL	REUNIÃO USF (EXAMES ALTA COMPL.) - SÃO PAULO	60,00
31/10/01	7004	REFEIÇÃO	REUNIÃO USF (EXAMES ALTA COMPL.) - SÃO PAULO	14,10
31/10/01	3910830	PEDÁGIO	REUNIÃO USF (EXAMES ALTA COMPL.) - SÃO PAULO	3,90
31/10/01	16805	PEDÁGIO	REUNIÃO USF (EXAMES ALTA COMPL.) - SÃO PAULO	3,90
01/11/01	37590	PEDÁGIO	REUNIÃO LABORATÓRIO CONVÊNIO - S.A. POSSE	1,90
01/11/01	34158	COMBUSTÍVEL	REUNIÃO LABORATÓRIO CONVÊNIO - S.A. POSSE	60,00
01/11/01	2687	REFEIÇÃO	REUNIÃO CONSÓRCIO JAGUARIÚNA	78,00
08/11/01	16729	REFEIÇÃO	CURSO GESTORES - CAMPINAS	46,00
			TOTAL	**892,87**

DECLARAÇÃO

Declaro haver recebido todos os materiais/serviços constantes deste relatório e assumo total responsabilidade pelas despesas efetuadas.

Estância Turística de Holambra, 08/11/2001..

FERNANDO FIORI GODOI

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

TESOURARIA

DATA DO PAGAMENTO

DOCUMENTO Nº

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

(Cidade das Flores)

AL. MAURÍCIO DE NASSAU, 444 - FONES (19) 3802-1321
3802-1322 - CEP 13825-000 - HOLAMBRA - SP
C.N.P.J.: 67.172.437/0001-83

DEPARTAMENTO DA FAZENDA
DIVISÃO DA DESPESA

NOTA DE EMPENHO

Nº DO EMPENHO / TIPO	RECURSO
002981 / 1 Ordinario	Orcamentario

ÓRGÃO: 06 SAUDE E SANEAMENTO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 SAUDE
DOTAÇÃO: 2.254282.024000.313 .00.00.005Outros Serviços e Encargos
Nº CONTA: 128

CREDOR: 3129 FERNANDO FIORI GODOI
ENDEREÇO: /
FONE:
CIDADE: 000

LICITAÇÃO	NUMERO	SOLICITAÇÃO	PROC. COMPRA	EMISSÃO	VENCIMENTO
Dispensada por limit		2124		28.05.01	28.05.01

VALOR ORÇADO	SALDO ANTERIOR	VALOR DO EMPENHO	SALDO ATUAL
120.000,00		890,00	44.585,29

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	1.		ADIANTAMENTO DE VIAGEM CONF. LEI N.9/93 ALTERADA P/ LEI N.202/95.	890,00	890,00

TOTAL GERAL 890,00

Marina Paes
Coordenadora Administrativa
R.G. 30.219.685-7
ASSINATURA

ART. CX. Nº
CHEQUE Nº
BANCO
Izildinha Ap. Guidotti
Tesoureiro
TESOUREIRO

PAGUE-SE
DATA 06/06/2001
Celso Capato
Prefeito Municipal
PREFEITO MUNICIPAL

RECIBO

DECLARO(AMOS) PARA OS DEVIDOS FINS, QUE RECEBI(EMOS) A IMPORTÂNCIA DESTA GUIA DE PAGAMENTO, CORRESPONDENTE AO ACIMA DESCRITO, E PELA QUAL DOU(AMOS) PLENA E IRREVOGÁVEL QUITAÇÃO.

HOLAMBRA, 06/06/01

Fernando Fiori de Godoi
ASSINATURA

ANOTAÇÕES

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 - FONES (019) 3802-1321
CEP - 13825-000 - HOLAMBRA - SP
C.G.C. 67.172.437/0001-83
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

SOLICITAÇÃO DE EMPENHO **2124 / 2001**

CREDOR: **3129 - Fernando Fiori de Godoi**

ENDEREÇO: Nº:

CIDADE: UF:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: À vista

PRAZO DE ENTREGA: :Imediato

PROCESSO Nº 2124 / 2001

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	VL UNIT	VL TOTAL
1	1,00	UN	Adiantamento de viagem conforme lei nº 009/93 alterada p/ lei nº 202/95	890,00	890,00
				TOTAL	890,00

128

SETOR: SAUDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS HOLAMBRA, 28/Maio/2001

Iran Daier Brunhani
Chefe Divisão Compras

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

RELATÓRIO DE DESPESAS DE VIAGEM

NOME: FERNANDO FIORI GODOI

SETOR: SAÚDE

ADIANTAMENTO PARA DESPESAS DE VIAGEM E DE PRONTO PAGAMENTO

EMPENHO N.º 2981/2001

VALOR RECEBIDO EM: 06/06/2001

VALOR RECEBIDO: R$ 890,00

PRESTAÇÃO DE CONTAS: R$ 892,54

RELAÇÃO DE DESPESAS				
ADIANTAMENTO TOMADO				
DATA	NOTA	GASTOS COM	VIAGEM A	VALOR
01/06/01	4099804	PEDÁGIO	DIR XX - CAMPINAS - NOAS	3,50
01/06/01	3708991	PEDÁGIO	DIR XX - CAMPINAS - NOAS	3,50
01/06/01	26490	COMBUSTÍVEL	DIR XX - CAMPINAS - NOAS	65,04
06/06/01	21492	COMBUSTÍVEL	H.M. ITAPIRA - U.T.I.	60,00
06/06/01	4155107	PEDÁGIO	CAMPINAS DIR XX MEDICAMENTOS FURP	3,50
06/06/01	3681653	PEDÁGIO	CAMPINAS DIR XX MEDICAMENTOS FURP	3,50
06/06/01	21491	COMBUSTÍVEL	CAMPINAS DIR XX MEDICAMENTOS FURP	50,00
07/06/01	152709	PEDÁGIO	H.M. ITAPIRA - U.T.I.	1,70
07/06/01	429900	PEDÁGIO	H.M. ITAPIRA - U.T.I.	1,70
08/06/01	4107137	PEDÁGIO	HORTOLANDIA GESTÃO MUNICIPAL	3,50
08/06/01	3715920	PEDÁGIO	HORTOLANDIA GESTÃO MUNICIPAL	3,50
08/06/01	17422	COMBUSTÍVEL	HORTOLANDIA GESTÃO MUNICIPAL	70,00
11/06/01	17895	COMBUSTÍVEL	A. NOGUEIRA CONVÊNIO VISA	25,00
13/06/01	22113	COMBUSTÍVEL	SERRA NEGRA ENC. REGIONAL PSF	60,00
18/06/01	22464	COMBUSTÍVEL	LIMEIRA CONVÊNIO HOSPITALAR	60,00
19/06/01	51988	COMBUSTÍVEL	ÁGUAS LINDÓIA CONSÓRCIO REGIONAL	60,00
20/06/01	22697	COMBUSTÍVEL	S.A.POSSE - REUNIÃO JURIDICO	60,00
21/06/01	152399	PEDÁGIO	CAMPINAS HC UNICAMP	3,50
21/06/01	3958133	PEDÁGIO	CAMPINAS HC UNICAMP	3,50
21/06/01	433	COMBUSTÍVEL	CAMPINAS HC UNICAMP	30,00
22/06/01	22889	COMBUSTÍVEL	M. GUAÇÚ EXAMES ALTA COMPLEXIDADE	60,00
25/06/01	3961108	PEDÁGIO	CAMPINAS DIR XX IMPLANTAÇÃO CARTÃO SVS	3,50
25/06/01	4285398	PEDÁGIO	CAMPINAS DIR XX IMPLANTAÇÃO CARTÃO SVS	3,50
25/06/01	23127	COMBUSTÍVEL	CAMPINAS DIR XX IMPLANTAÇÃO CARTÃO SVS	70,00
25/06/01	18103	REFEIÇÃO	CAMPINAS DIR XX IMPLANTAÇÃO CARTÃO SVS	34,10
26/06/01	23213	COMBUSTÍVEL	COSMÓPOLIS CONSÓRCIO REGIONAL	50,00
27/06/01	27867	COMBUSTÍVEL	S. ANT. POSSE CONVÊNIO LABORATÓRIO	30,00
28/06/01	49226	COMBUSTÍVEL	ÁGUAS LINDÓIA CONSÓRCIO REGIONAL	70,00
			TOTAL	892,54

DECLARAÇÃO

Declaro haver recebido todos os materiais/serviços constantes deste relatório e assumo total responsabilidade pelas despesas efetuadas.

Estância Turística de Holambra, 28/06/2001

FERNANDO FIORI GODOI

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

INTERESSADO	IMPORTÂNCIA
FERNANDO FIORI DE GODOI	R$ 890,00

REQUISIÇÃO Nº	2124/01	COMPRAS
EMPENHO Nº	2981/01	CONTABILIDADE

TESOURARIA

Prefeitura HOLAMBRA
06 JUN 2001

DATA DO PAGAMENTO _____

850287

DOCUMENTO Nº Brasil y mauri

Confere com o original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

INTERESSADO	IMPORTÂNCIA
NAGILA MARMA CHAIB LOTIERZO	R$ 890,00

REQUISIÇÃO Nº	3716/2001	COMPRAS
EMPENHO Nº	5332/2001	CONTABILIDADE

TESOURARIA

DATA DO PAGAMENTO 13 SET 2001

DOCUMENTO Nº Tesouraria

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

(Cidade das Flores)

AL. MAURÍCIO DE NASSAU, 444 - FONES (19) 3802-1321
3802-1322 - CEP 13825-000 - HOLAMBRA - SP
C.N.P.J.: 67.172.437/0001-83

DEPARTAMENTO DA FAZENDA
DIVISÃO DA DESPESA

NOTA DE EMPENHO

Nº DO EMPENHO / TIPO	RECURSO
0053327 1 Ordinario	01 Orcamentario

ÓRGÃO: 02 GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCI
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03 ADMINISTRACAO PESSOAL,MATERIAL E S
DOTAÇÃO: 03070212.004000.313 .00.00.0090utros Servicos e Encargos
Nº CONTA: 28

CREDOR: 347 NAGILA MARMA CHAIB LOTIERZO 000 0 . 0
ENDEREÇO: Campo de Pouso,s/n. FONE: (0192) 60-1321 CIDADE: Holambra SP

LICITAÇÃO	NÚMERO	SOLICITAÇÃO	PROC. COMPRA	EMISSÃO	VENCIMENTO
Dispensada por Limit		3716/2001		03.09.01	03.09.01

VALOR ORÇADO	SALDO ANTERIOR	VALOR DO EMPENHO	SALDO ATUAL
180.000,00		890,00	89.080,32

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
			ADIANTAMENTO DE VIAGEM CONF.LEI N.009/93 ALTERADA P/LEI N.202/95,	890,00	890,00

TOTAL GERAL 890,00

Marina Faes
Coordenadora Administrativa
R.G. 30.219.685-7

Wilma Zanatta Mazzer
Téc. Contábil CRC 1SP 118420/O-1
ASSINATURA

ART. CX. Nº
CHEQUE Nº
BANCO

Izildinha Ap. Guidotti
Tesoureira
TESOUREIRO

PAGUE-SE
DATA 13/09/001

Celso Capato
Prefeito Municipal
PREFEITO MUNICIPAL

RECIBO

DECLARO(AMOS) PARA OS DEVIDOS FINS, QUE RECEBI(EMOS) A IMPORTÂNCIA DESTA GUIA DE PAGAMENTO, CORRESPONDENTE AO ACIMA DESCRITO, E PELA QUAL DOU(AMOS) PLENA E IRREVOGÁVEL QUITAÇÃO.

HOLAMBRA, 13/09/01

ASSINATURA

ANOTAÇÕES

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

19/09/01	198	COMBUSTIVEL	FORUM/JAGUARIUNA/PEDREIRA	30,00
20/09/01	58107	COMBUSTIVEL	CART/IMOV/CART/EL/M. MIRIM	30,00
20/09/01	5031	REFEIÇÃO	CART/IMOV/CART/EL/M. MIRIM	10,00
20/09/01	18184	XEROX	CART/IMOV/CART/EL/M. MIRIM	16,30
21/09/01	30580	COMBUSTIVEL	PREF/POSTO SAUDE/S.A.POSSE	30,00
24/09/01	30816	COMBUSTIVEL	PREFEITURA/S. ANTONIO POSSE	30,00
24/09/01	4102222	PEDÁGIO	DELEGACIA SEC. DE CAMPINAS	3,90
24/09/01	4034369	PEDÁGIO	DELEGACIA SEC. DE CAMPINAS	3,90
24/09/01	4271947	PEDÁGIO	JUSTIÇA FEDERAL/CAMPINAS	3,90
24/09/01	3870297	PEDÁGIO	JUSTIÇA FEDERAL/CAMPINAS	3,90
24/09/01	RECIBO	XEROX	JUSTIÇA FEDERAL/CAMPINAS	7,60
24/09/01	RECIBO	XEROX	JUSTIÇA FEDERAL/CAMPINAS	2,10
25/09/01	4303557	PEDÁGIO	RECEITA FEDERAL/CAMPINAS	3,90
25/09/01	4147892	PEDÁGIO	RECEITA FEDERAL/CAMPINAS	3,90
25/09/01	749	COMBUSTIVEL	FORUM/JAGUARIUNA/PEDREIRA	30,00
25/09/01	3406	REFEIÇÃO	PREF/CART/IMOV/M. MIRIM	7,80
27/09/01	31076	COMBUSTIVEL	PREF/POSSE/FORUM/JAGUAR.	30,00
27/09/01	400	REFEIÇÃO	PREF/POSSE/FORUM JAGUAR.	20,00
29/09/01	35025	GARAGEM	FORUM/CAMPINAS	8,00
01/10/01	11591	COMBUSTIVEL	VARA DO TRABALHO/M. MIRIM	30,00
01/10/01	RECIBO	CERTIDÃO	REGISTRO IMOVÉIS/M. MIRIM	32,40
02/10/01	31461	COMBUSTIVEL	VARA DO TRABALHO/M. MIRIM	30,00
02/10/01	1422	COMBUSTIVEL	CART. REG. IMÓV. JAGUA.	20,00
02/10/01	4393	COMBUSTIVEL	J.FED./TRIB.CONTAS/CETESB	68,00
02/10/01	45782	COMBUSTIVEL	PREF. STO. A. POSSE	21,00
03/10/01	45962	COMBUSTIVEL	CART. POSSE/J. TRAB. MMIRIM	30,00
03/10/01	414	REFEIÇÃO	CART.POSSE/J.TRAB. MMIRIM	20,00
03/10/01	45994	COMBUSTIVEL	DELEGACIA POL. CIVIL POSSE	19,00
			TOTAL	891,00

DECLARAÇÃO

Declaro haver recebido todos os materiais/serviços constantes deste relatório e assumo total responsabilidade pelas despesas efetuadas.

Estância Turística de Holambra, 03/10/01

Nome/Assinatura

Nágila M. Chaib Lotierzo
Diretor Jurídico
OAB-SP 117.234

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Cidade das Flores

AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 - FONES (019) 3802-1321

CEP - 13825-000 - HOLAMBRA - SP

C.G.C. 67.172.437/0001-83

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

SOLICITAÇÃO DE EMPENHO **3716 / 2001**

CREDOR: **347 - Nagila Marma Chaib Lotierzo**

ENDEREÇO: Nº:

CIDADE: UF: NI

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: À vista

PRAZO DE ENTREGA: :Imediato

PROCESSO Nº 3716 / 2001

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	VL UNIT	VL TOTAL
1	1,00	UN	Adiantamento de viagem conf. lei nº 009/93 alterada p/ lei nº 202/95	890,00	890,00
				TOTAL	890,00

SETOR: ADMINISTRACAO PESSOAL,MATERIAL E BENS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Iran D. Brunhani
Chefe Div. Compras

HOLAMBRA, 03/Setembro/2001

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

RELATÓRIO DE DESPESAS DE VIAGEM

NOME: Nagila M. Chaib Lotierzo (Angelo, Flávia, Gilmar)

SETOR: Departamento Jurídico

ADIANTAMENTO PARA DESPESAS DE VIAGEM E DE PRONTO PAGAMENTO

EMPENHO N.º 5332

VALOR RECEBIDO EM: 03/09/01

VALOR RECEBIDO: R$ 890,00

PRESTAÇÃO DE CONTAS: 03/10/01

DEVOLUÇÃO:

RELAÇÃO DE DESPESAS				
ADIANTAMENTO TOMADO				
DATA	NOTA	GASTOS COM	VIAGEM A	VALOR
03/09/01	4225526	PEDÁGIO	JUSTIÇA FEDERAL/CAMPINAS	3,90
03/09/01	4287951	PEDÁGIO	JUSTIÇA FEDERAL/CAMPINAS	3,90
03/09/01	56957	COMBUSTIVEL	PREF. M. GUAÇU/ITAPIRA	30,00
03/09/01	80067	PEDÁGIO	PREF.M. GUAÇU/ITAPIRA	1,90
03/09/01	56968	COMBUSTIVEL	CARTÓRIO IMOV/MOGI MIRIM	35,00
03/09/01	107843	COMBUSTIVEL	PREFEITURA/A. NOGUEIRA	15,00
04/09/01	210201	PEDÁGIO	TRIBUNAL CONTAS/CAMPINAS	3,90
04/09/01	3788234	PEDÁGIO	TRIBUNAL CONTAS/CAMPINAS	3,90
06/09/01	29344	COMBUSTIVEL	PREF. POSTO SAÚDE/S.A.POSSE	30,00
06/09/01	3789526	PEDÁGIO	RECEITA FEDERAL/CAMPINAS	3,90
06/09/01	212007	PEDÁGIO	RECEITA FEDERAL/CAMPINAS	3,90
06/09/01	108251	COMBUSTIVEL	CARTÓRIO/ARTUR NOGUEIRA	15,00
11/09/01	3891514	PEDÁGIO	RECEITA FEDERAL/CAMPINAS	3,90
11/09/01	3669086	PEDÁGIO	RECEITA FEDERAL/CAMPINAS	3.90
11/09/01	29707	COMBUSTIVEL	PREF/POSSE/RECFED/CAMPINAS	30,00
11/09/01	109013	COMBUSTIVEL	PREF/CARTÓRIO/A.NOGUEIRA	15,00
12/09/01	4262685	PEDÁGIO	JUSTIÇA FEDERAL/CAMPINAS	3,90
12/09/01	3793472	PEDÁGIO	JUSTIÇA FEDERAL/CAMPINAS	3,90
12/09/01	3032	COMBUSTIVEL	JUSTIÇA FEDERAL/CAMPINAS	20,00
12/09/01	109256	COMBUSTIVEL	274ºCIRETRAN/A. NOGUEIRA	15,00
13/09/01	4201823	PEDÁGIO	TRIBUNAL CONTAS/CAMPINAS	3,90
13/09/01	4295778	PEDÁGIO	TRIBUNAL CONTAS/CAMPINAS	3,90
14/09/01	14962	REFEIÇÃO	INSS/CARTÓRIO/PEDREIRA	20,00
14/09/01	216817	PEDÁGIO	RECEITA FEDERAL/CAMPINAS	3,90
14/09/01	4296617	PEDÁGIO	RECEITA FEDERAL/CAMPINAS	3,90
17/09/01	15049	COMBUSTIVEL	PREF/CART.IMOV/M. MIRIM	30,00
18/09/01	58028	COMBUSTIVEL	JUNTA DO TRABALHO/M. MIRIM	30,00
18/09/01	4028362	PEDÁGIO	TRIBUNAL CONTAS/CAMPINAS	3,90
18/09/01	4095672	PEDÁGIO	TRIBUNAL CONTAS/CAMPINAS	3,90

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

INTERESSADO	IMPORTÂNCIA
NAJILA MARIA CHAIB LOTIERZO	R$ 890,00

REQUISIÇÃO Nº	309/2001	COMPRAS
EMPENHO Nº	310/2001	CONTABILIDADE

TESOURARIA

DATA DO PAGAMENTO 01/11/01

DOCUMENTO Nº 0139 Ducil y mont. 308142

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

(Cidade das Flores)

AL. MAURÍCIO DE NASSAU, 444 - FONES (19) 3820-1321
3820-1322 - CEP 13825-000 - HOLAMBRA - SP
C.N.P.J.: 67.172.437/0001-83

DEPARTAMENTO DA FAZENDA
DIVISÃO DA DESPESA

NOTA DE EMPENHO

Nº DO EMPENHO / TIPO	RECURSO
000310/01 Ordinario	Orcamentario

ÓRGÃO: 02 GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCI

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 GABINETE DO PREFEITO

DOTAÇÃO: 70212.002000.313 .00.00.0040utros Servicos e Encaroos — Nº CONTA: 16

CREDOR: 347 NAGILA MARMA CHAIB LOTIERZO — 000 00000

ENDEREÇO: Marino de Pouso,s/n. — FONE: (19) 60-1321 — CIDADE: Holambra — SP

LICITAÇÃO	NÚMERO	SOLICITAÇÃO	PROC. COMPRA	EMISSÃO	VENCIMENTO
Livre		309/2001		23.01.01	23.01.01

VALOR ORÇADO	SALDO ANTERIOR	VALOR DO EMPENHO	SALDO ATUAL
180.000,00		890,00	163.666,52

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	UN	Adiantamento de viagem conforme Lei n.009/93 alterada para Lei n.202/95.....	890,00	890,00

TOTAL GERAL 890,00

Wilma Zanotta Mazzer
Téc. Contábil CRC 1SP 118420/O-1
ASSINATURA

ART. CX. Nº
CHEQUE Nº
BANCO

Izildinha Ap. Guidotti
Tesoureira
TESOUREIRO

PAGUE-SE

DATA 01/02/2001

Celso Capato
Prefeito Municipal
PREFEITO MUNICIPAL

RECIBO

DECLARO(AMOS) PARA OS DEVIDOS FINS, QUE RECEBI(EMOS) A IMPORTÂNCIA DESTA GUIA DE PAGAMENTO, CORRESPONDENTE AO ACIMA DESCRITO, E PELA QUAL DOU(AMOS) PLENA E IRREVOGÁVEL QUITAÇÃO.

HOLAMBRA, 01 / 02 / 2001

ASSINATURA

ANOTAÇÕES

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 - FONES (019) 820-1321
CEP - 13825-000 - HOLAMBRA - SP
C.G.C. 67.172.437/0001-83
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

SOLICITAÇÃO DE EMPENHO **309 / 2001**

CREDOR: **347 - Nagila Marma Chaib Lotierzo**

ENDEREÇO: Nº:

CIDADE: UF: NI

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: À vista

PRAZO DE ENTREGA: :Imediato

Dispensa por Limite Nº 309 / 2001

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	VL UNIT	VL TOTAL
1	1,00	UN	Adiantamento de Viagem conforme Lei 009/93 alterada para lei nº 202/95.	890,00	890,00
				TOTAL	890,00

16

SETOR: GABINETE DO PREFEITO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS HOLAMBRA, 23/Janeiro/2001

Iran Daier Brunhani
Chefe Divisão Compras

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

RELATÓRIO DE DESPESAS DE VIAGEM

NOME: NAGILA MARMA CHAIB LOTIERZO

SETOR: GABINETE DO PREFEITO

ADIANTAMENTO PARA DESPESAS DE VIAGEM E DE PRONTO PAGAMENTO

EMPENHO N.º 310/2001

VALOR RECEBIDO EM: 01/02/2001

VALOR RECEBIDO: R$ 890,00

PRESTAÇÃO DE CONTAS: R$ 890,53

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

RELAÇÃO DE DESPESAS				
ADIANTAMENTO TOMADO				
DATA	**NOTA**	**GASTOS COM**	**VIAGEM A**	**VALOR**
01/02/2001	16004	XEROX/OAB	MOGI MIRIM	8,10
05/02/2001	1128	REG. IMÓVEIS	MOGI MIRIM	2,00
05/02/2001	GARE	JUNT. MANDATO	FÓRUM MOGI MIRIM	3,02
05/02/2001	16033	XEROX/OAB	FÓRUM MOGI MIRIM	1,10
08/02/2001	GARE	JUNT. MANDATO	FÓRUM MOGI MIRIM	3,02
08/02/2001	GARE	JUNT. MANDATO	FÓRUM MOGI MIRIM	3,02
08/02/2001	GARE	JUNT. MANDATO	FÓRUM MOGI MIRIM	3,02
09/02/2001	GARE	JUNT. MANDATO	FÓRUM MOGI MIRIM	3,02
09/02/2001	GARE	JUNT. MANDATO	FÓRUM MOGI MIRIM	3,02
09/02/2001	GARE	JUNT. MANDATO	FÓRUM MOGI MIRIM	3,02
09/02/2001	GARE	JUNT. MANDATO	FÓRUM MOGI MIRIM	3,02
09/02/2001	S/N.º	GUIA GARE	MOGI MIRIM	1,65
12/02/2001	16277	XEROX/OAB	FÓRUM MOGI MIRIM	0,50
14/02/2001	69129	DILIGÊNCIA	CAMPINAS	16,46
14/02/2001	69128	DILIGÊNCIA	CAMPINAS	16,46
14/02/2001	GARE	MANDATO	MOGI MIRIM	3,02
15/02/2001	GARE	MANDATO	MOGI MIRIM	3,02
15/02/2001	GARE	MANDATO	MOGI MIRIM	3,02
15/02/2001	GARE	MANDATO	MOGI MIRIM	3,02
15/02/2001	GARE	MANDATO	MOGI MIRIM	3,02
15/02/2001	GARE	MANDATO	MOGI MIRIM	3,02
15/02/2001	GARE	MANDATO	MOGI MIRIM	3,02
15/02/2001	GARE	MANDATO	MOGI MIRIM	3,02
15/02/2001	GARE	MANDATO	MOGI MIRIM	3,02
15/02/2001	GARE	MANDATO	MOGI MIRIM	3,02
15/02/2001	GARE	MANDATO	MOGI MIRIM	3,02
15/02/2001	GARE	MANDATO	MOGI MIRIM	3,02
15/02/2001	GARE	MANDATO	MOGI MIRIM	3,02
15/02/2001	GARE	MANDATO	MOGI MIRIM	3,02
15/02/2001	GARE	MANDATO	MOGI MIRIM	3,02
15/02/2001	GARE	MANDATO	MOGI MIRIM	3,02
15/02/2001	16303	XEROX/OAB	MOGI MIRIM	40,00
16/02/2001	43698	GASOLINA	CART./JAGUARIÚNA	20,00
16/02/2001	16312	XEROX/OAB	FÓRUM MOGI MIRIM	4,40
16/02/2001	351	REFEIÇÃO	CAMPINAS	19,20
20/02/2001	GARE	MANDATO	MOGI MIRIM	3,02
20/02/2001	GARE	MANDATO	MOGI MIRIM	3,02
21/02/2001	3433	GASOLINA	FÓRUM MOGI MIRIM	20,00
23/02/2001	1912	REFEIÇÃO	REUNIÃO A. NOGUEIRA	30,00

23/02/2001	18569	REFEIÇÃO	REUNIÃO A. NOGUEIRA	20,00
23/02/2001	953	ESTACIONAMENTO	CAMPINAS	2,50
23/02/2001	4064887	PEDÁGIO	CAMPINAS	3,50
28/02/2001	2387	REFEIÇÃO	MOGI MIRIM	10,00
28/02/2001	16347	XEROX/OAB	MOGI MIRIM	12,30
01/03/2001	1708	GASOLINA	FÓRUM AMPARO	30,00
02/03/2001	16419	XEROX/OAB	MOGI MIRIM	1,00
02/03/2001	RECIBO/OAB	XEROX	JAGUARIÚNA	7,80
05/03/2001	18637	REFEIÇÃO	DELEGACIA A. NOGUEIRA	18,00
05/03/2001	RECIBO/OAB	XEROX	FÓRUM PEDREIRA	2,70
06/03/2001	2822	GASOLINA	VARA/JAGUARIÚNA	30,00
07/03/2001	14281	GASOLINA	FÓRUM MOGI MIRIM	20,00
07/03/2001	4192878	PEDÁGIO	CAMPINAS	3,50
07/03/2001	4172711	PEDÁGIO	CAMPINAS	3,50
08/03/2001	RECIBO	CERTIDÃO	REG. MOGI MIRIM	10,80
08/03/2001	RECIBO/CART.	AUTENTICAÇÃO	MOGI MIRIM	4,73
09/03/2001	18685	REFEIÇÃO	FÓRUM PEDREIRA	15,00
09/03/2001	16380	XEROX/OAB	FÓRUM MOGI MIRIM	4,90
09/03/2001	16444	XEROX/OAB	FÓRUM MOGI MIRIM	4,30
14/03/2001	MANDADOS	OFICIAL JUSTIÇA	MOGI MIRIM	57,61
14/03/2001	14863	GASOLINA	MOGI MIRIM	20,00
14/03/2001	4181	COMBUSTÍVEL	VARA/JAGUARIÚNA	30,00
16/03/2001	GARE	MANDATO	MOGI MIRIM	3,02
21/03/2001	2732	CURSO	SÃO PAULO	300,00
21/03/2001	15481	GASOLINA	MOGI MIRIM	20,00
			TOTAL	**890,53**

DECLARAÇÃO

Declaro haver recebido todos os materiais/serviços constantes deste relatório e assumo total responsabilidade pelas despesas efetuadas.

Estância Turística de Holambra, 22/03/2001

NAGILA MARMA CHAIB LOTIERZO

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

---------São Paulo---------

NÚMERO DO PROCESSO:	1996/001/99
MATÉRIA:	CONSULTA
INTERESSADO:	CONSULENTE: ROSEMIR APARECIDA TORREZAN EID - PREFEITA MUNICIPAL DE GLICÉRIO
RELATOR:	CONSELHEIRO CLAUDIO FERRAZ DE ALVARENGA (10.11.2001)
ÓRGÃO JULGADOR:	PLENO
PEDIDO DE VISTA:	CONSELHEIRO ROBSON MARINHO - (19.09.2001)
PARECER:	TC-001996/001/99
CONSULTA CONSULENTE:	ROSEMIR APARECIDA TORREZAN EID - PREFEITA MUNICIPAL DE GLICÉRIO
ASSUNTO:	CONSULTA SOBRE A LEGALIDADE DA APRESENTAÇÃO DE CUPOM FISCAL EM SUBSTITUIÇÃO A NOTA FISCAL, COMO COMPROVANTE NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE VIAGENS EFETUADAS PELOS AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA

O EGRÉGIO PLENARIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, EM SESSÃO REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2001, PELO VOTO DOS CONSELHEIROS CLAUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, RELATOR, ANTONIO ROQUE CITADINI, EDUARDO BITTENCOURT CARVALHO, FULVIO JULIÃO BIAZZI, RENATO MARTINS COSTA E ROBSON MARINHO, DELIBEROU RESPONDER AOS CONSULENTES QUE AS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE ADIANTAMENTOS DEVEM SER INSTRUIDAS COM NOTAS FISCAIS INTEIRAMENTE PREENCHIDAS, INCLUSIVE COM IDENTIFICAÇÃO DO ADQUIRENTE DOS BENS OU SERVIÇOS E COM IDENTIFICAÇÃO DOS BENS OU SERVIÇOS EM TERMOS QUE PERMITA CONCLUIR PELA ADEQUADA UTILIZAÇÃO DO REGIME. EM CASO DE RECUSA OU MESMO INEXISTENCIA DE SISTEMA DE NOTA FISCAL NO ESTABELECIMENTO COMERCIAL, HAVENDO NECESSIDADE IMPERIOSA DE UTILIZAÇÃO DOS BENS OU SERVIÇOS, EXCEPCIONALMENTE O TRIBUNAL ACEITARA O CUPOM FISCAL SEM OS REQUISITOS ACIMA MENCIONADOS, FICANDO O RESPONSAVEL OBRIGADO A JUSTIFICAR A OCORRENCIA QUANDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS, JUNTANDO

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

---------São Paulo---------

COPIA DA COMUNICAÇÃO DA IRREGULARIDADE A SECRETARIA DA FAZENDA, PARA AS PROVIDENCIAS LEGAIS QUE POSSAM LHE COMPETIR.
ACRESCENTA, OUTROSSIM, QUE O PARECER EMITIDO NESTES AUTOS APROVEITARA, TAMBÉM, AO PROCESSO TC-001014/005/00 NOS TERMOS E EFEITOS DO ARTIGO 225 DO REGIMENTO INTERNO.
PUBLIQUE-SE.

SÃO PAULO, 26 DE MARÇO DE 2002
EDGARD CAMARGO RODRIGUES - PRESIDENTE E REDATOR
(REPUBLICADO POR TER SAIDO COM INCORREÇÃO)
REPUBLICADO NODOE DE 03.04.2002

ACÓRDÃO: TC-001996/001/99

CONSULENTE: ROSEMIR APARECIDA TORREZAN EID - PREFEITA MUNICIPAL DE GLICÉRIO

ASSUNTO: CONSULTA SOBRE A LEGALIDADE DA APRESENTAÇÃO DE CUPOM FISCAL EM SUBSTITUTIÇÃO A NOTA FISCAL, COMO COMPROVANTE NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE VIAGENS EFETUADAS PELOS AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA

PEDIDO DE VISTA DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO
ACORDA O E. PLENARIO, EM SESSÃO DE 17 DE OUTUBRO DE 2001, PELO VOTO DOS CONSELHEIROS CLAUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, RELATOR, ANTONIO ROQUE CITADINI, EDUARDO BITTENCOURT CARVALHO, FULVIO JULIÃO BIAZZI, RENATO MARTINS COSTA E ROBSON MARINHO, NA CONFORMIDADE DAS CORRESPONDENTES NOTAS TAQUIGRAFICAS, SE RESPONDA AOS CONSULENTES QUE AS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE ADIANTAMENTOS DEVEM SER INSTRUIDAS COM NOTAS FISCAIS INTEIRAMENTE PREENCHIDAS, INCLUSIVE COM IDENTIFICAÇÃO DO ADQUIRENTE DOS BENS OU SERVIÇOS E COM IDENTIFICAÇÃO DOS BENS OU SERVIÇOS EM TERMOS QUE PERMITA CONCLUIR PELA ADEQUADA UTILIZAÇÃO DO REGIME. ACRESCENTA, OUTROSSIM, QUE O PARECER EMITIDO NESTES AUTOS APROVEITARA, TAMBÉM, AO PROCESSO TC-001014/005/00 NOS TERMOS E EFEITOS DO ARTIGO 225 DO REGIMENTO INTERNO.
PUBLIQUE-SE.

SÃO PAULO, 29 DE OUTUBRO DE 2001
EDGARD CAMARGO RODRIGUES - PRESIDENTE
CLAUDIO FERRAZ DE ALVARENGA - RELATOR
PUBLICADO NO DOE DE 10.11.2001
RANSITADO EM JULGADO EM 27.11.2001.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) - Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, e Cupom Fiscal - Emissão - Esclarecimentos

Comunicado CAT nº 43, de 22.08.2001, do Coordenador da Administração Tributária - DOE SP de 24.08.2001

Esclarece aos contribuintes usuários de equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF, sobre a obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, quando solicitada, além do cupom fiscal.

O Coordenador da Administração Tributária, tendo em vista o elevado número de dúvidas a respeito do que dispõe o artigo 135, §2º, do RICMS/00, aprovado pelo Decreto 45.490, de 30/11/00, esclarece aos contribuintes, usuários de equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF - que é obrigatória a emissão da Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, sem débito de ICMS, quando esse documento for solicitado pelo adquirente da mercadoria, além de regular emissão do Cupom Fiscal, observadas as normas de escrituração constantes do citado artigo.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipai da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Holambra, 12 de julho de 2002.

À

RECEITA FEDERAL

Prezados Senhores,

Vimos pela presente comunicar V. Sas., nos termos do incluso parecer do Egrégio Tribunal de Contas, que os estabelecimentos comerciais abaixo relacionados deixaram de emitir notas fiscais modelo 1 e modelo 1-A, sob a alegação de não o possuírem, substituindo-as por cupom fiscal .

Sendo assim solicitamos as providências devidas para regularização fiscal dos estabelecimentos infra indicados.

Atenciosamente.

1)- Rede Bandeirantes de Postos de Serviços LTDA;

2)- Empreendimentos Rodoviários Com. Lago Azul LTDA.

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
RG nº 17.760.087

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

NOTIFICAÇÃO aos Departamentos.

O Departamento de Finanças notifica à todos os Setores da Prefeitura Municipal de Holambra, que por determinação do Egrégio Tribunal de Contas, todos os adiantamentos deverão ser precedidos de requisição e parecer técnico contábil sobre a regularidade da prestação de contas, com relatório pormenorizado e justificado dos gastos efetuados, contendo o local e finalidade do gasto, bem como os veículos utilizados em caso de abastecimento fora do Município, lembrando sempre que as Notas fiscais, deverão ser A ou A1.

Informamos ainda que deverão ser regularizados todos os empenhos que não encontram-se assinados pelos responsáveis de setor, providenciando-se a averiguação um a um do exercício de 2001 e 2002.

Holambra, 6 de novembro de 2002

DANIELA APARECIDA MILLARES
Diretora de Finanças

Recebi
07/11/02

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

NOTIFICAÇÃO aos Departamentos.

O Departamento de Finanças notifica à todos os Setores da Prefeitura Municipal de Holambra, que por determinação do Egrégio Tribunal de Contas, todos os adiantamentos deverão ser precedidos de requisição e parecer técnico contábil sobre a regularidade da prestação de contas, com relatório pormenorizado e justificado dos gastos efetuados, contendo o local e finalidade do gasto, bem como os veículos utilizados em caso de abastecimento fora do Município, lembrando sempre que as Notas fiscais, deverão ser A ou A1.

Informamos ainda que deverão ser regularizados todos os empenhos que não encontram-se assinados pelos responsáveis de setor, providenciando-se a averiguação um a um do exercício de 2001 e 2002.

Holambra, 6 de novembro de 2002

DANIELA APARECIDA MILLARES
Diretora de Finanças

RECEBI EM 06/11/02

Angelo A. Minuzzo Vega
Procurador Jurídico
OAB-SP 116.246

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

NOTIFICAÇÃO aos Departamentos.

O Departamento de Finanças notifica à todos os Setores da Prefeitura Municipal de Holambra, que por determinação do Egrégio Tribunal de Contas, todos os adiantamentos deverão ser precedidos de requisição e parecer técnico contábil sobre a regularidade da prestação de contas, com relatório pormenorizado e justificado dos gastos efetuados, contendo o local e finalidade do gasto, bem como os veículos utilizados em caso de abastecimento fora do Município, lembrando sempre que as Notas fiscais, deverão ser A ou A1.

Informamos ainda que deverão ser regularizados todos os empenhos que não encontram-se assinados pelos responsáveis de setor, providenciando-se a averiguação um a um do exercício de 2001 e 2002.

Holambra, 6 de novembro de 2002

DANIELA APARECIDA MILLARES
Diretora de Finanças

Recebi 07/11/002

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

NOTIFICAÇÃO aos Departamentos.

O Departamento de Finanças notifica à todos os Setores da Prefeitura Municipal de Holambra, que por determinação do Egrégio Tribunal de Contas, todos os adiantamentos deverão ser precedidos de requisição e parecer técnico contábil sobre a regularidade da prestação de contas, com relatório pormenorizado e justificado dos gastos efetuados, contendo o local e finalidade do gasto, bem como os veículos utilizados em caso de abastecimento fora do Município, lembrando sempre que as Notas fiscais, deverão ser A ou A1.

Informamos ainda que deverão ser regularizados todos os empenhos que não encontram-se assinados pelos responsáveis de setor, providenciando-se a averiguação um a um do exercício de 2001 e 2002.

Holambra, 6 de novembro de 2002

DANIELA APARECIDA MILLARES
Diretora de Finanças

Os serviços constantes nesta Nota Fiscal foram executados.
Hol, 07 de 11 de 2002
A. de Souza
Antonio de Souza
Chefe de Divisão Transporte

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

NOTIFICAÇÃO aos Departamentos.

O Departamento de Finanças notifica à todos os Setores da Prefeitura Municipal de Holambra, que por determinação do Egrégio Tribunal de Contas, todos os adiantamentos deverão ser precedidos de requisição e parecer técnico contábil sobre a regularidade da prestação de contas, com relatório pormenorizado e justificado dos gastos efetuados, contendo o local e finalidade do gasto, bem como os veículos utilizados em caso de abastecimento fora do Município, lembrando sempre que as Notas fiscais, deverão ser A ou A1.

Informamos ainda que deverão ser regularizados todos os empenhos que não encontram-se assinados pelos responsáveis de setor, providenciando-se a averiguação um a um do exercício de 2001 e 2002.

Holambra, 6 de novembro de 2002

DANIELA APARECIDA MILLARES
Diretora de Finanças

Recebi em
07/11/02

Fabiana
Fabiana Radtke Rossi
Chefe de Expediente e Secretaria

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

NOTIFICAÇÃO aos Departamentos.

O Departamento de Finanças notifica à todos os Setores da Prefeitura Municipal de Holambra, que por determinação do Egrégio Tribunal de Contas, todos os adiantamentos deverão ser precedidos de requisição e parecer técnico contábil sobre a regularidade da prestação de contas, com relatório pormenorizado e justificado dos gastos efetuados, contendo o local e finalidade do gasto, bem como os veículos utilizados em caso de abastecimento fora do Município, lembrando sempre que as Notas fiscais, deverão ser A ou A1.

Informamos ainda que deverão ser regularizados todos os empenhos que não encontram-se assinados pelos responsáveis de setor, providenciando-se a averiguação um a um do exercício de 2001 e 2002.

Holambra, 6 de novembro de 2002

DANIELA APARECIDA MILLARES
Diretora de Finanças

06/11/02

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

NOTIFICAÇÃO aos Departamentos.

O Departamento de Finanças notifica à todos os Setores da Prefeitura Municipal de Holambra, que por determinação do Egrégio Tribunal de Contas, todos os adiantamentos deverão ser precedidos de requisição e parecer técnico contábil sobre a regularidade da prestação de contas, com relatório pormenorizado e justificado dos gastos efetuados, contendo o local e finalidade do gasto, bem como os veículos utilizados em caso de abastecimento fora do Município, lembrando sempre que as Notas fiscais, deverão ser A ou A1.

Informamos ainda que deverão ser regularizados todos os empenhos que não encontram-se assinados pelos responsáveis de setor, providenciando-se a averiguação um a um do exercício de 2001 e 2002.

Holambra, 6 de novembro de 2002

DANIELA APARECIDA MILLARES
Diretora de Finanças

recebi em 06/11/02
Mônica Ap. Domingos
Chefe da Divisão de Finanças

Confere com o Origina
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

NOTIFICAÇÃO aos Departamentos.

O Departamento de Finanças notifica à todos os Setores da Prefeitura Municipal de Holambra, que por determinação do Egrégio Tribunal de Contas, todos os adiantamentos deverão ser precedidos de requisição e parecer técnico contábil sobre a regularidade da prestação de contas, com relatório pormenorizado e justificado dos gastos efetuados, contendo o local e finalidade do gasto, bem como os veículos utilizados em caso de abastecimento fora do Município, lembrando sempre que as Notas fiscais, deverão ser A ou A1.

Informamos ainda que deverão ser regularizados todos os empenhos que não encontram-se assinados pelos responsáveis de setor, providenciando-se a averiguação um a um do exercício de 2001 e 2002.

Holambra, 6 de novembro de 2002

DANIELA APARECIDA MILLARES
Diretora de Finanças

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

recebi 07/11/02
Dr. Fernando Fiori de Godoy
Diretor de Saúde

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

NOTIFICAÇÃO aos Departamentos.

O Departamento de Finanças notifica à todos os Setores da Prefeitura Municipal de Holambra, que por determinação do Egrégio Tribunal de Contas, todos os adiantamentos deverão ser precedidos de requisição e parecer técnico contábil sobre a regularidade da prestação de contas, com relatório pormenorizado e justificado dos gastos efetuados, contendo o local e finalidade do gasto, bem como os veículos utilizados em caso de abastecimento fora do Município, lembrando sempre que as Notas fiscais, deverão ser A ou A1.

Informamos ainda que deverão ser regularizados todos os empenhos que não encontram-se assinados pelos responsáveis de setor, providenciando-se a averiguação um a um do exercício de 2001 e 2002.

Holambra, 6 de novembro de 2002

DANIELA APARECIDA MILLARES
Diretora de Finanças

Recebi em 06/11/02

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

NOTIFICAÇÃO aos Departamentos.

O Departamento de Finanças notifica à todos os Setores da Prefeitura Municipal de Holambra, que por determinação do Egrégio Tribunal de Contas, todos os adiantamentos deverão ser precedidos de requisição e parecer técnico contábil sobre a regularidade da prestação de contas, com relatório pormenorizado e justificado dos gastos efetuados, contendo o local e finalidade do gasto, bem como os veículos utilizados em caso de abastecimento fora do Município, lembrando sempre que as Notas fiscais, deverão ser A ou A1.

Informamos ainda que deverão ser regularizados todos os empenhos que não encontram-se assinados pelos responsáveis de setor, providenciando-se a averiguação um a um do exercício de 2001 e 2002.

Holambra, 6 de novembro de 2002

DANIELA APARECIDA MILLARES
Diretora de Finanças

RECEBI NO DIA 07/11/2002

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

(Cidade das Flores)

AL. MAURÍCIO DE NASSAU, 444 - FONES (19) 3820-1321
3820-1322 - CEP 13825-000 - HOLAMBRA - SP
C.N.P.J.: 67.172.437/0001-83

DEPARTAMENTO DA FAZENDA
DIVISÃO DA DESPESA

NOTA DE EMPENHO

Nº DO EMPENHO / TIPO	RECURSO
000332/01 Ordinario	Orcamentario

ÓRGÃO: 02 GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCI

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 GABINETE DO PREFEITO

DOTAÇÃO: 02.12.002000.313 .00.00.0030utros Servicos e Encargos — Nº CONTA: 16

CREDOR: 881 CIA ULTRAGAZ S/A — 000 00000

ENDEREÇO: Anhanguera s/n. — FONE: 3466 — CIDADE: Limeira — SP

LICITAÇÃO	NÚMERO	SOLICITAÇÃO	PROC. COMPRA	EMISSÃO	VENCIMENTO
Livre		307/2001		23.01.01	23.01.01

VALOR ORÇADO	SALDO ANTERIOR	VALOR DO EMPENHO	SALDO ATUAL
180.000,00		310,36	163.081,14

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	un	Fornecimento de gas para abastecimento de botijoes do refeitorio Municipal.....	310,36	310,36

TOTAL GERAL 310,36

Wilmo Zanotto Mazzer
Téc. Contábil CRC 1SP 118420/O-1
ASSINATURA

ART. CX. Nº
CHEQUE Nº
BANCO
Izildinha Ap. Guidotti
Tesoureira
TESOUREIRO

PAGUE-SE
DATA 23/02/2001
Celso Capato
Prefeito Municipal
PREFEITO MUNICIPAL

RECIBO

DECLARO(AMOS) PARA OS DEVIDOS FINS, QUE RECEBI(EMOS) A IMPORTÂNCIA DESTA GUIA DE PAGAMENTO, CORRESPONDENTE AO ACIMA DESCRITO, E PELA QUAL DOU(AMOS) PLENA E IRREVOGÁVEL QUITAÇÃO.

AMBRA, 23/02/2001

ASSINATURA

ÕES

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

INTERESSADO	IMPORTÂNCIA
CIA ULTRAGAZ S/A	R$ 310,36

REQUISIÇÃO Nº	307/2001	COMPRAS
EMPENHO Nº	332/2001	CONTABILIDADE

TESOURARIA

Prefeitura HOLAMBRA
TESOURARIA
23 FEV 2001

DATA DO PAGAMENTO _____

000112

DOCUMENTO Nº 44 N.62.4-2.6.M.3.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

NOTIFICAÇÃO aos Departamentos.

O Departamento de Finanças notifica à todos os Setores da Prefeitura Municipal de Holambra, que por determinação do Egrégio Tribunal de Contas, todos os adiantamentos deverão ser precedidos de requisição e parecer técnico contábil sobre a regularidade da prestação de contas, com relatório pormenorizado e justificado dos gastos efetuados, contendo o local e finalidade do gasto, bem como os veículos utilizados em caso de abastecimento fora do Município, lembrando sempre que as Notas fiscais, deverão ser A ou A1.

Informamos ainda que deverão ser regularizados todos os empenhos que não encontram-se assinados pelos responsáveis de setor, providenciando-se a averiguação um a um do exercício de 2001 e 2002.

Holambra, 6 de novembro de 2002

DANIELA APARECIDA MILLARES
Diretora de Finanças

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

recebi 07/11/02
Dr. Fernando Fiori de Godoy
Diretor de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 - FONES (019) 820-1321
CEP - 13825-000 - HOLAMBRA - SP
C.G.C. 67.172.437/0001-83
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

SOLICITAÇÃO DE EMPENHO **307 / 2001**

CREDOR: **881 - CIA Ultragás S.A.**

ENDEREÇO: Av. Ernesto Igel Nº: 240

IDADE: Paulinia UF: SP

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Faturado 30 dias

PRAZO DE ENTREGA: :Imediato

Dispensa por Limite Nº 307 / 2001

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	VL UNIT	VL TOTAL
1	1,00	UN	Fornecimento de gás para abastecimento de botijões do refeitório Municipal.	310,36	310,36
				TOTAL	310,36

16

SETOR: GABINETE DO PREFEITO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
Iran Daier Brunhani

HOLAMBRA, 23/Janeiro/2001

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA

HOLAMBRA DEMS-0,550

Nº FORNECIMENTO		LITROS
⇨ 361 FF	QUANTIDADE INICIAL	00000
⇨ 362 FF	QUANTIDADE AFERIDA	00372

VERIFIQUE SE A QUANTIDADE INICIAL É IGUAL A ZERO ANTES DE INICIAR A OPERAÇÃO.

ULTRASYSTEM
ULTRAGAZ

COMPROVANTE DE MEDIÇÃO

DATA	Nº NEM / NEC	Nº
27/01/01		564822

RESPONSÁVEL	FROTA
MARTINELLI	4568

DESCRIÇÃO DO PRODUTO

G.L.P. GRANEL

QUANTIDADE LITROS	QUANTIDADE QUILOS
372	205

1ª VIA CLIENTE | 2ª VIA APOIO (ARQUIVO)

RECEBI(EMOS) DA CIA. ULTRAGAZ S. A. A QUANTIDADE DE KGs DE G.L.P. ACIMA DESCRITA.

ASSINATURA

611.096.7

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 02/11/02

ITAU S/A | 341-7 | 34191.10048 10594.700667 69064.090009 1 000

LOCAL DE PAGAMENTO
ATE O VENCIMENTO, PREFERENCIALMENTE NO ITAU OU BANERJ
APOS O VENCIMENTO, SOMENTE NO ITAU OU BANERJ
Até o Vencimento, Preferencialmente em Qualquer Banco

VENCIMENTO
26/02/2001

CEDENTE
CIA ULTRAGAS S/A - PAULINIA

AGÊNCIA / CÓDIGO CEDENTE
0666/90640-9

DATA DE EMISSÃO	Nº DO DOCUMENTO	ESPÉCIE DOC.	ACEITE	DATA DO PROCES.
27/01/2001	04105947 12	NF	N	27/01/2001

NOSSO NÚMERO
110/04105947-0

USO DO BANCO	CARTEIRA	ESPÉCIE	QUANTIDADE	VALOR
	110	R$		X

(=) VALOR DO DOCUMENTO
310,06

INSTRUÇÕES (TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO CEDENTE)
INSTRUCAO AO CARTORIO PROTESTO: 5 DIAS APOS VENCTO
APOS VENC MULTA DE 2% + 0,33% MORA DIARIA

(-) DESCONTO / ABATIMENTO
310,06

(-) OUTRAS DEDUÇÕES

(+) MORA MULTA

(+) OUTROS ACRÉSCIMOS

(=) VALOR COBRADO

UNIDADE CEDENTE

SACADO
PREF MUNIC ESTANC TURISTICA DE 01717243700018
ALAMAUNICIO DE NASSAU 444 CENTRO HOLAMBRA
SP 138825-000

SADOR / AVALISTA:

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA: Ficha de Compensação

268 BCO 341 10594.700667 REG 151690208 DIN 3143

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

INTERESSADO	IMPORTÂNCIA
MAURO TAKESHI MIYAZAKI /	R$ 15,00 /

REQUISIÇÃO Nº	4305/2001	COMPRAS
EMPENHO Nº	6182/2001	CONTABILIDADE

TESOURARIA

DATA DO PAGAMENTO

Prefeitura HOLAMBRA
TESOURARIA
20 NOV 2001

DOCUMENTO Nº Tesouraria

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

NOTA FISCAL

Nº 003013 SERIE 12

☒ SAÍDA ☐ ENTRADA

CIA. ULTRAGAZ S.A.

ENDEREÇO: CX POSTAL 76 - AV ERNESTO IGEL BAIRRO/DISTRITO: REPLAN

1ª VIA DESTINATÁRIO/ REMETENTE

MUNICÍPIO: PAULINIA U.F.: SP
FONE/FAX: 19 38741335 CEP: 13140000

CNPJ: 61602199019484

DATA LIMITE PARA EMISSÃO: 00.00.0000

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCR. ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
VENDA A CONSUM.FINAL	5.74		513007217113

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DE EMISSÃO
PREF MUNIC ESTANC TURISTICA DE	067172437000183	27/01/2001

ENDEREÇO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ ENTRADA
ALAMAURICIO DE NASSAU 444	CENTRO	13825-000	27/01/2001

MUNICÍPIO	FONE / FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
HOLAMBRA	19 820 1321	SP	ISENTA	10:45

DADOS DO PRODUTO

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	SIT. TRIB.	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQ. ICMS
GLP ULTRASYSTEM	070	KG	205	1,5125	310,06	18
ICMS RETIDO POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTARIA CONF ART 392 INCISO II DO RICMS/SP						

ALMOXARIFADO
Recebi e Conferi 27/01/2001
Euclides Candido

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
				310,06

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
				310,06

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1 - EMITENTE 2 - DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	CNPJ / CPF
	1			

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
205	KG	UG		205,000	205,000

DADOS ADICIONAIS

DECLARAMOS QUE OS PRODUTOS ESTÃO ADEQUADAMENTE ACONDICIONADOS PARA SUPORTAR RISCOS DE CARREGAMENTO E TRANSPORTE.

110/04105947-0

ASSINATURA DO EXPEDIDOR

CORRENTISTA	CÓD. MUNICÍPIO	MOV.
000163236	3519058	

PRODUTO	CL	RISCO	Nº ONU
GLP	2	3	1075
BUTANO	2	3	1011
PROPANO	2	3	1978

EMISSÃO AUTORIZADA PELA PORT. CAT 32/96 ART. 34.

Nº COLETOR: 354428

COND. PAGTO.	VENCIMENTO 1	VENCIMENTO 2	VENCIMENTO 3
A PRAZO	26/02/2001		

DOCTO. INTERNO	TIPO	ACPC Nº
334664		

RESERVADO AO FISCO

Nº DE CONTROLE DO FORMULÁRIO

047948

RECEBI(EMOS) DA **CIA. ULTRAGAZ S.A.**, OS PRODUTOS CONSTANTES DA **NOTA FISCAL** INDICADA AO LADO.

DATA DO RECEBIMENTO IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOTA FISCAL Nº 003013 SERIE 12

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Tiliform Informática Ltda - Av. Joaquim M. Figueiredo, 1121 - Distr. Insl. - Bauru/SP - CNPJ/MF: 54.842.406/0001-40 - I.E. 205.119.448.114 - (M) 34.954-14 - 20Mx3 vias Num. de 042.001 a 062.000 Nota Fiscal - Mod.1 - AIDF-NY 038658/SP - 02/2000 - Obs: Utilizado Sist. Proc. Elet. Dados Conf. Art. 34 da Portaria CAT 32/96

ATESTO

REQUISITO material constando na Nota

RECEBI EM 27/01/2001

SETOR Gabinete do Prefeito

REQUISITANTE

NOME _____

_____

CARGO _____

R.G. _____

ASS. _____

Iran D. Brunhani
Chefe de Gabinete

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Jolambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

(Cidade das Flores)

AL. MAURÍCIO DE NASSAU, 444 - FONES (19) 3802-1321
3802-1322 - CEP 13825-000 - HOLAMBRA - SP
C.N.P.J.: 67.172.437/0001-83

NOTA DE EMPENHO

DEPARTAMENTO DA FAZENDA
DIVISÃO DA DESPESA

Nº DO EMPENHO / TIPO	RECURSO
006182/ 1 Ordinario	Orcamentario

ÓRGÃO: 01 GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCI | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 GABINETE DO PREFEITO

DOTAÇÃO: 03070212.002000.313 .00.00.00Outros Servicos e Encargos | Nº CONTA: 16

CREDOR: 210 MAURO TAKESHI MIYAZAKI ME | 000 0 0

ENDEREÇO: Av. Dr. Fernando Arens n. 1040 | FONE | CIDADE: Artur Nogueira SP

LICITAÇÃO	NÚMERO	SOLICITAÇÃO	PROC. COMPRA	EMISSÃO	VENCIMENTO
Dispensada por Limit		4305/2001		09.10.01	09.10.01

VALOR ORÇADO	SALDO ANTERIOR	VALOR DO EMPENHO	SALDO ATUAL
270.000,00		15,00	43.502,55

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1		REFERE-SE A SERVICOS DE PARTE ELETRICA P/O MONZA DO GABINETE	15,00	15,00

TOTAL GERAL 15,00

Marina Paes
Coordenadora Administrativa
R.G. 30.219.685-7

Wilma Zanatta Mazzer
Téc. Contábil CRC 1SP 118420/O-1

ASSINATURA

ART. CX. Nº
CHEQUE Nº
BANCO

Izildinha Ap. Guidotti
Tesoureira
TESOUREIRO

PAGUE-SE
DATA 10/11/001

Celso Capato
Prefeito Municipal

RECIBO

DECLARO(AMOS) PARA OS DEVIDOS FINS, QUE RECEBI(EMOS) A IMPORTÂNCIA DESTA GUIA DE PAGAMENTO, CORRESPONDENTE AO ACIMA DESCRITO, E PELA QUAL DOU(AMOS) PLENA E IRREVOGÁVEL QUITAÇÃO.

HOLAMBRA, 10/11/001

ASSINATURA

ANOTAÇÕES

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Cidade das Flores

AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 - FONES (019) 3802-1321

CEP - 13825-000 - HOLAMBRA - SP

C.G.C. 67.172.437/0001-83

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

SOLICITAÇÃO DE EMPENHO **4305 / 2001**

CREDOR: **210 - Mauro Takeshi Miyazaki ME**

ENDEREÇO: Av. Fernando Arens Nº: 1040

CIDADE: Artur Nogueira UF: SP

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: A prazo

PRAZO DE ENTREGA: :Imediato

PROCESSO Nº 4305 / 2001

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	VL UNIT	VL TOTAL
1	1,00	UN	Refere - se: a serviços de parte elétrica p/ o monza do gabinete	15,00	15,00
				TOTAL	15,00

SETOR: GABINETE DO PREFEITO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS HOLAMBRA, 09/Outubro/2001

Ivan D. Brunhari
Chefe Div. Compras

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

INTERESSADO	IMPORTÂNCIA
GERALDO FRADE HOLAMBRA =ME=	R$ 90,00

REQUISIÇÃO Nº	4089/2001	COMPRAS
EMPENHO Nº	5803/2001	CONTABILIDADE

TESOURARIA

DATA DO PAGAMENTO _____

Prefeitura HOLAMBRA
TESOURARIA
17 OUT 2001

001287

DOCUMENTO Nº N.01.4 1645

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

(Cidade das Flores)

AL. MAURÍCIO DE NASSAU, 444 - FONES (19) 3802-1321
3802-1322 - CEP 13825-000 - HOLAMBRA - SP
C.N.P.J.: 67.172.437/0001-83

DEPARTAMENTO DA FAZENDA
DIVISÃO DA DESPESA

NOTA DE EMPENHO

Nº DO EMPENHO / TIPO	RECURSO
005803/ 1 Ordinario	Orcamentario

ÓRGÃO: 02 GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCI

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05 SEGURANCA PUBLICA

DOTAÇÃO: 04.122.0742.000000.313 .30.00.0050utros Servicos e Encargos

Nº CONTA: 44

CREDOR: 3128 GERALDO FRADE HOLAMBRA -ME-

ENDEREÇO: CAMPO DE POUSO 848 CENTRO

FONE:

CIDADE: 090 HOLAMBRA SP

LICITAÇÃO	NÚMERO	SOLICITAÇÃO	PROC. COMPRA	EMISSÃO	VENCIMENTO
Dispensada por Lei13		4089/2001		28.09.01	28.09.01

VALOR ORÇADO	SALDO ANTERIOR	VALOR DO EMPENHO	SALDO ATUAL
44.000,00		90,00	5.739,51

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1		REFERE-SE A REVISAO P/VEICULO PM 22	90,00	90,00

TOTAL GERAL 90,00

Wilmo Zonatto Mazzer
Téc. Contábil CRC 1SP 118420/O-1
ASSINATURA

ART. CX. Nº
CHEQUE Nº
BANCO

Izildinha Ap. Guidotti
Tesoureira
TESOUREIRO

PAGUE-SE
DATA 11/10/001

Celso Capato
Prefeito Municipal
PREFEITO MUNICIPAL

RECIBO

DECLARO(AMOS) PARA OS DEVIDOS FINS, QUE RECEBI(EMOS) A IMPORTÂNCIA DESTA GUIA DE PAGAMENTO, CORRESPONDENTE AO ACIMA DESCRITO, E PELA QUAL DOU(AMOS) PLENA E IRREVOGÁVEL QUITAÇÃO.

HOLAMBRA, 11/10/001

Joana M. G. Moreira
ASSINATURA

R.G. 8.232.834.

ANOTAÇÕES

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

AUTO ELÉTRICA MIYAZAKI

4305

MAURO TAKESHI MIYAZAKI - ME

FONE/FAX (0xx19) 3877-1856

NOTA FISCAL DE SERVIÇO

1ª Via - Branca
2ª Via - Verde
3ª Via - Jornal - Fixa

Série A-2 Nº 0208

Av. Dr. Fernando Arens, 1.040 - Centro
Cep 13.160-000 - ARTUR NOGUEIRA - SP
C.N.P.J. 55.461.529/0001-02
I.E. 187.006.140.118 - I. M. - M-47

Condições : .....

Data da Emissão da Nota 09 / 10 / 2001

DESTINATÁRIO

Empresa PREF. MUN. DA ESTÂNCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

Endereço M. MAURICIO DE NASSAU Nº 414

Cidade HOLAMBRA Bairro CENTRO Est. SP

CNPJ 67.172.437/0001-83 Insc. Est. ISENTA

Natureza da Operação : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Quant.	Unid.	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	PREÇOS Unitário	PREÇOS TOTAL
		Serviço De Auto Elétrica		15.00
		GM MONZA GABINETE		
		BRV-3755		

Não vale como recibo

Sujeito ao Imposto Municipal nos Termos do Decreto Lei Federal 406 de 31.12.68

Valor dos Serviços R$ 15.00

..... R$ .....

Total desta Nota R$ 15.00

Gráfica Bosqueiro Ltda - ME - CNPJ 65.810.897/0001-64 - IE 187.011.881.113-ME - Telefax (19) 3877-2311 - 000.151 a 000.650 x 3 - AIDF Nº 215 - 07.01

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

ATESTO

REQUISITO os serviços

constantes nesta nota.

RECEBI EM 09/10/2001

SETOR Gabinete do Prefeito - Monza

REQUISITANTE

NOME Antonio de Souza

Os serviços constantes nesta Nota Fiscal foram executados.

_____, ___ de ____ de 20 ___

Antonio de Souza
Chefe de Divisão Transporte

CARGO _____

R.G. 4-517-178

ASS. A de Souza

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Cidade das Flores

AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 - FONES (019) 3802-1321

CEP - 13825-000 - HOLAMBRA - SP

C.G.C. 67.172.437/0001-83

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

SOLICITAÇÃO DE EMPENHO **4089 / 2001**

CREDOR: **3301 - Geraldo Frade Holambra Me**

ENDEREÇO: Rua Campo do Pouso Nº: 862B

CIDADE: Holambra UF: SP

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: A prazo

PRAZO DE ENTREGA: :Imediato

PROCESSO Nº 4089 / 2001

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	VL UNIT	VL TOTAL
1	1,00	UN	Refere - se: a revisão p/ veículo PH 22	90,00	90,00
				TOTAL	90,00

SETOR: SEGURANCA PUBLICA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS HOLAMBRA, 28/Setembro/2001

Iran D. Brunhani
Chefe Div. Compras

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

INTERESSADO	IMPORTÂNCIA
R.C.SYLTRO =ME= /	R$ 1.072,00 /

REQUISIÇÃO Nº	2616/2001	COMPRAS
EMPENHO Nº	3684/2001	CONTABILIDADE

TESOURARIA

DATA DO PAGAMENTO 23 JUL 2001

Prefeitura HOLAMBRA TESOURARIA

000694

DOCUMENTO Nº N. Ex. y N.F. M.S.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

(Cidade das Flores)

AL. MAURÍCIO DE NASSAU, 444 - FONES (19) 3802-1321
3802-1322 - CEP 13825-000 - HOLAMBRA - SP
C.N.P.J.: 67.172.437/0001-83

DEPARTAMENTO DA FAZENDA
DIVISÃO DA DESPESA

NOTA DE EMPENHO

Nº DO EMPENHO / TIPO	RECURSO
003684/ 1 Ordinario	Orcamentario

ORGÃO: 08 SERVICOS MUNICIPAIS
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06 RUAS E LOGRADOUROS PUBLICOS
DOTAÇÃO: 10603281.060000.411 .00.00.0050bras e Instalacoes
Nº CONTA: 187

CREDOR: 420 R.C.SYLTRO ME
Nº: 000 0 . 0
ENDEREÇO:
FONE:
CIDADE:

LICITAÇÃO	NUMERO	SOLICITAÇÃO	PROC. COMPRA	EMISSÃO	VENCIMENTO
Dispensada por Limit		2616/2001		29.06.01	29.06.01

VALOR ORÇADO	SALDO ANTERIOR	VALOR DO EMPENHO	SALDO ATUAL
180.000,00		1.072,00	144.545,72

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1		AQUISICAO DE TIJOLOS P/CONSTRUCAO DA ARQUIBANCADA DA PRACA CRIZANTEMOS	1.072,00	1.072,00

TOTAL GERAL 1.072,00

Wilma Zanatta Mazzer
Téc. Contábil CRC 1SP 118420/O-1
ASSINATURA

ART. CX. Nº
CHEQUE Nº
BANCO
Izildinha Ap. Guidotti
Tesoureira
TESOUREIRO

PAGUE-SE
DATA 23/07/001
Celso Capato
Prefeito Municipal
ORDENADOR MUNICIPAL

RECIBO

DECLARO(AMOS) PARA OS DEVIDOS FINS, QUE RECEBI(EMOS) A IMPORTÂNCIA DESTA GUIA DE PAGAMENTO, CORRESPONDENTE AO ACIMA DESCRITO, E PELA QUAL DOU(AMOS) PLENA E IRREVOGÁVEL QUITAÇÃO.

HOLAMBRA, 23-07-01
ASSINATURA

ANOTAÇÕES

6305/59

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Cidade das Flores

AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 - FONES (019) 3802-1321

CEP - 13825-000 - HOLAMBRA - SP

C.G.C. 67.172.437/0001-83

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

SOLICITAÇÃO DE EMPENHO **2616 / 2001**

CREDOR: **420 - R.C. Syltro - ME**

ENDEREÇO: Nº:

CIDADE: São João da Boa Vist UF: SP

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: A prazo

PRAZO DE ENTREGA: :1

PROCESSO Nº 2616 / 2001

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	VL UNIT	VL TOTAL
1	1,00	UN	Aquisição de tijolos p/ Construção da arquibancada da Praça Crizantemos	1.072,00	1.072,00
				TOTAL	1.072,00

SETOR: RUAS E LOGRADOUROS PUBLICOS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS HOLAMBRA, 29/Junho/2001

Iran Daler Brunhani
Chefe Divisão Compras

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02



Geraldo Frade Holambra-ME
Holambra - SP - Fone: (19) 3802-3044

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS 00062

Série - A 1ª Via

Rua Campo de Pouso, 862-B - Centro
Holambra Cep: 13.825-000 Est. São Paulo
CNPJ: 04.372.720/0001-39 I.E.: 747.067.678.117
Natureza da Operação: Prestação de Serviços
Condições: VENC. 10/10/2001
Via de Transporte:
Data da Emissão: 28 de Setembro de 20 01

Destinatário

Nome: PREFEITURA MUNIC. DA ESTANCIA TUR. DE HOLAMBRA
Endereço: R. ALAMEDA MAURICIO DE NASSAU 444 CENTRO
Município: HOLAMBRA Estado: SP
CNPJ ou CPF: 67172437/0001-83 Inscr. Est.: ISENTO
Natureza da Operação: Prestação de Serviços: GOL 1.6 BNZ-1673

Quant.	Unid.	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	PREÇOS Unit.	PREÇOS TOTAL
		REVISÃO INJEÇÃO E IGNIÇÃO		
		LIMPEZA INJETORES		
		LIMPEZA CORPO TBI		
		TROCAR VELAS		
		TROCAR TAMPA DISTRIB.		
		TROCAR FILTRO COMB.		
		REGULAGEM MOTOR		90,00

Valor dos Serviços R$ 90,00

NÃO VALE COMO RECIBO

ISS 2,5 % R$ 2,25

TOTAL DESTA NOTA R$ 90,00

SUJEITO AO IMPOSTO MUNICIPAL NOS TERMOS DO DECRETO LEI FEDERAL 406 31-12-68

Heliza Com.e Ind. Gráfica Ltda - R. Campo das Palmas, 543 - Holambra - SP - CNPJ 00.396.155/0001-99 - IE 747.003.280.111
AIDF 1994 - 001 à 250 x 04 - Maio/2001

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

ATESTO

REQUISITO Serviço
Constante nesta nota

RECEBI EM 28/09/2001

SETOR S-P- PH-22

REQUISITANTE

NOME Antonio de Souza

Os serviços constantes nesta Nota Fiscal foram executados.

____, ____ de ____ de 20___

Antonio de Souza
Chefe de Divisão Transporte

CARGO

R.G. 4-517-178

ASS. A de Souza

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

INTERESSADO	IMPORTÂNCIA
CeTIL INFORMATICA S/A	R$ 806,51

REQUISIÇÃO Nº	1813/2001	COMPRAS
EMPENHO Nº	2553/2001	CONTABILIDADE

TESOURARIA

DATA DO PAGAMENTO 18/12/2001	DOCUMENTO Nº 000490 N.6x.1-L-6-M-S.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

(Cidade das Flores)

AL. MAURÍCIO DE NASSAU, 444 - FONES (19) 3802-1321
3802-1322 - CEP 13825-000 - HOLAMBRA - SP
C.N.P.J.: 67.172.437/0001-83

DEPARTAMENTO DA FAZENDA
DIVISÃO DA DESPESA

NOTA DE EMPENHO

Nº DO EMPENHO / TIPO	RECURSO
002553/ 1 Ordinario	Orcamentario

ÓRGÃO: 03 FINANCAS — UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 TRIBUTACAO

DOTAÇÃO: 03080302.009000.313 .00.00.0060utros Servicos e Encargos — Nº CONTA: 50

CREDOR: 323 CETIL INFORMATICA S/A — 000 0 . 0

ENDEREÇO | FONE | CIDADE

LICITAÇÃO	NÚMERO	SOLICITAÇÃO	PROC. COMPRA	EMISSÃO	VENCIMENTO
Dispensada por Limit		1813/2001		02.05.01	02.05.01

VALOR ORÇADO	SALDO ANTERIOR	VALOR DO EMPENHO	SALDO ATUAL
70.000,00		806,51	55.462,67

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1		REFER-SE A SERVICOS DE LICENCA DE USO AGREGADA AOS DIREITOS AUTORAIS	806,51	806,51

TOTAL GERAL 806,51

Wilma Zanatta Mazzer
Téc. Contábil CRC 1SP 118420/O-1
ASSINATURA

ART. CX. Nº
CHEQUE Nº
BANCO

Izildinha Ap. Guidotti
Tesoureira
TESOUREIRO

PAGUE-SE
DATA 18 / 05 / 4001

Celso Capato
Prefeito Municipal
PREFEITO MUNICIPAL

RECIBO

DECLARO(AMOS) PARA OS DEVIDOS FINS, QUE RECEBI(EMOS) A IMPORTÂNCIA DESTA GUIA DE PAGAMENTO, CORRESPONDENTE AO ACIMA DESCRITO, E PELA QUAL DOU(AMOS) PLENA E IRREVOGÁVEL QUITAÇÃO.

HOLAMBRA, 18 / 05 / 4001

O.Y.
ASSINATURA

ANOTAÇÕES

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Cidade das Flores

AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 - FONES (019) 3802-1321

CEP - 13825-000 - HOLAMBRA - SP

C.G.C. 67.172.437/0001-83

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

SOLICITAÇÃO DE EMPENHO **1813 / 2001**

CREDOR: **323 - Cetil Infomática S/A**

ENDEREÇO: Rua Ceara Nº: 2005

CIDADE: Ribeirão Preto UF: SP

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: A prazo

PRAZO DE ENTREGA: :Imediato

PROCESSO Nº 1813 / 2001

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	VL UNIT	VL TOTAL
1	1,00	UN	Refere - se: serviços de licença de uso agregada aos direitos autorais	806,51	806,51
				TOTAL	806,51

50

SETOR: TRIBUTACAO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS HOLAMBRA, 02/Maio/2001

Iran Dalet Brunhani
Chefe Divisão Compras

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

INTERESSADO	IMPORTÂNCIA
CENTRO DE QUALIDADE ANALITICA LTDA /	R$ 200,00 /

REQUISIÇÃO Nº	2361/2001	COMPRAS
EMPENHO Nº	3400/2001	CONTABILIDADE

TESOURARIA

DATA DO PAGAMENTO 21 JUN 2001

DOCUMENTO Nº 892665 Doneza ymaut

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

R. C. SYLTRO – ME

BAIRRO GRAMINHA

SÃO JOÃO DA BOA VISTA — ESTADO DE SÃO PAULO — CEP 13870-000

NOTA FISCAL Nº 000285

☐ SAÍDA ☐ ENTRADA

1.a VIA
Destinatário

CNPJ 50.045.830/0001-03

INSCRIÇÃO ESTADUAL 639.015.662.115-ME

DATA LIMITE PARA EMISSÃO 00 / 00 / 00

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCR. EST. SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO
Venda	512	

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL	CNPJ / CPF	DATA DA EMISSÃO
Pref. Municipal da Estância T. Holambra	67.172.837/0001-83	02-07-01
ENDEREÇO	**BAIRRO / DISTRITO** / **CEP**	**DATA DA SAÍDA/ENTRADA**
Av. Augusto de Wassar	Nº 444	02-07-01
MUNICÍPIO / **FONE / FAX** / **UF** / **INSCRIÇÃO ESTADUAL**		**HORA DA SAÍDA**
Holambra	SP Isento	

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS (espécie, qualid., marca, tipo, modêlo, núm., etc.)	CL. FISCAL	SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQ ICMS
13.400	tijolos comuns					0,08	1072,00	

ALMOXARIFADO
Recebi e Conferi 02/07/2001
Euclides Candido
Almoxarife

Venc - 30 dias
02/08/01

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS SUBS.	VALOR ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
				R$ 1.072,00
VALOR DO FRETE	**VALOR DO SEGURO**	**OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS**	**VALOR TOTAL DO IPI**	**VALOR TOTAL DA NOTA**
				R$ 1.072,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1 EMITENTE 2 DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
O mesmo				
ENDEREÇO	**MUNICÍPIO**		**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS ADICIONAIS

"ESTE DOCUMENTO NÃO TRANSFERE CRÉDITO DE I.C.M.S."	Reservado ao fisco

Oliveira & Oliveira Artes Gráficas Ltda. - Inscr. Est. 639.018.750.118 - CMC 8439 - CNPJ 48.620.504/0001-30
Praça da Catedral, 122 - Fone/Fax: 0** (19) 623-1708 - São João da Boa Vista (SP)

000.101 a 000.350 - 50 x 4 Vias
AIDF Nº 008310 - 09/2000

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

ATESTO

REQUISITO O material constante nesta N.F.

RECEBI EM 02/07/2001

SETOR

REQUISITANTE

NOME MANOEL EUSTAQUIO DA SILVA

CARGO Diretor de Obras

R.G. 7.418.112

ASS.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Folha 07 11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

(Cidade das Flores)

AL. MAURÍCIO DE NASSAU, 444 - FONES (19) 3802-1321
3802-1322 - CEP 13825-000 - HOLAMBRA - SP
C.N.P.J.: 67.172.437/0001-83

DEPARTAMENTO DA FAZENDA
DIVISÃO DA DESPESA

NOTA DE EMPENHO

Nº DO EMPENHO / TIPO	RECURSO
003400/ 1 Ordinario	Orcamentario

ÓRGÃO: 06 SAUDE E SANEAMENTO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02 SANEAMENTO
DOTAÇÃO: 13364472.025000.313 .00.00.0030utros Servicos e Encargos
Nº CONTA: 137

CREDOR: 3272 CENTRO DE QUALIDADE ANALITICA LTDA 000
ENDEREÇO: RUA JULIO DINIZ 27 JD.N.S.AUXILIADORA
FONE:
CIDADE: CAMPINAS SP

LICITAÇÃO	NÚMERO	SOLICITAÇÃO	PROC. COMPRA	EMISSÃO	VENCIMENTO
Dispensada por Limit		2361/2001		11.06.01	11.06.01

VALOR ORÇADO	SALDO ANTERIOR	VALOR DO EMPENHO	SALDO ATUAL
80.000,00		200,00	33.684,86

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1		REFERE-SE A SERVICOS DE ANALISE DE AGUA DOS POCOS DO MUNICIPIO	200,00	200,00

TOTAL GERAL 200,00

Marina Paes
Coordenadora Administrativa
R.G. 30.219.685-7
ASSINATURA

ART. CX. Nº
CHEQUE Nº
BANCO

Izildinha Ap. Guidotti
Tesoureira
TESOUREIRO

PAGUE-SE
DATA 21/06/001

Celso Capato
Prefeito Municipal
PREFEITO MUNICIPAL

RECIBO

DECLARO(AMOS) PARA OS DEVIDOS FINS, QUE RECEBI(EMOS) A IMPORTÂNCIA DESTA GUIA DE PAGAMENTO, CORRESPONDENTE AO ACIMA DESCRITO, E PELA QUAL DOU(AMOS) PLENA E IRREVOGÁVEL QUITAÇÃO.

HOLAMBRA, 21/06/001

ASSINATURA

ANOTAÇÕES

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Cidade das Flores

AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 - FONES (019) 3802-1321

CEP - 13825-000 - HOLAMBRA - SP

C.G.C. 67.172.437/0001-83

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

SOLICITAÇÃO DE EMPENHO **2361 / 2001**

CREDOR: **3205 - Centro de qualidade Analítica Ltda**

ENDEREÇO: Rua Julio Diniz Nº: 27

CIDADE: Campinas UF: SP

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: A prazo

PRAZO DE ENTREGA: :Imediato

PROCESSO Nº 2361 / 2001

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	VL UNIT	VL TOTAL
1	1,00	UN	Refere - se: a serviços de análise de agua dos poços do Município	200,00	200,00
				TOTAL	200,00

SETOR: SANEAMENTO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS HOLAMBRA, 11/Junho/2001

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/12/22

ATESTO

REQUISITO análise de água

RECEBI EM 11/06/01

SETOR Obras

REQUISITANTE

NOME Adriana B. Braugli

CARGO Engenheira

R.G. 14 807 820

ASS. ABBraugli

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Banco Itaú S.A. **|341-7|** **Recibo do Sacado**

Local de Pagamento: ATE O VENCIMENTO, PREFERENCIALMENTE NO ITAU
APOS O VENCIMENTO, SOMENTE NO ITAU

Vencimento: 21/06/2001

CEDENTE - CENTRO Q ANAL B CH AGUA LTDA — CNPJ 54.692.645/0001-61

Agência/Código Cedente: 0670/68800-1

Data do Documento	Nº do Documento	Espécie Doc.	Aceite	Data do Processamento
08/06/01	550	DM	N	09/06/01

Nosso número: 112/92076786-3

Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor
	112	R$		x

(=) Valor do Documento: 200,00

Instruções (Todas informações deste bloqueto são de exclusiva responsabilidade do cedente.)
APOS VENCIMENTO IDA DE 0,37
APOS 21/06/2001 MULTA DE 4,00
PROTESTAR APOS 02 DIAS CORRIDOS DO VENCIMENTO
DEVOLVER EM 23/07/2001
COBRANCA ESCRITURAL.

(-) Desconto/Abatimento

(+) Mora/Multa

(=) Valor Cobrado

CLIENTE ITAU:PAGUE NO BANKFONE, BANKLINE OU CAIXAS ELETRONICOS

SACADO - PREF. MUN.EST. T.HOLAMBRA
R.MAURICIO DE NASSAU N. 444
13825-000 POCO FUNDO HOLAMBRA SP

CNPJ/CPF- 67172437000183

Sacador/Avalista:

Autenticação mecânica

Recebimento através do cheque nº do banco
Esta quitação só terá validade após pagamento do cheque pelo banco sacado.

Banco Itaú S.A. - CGC 60.701.190

00RA15170 200,00 21062001 BB 31430109

Banco Itaú S.A. **|341-7|** **Ficha de Caixa**

Local de Pagamento: ATE O VENCIMENTO, PREFERENCIALMENTE NO ITAU
APOS O VENCIMENTO, SOMENTE NO ITAU

Vencimento: 21/06/2001

CEDENTE - CENTRO Q ANAL B CH AGUA LTDA — CNPJ 54.692.645/0001-61

Agência/Código Cedente: 0670/68800-1

Data do Documento	Nº do Documento	Espécie Doc.	Aceite	Data do Processamento
08/06/01	550	DM	N	09/06/01

Nosso número: 112/92076786-3

do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor
	112	R$		x

(=) Valor do Documento: 200,00

Instruções (Todas informações deste bloqueto são de exclusiva responsabilidade do cedente.)
APOS VENCIMENTO IDA DE 0,37
APOS 21/06/2001 MULTA DE 4,00
PROTESTAR APOS 02 DIAS CORRIDOS DO VENCIMENTO
DEVOLVER EM 23/07/2001
COBRANCA ESCRITURAL.

(-) Desconto/Abatimento

(+) Mora/Multa

(=) Valor Cobrado

CLIENTE ITAU:PAGUE NO BANKFONE, BANKLINE OU CAIXAS ELETRONICOS

SACADO - PREF. MUN.EST. T.HOLAMBRA
R.MAURICIO DE NASSAU N. 444
13825-000 POCO FUNDO HOLAMBRA SP

CNPJ/CPF- 67172437000183

Sacador/Avalista:

Autenticação mecânica

Banco Itaú S.A. - CGC 60.701.190

Confere com o Origina
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

INTERESSADO	IMPORTÂNCIA
COMPNEWS PEDREIRA COM.DE COMPUTADORES E ACESSÓRIOS LTDA	R$ 702,52

REQUISIÇÃO Nº 2092/2001	COMPRAS
EMPENHO Nº 2942/2001	CONTABILIDADE

TESOURARIA

DATA DO PAGAMENTO 21 JUN 2001

Prefeitura ... TESOURARIA

DOCUMENTO Nº 142659 Compnews mouse

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

(Cidade das Flores)

AL. MAURÍCIO DE NASSAU, 444 - FONES (19) 3802-1321
3802-1322 - CEP 13825-000 - HOLAMBRA - SP
C.N.P.J.: 67.172.437/0001-83

DEPARTAMENTO DA FAZENDA
DIVISÃO DA DESPESA

NOTA DE EMPENHO

Nº DO EMPENHO / TIPO	RECURSO
002942/ 1 Ordinario	Orcamentario

ÓRGÃO: 02 GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCI

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03 ADMINISTRACAO PESSOAL,MATERIAL E E

DOTAÇÃO: 03070212.004000.313 .00.00.0080utros Servicos e Encargos

Nº CONTA: 28

CREDOR: 3122 COMPNEWS PEDREIRA COM.DE COMPUTADORES E 000

ENDEREÇO: RUA ALICE MOREIRA 139 CENTRO

FONE:

CIDADE: PEDREIRA SP

LICITAÇÃO	NÚMERO	SOLICITAÇÃO	PROC. COMPRA	EMISSÃO	VENCIMENTO
Dispensada por Limit		2092/2001		24.05.01	24.05.01

VALOR ORÇADO	SALDO ANTERIOR	VALOR DO EMPENHO	SALDO ATUAL
190.000,00		702,52	147.548,22

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1		REFERE-SE A SERVICOS DE MANUTENCAO NOS EQUIPAMENTOS MICRO COMPUTADOR DA PREFEITURA	702,52	702,52

TOTAL GERAL 702,52

Marina Paes
Coordenadora Administrativa
R.G. 30.219.685-7
ASSINATURA

ART. CX. Nº
CHEQUE Nº
BANCO

Izildinha Ap. Guidotti
Tesoureira
TESOUREIRO

PAGUE-SE
DATA 21 / 06 / 001

Celso Capato
Prefeito Municipal
PREFEITO MUNICIPAL

RECIBO

DECLARO(AMOS) PARA OS DEVIDOS FINS, QUE RECEBI(EMOS) A IMPORTÂNCIA DESTA GUIA DE PAGAMENTO, CORRESPONDENTE AO ACIMA DESCRITO, E PELA QUAL DOU(AMOS) PLENA E IRREVOGÁVEL QUITAÇÃO.

HOLAMBRA, 21 / 06 / 001

ASSINATURA

ANOTAÇÕES

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

CQA® CENTRO DE QUALIDADE ANALÍTICA
LABORATÓRIOS

CENTRO DE QUALIDADE ANALÍTICA LTDA.
Pabx: (19) 3241-1555
Fax: (19) 3242-2876
Internet: www.cqa.com.br
e-mails: info@cqa.com.br
vendas@cqa.com.br
financeiro@cqa.com.br

Rua Julio Diniz, nº 27
Jd. N. S. Auxiliadora - CEP 13075-420
Campinas - SP - Brasil
C.N.P.J. 54.692.645/0001-61
Inscriçao Municipal Nº 4.381-8
Inscr. Estadual: isento

NOTA FISCAL - FATURA DE SERVIÇOS
SÉRIE "A"
Nº 000581

NATUREZA DA OPERAÇÃO: PRESTAÇAO SERVIÇOS
VIA DE TRANSPORTE:
DATA EMISSÃO: 11/06/200

SETOR	NOTA FISCAL-FAT.	FATURA / DUPLICATA VALOR	DUPLICATA Nº DE ORDEM	VENCIMENTO
	Nº 000581	200,00	000581	21/06/2001

1.ª VIA CLIENTE

Laboratórios CQA

- Bioensaios - Toxicidade - Microscopia
- Cromatografia liquida/gasosa
- Físico-químicos
- Microbiologia

Algumas Áreas de Atuação

- Água
- Alimentos
- Desenvolvimento & Soluções
- Fármacos & Prod. de Higiene
- Materiais
- Meio Ambiente

CONTROLE:
CÓDIGO:
DESC. DE: % ATÉ:
COND. ESP.: PRAZO 30DD

RAZÃO SOCIAL: Prefeitura Municipal Da Estância T. Holambra
ENDEREÇO: MAURÍCIO DE NASSAU, 444
BAIRRO:
MUNICÍPIO / CEP: HOLAMBRA / 13825-000 EST.: SI
PÇA. DE PAGTO.: O MESMO EST.: SI
C.N.P.J.: 67.172.437/0001-83 INSCR. EST. Nº

VALOR POR EXTENSO
DUZENTOS REAIS**********

RECONHEÇO(EMOS) A EXATIDÃO DESTA FATURA DE **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,** QUE PAGAREI(EMOS) À **Centro de Qualidade Analitica Ltda.,** OU À SUA ORDEM NA PRAÇA E VENCIMENTO INDICADOS.

QUANTIDADE	DISCRIMINAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	ANÁLISES EM AMOSTRAS DE ÁGUA DE POÇO	200,00	200,0

Nº CONTROLE DO FORMULÁRIO
000606

OBS.: AMOSTRAS Nº 19705
CONFORME COTAÇÃO Nº 371/01

TOTAL DA N.F.	200,0
I.R.R.F. R$	
ISSQN	10,0
LÍQUIDO R$	200,0

MULTICORES GRÁFICA PAPELARIA E EDITORA LTDA. - Rua Oscar Leite, 156 - **Fone/Fax (0xx19) 234-5136** - C.N.P.J. 51.310.662/0001-07 - I.E. 244.174.707.112 - Campinas - SP - 000.001 à 001.000x5 vias - AIDF 0828 - 08/00

ECEBI(EMOS) DE **CENTRO DE QUALIDADE ANALÍTICA LTDA.**, OS SERVIÇOS CONSTANTES DA **NOTA FISCAL - FATURA DE SERVIÇOS - SÉRIE "A"** , INDICADA AO LADO.

DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	NOTA FISCAL - FATURA DE SERVIÇOS
	NOME: RG. ASSINATURA	Nº 000581 SÉRIE "A"

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

ATESTO

REQUISITO análise de água

RECEBI EM 11/06/01

SETOR Obras

REQUISITANTE

NOME Adriana B. Brangeli

CARGO Engenheira

R.G. 14 807 820

ASS. A B Brangeli

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Cidade das Flores

AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 - FONES (019) 3802-1321

CEP - 13825-000 - HOLAMBRA - SP

C.G.C. 67.172.437/0001-83

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

SOLICITAÇÃO DE EMPENHO **2092 / 2001**

CREDOR: **3122 - Compnews Pedreira Com. de Computadores e Assórios Ltda**

ENDEREÇO: Nº:

CIDADE: Pedreira UF: SP

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: A prazo

PRAZO DE ENTREGA: :Imediato

PROCESSO Nº 2092 / 2001

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	VL UNIT	VL TOTAL
1	1,00	UN	Refere - se: a serviços de manutenção nos Equipamentos micro computador da Prefeitura	702,52	702,52
				TOTAL	702,52

SETOR: ADMINISTRACAO PESSOAL,MATERIAL E BENS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS HOLAMBRA, 24/Maio/2001

Iran Daier Brunhani
Chefe Divisão Compras

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Itaú Banco Itaú S.A. | 341-7 | Recibo do Sacado

Local de pagamento

Vencimento: 24/05/01

Cedente: COMPUNEWS PEDR C COMPUT E ACES — CGC/CPF: 63.938.591/0001-62

Agência/cód.cedente: 0012-21650-3

Data documento	Número do documento	Espécie doc.	Aceite	Data proces.

Nosso número: 174-35843940-1

Uso Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor
19/05/2001		R$		X

(=) Valor do documento: 702,57

Instruções (Todas informações deste bloqueto são de exclusiva responsabilidade do cedente).

REF. 05.1860-18635/18-1
COBRAR JUROS DE MORA P.DIA DE R$ 1,76
APOS VENCTO. MULTA DE 2%
APOS 05 DIAS DE VENCTO ENVIAR AO CARTORIO

(-) Desconto/abatimento

(+) Mora/multa

(=) Valor cobrado

702,57 SEC/15170
702,57 ERR/15170

Sacado: PREF.MUNIC.DA ESTANCIA TURIST. HOLAMBRA
ALAMEDA MAURICIO DE NASSAU, 144 HOLAMBRA
67.172.437/0001-83 ISENTO

Sacador/Avalista

Cód. de baixa: "000714"

Autenticação Mecânica

268 BCO 341 84394.01001 REG 151700107 DIN 3143

268 BCO 341 84394.01001 REG 151700107 DIN 3143

BB 3143001 21662001

3143010 21662001

Banco Itaú S.A. - 8-3 - CX - 02/93 - Via Intermediária

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

NOTA FISCAL - FATURA Nº 5199

[x] SAÍDA [ ] ENTRADA

CLAUDINHA

COMPUNEWS
TELEINFORMÁTICA
Tel. (0xx19) 3893-2731

Compunews Pedreira Com. de Computadores e Acessórios Ltda.
Rua Alice Moreira, 139 - centro - CEP 13920-000 - PEDREIRA - SP

CNPJ 63.938.591/0001-62

INSCRIÇÃO ESTADUAL 519.014.952.114

1ª VIA DESTINATÁRIO/ REMETENTE

DATA-LIMITE PARA EMISSÃO 00.00.00

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCR. EST. DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO
PRESTACAO DE SERVICOS		

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL	CNPJ / CPF	DATA DA EMISSÃO
PREF.MUNIC.DA ESTANCIA TURIST. HOLAMBRA	67.172.437/0001-83	05 /06 /01

ENDEREÇO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
ALAMEDA MAURICIO DE NASSAU, 444	CENTRO	13825-000	05 /06 /01

MUNICÍPIO	FONE / FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
HOLAMBRA		SP	ISENTO	

FATURA

DUPLICATA Nº	PORTADOR / BANCO	VENC.	A	B	C
0005199			~~24/06/01~~ 702.52		

DADOS DO PRODUTO

COD. PROD.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	SITUAÇ. TRIBUT.	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQ. ICMS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	INSCRIÇÃO MUNICIPAL
MANUTENCAO NO EQU. MICRO P.133 OS.No. 0018808	130.00	130.00	5-4-2374
MANUTENCAO NO EQU. MICRO OS.No. 0018635	498.00	498.00	VALOR DO ISS
MANUTENCAO NO EQU. MICRO P 100 OS.No. 0018771	74.52	74.52	
EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES LEI Nº 9317/96			VALOR DOS SERVIÇOS 702,52

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE CÁLC. ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0.00	0.00			0.00
VALOR DO FRETE	**VALOR DO SEGURO**	**OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS**	**VALOR TOTAL DO IPI**	**VALOR TOTAL DA NOTA**
				~~702.52~~

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1 - EMITENTE 2 - DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
~~NOSSO CARRO~~	1			
ENDEREÇO	MUNICÍPIO		UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS ADICIONAIS

ORIGEM DA MERCADORIA

0 - NACIONAL
1 - ESTRANGEIRA - Importação direta
2 - ESTRANGEIRA - Adq. no merc. int.

TRIBUTAÇÃO PELO ICMS

0 - Tributada integralmente
1 - Tributada e com cobrança do ICMS por substituição tributária
2 - Com redução de Base de Cálculo
3 - Isenta ou Não Tributada e com cobrança do ICMS por substituição tributária
4 - Isenta ou Não Tributada
5 - Com suspensão ou diferimento
6 - ICMS cobrado anteriormente por substituição tributária
7 - Outras

EPSON PROVIEW Microsoft Novell SMS

RESERVADO AO FISCO

GRAFICA TAMIRES LTDA. - Av. Dr. Sylvio de Aguiar Maya, 614 - Pedreira - SP - Telefax 3893-3052 - CNPJ 00.802.792/0001-18 - Inscr. Est. 519.021.898.117 - 5001 a 5500 x 4 Vias - Aut. Est. 1317 - Aut. Mun. 221 - 02/01

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

NOTIFICAÇÃO AOS DEPARTAMENTOS

O Departamento de Finanças notifica a todos os Setores da Prefeitura Municipal de Holambra, que por determinação do Egrégio Tribunal de Contas, todas as despesas deverão ter o atestado de recebimento do serviço, obra e compra, seja na própria nota ou em termo adicionado ao processo de empenho.

Informamos ainda que deverão ser regularizados todos os empenhos que não se encontram atestados pelos responsáveis de setor, providenciando-se a averiguação um a um do exercício de 2001 e 2002.

Holambra, 06 de Novembro de 2002.

DANIELA APARECIDA MILLARES
Diretora de Finanças

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

7/11/2

Claudia Regina Granzier Lopes
Chefe de Divisão de Recursos Humanos

Cetil Sistemas de Informática S.A.
Rua João Pessoa, 1183 Bairro da Velha CEP 89036-001 Blumenau-SC
Tel: (47) 329-1700 Fax: (47) 329-1226 E-mail: cetil@cetil.com.br
CNPJ: 83.844.522/0001-05 I.Estadual: 252.981.308 I.Munic.11035

Inteligência em Informática

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS
1ª VIA - Série "IS"
Nº 085141
Data da Emissão: 02/05/2001

CLIENTE Prefeitura Municipal de Estancia Turistica de Holambra 5683-9
ENDEREÇO AL. MAURICIO DE NASSAU 444
CEP 13825-000 MUNICÍPIO Est. Tur. Holambra ESTADO SP
PRAÇA DE PGTO. 13825-000-Est. Tur. Holambra
INSC. CNPJ/CPF 67172437/0001-83 INSC. ESTADUAL Fil.1202 OF:12/A/002171

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR
	Periodo: Maio/2001 LICENCA DE USO AGREGADA AOS DIREITOS AUTORAIS DO SOFTWARE PRONIM	
159-101	ATUALIZACAO PRONIM	806,51

Nº DE CONTROLE DO FORMULÁRIO 071743 VENCIMENTO 15/05/01 TOTAL DA NOTA FISCAL 806,51

Esta Nota Fiscal devera ser paga pelo bloqueto que segue em anexo.

PRINTFORM Formulários Ltda. - Fone/Fax: (47) 325-2544 - Rua Guilherme Poerner, 1655 - 89032-300 - Blumenau - SC - CNPJ 95.843.967/0001-41 - I.E. 252.607.082 - Cred. 013/2000 - BI - SC -015.000 x 2 - Nº 071.001 À 086.000 - N.S. - 99 - AIDF-P.M. BNU (14711/2001) 26/01/2001.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

ATESTO

REQUISITO Serviço

Lançado na nota

RECEBI EM 04/05/2005

SETOR Tributação

REQUISITANTE

NOME Zenaide Cristina

Hellmann

CARGO

R.G.

ASS. Hellmann

Zenaide Cristina Hellmann
Chefe Divisão Lançadoria

ATESTO

EQUISITO Serviços

RECEBI EM 5 / 6 / 01

SETOR Educação

REQUISITANTE

NOME Rafael C. Hardt

CARGO CHEFE I NE

R.G. 7943050

ASS.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

NOTIFICAÇÃO AOS DEPARTAMENTOS

O Departamento de Finanças notifica a todos os Setores da Prefeitura Municipal de Holambra, que por determinação do Egrégio Tribunal de Contas, todas as despesas deverão ter o atestado de recebimento do serviço, obra e compra, seja na própria nota ou em termo adicionado ao processo de empenho.

Informamos ainda que deverão ser regularizados todos os empenhos que não se encontram atestados pelos responsáveis de setor, providenciando-se a averiguação um a um do exercício de 2001 e 2002.

Holambra, 06 de Novembro de 2002.

RECEBI — 07/12/2002

Manoel Evando da Silva
Diretor de Obras
Depto. de Obras e Serviços Municipais

DANIELA APARECIDA MILLARES
Diretora de Finanças

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

NOTIFICAÇÃO AOS DEPARTAMENTOS

O Departamento de Finanças notifica a todos os Setores da Prefeitura Municipal de Holambra, que por determinação do Egrégio Tribunal de Contas, todas as despesas deverão ter o atestado de recebimento do serviço, obra e compra, seja na própria nota ou em termo adicionado ao processo de empenho.

Informamos ainda que deverão ser regularizados todos os empenhos que não se encontram atestados pelos responsáveis de setor, providenciando-se a averiguação um a um do exercício de 2001 e 2002.

Holambra, 06 de Novembro de 2002.

DANIELA APARECIDA MILLARES
Diretora de Finanças

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Wilma Zonatto Mazza
Téc. Contábil CRC 1SP 118420/O-1

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

NOTIFICAÇÃO AOS DEPARTAMENTOS

O Departamento de Finanças notifica a todos os Setores da Prefeitura Municipal de Holambra, que por determinação do Egrégio Tribunal de Contas, todas as despesas deverão ter o atestado de recebimento do serviço, obra e compra, seja na própria nota ou em termo adicionado ao processo de empenho.

Informamos ainda que deverão ser regularizados todos os empenhos que não se encontram atestados pelos responsáveis de setor, providenciando-se a averiguação um a um do exercício de 2001 e 2002.

Holambra, 06 de Novembro de 2002.

DANIELA APARECIDA MILLARES
Diretora de Finanças

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Recebi em 07/11/02

Haroldo Capato
Compras

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

NOTIFICAÇÃO AOS DEPARTAMENTOS

O Departamento de Finanças notifica a todos os Setores da Prefeitura Municipal de Holambra, que por determinação do Egrégio Tribunal de Contas, todas as despesas deverão ter o atestado de recebimento do serviço, obra e compra, seja na própria nota ou em termo adicionado ao processo de empenho.

Informamos ainda que deverão ser regularizados todos os empenhos que não se encontram atestados pelos responsáveis de setor, providenciando-se a averiguação um a um do exercício de 2001 e 2002.

Holambra, 06 de Novembro de 2002.

DANIELA APARECIDA MILLARES
Diretora de Finanças

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

NOTIFICAÇÃO AOS DEPARTAMENTOS

O Departamento de Finanças notifica a todos os Setores da Prefeitura Municipal de Holambra, que por determinação do Egrégio Tribunal de Contas, todas as despesas deverão ter o atestado de recebimento do serviço, obra e compra, seja na própria nota ou em termo adicionado ao processo de empenho.

Informamos ainda que deverão ser regularizados todos os empenhos que não se encontram atestados pelos responsáveis de setor, providenciando-se a averiguação um a um do exercício de 2001 e 2002.

Holambra, 06 de Novembro de 2002.

DANIELA APARECIDA MILLARES
Diretora de Finanças

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

07/10/2002

Zenaide Cristina Hellmann
Chefe Divisão Lançadoria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

NOTIFICAÇÃO AOS DEPARTAMENTOS

O Departamento de Finanças notifica a todos os Setores da Prefeitura Municipal de Holambra, que por determinação do Egrégio Tribunal de Contas, todas as despesas deverão ter o atestado de recebimento do serviço, obra e compra, seja na própria nota ou em termo adicionado ao processo de empenho.

Informamos ainda que deverão ser regularizados todos os empenhos que não se encontram atestados pelos responsáveis de setor, providenciando-se a averiguação um a um do exercício de 2001 e 2002.

Holambra, 06 de Novembro de 2002.

DANIELA APARECIDA MILLARES
Diretora de Finanças

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Recebi em 07/11/02
Fabiana

Fabiana Radike Rossi
Chefe de Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

NOTIFICAÇÃO AOS DEPARTAMENTOS

O Departamento de Finanças notifica a todos os Setores da Prefeitura Municipal de Holambra, que por determinação do Egrégio Tribunal de Contas, todas as despesas deverão ter o atestado de recebimento do serviço, obra e compra, seja na própria nota ou em termo adicionado ao processo de empenho.

Informamos ainda que deverão ser regularizados todos os empenhos que não se encontram atestados pelos responsáveis de setor, providenciando-se a averiguação um a um do exercício de 2001 e 2002.

Holambra, 06 de Novembro de 2002.

DANIELA APARECIDA MILLARES
Diretora de Finanças

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Ralph C. Hardt
Chefe Depto Informática
7/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

NOTIFICAÇÃO AOS DEPARTAMENTOS

O Departamento de Finanças notifica a todos os Setores da Prefeitura Municipal de Holambra, que por determinação do Egrégio Tribunal de Contas, todas as despesas deverão ter o atestado de recebimento do serviço, obra e compra, seja na própria nota ou em termo adicionado ao processo de empenho.

Informamos ainda que deverão ser regularizados todos os empenhos que não se encontram atestados pelos responsáveis de setor, providenciando-se a averiguação um a um do exercício de 2001 e 2002.

Holambra, 06 de Novembro de 2002.

DANIELA APARECIDA MILLARES
Diretora de Finanças

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

07/11/2002

Wanderlei Sellani
Diretor de Planejamento

ANO
200 1

PROCESSO

DATA
25/01/01

FOLHA
01

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

INTERESSADO:
PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

ASSUNTO:
RELATÓRIO DE DESPESAS COM PESSOAL

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 02 / 02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA — 02

CARTA OFÍCIO 12/2001.

Holambra, 25 de janeiro de 2001.

Ao Depto Jurídico
Diretora do Depto Jurídico
Dr.a Nagela Marma Chaib Lotierzo

Submetemos à Vossa apreciação Relatórios de Despesas com Pessoal, apurado no exercício de 2000.Para fins de enquadramento do Executivo aos índices estipulados no Art.20 da Lei Complementar 101/00, devidos nos próximos 2 quadrimestres.

Solicitamos providências no sentido de redução das despesas, de acordo com o disposto no Art.169 § 3° da Constituição Federal.

Colocando ao inteiro dispor para esclarecimento de quaisquer dúvidas, aproveitamos a oportunidade para apresentarmos os nossos protestos de elevada estima e consideração.

Depto de Contabilidade e Finanças

Daniela Aparecida Millares
Chefe de Divisão de Finanças

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@hotmet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
03

Quadro de Pessoal Civil

6º Bimestre – Exercício de 2000 – Executivo – Legislativo
Art.22 e 59; da Lei Complementar 101/2000

Holambra, 24 de janeiro de 2001.

A Receita Corrente Liquida do exercício de 2000 foi de R$ 8.752.705,68, seguindo normas das deduções legais, conf. Art.18 a 20 da Lei 101/00.

A Despesa com o Executivo ref. a Pessoal Civil no exercício de 2000 do município de Holambra foi de R$ 5.011.651,14.

Se tratando do Legislativo, soma um montante de despesa com Pessoal Civil, do exercício de 2000 no valor de R$ 181.937,30.

Em Resumo de Percentuais Anual, temos o seguinte quadro:

Executivo

Valor despesa Pessoal Civil Executivo anual 2000	R$ 5.011.651,14
Receita Corrente Liquida anual 2000	R$ 8.752.705,68
Percentual em relação a R.C.L. anual apurado em Dez/2000	57,26%

Legislativo

Valor gasto c/ Pessoal Civil Legislativo anual 2000	R$ 181.937,30.
Receita Corrente Liquida anual 2000	R$ 8.752.705,68
Percentual em Relação a Receita Corrente Liquida anual	2,08%

Pessoal Civil Cargo de Comissão do Executivo

Valor gasto c/ Pessoal Civil Comissionado ano 2000	R$ 1.116.294,51
Receita Corrente Liquida anual 2000	R$ 8.752.705.68
Percentual em relação R.C.L. anual 2000	12,75%

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holinet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA — 01

Diante dos números, constatamos que o poder Executivo gastou com pessoal o equivalente a 57,26% da Receita Corrente Liquida, ou seja R$ 285.338,21 a mais do permitido no ano de 2000.

Daniela Ap. Millares
Chefe da Divisão de Finanças

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA — 05

QUADRO COM GASTO DE PESSOAL CIVIL COMISSIONADO/2000.

MÊS	RECEITA	DESPESA	PERCENTUAL
JANEIRO/00	803.876,11	71.762,29	8.93%
FEVEREIRO/00	639.713,02	93.159,17	14,56%
MARÇO/00	839.080,40	81.512,23	9,71%
ABRIL/00	651.150.23	100.523,75	15,44%
MAIO/00	680.463,36	90.758,68	13,34%
JUNHO/00	580.146,32	95.342,56	16,43%
JULHO/00	737.356,62	85.155,06	11,55%
AGOSTO/00	777.952,27	92.392,24	11,88%
SETEMBRO/00	703.118,29	91.631,00	13,03%
OUTUBRO/00	794.356,00	85.377,73	10,75%
NOVEMBRO/00	781.152,45	85.234,17	10,91%
DEZEMBRO/00	764.340,61	143.445,63	18,77%

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

SP

Prefeitura Munic. Holambra

Demonstrativo da Receita Corrente I a

Artigo 2o, Inciso IV e 53, Inciso I da LC. 101/00

Administracao Direta, Indireta e Fundacional

Periodo : Dezembro/2000

Valores expressos em R$

RECEITAS CORRENTES	Janeiro/2000 Julho/2000	Fevereiro/2000 Agosto/2000	Marco/2000 Setembro/2000	Abril/2000 Outubro/2000	Maio/2000 Novembro/2000	Junho/2000 Dezembro/2000	TOTAIS
Administracao Direta	863.929,88 796.253,48	703.074,43 843.586,91	891.580,76 770.841,22	714.814,39 870.510,40	753.409,88 863.144,42	636.233,39 847.946,43	9.555.325,59
Administracao Indireta							
Fundos	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
Autarquias	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
Fundacoes Publicas	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
Empresas Estatais Dependentes	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
Subtotal	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
Deducoes							
Contribuicoes dos Servidores ao Regime Proprio de Previdencia :	2.645,02 3.063,88	7.485,09 12.214,39	6.677,06 2.994,44	7.218,47 7.563,84	7.573,00 14.786,86	4.884,81 19.410,93	96.517,79
Compensacao Financeira entre Regimes de Previdencia	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
Resultado Liquido FUNDEF	57.408,75 55.832,98	55.876,32 53.420,25	45.823,30 64.728,49	56.445,69 68.590,56	65.373,52 67.205,11	51.202,26 64.194,89	706.102,12
Subtotal	60.053,77 58.896,86	63.361,41 65.634,64	52.500,36 67.722,93	63.664,16 76.154,40	72.946,52 81.991,97	56.087,07 83.605,82	802.619,91
RECEITA CORRENTE LIQUIDA	803.876,11 737.356,62	639.713,02 777.952,27	839.080,40 703.118,29	651.150,23 794.356,00	680.463,36 781.152,45	580.146,32 764.340,61	8.752.705,68

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

efeitura Munic. Holambra

Demonstrativo das Despesas com Pesso Dezembro de 2000

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complemencar 101/00

Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Janeiro/2000 Julho/2000	Fevereiro/2000 Agosto/2000	Marco/2000 Setembro/2000	Abril/2000 Outubro/2000	Maio/2000 Novembro/2000	Junho/2000 Dezembro/2000	TOTAIS
ESAS COM PESSOAL							
sas com Pessoal	300.661,71	314.937,34	313.213,02	359.119,18	345.523,15	348.564,19	
	330.145,39	349.793,41	343.946,20	333.559,04	328.019,90	646.970,18	4.314.452,71
de-obra Terceirizada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
gos Sociais	94.482,07	31.736,31	32.117,65	35.671,05	35.840,69	37.371,62	
	35.505,93	37.127,67	36.037,83	35.185,81	34.030,29	64.161,15	509.268,07
ivos	260,97	260,97	260,97	281,84	281,84	281,84	
	281,84	281,84	281,84	281,84	281,84	563,68	3.601,31
ionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
cio Familia	368,06	0,00	9,05	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	377,11
ASEP	16.116,97	9.270,29	6.977,82	10.633,50	1.005,26	12.442,32	
	768,42	26.529,92	8.156,91	8.562,90	16.457,92	9.395,06	126.317,29
ncas Judiciais(Pessoal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
s Despesas com Pessoal	1.466,64	2.589,21	3.087,73	6.133,80	6.560,60	8.462,73	
	7.483,46	5.597,26	5.637,28	2.845,38	2.066,17	5.704,39	57.634,65
Subtotal	413.356,42	358.794,12	355.666,24	411.839,37	389.211,54	407.122,70	
	374.185,04	419.330,10	394.060,06	380.434,97	380.856,12	726.794,46	5.011.651,14
DUCOES							
izacao por Demissao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
tivos a Demissao Voluntaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ao Judicial de Competencia Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
vos(Custeio de Recursos Especificados)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	413.356,42	358.794,12	355.666,24	411.839,37	389.211,54	407.122,70	
	374.185,04	419.330,10	394.060,06	380.434,97	380.856,12	726.794,46	5.011.651,14
ta Corrente Liquida	803.876,11	639.713,02	839.080,40	651.150,23	680.463,36	580.146,32	
	737.356,62	777.952,27	703.118,29	794.356,00	781.152,45	764.340,61	8.752.705,68

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/12/2000

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
07

efeitura Munic. Holambra

Demonstrativo das Despesas com Pesso Dezembro de 2000

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Janeiro/2000	Fevereiro/2000	Marco/2000	Abril/2000	Maio/2000	Junho/2000	
	Julho/2000	Agosto/2000	Setembro/2000	Outubro/2000	Novembro/2000	Dezembro/2000	
cipacao da Despesa de Pessoal	51,42%	56,09%	42,39%	63,25%	57,20%	70,18%	
ceita Corrente Liquida	50,75%	53,90%	56,04%	47,89%	48,76%	95,09%	57,26%

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

feitura Munic. Holambra

Demonstrativo das Despesas com Pessc — Dezembro de 2000

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Legislativo

Valores expressos em R$

	Janeiro/2000	Fevereiro/2000	Marco/2000	Abril/2000	Maio/2000	Junho/2000	
	Julho/2000	Agosto/2000	Setembro/2000	Outubro/2000	Novembro/2000	Dezembro/2000	TOTAIS
SAS COM PESSOAL							
sas com Pessoal	0,00	16.027,80	13.886,00	14.129,32	14.813,69	14.663,95	
	14.662,95	14.662,95	14.664,95	13.861,95	15.749,68	30.987,20	178.110,44
e-obra Terceirizada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
gos Sociais	0,00	330,82	258,38	280,28	324,32	291,78	
	291,78	291,78	291,78	291,78	379,54	794,62	3.826,86
vos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
onistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
io Familia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ncas Judiciais(Pessoal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
s Despesas com Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	16.358,62	14.144,38	14.409,60	15.138,01	14.955,73	
	14.954,73	14.954,73	14.956,73	14.153,73	16.129,22	31.781,82	181.937,30
DUCOES							
izacao por Demissao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
tivos a Demissao Voluntaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ao Judicial de Competencia Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
vos(Custeio de Recursos Especificados)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
cacao Extraordinaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	16.358,62	14.144,38	14.409,60	15.138,01	14.955,73	
	14.954,73	14.954,73	14.956,73	14.153,73	16.129,22	31.781,82	181.937,30

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA — 09

feitura Munic. Holambra

Demonstrativo das Despesas com Pess Dezembro de 2000

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Legislativo

Valores expressos em R$

	Janeiro/2000	Fevereiro/2000	Marco/2000	Abril/2000	Maio/2000	Junho/2000	
	Julho/2000	Agosto/2000	Setembro/2000	Outubro/2000	Novembro/2000	Dezembro/2000	
ta Corrente Liquida	803.876,11	639.713,02	839.080,40	651.150,23	680.463,36	580.146,32	
	737.356,62	777.952,27	703.118,29	794.356,00	781.152,45	764.340,61	8.752.705,68
cipacao da Despesa de Pessoal	0,00%	2,56%	1,69%	2,21%	2,22%	2,58%	
ceita Corrente Liquida	2,03%	1,92%	2,13%	1,78%	2,06%	4,16%	2,08%

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

10

feitura Munic. Holambra

Demonstrativo das Despesas com Pessc Dezembro de 2000

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Legislativo, Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Janeiro/2000	Fevereiro/2000	Marco/2000	Abril/2000	Maio/2000	Junho/2000	
	Julho/2000	Agosto/2000	Setembro/2000	Outubro/2000	Novembro/2000	Dezembro/2000	TOTAIS
SAS COM PESSOAL							
sas com Pessoal	300.661,71	330.965,14	327.099,02	373.248,50	360.336,84	363.228,14	
	344.808,34	364.456,36	358.611,15	347.420,99	343.769,58	677.957,38	4.492.563,15
e-obra Terceirizada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
gos Sociais	94.482,07	32.067,13	32.376,03	35.951,33	36.165,01	37.663,40	
	35.797,71	37.419,45	36.329,61	35.477,59	34.409,83	64.955,77	513.094,93
vos	260,97	260,97	260,97	281,84	281,84	281,84	
	281,84	281,84	281,84	281,84	281,84	563,68	3.601,31
onistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
io Familia	368,06	0,00	9,05	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	377,11
ASEP	16.116,97	9.270,29	6.977,82	10.633,50	1.005,26	12.442,32	
	768,42	26.529,92	8.156,91	8.562,90	16.457,92	9.395,06	126.317,29
ncas Judiciais(Pessoal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
s Despesas com Pessoal	1.466,64	2.589,21	3.087,73	6.133,80	6.560,60	8.462,73	
	7.483,46	5.597,26	5.637,28	2.845,38	2.066,17	5.704,39	57.634,65
Subtotal	413.356,42	375.152,74	369.810,62	426.248,97	404.349,55	422.078,43	
	389.139,77	434.284,83	409.016,79	394.588,70	396.985,34	758.576,28	5.193.588,44
DUCOES							
izacao por Demissao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
tivos a Demissao Voluntaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ao Judicial de Competencia Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
vos(Custeio de Recursos Especificados)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
cacao Extraordinaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	413.356,42	375.152,74	369.810,62	426.248,97	404.349,55	422.078,43	
	389.139,77	434.284,83	409.016,79	394.588,70	396.985,34	758.576,28	5.193.588,44

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 02/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

efeitura Munic. Holambra

Demonstrativo das Despesas com Pessc Dezembro de 2000

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complemer.ar 101/00

Poder Legislativo, Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Janeiro/2000	Fevereiro/2000	Marco/2000	Abril/2000	Maio/2000	Junho/2000	
	Julho/2000	Agosto/2000	Setembro/2000	Outubro/2000	Novembro/2000	Dezembro/2000	
ita Corrente Liquida	803.876,11	639.713,02	839.080,40	651.150,23	680.463,36	580.146,32	
	737.356,62	777.952,27	703.118,29	794.356,00	781.152,45	764.340,61	8.752.705,68
icipacao da Despesa de Pessoal	51,42%	58,64%	44,07%	65,46%	59,42%	72,75%	
eceita Corrente Liquida	52,77%	55,82%	58,17%	49,67%	50,82%	99,25%	59,34%

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 01/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA — 12

Valores expressos em R$

	Janeiro/2000 Julho/2000	Fevereiro/2000 Agosto/2000	Marco/2000 Setembro/2000	Abril/2000 Outubro/2000	Maio/2000 Novembro/2000	Junho/2000 Dezembro/2000	TOTAIS
TAS							
ibuicoes Patronais	2.645,02	7.485,09	6.677,06	7.111,68	7.515,36	4.827,17	
	2.936,80	12.156,75	2.936,80	7.506,20	14.729,22	19.353,29	95.880,44
ibuicoes dos Servidores	2.645,02	7.485,09	6.677,06	7.218,47	7.573,00	4.884,81	
	3.063,68	12.214,39	2.994,44	7.563,84	14.786,86	19.410,93	96.517,59
ibuicoes dos Inativos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
onistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5.290,04	14.970,18	13.354,12	14.330,15	15.088,36	9.711,98	
	6.000,48	24.371,14	5.931,24	15.070,04	29.516,08	38.764,22	192.398,03
SAS							
vos e Pensionistas	1.727,61	260,97	260,97	281,84	281,84	281,84	
	281,84	281,84	281,84	281,84	281,84	563,68	5.067,95
	1.727,61	260,97	260,97	281,84	281,84	281,84	
	281,84	281,84	281,84	281,84	281,84	563,68	5.067,95

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 03 / 11 / 02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Holambra, 29 de janeiro de 2001

Ao Exmo.
Sr. Prefeito Municipal

Tendo em vista o relatório apresentado pelo setor financeiro, pedimos providências urgentes no sentido de redução dos gastos com pessoal comissionado, nos termos do que preceitua a Constituição federal § 3° do artigo 169, como medida de ajustamento do índice de percentual com gasto de pessoal dentro do próximo quadrimestre.

NÁGILA M. CHAIB LOTIERZO
Diretor Jurídico

De acordo
29/01/01

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

COMUNICADO

Fica **expressamente proibido** a partir desta data, **o trabalho em hora extraordinária**, salvo quando autorizada diretamente pelo Prefeito Municipal.

Informamos que tais medidas estão sendo tomadas em atendimento a Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) que limita os gastos com despesas de pessoal do executivo em 54%, sendo que o percentual apurado para o Município de Holambra no ano de 2000 já atingiu o índice de 59,81%.

Pedimos a colaboração a todos os Diretores e Chefes de Depto para as providências necessárias, ressaltando que o não atendimento a ordem superior, ensejará o não pagamento das horas extraordinárias, bem como a tomada de medidas disciplinares.

Holambra, aos 02 de Fevereiro de 2.001.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA
16

Holambra, 13 de fevereiro de 2001

Ao departamento de Finanças.
Sta. Marina Paes

Providencie o Departamento de Finanças, novos cálculos para verificação das despesas com pessoal – cargos comissionados e seu correspondente percentual nos meses de janeiro e fevereiro de 2001.

NÁGILA M. CHAIB LOTIERZO
Diretor Jurídico

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA — 17

CARTA OFÍCIO 13/01

Holambra, 02 de Março de 2001.

Ao Depto Jurídico
Diretora do Depto Jurídico
Dr.a Nagela M. Chaib Lotierzo

Prezada Senhora

Encaminho a Vossa Ex.a. a documentação comprobadora dos percentuais de gastos com Pessoal Civil, no período de Março/2000 a Fevereiro/2001, como manda a Lei 101/00.

Diante de tais valores consta ainda, que necessitamos diminuir o percentual com pessoal civil.

Solicitamos providências no sentido de redução das despesas, de acordo com o disposto no Art.169 §3 da Constituição Federal.

Colocando ao inteiro dispor para esclarecimento de quaisquer dúvidas, aproveitamos a oportunidade para apresentarmos os nossos protestos de elevada estima e consideração.

Depto de Contabilidade e Finanças

Daniela Aparecida Millares
Chefe de Divisão de Finanças

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
18

QUADRO DE PESSOAL CIVIL

1º BIMESTRE – EXERCÍCIO DE 2001 – EXECUTIVO – LEGISLATIVO ART.22 E 59; DA LEI COMPLEMENTAR 101/2000

HOLAMBRA, 02 MARÇO DE 2001.

A Receita Corrente Liquida do Período de março/2000 a fevereiro/2001, foi de R$ 9.051.300,24.

A Despesa com o Executivo ref. a Pessoal Civil no Período de março /00 à fevereiro/01, é de R$ 5.026.105,79.

Se tratando do Legislativo ref. a esse período sitado nos parágrafos acima temos o montante de R$ 182.719,67.

Em resumo de Percentuais Do Período de Março/00 à Fevereiro/01, temos o seguinte quadro:

Executivo

Valor gasto c/ Pessoal Civil Executivo	R$ 5.026.105,79
Receita Corrente Liquida	R$ 9.051.300,24
Percentual em relação a R.C.L.	55.53%

Legislativo

Valor gasto c/ Pessoal Civil Legislativo	R$ 182.719,67
Receita Corrente Liquida	R$ 9.051.300,24
Percentual em Relação a R.C.L.	2.02%

Pessoal Civil Cargo de Comissão do Executivo

Valor gasto c/ Pessoal Civil Comissionado	R$ 1.059.268,12

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Receita Corrente Liquida R$ 9.051.300,24
Percentual em relação R.C.L. 11.70%

Com Relação as despesas com Cargos em Comissão a Redução de Dezembro/00 para Fevereiro/01 foi de 42,63%.

Diante dos números constatamos que o poder executivo gastou com Pessoal Civil o equivalente a 55,53% da Receita Corrente Liquida, ou seja 1,53% a mais que o permitido pela T.C.E.

Daniela Ap. Millares
Chefe da Divisão de Finanças

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

QUADRO COM GASTO DE PESSOAL CIVIL COMISSIONADO DE 2000 E 2001.

MÊS	RECEITA	DESPESA	PERCENTUAL
MARÇO/00	839.080,40	81.512,23	9.71%
ABRIL/00	651.150,23	100.523,75	15.44%
MAIO/00	680.463,36	90.758,68	13.34%
JUNHO/00	580.146,32	95.342,56	16.43%
JULHO/00	737.356,62	85.155,06	11.55%
AGOSTO/00	777.952,27	92.392,24	11.88%
SET/00	703.118,29	91631,00	13.03%
OUTUBRO/00	794.356,00	85.377,73	10.75%
NOV/00	781.152,45	85.234,17	10.91%
DEZ/00	764.340,61	143.445,63	18.77%
JANEIRO/01	861.965,75	48.136,09	5.58%
FEV/01	880.217,94	59.758,98	6.79%

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo da Receita Corrente Lic

Artigo 2o, Inciso IV e 53, Inciso I da LC. 101/00

Administracao Direta, Indireta e Fundacional

Periodo : Fevereiro/2001

Valores expressos em R$

RECEITAS CORRENTES	Marco/2000 Setembro/2000	Abril/2000 Outubro/2000	Maio/2000 Novembro/2000	Junho/2000 Dezembro/2000	Julho/2000 Janeiro/2001	Agosto/2000 Fevereiro/2001	TOTAIS
Administracao Direta ..... :	891.580,76	714.814,39	753.409,88	636.233,39	796.253,48	843.586,91	
	770.841,22	870.510,40	863.144,42	847.946,43	940.995,30	946.754,99	9.876.071,57
Administracao Indireta							
Fundos ..... :	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Autarquias ..... :	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundacoes Publicas ..... :	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas Estatais Dependentes ..... :	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal ..... :	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deducoes							
Contribuicoes dos Servidores ao Regime Proprio de Previdencia :	6.677,06	7.218,47	7.573,00	4.884,81	3.063,88	12.214,39	
	2.994,44	7.563,84	14.786,86	19.410,93	2.645,02	8.345,59	97.378,29
Compensacao Financeira entre Regimes de Previdencia ..... :	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Liquido FUNDEF ..... :	45.823,30	56.445,69	65.373,52	51.202,26	55.832,98	53.420,25	
	64.728,49	68.590,56	67.205,11	64.194,89	76.384,53	58.191,46	727.393,04
Subtotal ..... :	52.500,36	63.664,16	72.946,52	56.087,07	58.896,86	65.634,64	
	67.722,93	76.154,40	81.991,97	83.605,82	79.029,55	66.537,05	824.771,33
RECEITA CORRENTE LIQUIDA ..... :	839.080,40	651.150,23	680.463,36	580.146,32	737.356,62	777.952,27	
	703.118,29	794.356,00	781.152,45	764.340,61	861.965,75	880.217,94	9.051.300,24

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo da Receita Corrente Li

Artigo 2o, Inciso IV e 53, Inciso I da LC. 101/00

Administracao Direta, Indireta e Fundacional

CELSO CAPATO	WILMA ZANATTA MAZZER	DANIELA AP. MILLARES
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA	CHEFE DA DIV DE FINANCAS
	CRC 1SP118420/0-1	

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
22

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo das Despesas com Pessoa — Fevereiro de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Marco/2000 Setembro/2000	Abril/2000 Outubro/2000	Maio/2000 Novembro/2000	Junho/2000 Dezembro/2000	Julho/2000 Janeiro/2001	Agosto/2000 Fevereiro/2001	TOTAIS
DESPESAS COM PESSOAL							
Despesas com Pessoal	309.754,64	357.638,90	343.876,22	346.930,93	328.369,13	348.156,36	
	342.169,94	328.782,78	326.155,80	643.227,50	347.570,31	311.974,25	4.334.606,76
Mao-de-obra Terceirizada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Sociais	32.376,03	35.951,33	36.165,01	37.663,40	35.797,71	37.419,45	
	36.329,61	35.477,59	34.409,83	64.955,77	96.979,52	33.033,43	516.558,68
Inativos	260,97	281,84	281,84	281,84	281,84	281,84	
	281,84	281,84	281,84	563,68	281,84	281,84	3.643,05
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salario Familia	9,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,05
PIS/PASEP	6.977,82	10.633,50	1.005,26	12.442,32	768,42	26.529,92	
	8.156,91	8.562,90	16.457,92	9.395,06	9.661,71	1.057,38	111.649,12
Sentencas Judiciais(Pessoal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas com Pessoal	3.087,73	6.133,80	6.560,60	8.462,73	7.483,46	5.597,26	
	5.637,28	2.845,38	2.066,17	5.704,39	2.765,66	3.294,67	59.639,13
Subtotal	352.466,24	410.639,37	387.888,93	405.781,22	372.700,56	417.984,83	
	392.575,58	375.950,49	379.371,56	723.846,40	457.259,04	349.641,57	5.026.105,79
(-)DEDUCOES							
Indenizacao por Demissao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivos a Demissao Voluntaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decisao Judicial de Competencia Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos(Custeio de Recursos Especificados)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	352.466,24	410.639,37	387.888,93	405.781,22	372.700,56	417.984,83	
	392.575,58	375.950,49	379.371,56	723.846,40	457.259,04	349.641,57	5.026.105,79
Receita Corrente Liquida	839.080,40	651.150,23	680.463,36	580.146,32	737.356,62	777.952,27	
	703.118,29	794.356,00	781.152,45	764.340,61	861.965,75	880.217,94	9.051.300,24

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo das Despesas com Pessoa — Fevereiro de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Marco/2000	Abril/2000	Maio/2000	Junho/2000	Julho/2000	Agosto/2000	
	Setembro/2000	Outubro/2000	Novembro/2000	Dezembro/2000	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	
Participacao da Despesa de Pessoal	42,01%	63,06%	57,00%	69,94%	50,55%	53,73%	
na Receita Corrente Liquida	55,83%	47,33%	48,57%	94,70%	53,05%	39,72%	55,53%

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

WILMA ZANATTA MAZZER
CONTADORA
CRC 1SP118420/0-1

DANIELA AP. MILLARES
CHEFE DA DIV DE FINANCAS

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 21/11/01

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo das Despesas com Pesso. Fevereiro de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Legislativo

Valores expressos em R$

	Marco/2000	Abril/2000	Maio/2000	Junho/2000	Julho/2000	Agosto/2000	
	Setembro/2000	Outubro/2000	Novembro/2000	Dezembro/2000	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	
Receita Corrente Liquida	839.080,40	651.150,23	680.463,36	580.146,32	737.356,62	777.952,27	
	703.118,29	794.356,00	781.152,45	764.340,61	861.965,75	880.217,94	9.051.300,24
Participacao da Despesa de Pessoal	1,69%	2,21%	2,22%	2,58%	2,03%	1,92%	
na Receita Corrente Liquida	2,13%	1,78%	2,06%	4,16%	0,00%	1,95%	2,02%

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

WILMA ZANATTA MAZZER
CONTADORA
CRC 1SP118420/0-1

DANIELA AP. MILLARES
CHEFE DA DIV DE FINANCAS

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 01/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo das Despesas com Pessoa. Fevereiro de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Legislativo, Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Marco/2000 Setembro/2000	Abril/2000 Outubro/2000	Maio/2000 Novembro/2000	Junho/2000 Dezembro/2000	Julho/2000 Janeiro/2001	Agosto/2000 Fevereiro/2001	TOTAIS
DESPESAS COM PESSOAL							
Despesas com Pessoal	323.640,64	371.768,22	358.689,91	361.594,88	343.032,08	362.819,31	
	356.834,89	342.644,73	341.905,48	674.214,70	347.570,31	328.752,19	4.513.467,34
Mao-de-obra Terceirizada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Sociais	32.634,41	36.231,61	36.489,33	37.955,18	36.089,49	37.711,23	
	36.621,39	35.769,37	34.789,37	65.750,39	96.979,52	33.396,48	520.417,77
Inativos	260,97	281,84	281,84	281,84	281,84	281,84	
	281,84	281,84	281,84	563,68	281,84	281,84	3.643,05
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salario Familia	9,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,05
PIS/PASEP	6.977,82	10.633,50	1.005,26	12.442,32	768,42	26.529,92	
	8.156,91	8.562,90	16.457,92	9.395,06	9.661,71	1.057,38	111.649,12
Sentencas Judiciais(Pessoal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas com Pessoal	3.087,73	6.133,80	6.560,60	8.462,73	7.483,46	5.597,26	
	5.637,28	2.845,38	2.066,17	5.704,39	5.531,32	3.294,67	62.404,79
Subtotal	366.610,62	425.048,97	403.026,94	420.736,95	387.655,29	432.939,56	
	407.532,31	390.104,22	395.500,78	755.628,22	460.024,70	366.782,56	5.211.591,12
(-)DEDUCOES							
Indenizacao por Demissao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivos a Demissao Voluntaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decisao Judicial de Competencia Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos(Custeio de Recursos Especificados)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convocacao Extraordinaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	366.610,62	425.048,97	403.026,94	420.736,95	387.655,29	432.939,56	
	407.532,31	390.104,22	395.500,78	755.628,22	460.024,70	366.782,56	5.211.591,12

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 01/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo das Despesas com Pessoal — Fevereiro de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Legislativo, Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Marco/2000	Abril/2000	Maio/2000	Junho/2000	Julho/2000	Agosto/2000	
	Setembro/2000	Outubro/2000	Novembro/2000	Dezembro/2000	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	
Receita Corrente Liquida	839.080,40	651.150,23	680.463,36	580.146,32	737.356,62	777.952,27	
	703.118,29	794.356,00	781.152,45	764.340,61	861.965,75	880.217,94	9.051.300,24
Participacao da Despesa de Pessoal	43,69%	65,28%	59,23%	72,52%	52,57%	55,65%	
na Receita Corrente Liquida	57,96%	49,11%	50,63%	98,86%	53,37%	41,67%	57,58%

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

WILMA ZANATTA MAZZER
CONTADORA
CRC 1SP118420/0-1

DANIELA AP. MILLARES
CHEFE DA DIV DE FINANCAS

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Holambra, 21 de março de 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
32

AO
EXMO PREFEITO MUNICIPAL,

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 311 de 19 março de 2001, bem como a abertura do competente procedimento para demissão dos servidores não estáveis, a fim de se restabelecer os índices de gastos com pessoal na administração, submetemos à vossa apreciação lista de servidores por ordem de contratação, que deverão ser apreciados por V. Exa., para fins de redução de pessoal, observados os critérios gerais de identificação impessoal, a que disciplina o artigo 3º do citado Decreto.

Informamos que referida listagem será encaminhada à todos os diretores e chefes de departamentos para as considerações necessárias quanto a necessidade dos setores administrativos e permanência de tais servidores no quadro pessoal.

Departamento Jurídico
NÁGILA MARMA CHAIB LOTIERZO
Diretor.

Recebido em
21/03/01

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
29

Holambra, 15 de março de 2001

Exmo. Sr. Prefeito Municipal

1)- Considerando as informações prestadas pelo setor de finanças;

2)- Considerando, que os percentuais apurados de gastos com pessoal comissionados apontam uma redução em fevereiro de 42,63%;

3)- Considerando a necessidade de adequação do índice de despesa de pessoal ao teto estipulado na Lei Complementar 101/00;

4)- Considerando por fim o disposto no artigo 169, § 3° da Constituição Federal;

Entendemos que o Município deverá adotar providências para redução de despesas de pessoal, a fim de restabelecimento dos índices estipulados na Lei Complementar 101/2000, dando início as demissões de servidores não estáveis nos termos do artigo 169, § 3°, II, da Constituição Federal.

Para tanto, encaminhamos projeto de decreto, elaborado por assessoria técnica, que fixa critério isonômicos para demissão de não estáveis, para vossa apreciação

NÁGILA M. CHAIB LOTIERZO
Diretor Jurídico

ÂNGELO ANTÔNIO MINUZZO VEGA
Procurador jurídico.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Considerando que, o Município da Estância Turística de Holambra, apresentou percentual de despesas com pessoal de 57% auferida nos últimos doze meses, excedendo assim os limites estabelecidos nos termos do artigo 20, III , "b" da Lei Complementar nº 101/2000;

Considerando, que a Constituição Federal, em seu artigo 169, § 3°, determina que para o cumprimento dos limites estabelecidos no artigo e no prazo que a Lei Complementar estipular, os Municípios adotarão providências de redução em pelo menos 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança e exoneração dos servidores não estáveis;

Considerando ainda, que a teor do que dispõe o artigo 22, Parágrafo único c.c artigo 23 *caput* da LC 101/00, o Município deverá se adequar nos próximos dois quadrimestres, reduzindo as despesas até o patamar de 95%, do limite, o que corresponde a 51,3% da receita corrente líquida;

Considerando por fim, que em atendimento aos princípios da razoabilidade, eficiência, impessoalidade e moralidade, se faz necessário o estabelecimento de critérios pela administração pública, para fins de organização e normatização de demissão de servidores não estáveis;

DECRETA:

Artigo 1º - Nos termos do que preceitua o § 3º, II do artigo 169 da Constituição Federal, a exoneração de servidor público não estável, será precedida de ato normativo motivado pelo Prefeito Municipal;

Artigo 2º - O ato normativo de exoneração dos servidores não estáveis, deverão especificar a economia de recursos a atividade funcional, o órgão, unidade administrativa objeto de redução de pessoal e os critérios para exoneração .

Artigo 3º - A exoneração de servidor não estável, obedecerá preferencialmente aos seguintes critérios gerais de identificação impessoal:

I. menor tempo de serviço público;
II. menor necessidade do setor;
III. maior remuneração;
IV. menor idade.

§ 1° – Dentro dos critérios estabelecidos nos incisos deste artigo, serão considerados ainda os atos nulos expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do Mandato do titular do respectivo Poder ou órgão, que resultaram aumento de despesa com pessoal.

§ 2º - O critério geral eleito poderá se combinado com o critério complementar do menor número de dependentes para fins de formação de uma listagem de classificação.

§ 3º - A administração poderá ainda revalidar os atos expedidos nos últimos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão, caso se verifique necessidade do setor.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Artigo 4º - Os cargos vagos em decorrência da exoneração de não estáveis, somente poderão ser preenchidos após restabelecido o limite de despesas com pessoal, no percentual estipulado no parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar 101/00.

Artigo 5º - A redução de despesas com pessoal, de que trata este Decreto, obedecerá os limites estabelecidos na Lei Complementar 101/00.

Artigo 6º - Este Decreto entra em vigo na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

.....

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
31

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

RELAÇÃO DOS CARGOS E SALÁRIOS DO ANO DE 1998

03/12/98	Luzia Maria Souza Garcia	Cozinheira	R$ 315,33
01/12/98	Márcia Aparecida Rodrigues	Escriturária	R$ 443,35
01/12/98	Benedita Apa. Fernandes Fogaça	Cozinheira	R$ 315,33
23/11/98	Maria Elisa Sadoco Naso	Cozinheira	R$ 315,33
16/11/98	Avacini Vieira Julião	Pajem	R$ 315,33
16/11/98	Eurides Cristina M. Pereira	Cozinheira	R$ 315,33
16/11/98	Regina Aparecida Oliveira Godoi	Cozinheira	R$ 315,33
12/11/98	Orivaldo Voltareli	Motorista	R$ 443,35
06/11/98	José Antonio Scarpin	Vigia	R$ 353,50
05/11/98	Vicente Domingos da Silva	Vigia	R$ 353,50
03/11/98	Maria Regina Vieira Costa	Pajem	R$ 315,33
03/11/98	Maria Oliveira Pierina	Pajem	R$ 315,33
03/11/98	Maik Helena Virgino	Pajem	R$ 315,53
03/11/98	Carmen Silvia Frade Somers.	Cord. Of. Abri.	R$ 874,68
16/09/98	Hélio M. Matsubaici	Médico	
16/09/98	Renata Baroni	Médico	
20/08/98	Lázaro Luciano Ribeiro	Carpinteiro	R$ 556,01
20/08/98	Sidnei José dos Santos	Tratador Agua	R$ 395,88
11/08/98	Maria caetano dos santos	Cozinheira	R$ 315,33
27/07/98	Luis Fernando PinottI	Médico	
27/07/98	Maria Aparecida Oliveira	Cozinheira	R$ 315,33
02/07/98	Osmar Pacheco	Cod. Obras	R$ 874,68
02/07/98	Rubens Santos Soares	Médico	
01/07/98	Romildo de Moraes	Oper. Máquina	R$ 496,50
24/06/98	José Maurício Gomes	Pintor	R$ 496,50
24/06/98	Valdir Barbosa	Jardineiro	R$ 353,50
24/06/98	Rita Cássia A. L. Rafacho	Psicóloga	R$ 1.097,05
22/06/98	Gerson Jacinto de Andrade	Serv. Gerais	R$ 281,84
10/06/98	Rogério Gonçalves	Motorista	R$ 443,35
25/05/98	Cleonice Alves da Silva	Professora E.F. II	R$ 579,50
18/05/98	Kátia Aparecida de Campos	Coord. Peda.	R$ 1.067,85
11/05/98	Epitácio Rodrigues Sobrinho	Tratorista	R$ 385,88
07/05/98	Ana Lúcia Fratta	Prof. E.F. I	R$ 721,65
07/05/98	Ivone Ap. Cremo	Prof. E.F. I	R$ 721,65
04/05/98	Paulo José Rodriguies de Souza	Aux. Enfermagem	R$ 496,50
04/05/98	Moacir Edson Hellmann	Fiscal de Obras	R$ 632,22
13/04/98	Nilson Pereira de Oliveira	Serv. Gerais	R$ 281,84
06/04/98	Rosinei Marcelo dos santos	Serv. Gerais	R$ 281,84
01/04/98	Maria Vitória F. Morando	Bibliotecária	R$ 864,68
23/03/98	Oswaldo Marques	Serv. Gerais	R$ 281,84
03/03/98	Odair Brocardo	Tratorista	R$ 395,88

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
34

RELAÇAO DE CARGOS E SÁLARIOS DO ANO DE 1999

ADMISSÃO	NOME	CARGO	SALÁRIO
06/12/99	Flavia Maschietto	Farmacêutica	R$ 1.095,05
10/11/99	Patricia de M. C. Cavalcante	Médica	
08/11/99	Mônica Aparecida Domingos	Aux. Dpto. Cont.	R$ 556,01
03/11/99	Fabiano de Farias Anselmo	Motorista	R$ 443,35
03/11/99	Julia Cristina Stocco	Pajem	R$ 10,51
04/11/99	Ulivalder Barcellos Piccin	Mot. Ambulância	R$ 556,01
23/09/99	Luiz Fernando Mendes Rocha	Médico	
10/09/99	Salete Aparecida C. Crepaldi	Médica	
26/08/99	Sergio M. B. Urbano Júnior	Médico	
03/08/99	Ana Cristina da Silva	Merendeira	R$ 315,33
03/08/99	Poliana F. P. Chaid	Dentista	
26/07/99	Suzana Maria dos S. Acencio	Pajem	R$ 315,33
26/07/99	Ednelson Cunha Navarro	Médico	
21/07/99	Evanilda de Oliveira Garcia	Pajem	R$ 315,33
15/07/99	Jaime dos Santos Rinaldi	Médico	
02/07/99	Valdeir Fantucci A. Ortega	Trat. De Agua	R$ 395,88
01/07/99	Jefferson José Soares	Mot. Ambulância	R$ 556,01
01/07/99	Benedito Roberto Mauro	Escriturário	R$ 443,35
07/06/99	Assis Henrique B. Melo	Médico Esp.	
07/06/99	José Carlos Barbosa	Médico Esp.	
24/05/99	Ozélia da Silva	Cozinheira	R$ 315,33
10/05/99	Ana Maria Silva Vallim	Aux. Enfermagem	R$ 496,50
10/05/99	Luzia Hel. De S. M. da Silva	Faxineira	R$ 281,84
12/04/99	Maria Gesuina R. da Silva	Cozinheira	R$ 315,33
12/04/99	Sandra Cristina da Silva	Lavadeira	R$ 315,33
15/03/99	Amara Aparecida de Azevedo	Faxineira	R$ 281,84
22/02/99	José Cardoso dos Santos	Ajudante Pedreiro	R$ 281,84
18/02/99	João Antonio da Silva	Pedreiro	R$ 443,35
17/02/99	Carlos José O. de Almeida	Pedreiro	R$ 443,35
17/02/99	Benedito Rodrigues	Pedreiro	R$ 443,35
10/02/99	Andrea Carlos de Melo	Pajem	R$ 315,33
03/02/99	Adriana Evaristo de Souza	Pajem	R$ 315,33
01/02/99	Flávia Ferreira de Mello	Recepcionista	R$ 395,88
01/02/99	Rosa da Silva	Cozinheira	R$ 315,33
01/02/99	Iraci de Fátima G. G. de Almeida	Faxineira	R$ 281,84
04/01/99	Maria Vilma da Silva Alvarenga	Faxineira	R$ 281,84

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
35

RELAÇÃO DE CARGOS E SALÁRIOS DO ANO DE 2000

ADMISSÃO	NOME	CARGO	SALÁRIO
19/09/00	Valdevino Faustino da Silva	Serviços Gerais	R$ 281,84
18/09/00	Idone Adão	Serviços Gerais	R$ 281,84
01/09/00	Carla Aparecida Pereira	Pajem	R$ 315,33
17/08/00	Carmen Lúcia Astini	Professora E. F.	R$ 701,50
07/08/00	Charles José Lopes	Téc. Agrícola	R$ 632,22
07/08/00	Luís Felippe Castanzo	Médico	
04/08/00	Roseli Maria Magioli	Técnico RX.	R$ 632,22
04/08/00	Jesus Zambuja	Guarda Municipal	R$ 443,35
03/08/00	Maria Rita de Fátima Grilo	Faxineira	R$ 281,84
01/08/00	Helen Benites	Médico	
24/07/00	Mario Roberto Bergo	Médico	
24/07/00	Celso Viana da Costa	Zelador	R$ 353,50
17/07/00	Iris Yuri Nakamura	Médico	
17/07/00	Eleni Barbosa de Oliveira	Faxineira	R$ 281,84
17/07/00	Glauco Panfiete Lia	Instr. Ensino Prof.	R$ 979,63
10/07/00	Maria Cristina Stolf. Welle	Sup. Enfermagem	R$ 979,63
10/07/00	Luiz Armelini	Serviços Gerais	R$ 281,84
10/07/00	Domingos Cordeiro de Oliveira	Serviços Gerais	R$ 281,84
10/07/00	Devanir Saturnino	Ajudante Pedreiro	R$ 281,84
06/07/00	Elisangela Alves Lino	Aux. Enfermagem	R$ 496,50
05/07/00	Marli Lea Barbosa	Pajem	R$ 315,33
03/07/00	Mareli Paulino de Souza	Fiscal Sanitário	R$ 632,22
30/06/00	Suely Moreno Sperling	Coordenadora U.	R$ 1.067,85
30/06/00	Marcia Maria Galli de Freitas	Ag. Comunitário	R$ 395,88
01/06/00	Silvia Adriana Thomé Santos	Merendeira	R$ 315,33
01/06/00	Milton Cesar Marques	Encanador	R$ 395,88
16/05/00	Nilza AP. Bizacha Pires	Professora E. F. II	R$ 701,50
15/05/00	Irvando Maurilho de Rezende	Operador Máquina	R$ 496,50
10/05/00	Francisca Amorim da Silva	Faxineira	R$ 281,84
09/05/00	Rosimeire da Silva	Faxineira	R$ 281,84
03/05/00	Vilma Simão da Silva	Pajem	R$ 315,33
03/05/00	Arlinda de O. Santos Barbosa	Merendeira	R$ 315,33
02/05/00	Maria Antonia de Moraes	Faxineira	R$ 281,84
17/04/00	Sidneia Gonçalves dos Santos	Ag. Comunitária	R$ 395,88
17/04/00	Elaine Cristina de M. da Silva	Faxineira	R$ 281,84
17/04/00	Zilda Maria Flor	Professora	R$ 556,01
17/04/00	Fátima Maria Pereira Campinhos	Ag. Comunitária	R$ 395,88
11/04/00	Elaine Cristina de Carvalho	Pajem	R$ 315,88

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

04/04/00	Silvia Regina B. C. Lopes	Fisioterapeuta	R$ 1.097,05
23/03/00	Jorge Luiz G. F. Simeão	Médico Esp.	
02/03/00	Sebastião Ribeiro dos Santos	Estagiário	
01/03/00	Lúcia Elena Mafra Costela	Fiscal Sanitário	R$ 632,22
01/03/00	Benedita Célia S. dos Santos	Pajem	R$ 315,33
21/02/00	Francisco de Paula Santiago	Motorista	R$ 443,35
21/02/00	Dulcineia de Moura	Lavadeira	R$ 315,33
21/02/00	Magna Tibério de Campos	Merendeira	R$ 315,33
18/02/00	Regina Maria de Nardi Campos	Médica Esp.	
14/02/00	Aroldo Aparecido Barbosa	Guarda Municipal	R$ 443,35
11/02/00	Edmilson Aparecido dos Santos	Vigia	R$ 353,50
11/02/00	Mônica Ap. Gonçalves Marconato	Professora	R$ 556,01
10/02/00	Suzete Aparecida Gonçalves Balla	Professora E. F. II	R$ 640,50
09/02/00	Maria Antonia Costella	Pajem	R$ 315,33
08/02/00	Adriana Maria Batista de Souza	Professora	R$ 556,01
08/02/00	Iramaia Rodrigues	Insp. Alunos	R$ 353,50
07/02/00	Elenice Delfina Vancetto	Professora	R$ 556,01
03/02/00	Valdineia Fernandes	Aux. Enfermagem	R$ 496,50
02/02/00	Sonia Maria da Silva Pottes	Professora E. F. II	R$ 701,50
02/02/00	Márcia Valentina Topinel Siste	Professora E. F. II	R$ 701,50
02/02/00	Lídia Guagliano Proost Souza	Professora E. F. II	R$ 579,50
02/02/00	Carmen Lúcia Loli	Professora Ed. Inf.	R$ 556,01
02/02/00	Lucila Machado Capacle	Professora	R$ 556,01
01/02/00	Lúcia Gonçalves de Farias	Assessora Social	R$ 874,68
01/02/00	Pedro Inácio Maciel	Serviços Gerais	R$ 65,76
24/01/00	Angela Fabbris Aponi	Faxineira	R$ 281,84
17/01/00	Denise Ap. Dange de Oliveira	Faxineira	R$ 281,84
13/01/00	Antonio Gonçalves dos Santos	Ajudante Pedreiro	R$ 281,84
12/01/00	André Luiz Pinto	Ajudante Pedreiro	R$ 281,84
03/01/00	Luciane Miranda Guerra	Dentista	

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
37

Holambra, 21 de março de 2001.

AO
ILMOS. SRS. DIRETORES DE: OBRAS; EDUCAÇÃO; SAÚDE; SEGURANÇA; ESPORTES; FINANÇAS;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 311 de 19 março de 2001, bem como a abertura do competente procedimento para demissão dos servidores não estáveis, cuja finalidade é restabelecer os índices de gastos com pessoal na administração, submetemos à V.s., lista de servidores por ordem de contratação e setor, que deverão ser analisados, para fins de redução de pessoal, observados os critérios gerais de identificação impessoal, a que disciplina o artigo 3º do citado Decreto.

Solicitamos análise com urgência para fins das providências devidas.

Departamento Jurídico
NÁGILA MARMA CHAIB LOTIERZO
Diretor Jurídico

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/ 11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1822 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
30

DECRETO Nº 311 DE 19 DE MARÇO DE 2001

Estabelece critérios para exoneração de pessoal não estável e redução de despesas nos termos do artigo 169 § 3º da Carta Constitucional c.c. artigo 20, III, "b" da Lei Complementar nº 101/2000

CELSO CAPATO, Prefeito Municipal de Holambra, Estado de São Paulo, etc., no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

Considerando que, o Município da Estância Turística de Holambra, apresentou percentual de despesas com pessoal de 57% auferida nos últimos doze meses, excedendo assim os limites estabelecidos nos termos do artigo 20, III , "b" da Lei Complementar nº 101/2000;

Considerando, que a Constituição Federal, em seu artigo 169, § 3º, determina que para o cumprimento dos limites estabelecidos no artigo e no prazo que a Lei Complementar estipular, os Municípios adotarão providências de redução em pelo menos 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança e exoneração dos servidores não estáveis;

Considerando ainda, que a teor do que dispõe o artigo 22, Parágrafo único c.c artigo 23 *caput* da LC 101/00, o Município deverá se adequar nos próximos dois quadrimestres, reduzindo as despesas até o patamar de 95%, do limite, o que corresponde a 51,3% da receita corrente líquida;

Considerando por fim, que em atendimento aos princípios da razoabilidade, eficiência, impessoalidade e moralidade, se faz necessário o estabelecimento de critérios pela administração pública, para fins de organização e normatização de demissão de servidores não estáveis;

D E C R E T A:

Artigo 1º - Nos termos do que preceitua o § 3º, II do artigo 169 da Constituição Federal, a exoneração de servidor público não estável, será precedida de ato normativo motivado pelo Prefeito Municipal;

Artigo 2º - O ato normativo de exoneração dos servidores não estáveis, deverão especificar a economia de recursos a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto de redução de pessoal e os critérios para exoneração .

Artigo 3º - A exoneração de servidor não estável, obedecerá preferencialmente aos seguintes critérios gerais de identificação impessoal:

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

I. menor tempo de serviço público;
II. menor necessidade do setor;
III. maior remuneração;
IV. menor idade.

§ 1° – Dentro dos critérios estabelecidos nos incisos deste artigo, serão considerados ainda os atos nulos expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do Mandato do titular do respectivo Poder ou órgão, que resultaram aumento de despesa com pessoal.

§ 2° - O critério geral eleito poderá ser combinado com o critério complementar do menor número de dependentes para fins de formação de uma listagem de classificação.

§ 3° - A administração poderá ainda revalidar os atos expedidos nos últimos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão, caso se verifique necessidade do setor.

Artigo 4° - Os cargos vagos em decorrência da exoneração de não estáveis, somente poderão ser preenchidos após restabelecido o limite de despesas com pessoal, no percentual estipulado no parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar 101/00.

Artigo 5° - A redução de despesas com pessoal, de que trata este Decreto, obedecerá os limites estabelecidos na Lei Complementar 101/00.

Artigo 6° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 20 de Março de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Confere com o Origina
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1328
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Holambra, 21 de março de 2001.

AO
ILMOS. SRS. DIRETORES DE: OBRAS; EDUCAÇÃO; SAÚDE; SEGURANÇA; ESPORTES; FINANÇAS;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 311 de 19 março de 2001, bem como a abertura do competente procedimento para demissão dos servidores não estáveis, cuja finalidade é restabelecer os índices de gastos com pessoal na administração, submetemos à V.s., lista de servidores por ordem de contratação e setor, que deverão ser analisados, para fins de redução de pessoal, observados os critérios gerais de identificação impessoal, a que disciplina o artigo 3º do citado Decreto.

Solicitamos análise com urgência para fins das providências devidas.

Departamento Jurídico
NÁGILA MARMA CHAIB LOTIERZO
Diretor Jurídico

CIENTE EM 21-03-01 Cmte 01 6.4H.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Holambra, 23 de março de 2001.

AO
ILMOS. SRS. DIRETORES DE: OBRAS; EDUCAÇÃO; SAÚDE; SEGURANÇA; ESPORTES; FINANÇAS;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 311 de 19 março de 2001, bem como a abertura do competente procedimento para demissão dos servidores não estáveis, cuja finalidade é restabelecer os índices de gastos com pessoal na administração, submetemos à V.s., lista de servidores por ordem de contratação e setor, que deverão ser analisados, para fins de redução de pessoal, observados os critérios gerais de identificação impessoal, a que disciplina o artigo 3º do citado Decreto.

Solicitamos análise com urgência para fins das providências devidas.

Departamento Jurídico
NÁGILA MARMA CHAIB LOTIERZO
Diretor Jurídico

Recebido, 26/03/01

Dalila Caetano Stapelbroek
RG. 5.602.587
Diretora Municipal de Educação

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-4321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
42

Holambra, 23 de março de 2001.

AO
ILMOS. SRS. DIRETORES DE: OBRAS; EDUCAÇÃO; SAÚDE; SEGURANÇA; ESPORTES; FINANÇAS;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 311 de 19 março de 2001, bem como a abertura do competente procedimento para demissão dos servidores não estáveis, cuja finalidade é restabelecer os índices de gastos com pessoal na administração, submetemos à V.s., lista de servidores por ordem de contratação e setor, que deverão ser analisados, para fins de redução de pessoal, observados os critérios gerais de identificação impessoal, a que disciplina o artigo 3º do citado Decreto.

Solicitamos análise com urgência para fins das providências devidas.

Departamento Jurídico
NÁGILA MARMA CHAIB LOTIERZO
Diretor Jurídico

Manoel Evando da Silva
Diretor de Obras
Depto. de Obras e Serviços Municipais
DATA 26/03/2001

Confere com o Origina
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA — 43

Holambra, 23 de março de 2001.

AO
ILMOS. SRS. DIRETORES DE: OBRAS; EDUCAÇÃO; SAÚDE; SEGURANÇA; ESPORTES; FINANÇAS;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 311 de 19 março de 2001, bem como a abertura do competente procedimento para demissão dos servidores não estáveis, cuja finalidade é restabelecer os índices de gastos com pessoal na administração, submetemos à V.s., lista de servidores por ordem de contratação e setor, que deverão ser analisados, para fins de redução de pessoal, observados os critérios gerais de identificação impessoal, a que disciplina o artigo 3º do citado Decreto.

Solicitamos análise com urgência para fins das providências devidas.

Departamento Jurídico
NÁGILA MARMA CHAIB LOTIERZO
Diretor Jurídico

Recebi em 27/03/01

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
44

Holambra, 23 de março de 2001.

AO
ILMOS. SRS. DIRETORES DE: OBRAS; EDUCAÇÃO; SAÚDE; SEGURANÇA; ESPORTES; FINANÇAS;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 311 de 19 março de 2001, bem como a abertura do competente procedimento para demissão dos servidores não estáveis, cuja finalidade é restabelecer os índices de gastos com pessoal na administração, submetemos à V.s., lista de servidores por ordem de contratação e setor, que deverão ser analisados, para fins de redução de pessoal, observados os critérios gerais de identificação impessoal, a que disciplina o artigo 3º do citado Decreto.

Solicitamos análise com urgência para fins das providências devidas.

Departamento Jurídico
NÁGILA MARMA CHAIB LOTIERZO
Diretor Jurídico

Recebi 26/03/01

Daniela Ap. Millares
Chefe da Divisão de Finanças

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1311 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
45

Holambra, 23 de março de 2001.

AO
ILMOS. SRS. DIRETORES DE: OBRAS; EDUCAÇÃO; SAÚDE; SEGURANÇA; ESPORTES; FINANÇAS;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 311 de 19 março de 2001, bem como a abertura do competente procedimento para demissão dos servidores não estáveis, cuja finalidade é restabelecer os índices de gastos com pessoal na administração, submetemos à V.s., lista de servidores por ordem de contratação e setor, que deverão ser analisados, para fins de redução de pessoal, observados os critérios gerais de identificação impessoal, a que disciplina o artigo 3º do citado Decreto.

Solicitamos análise com urgência para fins das providências devidas.

Departamento Jurídico
NÁGILA MARMA CHAIB LOTIERZO
Diretor Jurídico

Recebi dia 27/03/01
Dep Saúde

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

GUARDA MUNICIPAL

Av. Rota dos Imigrantes Nº 209 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-17[illegible]

C.G.C 67.172.437/0001-83

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
46
095

MEMORANDO Nº 007/2001-G.M.H.
Do Comando da Guarda Municipal.
Ao Dptº Juridico.
Assunto: Informações - Presta.

1- Informo ao Deptº Juridico que,atendendo determinação, segue abaixo relação dos Guardas Municipais em forma de organôgrama.

a)- Encarregados de Equipes.....04
b)- Rádio Patrulha 04
c)- Ronda Escolar 01
d)- Expediente.....01
e)- Controladores de Rádio.....04
f)- Prefeitura 02
g)- Férias 02
h)- A Disp. da Delpol.....02
i)- Afastamento Médico 01
Total do Efetivo 21

2- Tendo em vista a nescessidade do serviço para uma/ melhor Segurança em nosso Municipio,solicito a possibilidade de / manter os GGMM AROLDO AP. BARBOSA e JESUS ZAMBUJA em nosso efetivo.

Holambra,23 de Março de 2001

Leonardo Rodrigues Leitão
Sub Ten Pm Ref Cmte da G.M.H.

Recebido em 23/03/2001

Confere com o Origina
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

SAÚDE
Estância Turística de Holambra

Departamento Municipal de Saúde
Alameda Maurício de Nassau, 337, Centro, CEP 13825-000 – **HOLAMBRA** - SP

Telefax: (0XX19) 3802-1555

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA — 47

Holambra, 28 de março de 2001.

Ofício n.º 002/2001

Ao
Depto. Jurídico
Dra. Nágila Marma Chaib Lotierzo
Diretor Jurídico

Em resposta ao decreto n.º 311 de 19 de março de 2001, o departamento de saúde não pode dispor dos funcionários das seguintes áreas:

- *médica*
- *enfermagem*
- *recepção*
- *odontologia*
- *limpeza*
- *transporte*
- *Fisioterapia*
- *Psicologia*
- *Farmácia*

Fica a critério do departamento jurídico dispor-mos dos funcionários abaixo citados:

- *Mareli Paulino de Souza*
- *Márcia Maria Galli de Freitas*
- *Sidnéia Gonçalves dos Santos*
- *Lúcia Elena Mafra Costela*

Sem mais,

Dr. Fernando Fiori de Godoy
Diretor de Saúde

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
52

- LÚCIA ELENA MAFRA COSTELA, admissão 01.02.2000, cargo Fiscal sanitário, remuneração R$ 632,22;

- MARELI PAULINO DE SOUZA, admissão 03.07.2000, Fiscal Sanitário, remuneração R$ 632,22;

- MÁRCIA MARIA GALES DE FREITAS, admissão 30.06.2000, Agente Comunitário, R$ 395,88;

EDUCAÇÃO:

- MARIA ANTONIA COSTELA, admissão 09.02.2000, Pajem, remuneração R$ 515,33;

Requeiro o encaminhamento para as providências necessárias a Portaria de Exoneração, bem como seja encaminhada a presente ao Setor Financeiro para os cálculos devidos.

Sendo o que tinha para o momento.

CELSO CAPATO

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
48

HOLAMBRA, 09 DE ABRIL DE 2001.

COMUNICADO INTERNO – 017/2001.

Senhora Diretora,

Em atenção ao Ofício expedido por Vossa Senhoria, datado de 23 de Março p. p. , pertinente ao disposto no Decreto Municipal nº 311, cumpre-nos informá-la que, na lista inclusa, consta o nome do servidor Celso Viana da Costa, exercendo a função de Zelador, admitido na data de 24.07.00.

Isto posto, após breve analise, consideramos que os préstimos do referido servidor são imprescindíveis para o bom andamento das atividades desenvolvidas por este Departamento, haja visto que o mesmo vem realizando expressivo e significativo trabalho em nosso Conjunto Aquático, exercendo inúmeras funções dentro do mesmo, com invulgar capacidade.

Sem mais para o momento, apraz-nos apresentar a Vossa Senhoria os votos de nossa estima e consideração.

ANTONIO AP. RODRIGUES DOS SANTOS
Diretor de Turismo, Esporte e Cultura

ILMA. SRA.

DRA. – NÁGILA MARMA CHAIB LOTIERZO
D.D. – DIRETORA DO DEPARTAMENTO JURÍDICO DA PREFEITURA DE HOLAMBRA/SP.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1422
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

49

Holambra, 10 de abril de 2001

Comunicado interno.

Prezada Diretora,

Tendo em vista o ofício expedido por V.Sa. relativo a redução de gastos de pessoal, temos a informar que no momento não dispomos de pessoal dentro deste setor que possa ser dispensado, face o inúmeros encargos deste departamento de obras que já se encontra com deficiência de pessoal.

Colocamos entretanto à disposição do Prefeito Municipal, a listagem ora recebida a fim de que sejam reduzidos os gastos e cortes que entender necessários, pois conhecedor que é da situação em que se encontra este departamento, como forma de contribuição desta Direção, a situação emergencial apresentada.

Aproveitamos a oportunidade para elevar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

MANOEL LEVANDRO DA SILVA.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Holambra, 17 de abril de 2001

Ao: Exmo. Sr. Prefeito Municipal

De: Depto. Jurídico

Referência: Redução de gastos com pessoal.

Remetemos à Vossa Excelência procedimento interno relativo à apuração e redução de gastos com pessoal, para que seja analisado a segunda fase relativa a exoneração de servidores não estáveis que encontram-se em período de estágio probatório, conforme listagem inclusa.

Informamos outrotanto, que encontram-se anexo ao presente, ofícios respostas do Departamento de Segurança, Saúde, Esportes e Obras, nos quais apontam por alguns servidores que podem ser dispensados de imediato segundo critérios estabelecidos pelo Decreto 311/2001.

Acrescentamos ademais, que tais medidas se fazem urgentes e necessárias, tendo em vista o índice de percentual apurado só no Executivo em aproximadamente em 57% e considerando ainda que mesmo, com a redução de despesas com cargos em comissão, não foi possível atingir e restabelecer os limites percentuais previstos na Lei Fiscal.

No aguardo de Vosso parecer

Atenciosamente.

NÁGILA M. CHAIB LOTIERZO

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
57

Holambra, 07 de maio de 2001

Ao: Depto. Jurídico

A/C Dra. Nágila

Venho pela presente, em atendimento ao solicitado por este Departamento, informar que como primeira medida tomada por este Executivo, foram suspensos todos os pagamentos referentes a horas extraordinárias de servidores comissionados, situação esta que consideramos inteiramente irregular praticada até janeiro deste ano que oneravam e muito, as despesas com os cargos em comissão.

Não fosse por isso deixou este Executivo também de preencher os cargos de confiança de Diretor Administrativo, Diretor de Planejamento, Diretor de Bem Estar Social e Diretor Financeiro exonerados em dezembro de 2.000 o que resultou em cortes de pessoal comissionado.

Além disso também já foram tomadas medidas junto ao departamento Pessoal, no sentido de corte imediato de horas extras quanto aos servidores efetivos devendo esta ocorrer somente em caso de extrema necessidade e prejuízo ao serviço público.

Assim em face desta redução preliminar e após acurada análise junto aos Departamentos e Setores da Administração, passo a declinar como primeira medida a exoneração dos cargos a seguir, de servidores não estáveis que não atendem as necessidades por hora de seus setores, bem como que encontram-se dentro dos parâmetros estabelecidos no Decreto 311/2001, informando entretanto serem estes apenas a primeira listagem na tentativa de reduzir dentro deste primeiro quadrimestre as despesas com pessoal, sem prejuízo de eventuais demissões que se fizerem necessárias para enquadramento na Lei 101/2000.

Servidores:

SETOR DA SAÚDE:

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA — 93

COMUNICADO

Como é de conhecimento de todos os funcionários, a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, está obrigada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a diminuir os seus gastos com o pagamento de Pessoal.

Embora saibamos das dificuldades de diversos setores da Administração, somos forçados a cortar os gastos com as horas extras, sendo a nossa primeira tentativa para atender as exigências legais.

Portanto só serão aceitas horas extras em casos de extrema necessidade e que deverão ser autorizadas pessoalmente e por escrito pelo Prefeito Municipal.

Pedimos a todos os setores a sua colaboração, pois esperamos não ter que tomar outras medidas para nos enquadrarmos nas exigências da Lei.

Obrigada

Holambra, 04 de Maio de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS - UR.3

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA — 54

UR.3 - Campinas, 05 de abril de 2001

OFÍCIO Nº 113/2001 -UR.3
(Ref. TC-2784/326/00)

Prezado Senhor,

De acordo com a análise efetuada nos relatórios e demonstrativos, relativos ao 3º quadrimestre de 2000, enviados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções nº 01/00, de 24.05.2000, e tendo em vista a prerrogativa atribuída no art. 59, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 04.02.2000, emitimos o presente **ALERTA**, uma vez que foram constatadas as seguintes situações:

1. percentual apurado de 59,86 % das despesas com pessoal em relação a receita corrente líquida (RCL), está acima daquele previsto no art. 59, § 1º, Inciso II, da Lei Complementar supracitada (Limite de Alerta: 48,60 %);
2. percentual apurado de 59,86 %, está acima daquele previsto no art. 22, Parágrafo Único da Lei em epígrafe (Limite Prudencial: 51,30 %);
3. percentual apurado de 59,86% das despesas com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), está acima daquele previsto no art. 71, da Lei Complementar supracitada - Limite de 110% ,sendo que o excesso apurado no período foi de 5,86 %.
4. Esse Município está sujeito às vedações previstas nos Incisos I a V do Parágrafo Único do art. 22 da Lei já mencionada.

Por oportuno, esclarecemos que, em virtude do apurado, esse Município deverá adotar medidas que visem a adequação dos gastos com pessoal no prazo previsto no "caput" do art. 23 e art.71, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal, além daquelas elencadas no § 3º do mesmo artigo.

Respeitosamente,

Otávio Oliveira Azevedo
Diretor da UR.3

Exmo. Sr.
CELSO CAPATO
DD. Prefeito Municipal
HOLAMBRA - SP

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

COMUNICADO

Como é de conhecimento de todos os funcionários, a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, está obrigada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a diminuir os seus gastos com o pagamento de Pessoal.

Embora saibamos das dificuldades de diversos setores da Administração, somos forçados a cortar os gastos com as horas extras, sendo a nossa primeira tentativa para atender as exigências legais.

Portanto só serão aceitas horas extras em casos de extrema necessidade e que deverão ser autorizadas pessoalmente e por escrito pelo Prefeito Municipal.

Pedimos a todos os setores a sua colaboração, pois esperamos não ter que tomar outras medidas para nos enquadrarmos nas exigências da Lei.

Obrigada

Holambra, 04 de Maio de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA — 57

Departamento Jurídico

Holambra, 09 de maio de 2001

À Chefe da Divisão de Finanças

Sta. Daniela Aparecida Millares

Tendo em vista o corte de despesas, favor efetuar a elaboração de novos cálculos referente ao primeiro quadrimestre.

Nágila M. Chaib Lotierzo
Diretor Jurídico

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A

Sua Excelência o Senhor
CELSO CAPATO
DD Prefeito Municipal de Holambra
Al. Mauricio de Nassau , 444
13825-000-HOLAMBRA-SP



AR

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Unidade Regional de Campinas - UR.3
Rua Dr. José Pinto de Moura, 191 - Jd. Botafogo
13070-210 - Campinas - S.P.

ETIQUETA OU CARIMBO NP1

HOLAMBRA, 17 DE MAIO DE 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

QUADRO DE PESSOAL CIVIL

1.º QUADRIMESTRE DO EXERCICIO DE 2001.

Executivo, Legislativo e Consolidado.
Art. 22 e 59; da Lei Complementar 101/2000.

Calculo baseado na Receita Corrente Liquida.

Valor da R.C.L.
R$ 9.215.571,27

Despesa com pessoal do Executivo
R$ 4.263.000,18

Despesa com pessoal do Legislativo
R$ 154.165,69

Despesa com pessoal consolidada (Executivo e Legislativo)
R$ 4.419.931,53

Percentual em relação a Receita Corrente Liquida

Executivo 46,26%

Legislativo 1,67%

Consolidado Geral (Executivo e Legislativo) 47,96%

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Com base nos valores e percentuais acima descritos tomamos ciência que conseguimos nos adequar aos valores impostos pela Lei 101/2001.

A verificação feita no final desse 1.º Quadrimestre estabelecido nos art. 19 e 20 da Lei 101/01, nos mostra que gastamos 79,93% do permitido pela lei.

Como consta no art. 23 se a despesa total do pessoal ultrapassar os limites definidos, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo que pelo menos um treço no primeiro quadrimestre.

Diante dos valor de 57,26 do Executivo conf. encontrava-se esse órgão no mês de Dezembro de 2000, tínhamos que reduzir o percentual de 0,65 % no primeiro Quadrimestre, após calculo sobre valores lançados acima, reduzimos um percentual de 10,00%, do que se encontrava e 7,74% dos 54% permitidos por Lei.
No entanto, como é de nosso conhecimento esse primeiro quadrimestre temos uma arrecadação maior que nos outros meses nos colocando em estado de alerta para que continuemos tomando as providencias devidas para que não se exceda o percentual neste próximo quadrimestre.

Para tanto, encaminhamos os cálculos com os devidos percentuais conf. pedido anexo a esse processo.

DANIELA AP. MILLARES
Chefe de Finanças

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo das Despesas com Pesso. Abril de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Legislativo

Valores expressos em R$

	Maio/2000 Novembro/2000	Junho/2000 Dezembro/2000	Julho/2000 Janeiro/2001	Agosto/2000 Fevereiro/2001	Setembro/2000 Marco/2001	Outubro/2000 Abril/2001	TOTAIS
DESPESAS COM PESSOAL							
Despesas com Pessoal	14.813,69	14.663,95	14.662,95	14.662,95	14.664,95	13.861,95	
	15.749,68	30.987,20	0,00	16.777,94	0,00	0,00	150.845,26
Mao-de-obra Terceirizada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Sociais	324,32	291,78	291,78	291,78	291,78	291,78	
	379,54	794,62	0,00	363,05	0,00	0,00	3.320,43
Inativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salario Familia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PIS/PASEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentencas Judiciais(Pessoal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas com Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	15.138,01	14.955,73	14.954,73	14.954,73	14.956,73	14.153,73	
	16.129,22	31.781,82	0,00	17.140,99	0,00	0,00	154.165,69
(-)DEDUCOES							
Indenizacao por Demissao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivos a Demissao Voluntaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decisao Judicial de Competencia Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos(Custeio de Recursos Especificados)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convocacao Extraordinaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	15.138,01	14.955,73	14.954,73	14.954,73	14.956,73	14.153,73	
	16.129,22	31.781,82	0,00	17.140,99	0,00	0,00	154.165,69

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 02/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA
60

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo das Despesas com Pessc Abril de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Legislativo

Valores expressos em R$

	Maio/2000	Junho/2000	Julho/2000	Agosto/2000	Setembro/2000	Outubro/2000	
	Novembro/2000	Dezembro/2000	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	Marco/2001	Abril/2001	
Receita Corrente Liquida	680.463,36	580.146,32	737.356,62	777.952,27	703.118,29	794.356,00	
	781.152,45	764.340,61	861.965,75	880.217,94	786.529,39	867.972,27	9.215.571,27
Participacao da Despesa de Pessoal	2,22%	2,58%	2,03%	1,92%	2,13%	1,78%	
na Receita Corrente Liquida	2,06%	4,16%	0,00%	1,95%	0,00%	0,00%	1,67%

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

WILMA ZANATTA MAZZER
CONTADORA
CRC 1SP118420/0-1

DANIELA AP. MILLARES
CHEFE DA DIV DE FINANCAS

Confere com o Origina
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 01

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
67

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo das Despesas com Pessoal — Abril de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Maio/2000	Junho/2000	Julho/2000	Agosto/2000	Setembro/2000	Outubro/2000	
	Novembro/2000	Dezembro/2000	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	Marco/2001	Abril/2001	TOTAIS
DESPESAS COM PESSOAL							
Despesas com Pessoal	343.876,22	346.930,93	328.369,13	348.156,36	342.169,94	328.782,78	
	326.155,80	643.227,50	347.570,31	311.974,25	0,00	0,00	3.667.213,22
Mao-de-obra Terceirizada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Sociais	36.165,01	37.663,40	35.797,71	37.419,45	36.329,61	35.477,59	
	34.409,83	64.955,77	96.979,52	33.033,43	0,00	0,00	448.231,32
Inativos	281,84	281,84	281,84	281,84	281,84	281,84	
	281,84	563,68	281,84	281,84	0,00	0,00	3.100,24
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salario Familia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PIS/PASEP	1.005,26	12.442,32	768,42	26.529,92	8.156,91	8.562,90	
	16.457,92	9.395,06	9.661,71	1.057,38	0,00	0,00	94.037,80
Sentencas Judiciais(Pessoal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas com Pessoal	6.560,60	8.462,73	7.483,46	5.597,26	5.637,28	2.845,38	
	2.066,17	5.704,39	2.765,66	3.294,67	0,00	0,00	50.417,60
Subtotal	387.888,93	405.781,22	372.700,56	417.984,83	392.575,58	375.950,49	
	379.371,56	723.846,40	457.259,04	349.641,57	0,00	0,00	**4.263.000,18**
(-)DEDUCOES							
Indenizacao por Demissao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivos a Demissao Voluntaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decisao Judicial de Competencia Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos(Custeio de Recursos Especificados)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	387.888,93	405.781,22	372.700,56	417.984,83	392.575,58	375.950,49	
	379.371,56	723.846,40	457.259,04	349.641,57	0,00	0,00	4.263.000,18
Receita Corrente Liquida	680.463,36	580.146,32	737.356,62	777.952,27	703.118,29	794.356,00	
	781.152,45	764.340,61	861.965,75	880.217,94	786.529,39	867.972,27	**9.215.571,27**

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 01/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
62

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo das Despesas com Pessoa — Abril de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Maio/2000	Junho/2000	Julho/2000	Agosto/2000	Setembro/2000	Outubro/2000	
	Novembro/2000	Dezembro/2000	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	Marco/2001	Abril/2001	
Participacao da Despesa de Pessoal	57,00%	69,94%	50,55%	53,73%	55,83%	47,33%	
na Receita Corrente Liquida	48,57%	94,70%	53,05%	39,72%	0,00%	0,00%	46,26%

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

WILMA ZANATTA MAZZER
CONTADORA
CRC 1SP118420/0-1

DANIELA AP. MILLARES
CHEFE DA DIV DE FINANCAS

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 23/04/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
63

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo das Despesas com Pessoal — Abril de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Legislativo, Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Maio/2000 Novembro/2000	Junho/2000 Dezembro/2000	Julho/2000 Janeiro/2001	Agosto/2000 Fevereiro/2001	Setembro/2000 Marco/2001	Outubro/2000 Abril/2001	TOTAIS
DESPESAS COM PESSOAL							
Despesas com Pessoal	358.689,91	361.594,88	343.032,08	362.819,31	356.834,89	342.644,73	
	341.905,48	674.214,70	347.570,31	328.752,19	0,00	0,00	3.816.058,48
Mao-de-obra Terceirizada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Sociais	36.489,33	37.955,18	36.089,49	37.711,23	36.621,39	35.769,37	
	34.789,37	65.750,39	96.979,52	33.396,48	0,00	0,00	451.551,75
Inativos	281,84	281,84	281,84	281,84	281,84	281,84	
	281,84	563,68	281,84	281,84	0,00	0,00	3.100,24
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salario Familia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PIS/PASEP	1.005,26	12.442,32	768,42	26.529,92	8.156,91	8.562,90	
	16.457,92	9.395,06	9.661,71	1.057,38	0,00	0,00	94.037,80
Sentencas Judiciais(Pessoal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas com Pessoal	6.560,60	8.462,73	7.483,46	5.597,26	5.637,28	2.845,38	
	2.066,17	5.704,39	5.531,32	3.294,67	0,00	0,00	53.183,26
Subtotal	403.026,94	420.736,95	387.655,29	432.939,56	407.532,31	390.104,22	
	395.500,78	755.628,22	460.024,70	366.782,56	0,00	0,00	**4.419.931,53**
(-)DEDUCOES							
Indenizacao por Demissao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivos a Demissao Voluntaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decisao Judicial de Competencia Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos(Custeio de Recursos Especificados)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convocacao Extraordinaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	403.026,94	420.736,95	387.655,29	432.939,56	407.532,31	390.104,22	
	395.500,78	755.628,22	460.024,70	366.782,56	0,00	0,00	4.419.931,53

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 04/05/01

PREFEITURA

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo das Despesas com Pesso Abril de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Legislativo, Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Maio/2000	Junho/2000	Julho/2000	Agosto/2000	Setembro/2000	Outubro/2000	
	Novembro/2000	Dezembro/2000	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	Marco/2001	Abril/2001	
Receita Corrente Liquida	680.463,36	580.146,32	737.356,62	777.952,27	703.118,29	794.356,00	
	781.152,45	764.340,61	861.965,75	880.217,94	786.529,39	867.972,27	**9.215.571,27**
Participacao da Despesa de Pessoal	59,23%	72,52%	52,57%	55,65%	57,96%	49,11%	
na Receita Corrente Liquida	50,63%	98,86%	53,37%	41,67%	0,00%	0,00%	**47,96%**

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

WILMA ZANATTA MAZZER
CONTADORA
CRC 1SP118420/0-1

DANIELA AP. MILLARES
CHEFE DA DIV DE FINANCAS

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/10/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
65

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo da Receita Corrente Li

Artigo 2o, Inciso IV e 53, Inciso I da LC. 101/00

Administracao Direta, Indireta e Fundacional

Periodo : Abril/2001

Valores expressos em R$

RECEITAS CORRENTES	Maio/2000 Novembro/2000	Junho/2000 Dezembro/2000	Julho/2000 Janeiro/2001	Agosto/2000 Fevereiro/2001	Setembro/2000 Marco/2001	Outubro/2000 Abril/2001	TOTAIS
Administracao Direta ..... :	753.409,88	636.233,39	796.253,48	843.586,91	770.841,22	870.510,40	
	863.144,42	847.946,43	940.995,30	946.754,99	858.487,89	938.704,47	10.066.868,78
Administracao Indireta							
Fundos ..... :	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Autarquias ..... :	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundacoes Publicas ..... :	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas Estatais Dependentes ..... :	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal ..... :	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deducoes							
Contribuicoes dos Servidores ao Regime Proprio de Previdencia :	7.573,00	4.884,81	3.063,88	12.214,39	2.994,44	7.563,84	
	14.786,86	19.410,93	2.645,02	8.345,59	4.435,49	4.439,49	92.357,74
Compensacao Financeira entre Regimes de Previdencia ..... :	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Liquido FUNDEF ..... :	65.373,52	51.202,26	55.832,98	53.420,25	64.728,49	68.590,56	
	67.205,11	64.194,89	76.384,53	58.191,46	67.523,01	66.292,71	758.939,77
Subtotal ..... :	72.946,52	56.087,07	58.896,86	65.634,64	67.722,93	76.154,40	
	81.991,97	83.605,82	79.029,55	66.537,05	71.958,50	70.732,20	851.297,51
RECEITA CORRENTE LIQUIDA ..... :	680.463,36	580.146,32	737.356,62	777.952,27	703.118,29	794.356,00	
	781.152,45	764.340,61	861.965,75	880.217,94	786.529,39	867.972,27	9.215.571,27

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo da Receita Corrente Li

Artigo 2o, Inciso IV e 53, Inciso I da LC. 101/00

Administracao Direta, Indireta e Fundacional

CELSO CAPATO	WILMA ZANATTA MAZZER	DANIELA AP. MILLARES
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA	CHEFE DA DIV DE FINANCAS
	CRC 1SP118420/0-1	

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
67

71

Artigo 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 07 de Maio de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da prefeitura Municipal da estância Turística de Holambra, na data supra.

CLÉA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA 10

PORTARIA N.º 103 DE 07 DE MAIO DE 2001.

EXONERA SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO NOS TERMOS DO DECRETO 311/2001.

CELSO CAPATO, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

Considerando que, o Município da Estância Turística de Holambra apresentou percentual de despesas com pessoal de 57%, auferida nos últimos doze meses, excedendo assim os limites estabelecidos nos termos do artigo 20, III, "b" da Lei Complementar nº 101/00.

Considerando o disposto no Decreto nº 311 de 19 de março de 2001, que estabelece critérios gerais de identificação impessoal para exoneração de não estáveis;

Considerando por fim que tal ato importará economia para o setor de Saúde;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Em conformidade com o artigo 3º, I e II e parágrafo 1º do DECRETO MUNICIPAL nº 311/2001, exonera a servidora MARELI PAULINO DE SOUZA, ocupante do cargo de Fiscal Sanitário, referência nº 08, do Setor de Saúde.

Artigo 2º - Fica o Departamento de Recursos Humanos autorizado a tomar as providências necessárias à execução da presente.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@hotmail.com.br

72

PORTARIA N.º 104 DE 07 DE MAIO DE 2001.

EXONERA CONTRATADA NOS TERMOS DO DECRETO 311/2001.

CELSO CAPATO, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

Considerando que, o Município da Estância Turística de Holambra apresentou percentual de despesas com pessoal de 57%, auferida nos últimos doze meses, excedendo assim os limites estabelecidos nos termos do artigo 20, III, "b" da Lei Complementar nº 101/00.

Considerando o disposto no Decreto nº 311 de 19 de março de 2001, que estabelece critérios gerais de identificação impessoal para exoneração de não estáveis;

Considerando por fim que tal ato importará economia para o setor de Saúde;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 3º, do DECRETO MUNICIPAL nº 311/2001, exonera a servidora MÁRCIA MARIA GALLI DE FREITAS, ocupante do cargo de Agente Comunitário, referência nº 04, do Setor de Saúde.

Artigo 2º - Fica o Departamento de Recursos Humanos autorizado a tomar as providências necessárias à execução da presente.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA 73

Artigo 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 07 de Maio de 2001.

CELSO ~~CRAVO~~
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da prefeitura Municipal da estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Confere com o Origina
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA 74

PORTARIA N.° 105 DE 07 DE MAIO DE 2001.

EXONERA SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO NOS TERMOS DO DECRETO 311/2001.

CELSO CAPATO, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

Considerando que, o Município da Estância Turística de Holambra apresentou percentual de despesas com pessoal de 57%, auferida nos últimos doze meses, excedendo assim os limites estabelecidos nos termos do artigo 20, III, "b" da Lei Complementar nº 101/00.

Considerando o disposto no Decreto nº 311 de 19 de março de 2001, que estabelece critérios gerais de identificação impessoal para exoneração de não estáveis;

Considerando por fim que tal ato importará economia para o setor de Educação;

R E S O L V E:

Artigo 1° - Em conformidade com o artigo 3°, I e II do DECRETO MUNICIPAL nº 311/2001, exonera a servidora MARIA ANTONIA COSTELLA, ocupante do cargo de Pajem, referência nº 02, do Setor de Educação.

Artigo 2° - Fica o Departamento de Recursos Humanos autorizado a tomar as providências necessárias à execução da presente.

Artigo 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

75

Artigo 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 07 de Maio de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da prefeitura Municipal da estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Confere com o Origina
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 01

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
76

Holambra, 21 de Maio de 2001.

Ao Sr. Prefeito

Solicitamos urgentes providência para manutenção do índice nos patamares apresentados especialmente porquê a receita para os meses subsequentes tendem a sofrerem considerável redução pela queda da arrecadação.

Sugerimos medidas com máxima urgência de cobrança dos tributos inscritos em Dívida Ativa.

Sugerimos, medidas atinentes à redução total de Hora Extraordinárias.

ATENCIOSAMENTE.

NÁGILA M. CHAIB LOTIERZO
Diretor Jurídico

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

77

Em vista do índice percentual que se apresentou superior aos limites legais, determino com máxima urgência conforme parecer do Departamento Jurídico de 21 de maio de 2001, o seguinte:

1)- Corte de Hora Extra, para todos os setores, autorizando-se somente em caso de excepcionalíssima impossibilidade de compensação;

2)- Cobrança imediata da Dívida Ativa.

Encaminhe-se a presente para o Setor de Pessoal para as providências devidas junto a cada Departamento.

Encaminhe-se a presente para o Setor de Lançadoria para dar atendimento com máxima urgência ao disposto na lei Complementar 108/01, a fim de implantar a cobrança da Dívida Ativa junto ao Banco do Brasil.

Determino ao setor de Fiscalização para proceder no âmbito geral do Município, fiscalização da arrecadação de INSS, junto aos contribuintes, especialmente junto as instituições financeiras.

Após as medidas acima, encaminhe-se ao Departamento Jurídico para acompanhamento das providências e novos cálculos.

Holambra, 31 de maio de 2001

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 12

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

78

Departamento Jurídico, 05 de junho de 2001

Ao Sr. Prefeito Municipal

- As providências já foram determinadas à todos os setores para redução das horas extraordinárias;
- Determinamos ainda ao Setor de Pessoal a racionalização da concessão de férias;
- As licenças – prêmio, estão sendo concedidas apenas para gozo, não sendo autorizadas quaisquer conversão em pecúnia;
- Procedemos a cobrança da dívida ativa, conforme Lei 108/2001, inclusa;
- Já demos início a fiscalização dos Bancos para apurar o total efetivamente pago e o efetivamente devido;
- O setor de fiscalização também deu início a atualização do cadastro para cobrança devida de tributos.

Nágila M. Chaib Lotierzo
Diretor Jurídico

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1078
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
79

LEI COMPLEMENTAR Nº 108 DE 22 DE MAIO DE 2001

"Dispõe sobre a concessão de benefícios para pagamento de débitos fiscais em atraso, estabelece normas para sua cobrança extrajudicial e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, sanciono e promulgo a presente Lei:

Artigo 1º - Os créditos de natureza tributária inscritos em dívida ativa, constituídos até 31 de dezembro de 2000, e que se encontram em fase de cobrança administrativa ou judicial poderão ser pagos de acordo com os seguintes critérios e benefícios:

I – em até 60 (sessenta) dias a partir da data da publicação desta Lei, com desconto de 25% (vinte e cinco por cento) na multa e juros devidos;
II – em até 12 (doze) parcelas mensais, a partir da data de publicação desta Lei, com desconto de 10% na multa e juros devidos;
III – em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, a partir da data da publicação desta Lei, com desconto de 5% na multa e juros devidos;

Artigo 2º - Para fins de pagamento dos débitos fiscais na forma do artigo primeiro desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado, por intermédio do setor de Lançadoria, inserir o nome do órgão ou departamento responsável pela arrecadação dos créditos tributários, autorizado a emitir boletos de cobrança bancária em nome dos contribuintes em débito.

Parágrafo 1º – A cobrança do débito fiscal assim reduzido se dará por iniciativa do Poder Executivo, na forma do "caput" do presente artigo, onde o contribuinte será notificado para efetuar o pagamento a vista, sendo-lhe facultado ingressar com pedido de parcelamento do débito.

Parágrafo 2º - Não gozarão do benefícios previstos nesta lei, as dívidas ativas de contribuintes, que já possuam parcelamento de débitos junto ao Município, objeto de acordo extra judicial ou judicial, bem como àquelas, objeto de acordos firmados, que não tenham sido regularmente cumpridas.

Artigo 3º - O benefício fiscal previsto no inciso I do artigo 1º, independe da aprovação do Prefeito, considerando-se automaticamente concedido a partir da data da publicação desta Lei, desde que cumprido o prazo previsto nesta Lei.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Artigo 8º - O disposto nesta Lei não se aplica aos créditos tributários lançados de ofício, decorrentes de infrações praticadas com dolo, fraude ou simulação, ou de isenção ou imunidade concedida ou reconhecida em processo eivado de vícios, bem como aos de falta de recolhimento de tributo retido pelo contribuinte substituto, na forma da legislação pertinente.

Artigo 9º - A fruição dos benefícios contemplados por esta Lei não confere direito a restituição ou compensação de importância já paga, a qualquer título.

Artigo 10 – Para a realização da cobrança bancária e do encaminhamento do débito fiscal para protesto extrajudicial, fica o Poder Executivo autorizado a contratar os serviços do Banco do Brasil S.A.

Artigo 11 – O Poder Executivo, poderá expedir atos regulamentares que se fizerem necessários a implementação desta Lei.

Artigo 12 – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 22 de Maio de 2001

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNIC. HOLAMBRA
RELACAO DE EMPREGADOS COM HORA EXTRA 50%

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

(04)

NOME	MATRIC.	DT.ADMIS.	CARGO	DT.DEMISSAO	REFERENCIA	REF.	H.EX. 5
T. CONCURSADO /ENSINO FUNDAMENTAL /							
FRANCISCA RODRIGUES	141.732/0	08/02/2000	INSPETOR DE ALUNOS		59,00		139
			TOTAIS		59,00		139,79
T. CONCURSADO /SAUDE /							
EXPEDITO ANTONIO DA SILV	161.182/8	21/02/1994	MOTORISTA AMBULANCIA		25,50		102,81
FRANCISCO DE PAULO SANTI	161.748/0	21/02/2000	MOTORISTA		15,00		45,34
JAIR DANTAS DE ALMEIDA	161.442/6	02/08/1994	MOTORISTA AMBULANCIA		42,30		165,09
JEFFERSON JOSE SOARES	161.867/5	01/07/1997	MOTORISTA AMBULANCIA		39,00		147,84
JOSE MARCOS DE SOUZA	161.149/6	01/02/1994	MOTORISTA AMBULANCIA		34,00		135,33
JOSE SEBASTIAO DE PAULA	134.212/1	21/03/1994	MOTORISTA		33,30		106,32
NATA... BUIRINO	161.236/5	08/08/1994	ATEND.ENFERMAGEM		10,60		31,74
PAULO SERGIO DOS PASSOS	162.326/5	03/03/1995	MOTORISTA AMBULANCIA		6,30		27,15
SHIRLEY AP. CARMAN NEVES	161.245/0	01/08/1994	ATEND.ENFERMAGEM		12,00		38,08
ULIVALDER BARCELLOS PICO	161.696/6	06/11/1999	MOTORISTA AMBULANCIA		16,50		63,20
			TOTAIS		239,30		883,53
T. CONCURSADO /SANEAMENTO /							
JOSE ARMANDO REDINI	162.414/8	18/09/1997	SERVICOS GERAIS		30,00		37,64
			TOTAIS		30,00		37,64
T. CONCURSADO /SER.ESTR.PUB. MUNIC./							
ABEL BENEDITO CRIVELLE	176.363/9	03/09/1997	MOTORISTA DE ONIBUS		46,00		152,33
LUIZ MODESTO ARTUZI	176.416/0	02/10/1997	MOTORISTA DE ONIBUS		41,00		138,79
ROGE... GONCALVES	140.536/1	10/06/1998	MOTORISTA		27,20		82,61
			TOTAIS		118,20		373,73
			TOTAIS		440,50		1.454,69

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

PREFEITURA MUNIC. HOLAMBRA
RELACAO DE EMPREGADOS COM HORA EXTRA 100 %

PAGINA : 1
DT.REF: 06/2000

NOME	MATRIC.	DT.ADMIS.	CARGO	DT.DEMISSAO	REFERENCIA	METIF.	H.EXT.
T. CONCURSADO /ENFERMAGEM							
JOSE ARMANDO BESINI	182,414/2	19/09/1997	SERVICOS GERAIS		30,00		76,86
			TOTAIS		30,00		76,86
			TOTAIS		30,00		76,86

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
82

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 00

PREFEITURA MUNIC. HOLAMBRA

(04) RELACAO DE EMPREGADOS COM HORAS EXTRAS NOTURNAS

NOME	MATRIC.	DT.ADMIS.	CARGO	DT.DEMISSAO	REFERENCIA	TRIF.	H.EXTR.
T. CONCURSADO /SEGURANCA PUBLICA /							
JESUS ZAMBUJA	126.817/6	04/08/2000	GUARDA MUNICIPAL		1,50		8
			TOTAIS		1,50		8,62
T. CONCURSADO /SER.ESTR.ROD. MUNIC./							
ROGERIO GONCALVES	143.536/1	10/06/1996	MOTORISTA		1,00		3,62
			TOTAIS		1,00		3,62
			TOTAIS		2,50		12,24

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

83

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
84

Dy. 12 de junho de 2012

Encaminhe-se ao Depto de Finanças para os cálculos devidos.

Nágila M. Chaib Lotierzo
Diretor Jurídico
OAB-SP 117.234

Remeta-se o presente ao Depto Jurídico, que encontra-se no aguardo do envio mensal do Bimestre (maio e junho) para novos cálculos.

Marina Paes
Coordenadora Administrativa
R.G. 30.219.685-7
28/06/12

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/12

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo d espesa om Pessoal Junho de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Legislativo, Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Julho/2000	Agosto/2000	Setembro/2000	Outubro/2000	Novembro/2000	Dezembro/2000	
	Janeiro/2001*	Fevereiro/2001	Marco/2001	Abril/2001	Maio/2001	Junho/2001	TOTAIS
DESPESAS COM PESSOAL							
Despesas com Pessoal	343.032,08	362.819,31	356.834,89	342.644,73	341.905,48	674.214,70	
	347.570,31	328.752,19	351.084,52	350.833,59	370.225,92	351.802,33	4.521.720,05
Mao-de-obra Terceirizada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Sociais	36.089,49	37.711,23	36.621,39	35.769,37	34.789,37	65.750,39	
	96.979,52	33.396,48	35.443,67	35.793,85	42.789,88	39.652,47	530.787,11
Inativos	281,84	281,84	281,84	281,84	281,84	563,68	
	281,84	281,84	281,84	281,84	281,84	281,84	3.663,92
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salario Familia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PIS/PASEP	768,42	26.529,92	8.156,91	8.562,90	16.457,92	9.395,06	
	9.661,71	1.057,38	4.069,95	2.706,95	2.946,62	1.812,75	92.126,49
Sentencas Judiciais(Pessoal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas com Pessoal	7.483,46	5.597,26	5.637,28	2.845,38	2.066,17	5.704,39	
	5.531,32	3.294,67	0,00	0,00	0,00	0,00	38.159,93
Subtotal	387.655,29	432.939,56	407.532,31	390.104,22	395.500,78	755.628,22	
	460.024,70	366.782,56	390.879,98	389.616,23	416.244,26	393.549,39	5.186.457,50
(-)DEDUCOES							
Indenizacao por Demissao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivos a Demissao Voluntaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decisao Judicial de Competencia Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos(Custeio de Recursos Especificados)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convocacao Extraordinaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	387.655,29	432.939,56	407.532,31	390.104,22	395.500,78	755.628,22	
	460.024,70	366.782,56	390.879,98	389.616,23	416.244,26	393.549,39	5.186.457,50

Confere com a Prefeitura Municipal de Holambra 02/07/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo Despesa com Pessoal Junho de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Legislativo, Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Julho/2000	Agosto/2000	Setembro/2000	Outubro/2000	Novembro/2000	Dezembro/2000	
	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	Marco/2001	Abril/2001	Maio/2001	Junho/2001	
Receita Corrente Liquida	737.356,62	777.952,27	703.118,29	794.356,00	781.152,45	764.340,61	
	861.965,75	880.217,94	786.529,39	867.972,27	801.729,81	737.518,95	9.494.210,35
Participacao da Despesa de Pessoal	52,57%	55,65%	57,96%	49,11%	50,63%	98,86%	
na Receita Corrente Liquida	53,37%	41,67%	49,70%	44,89%	51,92%	53,36%	54,63%

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

WILMA ZANATTA MAZZER
CONTADORA
CRC 1SP118420/0-1

DANIELA AP. MILLARES
CHEFE DA DIV DE FINANCAS

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 02 / 07 / 01

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo d despesa m Pessoal Junho de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Julho/2000 Janeiro/2001	Agosto/2000 Fevereiro/2001	Setembro/2000 Marco/2001	Outubro/2000 Abril/2001	Novembro/2000 Maio/2001	Dezembro/2000 Junho/2001	TOTAIS
DESPESAS COM PESSOAL							
Despesas com Pessoal	328.369,13	348.156,36	342.169,94	328.782,78	326.155,80	643.227,50	
	347.570,31	311.974,25	335.519,49	334.095,03	337.936,03	334.733,98	4.318.690,60
Mao-de-obra Terceirizada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Sociais	35.797,71	37.419,45	36.329,61	35.477,59	34.409,83	64.955,77	
	96.979,52	33.033,43	35.072,71	35.312,72	41.401,28	38.996,73	525.186,35
Inativos	281,84	281,84	281,84	281,84	281,84	563,68	
	281,84	281,84	281,84	281,84	281,84	281,84	3.663,92
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salario Familia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PIS/PASEP	768,42	26.529,92	8.156,91	8.562,90	16.457,92	9.395,06	
	9.661,71	1.057,38	4.069,95	2.706,95	2.946,62	1.812,75	92.126,49
Sentencas Judiciais(Pessoal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas com Pessoal	7.483,46	5.597,26	5.637,28	2.845,38	2.066,17	5.704,39	
	2.765,66	3.294,67	0,00	0,00	0,00	0,00	35.394,27
Subtotal	372.700,56	417.984,83	392.575,58	375.950,49	379.371,56	723.846,40	
	457.259,04	349.641,57	374.943,99	372.396,54	382.565,77	375.825,30	4.975.061,63
(-)DEDUCOES							
Indenizacao por Demissao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivos a Demissao Voluntaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decisao Judicial de Competencia Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos(Custeio de Recursos Especificados)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	372.700,56	417.984,83	392.575,58	375.950,49	379.371,56	723.846,40	
	457.259,04	349.641,57	374.943,99	372.396,54	382.565,77	375.825,30	4.975.061,63
Receita Corrente Liquida	737.356,62	777.952,27	703.118,29	794.356,00	781.152,45	764.340,61	
	861.965,75	880.217,94	786.529,39	867.972,27	801.729,81	737.518,95	9.494.210,35

Confere com a Prefeitura Municipal de Holambra 02/11/01

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

87

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo de Despesa com Pessoal — Junho de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Julho/2000	Agosto/2000	Setembro/2000	Outubro/2000	Novembro/2000	Dezembro/2000	
	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	Marco/2001	Abril/2001	Maio/2001	Junho/2001	
Participacao da Despesa de Pessoal	50,55%	53,73%	55,83%	47,33%	48,57%	94,70%	
na Receita Corrente Liquida	53,05%	39,72%	47,67%	42,90%	47,72%	50,96%	52,40%

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

WILMA ZANATTA MAZZER
CONTADORA
CRC 1SP118420/0-1

DANIELA AP. MILLARES
CHEFE DA DIV DE FINANCAS

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 03/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo d Despes com Pessoal Junho de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Legislativo

Valores expressos em R$

	Julho/2000	Agosto/2000	Setembro/2000	Outubro/2000	Novembro/2000	Dezembro/2000	
	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	Marco/2001	Abril/2001	Maio/2001	Junho/2001	TOTAIS
DESPESAS COM PESSOAL							
Despesas com Pessoal	14.662,95	14.662,95	14.664,95	13.861,95	15.749,68	30.987,20	
	0,00	16.777,94	15.565,03	16.738,56	32.289,89	17.068,35	203.029,45
Mao-de-obra Terceirizada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Sociais	291,78	291,78	291,78	291,78	379,54	794,62	
	0,00	363,05	370,96	481,13	1.388,60	655,74	5.600,76
Inativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salario Familia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PIS/PASEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentencas Judiciais(Pessoal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas com Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	14.954,73	14.954,73	14.956,73	14.153,73	16.129,22	31.781,82	
	0,00	17.140,99	15.935,99	17.219,69	33.678,49	17.724,09	208.630,21
(-)DEDUCOES							
Indenizacao por Demissao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivos a Demissao Voluntaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decisao Judicial de Competencia Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos(Custeio de Recursos Especificados)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convocacao Extraordinaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	14.954,73	14.954,73	14.956,73	14.153,73	16.129,22	31.781,82	
	0,00	17.140,99	15.935,99	17.219,69	33.678,49	17.724,09	208.630,21

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 01/11/01

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

89

SP — Demonstrativo de Despesa com Pessoal — Junho de 2001

Prefeitura Municipal de Holambra — Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Legislativo

Valores expressos em R$

	Julho/2000	Agosto/2000	Setembro/2000	Outubro/2000	Novembro/2000	Dezembro/2000	
	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	Marco/2001	Abril/2001	Maio/2001	Junho/2001	
Receita Corrente Liquida	737.356,62	777.952,27	703.118,29	794.356,00	781.152,45	764.340,61	
	861.965,75	880.217,94	786.529,39	867.972,27	801.729,81	737.518,95	9.494.210,35
Participacao da Despesa de Pessoal	2,03%	1,92%	2,13%	1,78%	2,06%	4,16%	
na Receita Corrente Liquida	0,00%	1,95%	2,03%	1,98%	4,20%	2,40%	2,20%

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

WILMA ZANATTA MAZZER
CONTADORA
CRC 1SP118420/0-1

DANIELA AP. MILLARES
CHEFE DA DIV DE FINANCAS

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 01/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

AO DEPTO JURIDICO

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
91

A/C
Dra. Nagela
Diretora Jurídica

Informo a esse departamento os VALORES e PERCENTUAIS referentes ao mês de junho de 2001 de gasto com Pessoal Civil e também conforme exigência do T.C.E. no que se trata de Lei de Responsabilidade Fiscal em que a base de cálculo é o mês atual com os onze anteriores.

LEGISLATIVO

VALOR MÊS R$ 17.724,09
PERCENTUAL 2,40%
VALOR CONF. L.R.F. R$ 208.630,21
PERCENTUAL CONF. L.R.F. 2,20%

EXECUTIVO

VALOR MÊS R$ 375.825,30
PERCENTUAL MÊS 50,96%
VALOR CONF. L.R.F. R$ 4.975.061,23
PERCENTUAL CONF. L.R.F. 52,40%

CONSOLIDADO GERAL (EXECUTIVO E LEGISLATIVO)

VALOR MÊS R$ 393.549,39
PERCENTUAL MÊS 53,36%
VALOR CONF. L.R.F. R$ 5.186.457,50
PERCENTUAL CONF. L.R.F. 54.63%

Diante desta situação, ficamos ciente que devemos nos alertar com a situação do gasto com pessoal, pois estamos excedendo os 90% dos 54% permitido pelo T.C.E.

Atenciosamente,

MARINA PAES
Coord. Adm./Finanças

Confere
Prefeitura Mun
Holambra 07 / 11 / 02

SP

Pr .icipal de Holambra

Demonstrativo das Despe com Pessoal Agosto de 2001

Artigos 22 e 5. 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Legislativo, Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Setembro/2000	Outubro/2000	Novembro/2000	Dezembro/2000	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	
	Marco/2001	Abril/2001	Maio/2001	Junho/2001	Julho/2001	Agosto/2001	TOTAIS
DESPESAS COM PESSOAL							
Despesas com Pessoal	356.834,89	342.644,73	341.905,48	674.214,70	347.570,31	328.752,19	
	351.084,52	350.833,59	370.225,92	351.802,33	347.907,51	479.169,81	4.642.945,98
Mao-de-obra Terceirizada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Sociais	36.621,39	35.769,37	34.789,37	65.750,39	96.979,52	33.396,48	
	35.443,67	35.793,85	42.789,88	39.652,47	38.024,83	37.992,73	533.003,95
Inativos	281,84	281,84	281,84	563,68	281,84	281,84	
	281,84	281,84	281,84	281,84	281,84	422,76	3.804,84
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salario Familia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PIS/PASEP	8.156,91	8.562,90	16.457,92	9.395,06	9.661,71	1.057,38	
	4.069,95	2.706,95	2.946,62	1.812,75	2.264,29	1.826,72	68.919,16
Sentencas Judiciais(Pessoal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas com Pessoal	5.637,28	2.845,38	2.066,17	5.704,39	5.531,32	3.294,67	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.079,21
Subtotal	407.532,31	390.104,22	395.500,78	755.628,22	460.024,70	366.782,56	
	390.879,98	389.616,23	416.244,26	393.549,39	388.478,47	519.412,02	5.273.753,14
(-)DEDUCOES							
Indenizacao por Demissao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivos a Demissao Voluntaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decisao Judicial de Competencia Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos(Custeio de Recursos Especificados)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convocacao Extraordinaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	407.532,31	390.104,22	395.500,78	755.628,22	460.024,70	366.782,56	
	390.879,98	389.616,23	416.244,26	393.549,39	388.478,47	519.412,02	5.273.753,14

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 02/11/01

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Prefeitura Municipal de Holambra — Demonstrativo das Despesas com Pessoal — Agosto de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Legislativo, Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Setembro/2000	Outubro/2000	Novembro/2000	Dezembro/2000	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	
	Marco/2001	Abril/2001	Maio/2001	Junho/2001	Julho/2001	Agosto/2001	
Receita Corrente Liquida	703.118,29	794.356,00	781.152,45	764.340,61	861.965,75	880.217,94	
	786.529,39	867.972,27	801.729,81	737.518,95	852.990,72	879.032,92	9.710.925,10
Participacao da Despesa de Pessoal							
na Receita Corrente Liquida	57,96%	49,11%	50,63%	98,86%	53,37%	41,67%	
	49,70%	44,89%	51,92%	53,36%	45,54%	59,09%	54,31%

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

WILMA ZANATTA MAZZER
CONTADORA
CRC 1SP118420/0-1

DANIELA AP. MILLARES
CHEFE DA DIV DE FINANCAS

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 03/11/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
93

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo das Despesas com Pessoal — Agosto de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Legislativo

Valores expressos em R$

	Setembro/2000	Outubro/2000	Novembro/2000	Dezembro/2000	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	
	Marco/2001	Abril/2001	Maio/2001	Junho/2001	Julho/2001	Agosto/2001	TOTAIS
DESPESAS COM PESSOAL							
Despesas com Pessoal	14.664,95	13.861,95	15.749,68	30.987,20	0,00	16.777,94	
	15.565,03	16.738,56	32.289,89	17.068,35	17.068,35	16.291,21	207.063,11
Mao-de-obra Terceirizada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Sociais	291,78	291,78	379,54	794,62	0,00	363,05	
	370,96	481,13	1.388,60	655,74	655,74	568,81	6.241,75
Inativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salario Familia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PIS/PASEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentencas Judiciais(Pessoal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas com Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	14.956,73	14.153,73	16.129,22	31.781,82	0,00	17.140,99	
	15.935,99	17.219,69	33.678,49	17.724,09	17.724,09	16.860,02	213.304,86
(-)DEDUCOES							
Indenizacao por Demissao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivos a Demissao Voluntaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decisao Judicial de Competencia Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos(Custeio de Recursos Especificados)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convocacao Extraordinaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	14.956,73	14.153,73	16.129,22	31.781,82	0,00	17.140,99	
	15.935,99	17.219,69	33.678,49	17.724,09	17.724,09	16.860,02	213.304,86

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 02/11/01

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

SP — Demonstrativo das Despesas com Pessoal — Agosto de 2001

Prefeitura Municipal de Holambra — Artigos 22 e 20, da Lei Complementar 101/00

Poder Legislativo

Valores expressos em R$

	Setembro/2000	Outubro/2000	Novembro/2000	Dezembro/2000	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	
	Marco/2001	Abril/2001	Maio/2001	Junho/2001	Julho/2001	Agosto/2001	
Receita Corrente Liquida	703.118,29	794.356,00	781.152,45	764.340,61	861.965,75	880.217,94	
	786.529,39	867.972,27	801.729,81	737.518,95	852.990,72	879.032,92	9.710.925,10
Participacao da Despesa de Pessoal	2,13%	1,78%	2,06%	4,16%	0,00%	1,95%	
na Receita Corrente Liquida	2,03%	1,98%	4,20%	2,40%	2,08%	1,92%	2,20%

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

WILMA ZANATTA MAZZER
CONTADORA
CRC 1SP118420/0-1

DANIELA AP. MILLARES
CHEFE DA DIV DE FINANCAS

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 23 / 11 / 01

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

SP — Demonstrativo das Despes com Pessoal — Agosto de 2001

Prefeitura Municipal de Holambra — Artigos 22 e 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Setembro/2000	Outubro/2000	Novembro/2000	Dezembro/2000	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	
	Marco/2001	Abril/2001	Maio/2001	Junho/2001	Julho/2001	Agosto/2001	TOTAIS
DESPESAS COM PESSOAL							
Despesas com Pessoal	342.169,94	328.782,78	326.155,80	643.227,50	347.570,31	311.974,25	
	335.519,49	334.095,03	337.936,03	334.733,98	330.839,16	462.878,60	4.435.882,87
Mao-de-obra Terceirizada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Sociais	36.329,61	35.477,59	34.409,83	64.955,77	96.979,52	33.033,43	
	35.072,71	35.312,72	41.401,28	38.996,73	37.369,09	37.423,92	526.762,20
Inativos	281,84	281,84	281,84	563,68	281,84	281,84	
	281,84	281,84	281,84	281,84	281,84	422,76	3.804,84
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salario Familia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PIS/PASEP	8.156,91	8.562,90	16.457,92	9.395,06	9.661,71	1.057,38	
	4.069,95	2.706,95	2.946,62	1.812,75	2.264,29	1.826,72	68.919,16
Sentencas Judiciais(Pessoal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas com Pessoal	5.637,28	2.845,38	2.066,17	5.704,39	2.765,66	3.294,67	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.313,55
Subtotal	392.575,58	375.950,49	379.371,56	723.846,40	457.259,04	349.641,57	
	374.943,99	372.396,54	382.565,77	375.825,30	370.754,38	502.552,00	5.057.682,62
(-)DEDUCOES							
Indenizacao por Demissao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivos a Demissao Voluntaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decisao Judicial de Competencia Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos(Custeio de Recursos Especificados)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	392.575,58	375.950,49	379.371,56	723.846,40	457.259,04	349.641,57	
	374.943,99	372.396,54	382.565,77	375.825,30	370.754,38	502.552,00	5.057.682,62
Receita Corrente Liquida	703.118,29	794.356,00	781.152,45	764.340,61	861.965,75	880.217,94	
	786.529,39	867.972,27	801.729,81	737.518,95	852.990,72	879.032,92	9.710.925,10

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 04 / 10 / 02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

SP — Demonstrativo de Despesa com Pessoal — Agosto de 2001

Prefeitura Municipal de Holambra — Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Setembro/2000	Outubro/2000	Novembro/2000	Dezembro/2000	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	
	Marco/2001	Abril/2001	Maio/2001	Junho/2001	Julho/2001	Agosto/2001	
Participacao da Despesa de Pessoal	55,83%	47,33%	48,57%	94,70%	53,05%	39,72%	
na Receita Corrente Liquida	47,67%	42,90%	47,72%	50,96%	43,47%	57,17%	52,08%

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

WILMA ZANATTA MAZZER
CONTADORA
CRC 1SP118420/0-1

DANIELA AP. MILLARES
CHEFE DA DIV DE FINANCAS

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 03/10/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
97

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS - UR.3

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA — 98

UR.3 - Campinas, 18 de julho de 2001

OFÍCIO Nº 311/01 -UR.3
(Ref. TC-2085/326/01)

Prezado Senhor,

De acordo com a análise efetuada nos relatórios e demonstrativos, relativos ao 1º quadrimestre de 2001, enviados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções nº 01/00, de 24.05.2000, e tendo em vista a prerrogativa atribuída no art. 59, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 04.02.2000, emitimos o presente **ALERTA**, uma vez que foi constatada a seguinte situação:

1. O percentual apurado de 50,26% das despesas com pessoal em relação a receita corrente líquida (RCL), está acima daquele previsto no art. 59, § 1º, Inciso II, da Lei Complementar supracitada (Limite de Alerta: 48,60 %);

Por oportuno, esclarecemos que, em virtude do apurado, esse Município deverá adotar medidas que visem a adequação dos gastos com pessoal no prazo previsto no "caput" do art. 23, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal, além daquelas elencadas no § 3º do mesmo artigo.

Respeitosamente,

Otávio de Oliveira Azevedo
Diretor da UR.3

Exmo. Sr.
CELSO CAPATO
DD. Prefeito Municipal
HOLAMBRA - SP

Confere com o Origina
Prefeitura Municipal
Holambra 07/ 08 / 02

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A

Sua Excelência o Senhor
CELSO CAPATO
DD Prefeito Municipal
Rua Mauricio de Nassau,444
13825-000-HOLAMBRA-SP





Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 09/11/02

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Rem: Unidade Regional de Campinas - UR.3
End: Rua Dr. José Pinto de Moura, 191 - Jd. Botafogo
CEP: 13070-210 - Campinas - S.P.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
100

A/C
Dra. Nagela
Diretora Jurídica

Relato a esse departamento, os valores e os percentuais ref. ao mês agosto/01 e também pelo percentual do mês atual e os 11(onze) anteriores conforme exigências da L.R.F.

LEGISLATIVO

VALOR MÊS R$ 16.860,02
PERCENTUAL 1,92%
VALOR CONF. L.R.F. R$ 213.304,86
PERCENTUAL CONF. L.R.F. 2,20%

EXECUTIVO

VALOR MÊS R$ 502.552,00
PERCENTUAL MÊS 57,17%
VALOR CONF. L.R.F. R$ 5.057.682,62
PERCENTUAL CONF. L.R.F. 52,08%

CONSOLIDADO GERAL (EXECUTIVO E LEGISLATIVO)

VALOR MÊS R$ 519.412,02
PERCENTUAL MÊS 59,09%
VALOR CONF. L.R.F. R$ 5.273.753,14
PERCENTUAL CONF. L.R.F. 54,31

Diante desta situação, ficamos ciente que devemos nos alertar com a situação do gasto com pessoal, pois estamos excedendo os 90% dos 54% permitido pelo T.C.E.

Atenciosamente,

MARINA PAES
Coord. Adm./Finanças

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 02 / 11 / 02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
107

A/C
Dra. Nagila Marma Chaib Lotierzo
Diretora Jurídica

Prezada Senhora,

Estamos através deste encaminhando os cálculos referente aos gastos com Pessoal Civil conforme cálculo do Tribunal de Contas do Estado indicado pela L.R.F..

Vem abaixo relacionado os valores do mês atual(outubro/01) com os onze meses anterior.

Legislativo

- Valor mês **R$ 16.966,68**
- Percentual 1,84%
- Valor Conforme L.R.F. **R$ 217.972,85**
- Percentual 2,18%

Executivo

- Valor mês R$ 376.986,49
- Percentual 40,81%
- Valor Conforme L.R.F. **R$ 5.041.473,15**
- Percentual 50,38%

Consolidado

- Valor mês 393.956,17
- Percentual 42,65%
- Valor Conforme L.R.F. **R$ 5.262.211,66**
- Percentual 52,59 %

Certos de termos atendido as expectativas e ao seu inteiro dispor, aproveitamos a oportunidade para apresentarmos os nossos protestos de elevada estima e consideração.

MARINA PAES
Chefe de Finanças

Confere com o Origina
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

SP

Prefeitur. .pal de Holambra

Demonstrativo das Despe - com Pessoal Outubro de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, Lei Compleme : 101/00

Poder Legislativo

Valores expressos em R$

	Novembro/2000 Maio/2001	Dezembro/2000 Junho/2001	Janeiro/2001 Julho/2001	Fevereiro/2001 Agosto/2001	Marco/2001 Setembro/2001	Abril/2001 Outubro/2001	TOTAIS
DESPESAS COM PESSOAL							
Despesas com Pessoal	15.749,68	30.987,20	0,00	16.777,94	15.565,03	16.738,56	
	32.289,89	17.068,35	17.068,35	16.291,21	16.199,93	16.318,26	211.054,40
Mao-de-obra Terceirizada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Sociais	379,54	794,62	0,00	363,05	370,96	481,13	
	1.388,60	655,74	655,74	568,81	611,84	648,42	6.918,45
Inativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salario Familia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PIS/PASEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentencas Judiciais(Pessoal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas com Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	16.129,22	31.781,82	0,00	17.140,99	15.935,99	17.219,69	
	33.678,49	17.724,09	17.724,09	16.860,02	16.811,77	16.966,68	217.972,85
(-) DEDUCOES							
Indenizacao por Demissao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivos a Demissao Voluntaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decisao Judicial de Competencia Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos(Custeio de Recursos Especificados)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convocacao Extraordinaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	16.129,22	31.781,82	0,00	17.140,99	15.935,99	17.219,69	
	33.678,49	17.724,09	17.724,09	16.860,02	16.811,77	16.966,68	217.972,85

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
102

Marina Paes
Chefe de Finanças

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo das Desp com Pessoal Outubro de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, Lei Complema 101/00

Poder Legislativo

Valores expressos em R$

	Novembro/2000	Dezembro/2000	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	Marco/2001	Abril/2001	
	Maio/2001	Junho/2001	Julho/2001	Agosto/2001	Setembro/2001	Outubro/2001	
Receita Corrente Liquida	781.152,45	764.340,61	861.965,75	880.217,94	786.529,39	867.972,27	
	801.729,81	737.518,95	852.990,72	879.032,92	868.927,01	923.793,32	10.006.171,14
Participacao da Despesa de Pessoal	2,06%	4,16%	0,00%	1,95%	2,03%	1,98%	
na Receita Corrente Liquida	4,20%	2,40%	2,08%	1,92%	1,93%	1,84%	2,18%

Marina Paes
Chefe da Divisão de Finanças
R.G. 30.219.685-7

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 21/11/01

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo das Despesas com Pessoal — Outubro de 2001

Artigos 22 e 59, 2o. Lei Complementar 101/00

Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Novembro/2000	Dezembro/2000	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	Marco/2001	Abril/2001	
	Maio/2001	Junho/2001	Julho/2001	Agosto/2001	Setembro/2001	Outubro/2001	TOTAIS
DESPESAS COM PESSOAL							
Despesas com Pessoal	326.155,80	643.227,50	347.570,31	311.974,25	335.519,49	334.095,03	
	337.936,03	334.733,98	330.839,16	462.878,60	334.416,92	336.879,09	4.436.226,16
Mao-de-obra Terceirizada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Sociais	34.409,83	64.955,77	96.979,52	33.033,43	35.072,71	35.312,72	
	41.401,28	38.996,73	37.369,09	37.423,92	38.746,49	37.952,88	531.654,37
Inativos	281,84	563,68	281,84	281,84	281,84	281,84	
	281,84	281,84	281,84	422,76	281,84	281,84	3.804,84
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salario Familia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PIS/PASEP	16.457,92	9.395,06	9.661,71	1.057,38	4.069,95	2.706,95	
	2.946,62	1.812,75	2.264,29	1.826,72	1.881,86	1.875,68	55.956,89
Sentencas Judiciais(Pessoal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas com Pessoal	2.066,17	5.704,39	2.765,66	3.294,67	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.830,89
Subtotal	379.371,56	723.846,40	457.259,04	349.641,57	374.943,99	372.396,54	
	382.565,77	375.825,30	370.754,38	502.552,00	375.327,11	376.989,49	5.041.473,15
(-) DEDUCOES							
Indenizacao por Demissao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivos a Demissao Voluntaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decisao Judicial de Competencia Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos(Custeio de Recursos Especificados)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	379.371,56	723.846,40	457.259,04	349.641,57	374.943,99	372.396,54	
	382.565,77	375.825,30	370.754,38	502.552,00	375.327,11	376.989,49	5.041.473,15
Receita Corrente Liquida	781.152,45	764.340,61	861.965,75	880.217,94	786.529,39	867.972,27	
	801.729,81	737.518,95	852.990,72	879.032,92	868.927,01	923.793,32	10.006.171,14

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/01

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
104

Marina Paes
Chefe de Finanças

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo das Despesas com Pessoal — Outubro de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, Lei Complementar 101/00

Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Novembro/2000	Dezembro/2000	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	Marco/2001	Abril/2001	
	Maio/2001	Junho/2001	Julho/2001	Agosto/2001	Setembro/2001	Outubro/2001	
Participacao da Despesa de Pessoal	48,57%	94,70%	53,05%	39,72%	47,67%	42,90%	
na Receita Corrente Liquida	47,72%	50,96%	43,47%	57,17%	43,19%	40,81%	50,38%

Marina Paes
Chefe da Divisão de Finanças
R.G. 30.219.685-7

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 02/11/01

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo das Despesas com Pessoal Outubro de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, Lei Complementar 101/00

Poder Legislativo, Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Novembro/2000	Dezembro/2000	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	Marco/2001	Abril/2001	
	Maio/2001	Junho/2001	Julho/2001	Agosto/2001	Setembro/2001	Outubro/2001	TOTAIS
DESPESAS COM PESSOAL							
Despesas com Pessoal	341.905,48	674.214,70	347.570,31	328.752,19	351.084,52	350.833,59	
	370.225,92	351.802,33	347.907,51	479.169,81	350.616,85	353.197,35	4.647.280,56
Mao-de-obra Terceirizada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Sociais	34.789,37	65.750,39	96.979,52	33.396,48	35.443,67	35.793,85	
	42.789,88	39.652,47	38.024,83	37.992,73	39.358,33	38.601,30	538.572,82
Inativos	281,84	563,68	281,84	281,84	281,84	281,84	
	281,84	281,84	281,84	422,76	281,84	281,84	3.804,84
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salario Familia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PIS/PASEP	16.457,92	9.395,06	9.661,71	1.057,38	4.069,95	2.706,95	
	2.946,62	1.812,75	2.264,29	1.826,72	1.881,86	1.875,68	55.956,89
Sentencas Judiciais(Pessoal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas com Pessoal	2.066,17	5.704,39	5.531,32	3.294,67	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.596,55
Subtotal	395.500,78	755.628,22	460.024,70	366.782,56	390.879,98	389.616,23	
	416.244,26	393.549,39	388.478,47	519.412,02	392.138,88	393.956,17	5.262.211,66
(-)DEDUCOES							
Indenizacao por Demissao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivos a Demissao Voluntaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decisao Judicial de Competencia Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos(Custeio de Recursos Especificados)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convocacao Extraordinaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	395.500,78	755.628,22	460.024,70	366.782,56	390.879,98	389.616,23	
	416.244,26	393.549,39	388.478,47	519.412,02	392.138,88	393.956,17	5.262.211,66

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra, 07 / 11 / 02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
106

Marina Paes
Chefe de Finanças

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo das Desp com Pessoal Outubro de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Legislativo, Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Novembro/2000	Dezembro/2000	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	Marco/2001	Abril/2001	
	Maio/2001	Junho/2001	Julho/2001	Agosto/2001	Setembro/2001	Outubro/2001	
Receita Corrente Liquida	781.152,45	764.340,61	861.965,75	880.217,94	786.529,39	867.972,27	
	801.729,81	737.518,95	852.990,72	879.032,92	868.927,01	923.793,32	10.006.171,14
Participacao da Despesa de Pessoal	50,63%	98,86%	53,37%	41,67%	49,70%	44,89%	
na Receita Corrente Liquida	51,92%	53,36%	45,54%	59,09%	45,13%	42,65%	52,59%

Marina Paes
Chefe da Divisão de Finanças
R.G. 30.219.685-7

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

107

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 21 / 11 / 02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA 108

A/C
Dra. Nagila Marma Chaib Lotierzo
Diretora Jurídica

Prezada Senhora,

Em atenção ao processo de Gastos com Pessoal Civil, através deste encaminhando os cálculos conforme instrução do Tribunal de Contas do Estado indicado pela L.R.F..

Encontra se abaixo relacionados os valores do mês atual (Dezembro/01) com os onze meses anterior.

Legislativo

- Valor mês **R$ 21.557,94**
- Percentual **2,94%**
- Valor Conforme L.R.F. **R$ 208.195,43**
- Percentual **2,07%**

Executivo

- Valor mês R$ **731.973,99**
- Percentual **84,58**
- Valor Conforme L.R.F. **R$ 4.900.973,35**
- Percentual **48,83%**

Consolidado

- Valor mês **753.531,93**
- Percentual **87,07**
- Valor Conforme L.R.F. **R$ 5.111.934,44**
- Percentual **50,93%**

Certos de termos atendido as expectativas e ao seu inteiro dispor, aproveitamos a oportunidade para apresentarmos os nossos protestos de elevada estima e consideração.

MARINA PAES
Chefe de Finanças

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/01

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo das Despesas com Pessoal — Dezembro de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Janeiro/2001 Julho/2001	Fevereiro/2001 Agosto/2001	Marco/2001 Setembro/2001	Abril/2001 Outubro/2001	Maio/2001 Novembro/2001	Junho/2001 Dezembro/2001	TOTAIS
DESPESAS COM PESSOAL							
Despesas com Pessoal	347.570,31	311.974,25	335.519,49	334.095,03	337.936,03	334.733,98	
	330.839,16	462.878,60	334.416,92	336.879,09	340.707,53	648.007,26	4.455.557,67
Mao-de-obra Terceirizada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Sociais	96.979,52	33.033,43	35.072,71	35.312,72	41.401,28	38.996,73	
	37.369,09	37.423,92	38.746,49	37.952,88	-112.197,62	82.227,98	402.319,13
Inativos	281,84	281,84	281,84	281,84	281,84	281,84	
	281,84	422,76	281,84	281,84	281,84	422,76	3.663,92
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salario Familia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PIS/PASEP	9.661,71	1.057,38	4.069,95	2.706,95	2.946,62	1.812,75	
	2.264,29	1.826,72	1.881,86	1.875,68	1.952,42	1.315,97	33.372,30
Sentencas Judiciais(Pessoal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas com Pessoal	2.765,66	3.294,67	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.060,33
Subtotal	457.259,04	349.641,57	374.943,99	372.396,54	382.565,77	375.825,30	
	370.754,38	502.552,00	375.327,11	376.989,49	230.744,17	731.973,99	4.900.973,35
(-)DEDUCOES							
Indenizacao por Demissao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivos a Demissao Voluntaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decisao Judicial de Competencia Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos(Custeio de Recursos Especificados)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	457.259,04	349.641,57	374.943,99	372.396,54	382.565,77	375.825,30	
	370.754,38	502.552,00	375.327,11	376.989,49	230.744,17	731.973,99	4.900.973,35
Receita Corrente Liquida	861.965,75	880.217,94	786.529,39	867.972,27	801.729,81	737.518,95	
	852.990,72	879.032,92	868.927,01	923.793,32	710.755,49	865.444,01	10.036.877,58

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 03 / 11 / 02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
109

Marina Paes
Chefe de Finanças

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA 108

A/C
Dra. Nagila Marma Chaib Lotierzo
Diretora Jurídica

Prezada Senhora,

Em atenção ao processo de Gastos com Pessoal Civil, através deste encaminhando os cálculos conforme instrução do Tribunal de Contas do Estado indicado pela L.R.F..

Encontra se abaixo relacionados os valores do mês atual (Dezembro/01) com os onze meses anterior.

Legislativo

- Valor mês **R$ 21.557,94**
- Percentual **2,94%**
- Valor Conforme L.R.F. **R$ 208.195,43**
- Percentual **2,07%**

Executivo

- Valor mês R$ **731.973,99**
- Percentual **84,58**
- Valor Conforme L.R.F. **R$ 4.900.973,35**
- Percentual **48,83%**

Consolidado

- Valor mês **753.531,93**
- Percentual **87,07**
- Valor Conforme L.R.F. **R$ 5.111.934,44**
- Percentual **50,93%**

Certos de termos atendido as expectativas e ao seu inteiro dispor, aproveitamos a oportunidade para apresentarmos os nossos protestos de elevada estima e consideração.

MARINA PAES
Chefe de Finanças

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/01

SP — Demonstrativo das Desp com Pessoal — Dezembro de 2001

Prefeitura Municipal de Holambra — Artigos 22 e 59, 2o, . Lei Compl tar 101/00

Poder Legislativo, Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	Marco/2001	Abril/2001	Maio/2001	Junho/2001	
	Julho/2001	Agosto/2001	Setembro/2001	Outubro/2001	Novembro/2001	Dezembro/2001	
Receita Corrente Liquida	861.965,75	880.217,94	786.529,39	867.972,27	801.729,81	737.518,95	
	852.990,72	879.032,92	868.927,01	923.793,32	710.755,49	865.444,01	10.036.877,58
Participacao da Despesa de Pessoal	53,37%	41,67%	49,70%	44,89%	51,92%	53,36%	
na Receita Corrente Liquida	45,54%	59,09%	45,13%	42,65%	34,80%	87,07%	50,93%

Marina Paes
Chefe da Divisão de Finanças
R.G. 30.219.685-7

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 02/11/02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE MOJI MIRIM - SAO PAULO
TERCEIRA VARA JUCIAL

Processo ng 1322/2001
Ofício ng 3-271/2002-vat.

Em 15 de Março de 2.002.

Senhor Delegado

Atendendo ao que foi requerido por LUCIA ELENA MAFRA COSTELLA, nos autos de MANDADO DE SEGURANÇA impetrado contra ato de Vossa Senhoria, com o presente remeto-lhe cópia da inicial e requisito informações sobre o alegado, no prazo de dez (10) dias, sob as penas da Lei.

Outrossim, comunicamos a Vossa Senhoria que este juizo houve por bem INDEFERIR A MEDIDA LIMINAR, conf. cópia do despacho que segue anexa.

Apresento a Vossa Senhoria protestos de elevada estima e consideração.

CLAUDIA REGINA NUNES
Juiza de Direito

Ilmo Sr.
PREFEITO MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA/SP
Av. Mauricio de Nassau, 444 - Centro
Holambra/SP
CEP: 13.825-000

Confere com o Origina
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

60.06.001

Contra-fé

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA **CÍVEL** DA COMARCA DE **MOGI MIRIM – SP.**

LUCIA ELENA MAFRA COSTELLA, brasileira, casada, desempregada, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 10.629.225, e do CPF/MF nº 107.963.358-85, domiciliada e residente no Sítio Tayna, Bairro Camanducaia, na Cidade de Holambra – SP, CEP 13825-000, através de seu advogado ao final assinado, ***SANDRO DOMENICH BARRADAS, OAB/SP 115.559*** em nome do qual deverão ser efetuadas as futuras notificações/intimações postais, sob pena de nulidade, com escritório na **Rua Dr. Costa Aguiar, nº 698 – 13º andar – conjunto 1.304 – Centro – Campinas – SP, CEP 13014–900, telefone (0XX19) 3233-4124,** vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fulcro na Lei nº 1.533/51 Art. 1º, o Artigo 5º da C.F. inciso LX e inciso LXIX, impetrar:

MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL com PEDIDO DE LIMINAR *"INALDITA ALTERA PARS"*

em face do ***PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA***, situada na Avenida Maurício de Nassau nº444, Centro – Holambra – SP, CEP 13825 – 000 - Caixa Postal 24, pelos termos fáticos e jurídicos a seguir aduzidos:

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo das Despesas com Pessoal — Dezembro de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Complementar 101/00

Poder Legislativo

Valores expressos em R$

	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	Marco/2001	Abril/2001	Maio/2001	Junho/2001	
	Julho/2001	Agosto/2001	Setembro/2001	Outubro/2001	Novembro/2001	Dezembro/2001	
Receita Corrente Liquida	861.965,75	880.217,94	786.529,39	867.972,27	801.729,81	737.518,95	
	852.990,72	879.032,92	868.927,01	923.793,32	710.755,49	865.444,01	10.036.877,58
Participacao da Despesa de Pessoal	0,00%	1,95%	2,03%	1,98%	4,20%	2,40%	
na Receita Corrente Liquida	2,08%	1,92%	1,93%	1,84%	2,33%	2,49%	2,07%

Marina Paes
Chefe da Divisão de Finanças
R.G. 30.219.685-7

Confere com o original
Prefeitura Municipal
Holambra 03 / 12 / 02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo das Desp com Pessoal Dezembro de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, Lei Compl tar 101/00

Poder Legislativo, Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	Marco/2001	Abril/2001	Maio/2001	Junho/2001	
	Julho/2001	Agosto/2001	Setembro/2001	Outubro/2001	Novembro/2001	Dezembro/2001	TOTAIS
DESPESAS COM PESSOAL							
Despesas com Pessoal	347.570,31	328.752,19	351.084,52	350.833,59	370.225,92	351.802,33	
	347.907,51	479.169,81	350.616,85	353.197,35	356.634,79	668.321,96	4.656.117,13
Mao-de-obra Terceirizada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Sociais	96.979,52	33.396,48	35.443,67	35.793,85	42.789,88	39.652,47	
	38.024,83	37.992,73	39.358,33	38.601,30	-111.549,20	83.471,24	409.955,10
Inativos	281,84	281,84	281,84	281,84	281,84	281,84	
	281,84	422,76	281,84	281,84	281,84	422,76	3.663,92
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salario Familia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PIS/PASEP	9.661,71	1.057,38	4.069,95	2.706,95	2.946,62	1.812,75	
	2.264,29	1.826,72	1.881,86	1.875,68	1.952,42	1.315,97	33.372,30
Sentencas Judiciais(Pessoal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas com Pessoal	5.531,32	3.294,67	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.825,99
Subtotal	460.024,70	366.782,56	390.879,98	389.616,23	416.244,26	393.549,39	
	388.478,47	519.412,02	392.138,88	393.956,17	247.319,85	753.531,93	5.111.934,44
(-)DEDUCOES							
Indenizacao por Demissao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivos a Demissao Voluntaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decisao Judicial de Competencia Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos(Custeio de Recursos Especificados)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convocacao Extraordinaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	460.024,70	366.782,56	390.879,98	389.616,23	416.244,26	393.549,39	
	388.478,47	519.412,02	392.138,88	393.956,17	247.319,85	753.531,93	5.111.934,44

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
113

Marina Paes
Chefe de Finanças

SP

Prefeitura Municipal [illegible] Holambra

Demonstrativo das Desp com Pessoal Dezembro de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Comple[illegible]ar 101/00

Poder Executivo, Administracao Indireta e Fundacional

Valores expressos em R$

	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	Marco/2001	Abril/2001	Maio/2001	Junho/2001	
	Julho/2001	Agosto/2001	Setembro/2001	Outubro/2001	Novembro/2001	Dezembro/2001	
Participacao da Despesa de Pessoal	53,05%	39,72%	47,67%	42,90%	47,72%	50,96%	
na Receita Corrente Liquida	43,47%	57,17%	43,19%	40,81%	32,46%	84,58%	48,83%

Marina Paes
Chefe da Divisão de Finanças
R.G. 30.219.685-7

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
110

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 02 / 11 / 02

SP

Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstrativo das Desp com Pessoal Dezembro de 2001

Artigos 22 e 59, 2o, da Lei Compl tar 101/00

Poder Legislativo

Valores expressos em R$

	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	Março/2001	Abril/2001	Maio/2001	Junho/2001	
	Julho/2001	Agosto/2001	Setembro/2001	Outubro/2001	Novembro/2001	Dezembro/2001	TOTAIS
DESPESAS COM PESSOAL							
Despesas com Pessoal	0,00	16.777,94	15.565,03	16.738,56	32.289,89	17.068,35	
	17.068,35	16.291,21	16.199,93	16.318,26	15.927,26	20.314,68	200.559,46
Mao-de-obra Terceirizada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Sociais	0,00	363,05	370,96	481,13	1.388,60	655,74	
	655,74	568,81	611,84	648,42	648,42	1.243,26	7.635,97
Inativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salario Familia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PIS/PASEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentencas Judiciais(Pessoal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas com Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	17.140,99	15.935,99	17.219,69	33.678,49	17.724,09	
	17.724,09	16.860,02	16.811,77	16.966,68	16.575,68	21.557,94	208.195,43
(-)DEDUCOES							
Indenizacao por Demissao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivos a Demissao Voluntaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decisao Judicial de Competencia Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos(Custeio de Recursos Especificados)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convocacao Extraordinaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	17.140,99	15.935,99	17.219,69	33.678,49	17.724,09	
	17.724,09	16.860,02	16.811,77	16.966,68	16.575,68	21.557,94	208.195,43

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 02 / 01 / 02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Marina Paes
Chefe de Finanças

1. DOS FATOS

A impetrante, prestou **concurso público**, nos termos do **inciso II, do artigo 37, da Constituição Federal**, para fins de provimento do Cargo Público de FISCAL SANITÁRIA na Prefeitura Municipal da Estância turística de Holambra; onde após ter sido aprovada foi regularmente investida em data de 01/03/2000 pela portaria nº 053 conforme doc. 01 anexo.

O primeiro serviço que a mesma teve que desempenhar na administração pública foi a de cadastrar manualmente e depois via computador / máquina de escrever, todos os pontos comerciais e industriais da cidade de Holambra.

Seu horário de trabalho se perfazia das 7:00hs às 17:00hs com 1 hora de intervalo para almoço.

Como o trabalho executado era ininterrupto, e os esforços eram repetitivos, a autora contraiu a doença chamada **LER/DORT**, no uso de suas atribuições. Mesmo com a doença nunca foi afastada de suas funções. Foi feito exame admissional que considerou a autora apta ao trabalho, mas não foi feito o exame demissional.

Assim sendo, a autora não teve concedido nem a licença médica e nem a estabilidade no cargo público, decorrente de acidente de trabalho que é equiparada a LER/DORT, conforme disciplina o artigo 118, da Lei nº 8.213/91:

LEI Nº 8.213/91

*"**Art. 118**. O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente."*

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Ocorre que após o problema, a mesma foi desviada de sua função, onde teve que permanecer na recepção do Pronto Socorro Municipal, tendo contato com pessoas Tuberculosas, com Hepatite, AIDS e outros agentes infecciosos.

A autora era correligionária do candidato que perdeu a disputa pela prefeitura na ultima eleição de 2000, ou seja, do candidato que tomaria o posto de prefeito em 1° de janeiro de 2001.

Foi demitida pelo prefeito em exercício em data de 07/05/01, sob a alegação de que seria em função de contenção de custos referente a lei de responsabilidade fiscal – Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000. Mas segundo a lei fiscal, este seria o terceiro passo que a administração pública teria que fazer; ocorre que a administração sem ter promovido o 1° e o 2° passo foi direto no 3° passo.

É pertinente salientar que a impetrante por ser concursada viu os seus direitos feridos por mais de uma vez, pois foi mandada embora **sem um motivo justo**. Ainda, foi lhe comunicado que o motivo de sua demissão seria redução de despesas. Todavia, sabe-se que esse motivo não era verídico, pois **após sua demissão foram feitas outras contratações para cargos diversos**, que foram anunciados nos jornal local de Holambra. (docs. 2 à 10) anexos a presente, 38 admissões, que **comprovam a imotivada demissão**, portanto, se o impetrado pretendia diminuir despesas de sua administração, não poderia ter feito novas contratações.

Também é de grande importância lembrar que a impetrante não recebeu corretamente as verbas a que tinha direito, tanto mensalmente quando laborou em sobre-jornada, mas não recebeu os proventos relativos a hora extra, como também em suas verbas rescisórias. Tudo devidamente assegurado na Constituição Federal em seu **artigo 7º, incisos XIII e XVI**.

Na página 1 do Edital de concurso público 02/97 , doc. nº 11, reconhece que o convocado terá que trabalhar em

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/12/02

sobrejornada, ou seja, acima das oito horas diárias.

Não foi pago o último dia trabalhado, já que laborou no dia 08/05/01, mas a rescisão teve como data 07/05/01.

1. DO DIREITO

O funcionário público só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

A **Lei Complementar nº 052 de 25 de setembro de 1995**, do Sr. Celso Capato, o mesmo prefeito que exonerou a autora, em seu **artigo 11, parágrafo 2º e 3º (doc. anexo)** dispunha:

> **LEI COMPLEMENTAR Nº 51/95**
>
> *"**Artigo 11** – Estágio probatório é o período de 2 anos de exercício do funcionário a partir de sua nomeação em caráter efetivo, durante o qual serão apurados os seguintes aspectos, acerca de sua vida funcional:*
>
> ***Parágrafo 2º** - Cinco meses antes do fim do estágio probatório, o órgão de pessoal solicitará informações sobre o funcionário ao seu chefe direto, que deverá prestá-las no prazo de dez dias.*
>
> ***Parágrafo 3º** - Caso as informações sejam contrárias à confirmação do funcionário no cargo, **ser-lhe-á concedido o prazo de dez dias para que apresente defesa**, e instaurado processo administrativo para a apuração do fato."*

Confere com o Origina
Prefeitura Municipal
Holambra 07/12/02

Sobre o assunto **o STF já se posicionou** e entende que **o funcionário em estagio probatório** ***somente poderá ser demitido depois de haver sido feito inquérito administrativo ou as formalidades legais***, ou seja, lhe dado **o direito a ampla defesa**, o que não ocorreu no caso em questão. Caso ainda restem duvidas transcrevemos as **SÚMULAS Nº 20 e Nº 21 DO STF**:

SÚMULA Nº 20 - STF

"É necessário processo administrativo, com ampla defesa, para demissão de funcionário admitido por concurso."

SÚMULA Nº 21 - STF

"Funcionário em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade."

A demissão da impetrante sem o prévio processo administrativo, sem direito à **ampla defesa**, para tal finalidade, violou o **artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal**, que assegura o direito à ampla defesa, inclusive nos processos administrativos:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

"Artigo 5º - .....

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

*LV – aos litigantes, em processo judicial ou **administrativo**, e aos acusados em geral são assegurados o **contraditório** e **ampla defesa**, com os meios e recursos a ela inerentes;"* (g.n.)

Encontramos precedente junto à jurisprudência que é pacífica sobre a matéria:

*"13001212 – MANDADO DE SEGURANÇA – DESCONSTITUIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO DE ANULAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, COM A **READMISSÃO DA SERVIDORA QUE ESTAVA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO** – A **AUTORA FOI EXONERADA DO CARGO DE SERVENTE ESCOLAR, DURANTE O PERÍODO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO**, EM CUMPRIMENTO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 967/97 – **AUSÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, COM AMPLA DEFESA** – O pedido da impetrante tem amparo legal, consoante a Súmula nº 21 do Colendo Supremo Tribunal Federal, ïn verbis"- Improvimento dos recursos: oficial e voluntário. **Funcionário em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade**. (TJSP – AC 64.327-5 – Estrela D'Oeste – CDPúb. – Rel. Des. Prado Pereira – J. 07.06.1999 – v.u.)"* (g.n.) ("*in*" "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/10/02

- Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

"17002448 – DUPLO GRAU OBRIGATÓRIO DE JURISDIÇÃO – MANDADO DE SEGURANÇA – ***FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL – ESTÁGIO PROBATÓRIO – EXONERAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE*** *– ORDEM CONCEDIDA – SENTENÇA CONFIRMADA – Duplo grau obrigatório de jurisdição. Mandado de segurança. Concessão da ordem, após deferimento da liminar ao impetrante. Ausência de recurso voluntário.* ***O funcionário concursado, em estágio probatório, não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades de apuração de sua capacidade****. Processo regular, onde ficaram observadas as formalidades legais necessárias. Decisão judicial afirmatória das garantias outorgadas aos servidores públicos investidos no cargo mediante prévio concurso. Confirmação da sentença no proceder-se ao seu reexame necessário. (IRP) (TJRJ – DGJ 282/98 – (reg. 170.599) – 6ª C.Cív. – Rel. Des. Ronald Valladares – J. 23.03.1999)"* (g.n.) ("*in*" "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

"2004100 – APELAÇÃO CÍVEL – RECURSO DE OFÍCIO – AÇÃO ORDINÁRIA DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE EM CARGO PÚBLICO – PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA – DEFEITO DE POUCA RELEVÂNCIA – PREJUÍZO AUSENTE – PRELIMINAR REJEITADA – ESTÁGIO PROBATÓRIO – INAPTIDÃO DECLARADA – EXONERAÇÃO – CERCEAMENTO DE DEFESA – NULIDADE – RECURSOS IMPROVIDOS – Não se anula sentença, se eventual erro de forma não causa prejuízo á parte vencida. Assim, é valida a decisão que determina a reintegração de funcionário público no cargo que ocupava, ainda que não conste do dispositivo da sentença a anulação do ato exoneratório. ***O servidor público, efetivado por concurso não pode ser exonerado de inopino, sem que se lhe garanta defesa ou, pelo menos, a possibilidade de contradizer o relatório que concluiu pela sua inaptidão para o cargo, em estágio probatório.*** *(TJMS – AD. – Classe B – XV – N.64.324-9 – Naviraí – 3ª T.C. – Rel. Des. Claudionor Miguel Abss Duarte – J. 17.03.1999)"* (g.n.) ("*in*" "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000)**

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 12

"2005003 – APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO ORDINÁRIA DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE EM CARGO PÚBLICO – PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA – DEFEITO DE POUCA RELEVÂNCIA – PREJUÍZO AUSENTE – PRELIMINAR REJEITADA – ESTÁGIO PREOBATÓRIO – INAPTIDÃO DECLARADA – EXONERAÇÃO – CERCEAMENTO DE DEFESA – NULIDADE – RECURSO IMPROVIDO – Não se anula sentença, se eventual erro de forma não causa prejuízo à parte vencida. Assim, é válida a decisão que determina a reintegração de funcionário público no cargo que ocupava, ainda que não conste do dispositivo da sentença a anulação do ato exoneratório. ***O servidor público, efetivado por concurso, não pode ser exonerado de inopino, sem que se lhe garanta defesa ou pelo menos, a possibilidade de contradizer o relatório que concluiu pela sua inaptidão para o cargo, em estágio probatório.*** *(TJMS – AC – Classe B – XV – N. 64.323-2 Naviraí – 3ª T.Cív. – Rel. Des. Nelson Mendes Fontoura – J. 26.05.1999)"* (g.n.) ("*in*" "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 12

*"810173 – ADMINISTRATIVO – FUNCIONÁRIO PÚBLICO – DEMISSÃO – NULIDADE DO ATO – REINTEGRAÇÃO NO CARGO – AFASTAMENTO – PERÍODO – VENCIMENTOS – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – "**Reconhecida a nulidade do ato de exoneração e o dever de o Estado reintegrar o servidor, impõe-se o pagamento, a título de indenização, dos vencimentos que este faria jus, não houvesse sido exonerado**. Reintegração, sem ressarcimento, é mera readmissão"(STJ, Min. Gomes de Barros). (TJSC – AC 98.010587-0 – Sc – 1ª C.Cív. Rel. Des. Newton Trisotto – J. 01.12.1998)"* (g.n.)("*in*" "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000)**

*"810882 – APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE RECURSAL AFASTADA – SERVIDOR PÚBLICO – EXONERAÇÃO – ESTÁGIO PROBATÓRIO – SÚMULA Nº 21 DO STF – "**Funcionário em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade**".(STF) Ausência ao **contraditório e da ampla defesa**. Nulidade reconhecida. Direito líquido e certo ferido. RECURSO E REMESSA DESPROVIDOS. (TJSC – AC-MS 98.007054-6 - SC – 3ª C.Cív.Rel. Des. Silveira Lenzi – J 17.11.1998)"* (g.n.) ("*in*" "JURIS SÍNTESE

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/ 09/ 02

MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

"812103 – ADMINISTRATIVO – FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL – ESTÁGIO PROBATÓRIO – EXONERAÇÃO – INOBSERVÂNCIA DO ***DEVIDO PROCESSO LEGAL*** *– O servidor público, em estágio probatório, não tem garantia de permanência na função, mas* ***não pode ser exonerado do cargo com inobservância do devido processo legal****. A ausência de atributos ou de capacidade para o cargo há de Ter apuração regular, não sendo indispensável o processo administrativo. Todavia, é necessário um procedimento mínimo que possibilite o* ***contraditório****. Súmula 21 do STE (TJSC – AC 98.005776-0 – SC – 4ª C.Cív. Rel. Des. Pedro Manoel Abreu – J|. 15.10.1998)"* (g.n.) ("*in*" "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

"813501 – MANDATO DE SEGURANÇA – EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBAATÓRIO, DECORRENTEMENTE DE EXTINÇÃO DO CARGO - MANIFESTA ILEGALIDADE DO ATO VERGASTADO – ORDEM CONCEDIDA REMESSA DESPROVIDA – 1. "A exoneração de funcionários não estáveis, em virtude de extinção de cargos, não legítima a aplicação da Súmula 21, mas a observância da Súmula 22

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/ 11/02

(RTJ 86545) Des. Álvaro Wandelli. 2. "Se a extinção do cargo se der no estágio probatório, poderá o estagiário ser exonerado de ofício, uma vez que ainda não tem estabilidade, e, portanto, não desfruta da prerrogativa constitucional da disponibilidade, consoante reiterada jurisprudência, ora cristalizada na Súmula 22 do STF, in verbis: o estágio probatório não protege o funcionário contra a extinção do cargo. ***Servidor público, admitido em concurso de provas e títulos, ainda que em estágio probatório, não pode ser demitido sem prévio procedimento administrativo que lhe assegure contraditório pleno e ampla defesa, com todos os meios e recursos a ele inerentes****. (Helly Lopes Meirelles, in Direito Administrativo Brasileiro, 15ª ed., São Paulo: Ed., Malheiros, 1994, p. 379). (TJSC – AC-MS 4.812 (88.070317-7) – SC – C. Cív. Esp. Rel. Des. Eládio Torret Rocha – J. 16.09.1998)"* (g.n.) ("*in*" "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

"814575 – AÇÃO DE REITEGRAÇÃO EM CARGO PÚBLICO – SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO – ***EXONERAÇÃO DESMOTIVADA, DIVORCIADA DE QUALQUER INVESTIGAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – AFRONTA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA*** *– PEDIDO DEFERIDO – APELO*

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

*VOLUNTÁRIO DESPROVIDO – REMESSA PARCIALMENTE PROVIDA – **O funcionário em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade (Súmula 21 do STF)**. (TJSC - AC 88.077840-1 (47.326) e nº 98.000791-7 – SC – C. Cív. Esp. Rel. Des. Eládio Torret Rocha – J. 26.08.1998)"* (g.n.) ("*in*" "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

*"820124 – ADMINISTRATIVO – DEMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO – **INEXISTÊNCIA DE PRÉVIO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – INADMISSIBILIDADE** - "**É necessário processo administrativo, com ampla defesa, para demissão de funcionário admitido por concurso**"(STF, Súmula nº 20). "**Funcionário em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade**" (STF, Súmula nº 21). (TJSC – AC 97.010621-1 SC – 3ª C.Cív. Rel. Des. Eder Graf – J. 31.03.1998)"* (g.n.) ("*in*" "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/07

Vejamos que o funcionário público, como a impetrante, somente deixará de ser efetivado se provado através de procedimento administrativo que o mesmo não possui capacidade para exercer o cargo. Nesse sentido encontramos precedente: "***sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade***", *"in verbis"*:

> *"50009235 - REEXAME NECESSÁRIO DE SENTENÇA – MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL – FATO NOVO – APRECIAÇÃO INADMISSÍVEL NA FASE RECURSAL – INEXISTÊNCIA DE EXCEÇÃO OU FORÇA MAIOR – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 517 DO CPC – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO TANTUM DEVOLUTUM QUANTUM APPELLATUM – SERVIDOR PÚBLICO CONCURSADO* ***EXONERAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO – AUSÊNCIAS DE JUSTIFICATIVA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL – ABUSO DE PODER CONFIGURADO – EXONERAÇÃO ILEGAL – SÚMULA 21 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL*** *–DECISÃO REEXAMINADA MANTIDA – Funcionário público concursado, mesmo em estágio probatório,* ***não pode ser exonerado ou demitido do cargo público, sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade ou sem preservar-lhe o direito ao devido processo legal e à ampla defesa****. (TJMT _ RN_AC 1.440 – CLASSE II – 27 - Diamantino – 2ª C. Cív. – Rel. Des. Mariano Alonso Ribeiro Travassos – J. 18.08.1998)"* (g.n.) (*"in"* "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Jaguariúna 07/11/02

Ou ainda, entendendo que não pode ser demitido: "***sem as formalidades legais para apuração dos fatos que lhe deram causa***". Como segue:

> *"2001909 – REEXAME DE SENTENÇA – MANDADO DE SEGURANÇA – FUNCIONÁRIO PÚBLICO – **EXONERAÇÃO – AUSÊNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL** – ORDEM CONCEDIDA – RECURSO IMPROVIDO - **O funcionário público não pode ser exonerado nem demitido sem as formalidades legais para apuração dos fatos que lhe deram causa.** (TJMS – RS – Classe B – XIV – Nº 48.139-0/01 – Campo Grande – 2ª T.C. – Rel. Des. Joenildo de Sousa Chaves – J.24.03.1998)"* (g.n.) ("*in*" "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

Prossegue a cristalina jurisprudência no sentido de que para que o funcionário público não seja efetivado tem que ser provada sua incapacidade para o exercício do cargo, garantindo-lhe no procedimento apuratório o direito à ampla defesa: "***sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade***". Sendo que em nenhum momento a administração sequer chegou a cogitar a incapacidade da impetrante:

> *"101920 – JCF. 41 AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO – SERVIDOR ADMITIDO POR CONCURSO PÚBLICO – **ESTÁGIO PROBATÓRIO** –*

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

RAZÃO DA EXONERAÇÃO ILEGAL – *AÇÃO ANULATÓRIA PROCEDENTE* – ***O servidor público em estágio probatório, não obstante desprovido de garantia de permanência na função pública, não pode com tudo, ser exonerado, sem a observância de procedimento pendente a apurar o seu perfil funcional em termos de capacidade, assiduidade, disciplina, etc, sob pena de afronta ao constitucional principio do devido processo legal. Em razão desta inobservância redunda a decretação judicial da nulidade do ato exonerativo e a consequente reintegração do funcionário no cargo público com todas as vantagens que deixou de usufruir por força de seu ilegal afastamento.*** *(TJSC – AC 97.000953-4 – 2ª C.C. – Rel. Des. Anselmo Cerello – J. 05.06.1997)"* (g.n.) ("*in*" "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

"17004183 – SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL – ***ESTÁGIO PROBATÓRIO – VIOLAÇÃO DO DIREITO DE AMPLA DEFESA*** *– MANDADO DE SEGURANÇA – Mandado de Segurança. Exoneração. Estágio Probatório.* ***O FUNCIONÁRIO admitido por concurso, estando em período probatório, não pode ser exonerado sem que lhe seja garantido direito de ampla defesa (art. 5, inciso LV, da Constituição). Pratica evidente abuso de poder a autoridade que, sem outorgar ao FUNCIONÁRIO o direito de se defender, o exonera.*** *Segurança concedida.*

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

(TJRJ – AC 558/97 – (Reg. 311097) – Cód. 97.001.00558 – Porciuncula – 10ª C.Cív. – Rel. Des. Walter D Agostino – J. 12.08.1997)" (g.n.) ("*in*" "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

"824198 – FUNCIONÁRIO PÚBLICO ADMITIDO ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO, ***EXONERADO EM PLENA DECORRÊNCIA DE ESTÁGIO PROBATÓRIO SEM PROCEDIMENTO QUE JUSTIFICA-SE A SUA INCONVENIÊNCIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO – MANIFESTA AFRONTA AO ENTENDIMENTO SUMULAR Nº 21 DO COLLENDO STF – NULIDADE DO ATO EXONERATIVO DECRETADA – REINTEGRAÇÃO DO SERVIDOR NO CARGO PÚBLICO, COM TODAS AS VANTAGENS QUE NÃO USUFRUIU EM RAZÃO DA EXONERAÇÃO ILEGAL – AÇÃO ANULATÓRIA PROCEDENTE – servidor publico em estágio probatório, não obstante desprovido de garantia de permanência na função pública, não pode com tudo, ser exonerado, sem a observância de procedimento pendente a apurar o seu perfil funcional em termos de capacidade, assiduidade, disciplina, etc, sob pena de afronta ao constitucional princípio do devido processo legal. Em razão desta inobservância redunda a decretação***

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/12

judicial da nulidade do ato exonerativo e a consequente reintegração do funcionário no cargo público com todas as vantagens que deixou de usufruir por força de seu ilegal afastamento. *(TJSC – AC 97.000953-4 – SC – 2ª C.Cív. – Rel. Des. Anselmo Cerello – J. 05.06.1997)"* (g.n.) (*"in"* "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

*"849469 – ADMINISTRATIVO – SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CONCURSADO REGIME CELETISTA – DEMISSÃO SUMÁRIA DO CARGO – ESTÁGIO PROBATÓRIO – MANDADO DE SEGURANÇA – DESCABIMENTO DE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – O servidor público, investido em cargo ou emprego público, através de concurso, independentemente do regime de trabalho, se estatutário ou celetista, adquire a estabilidade após dois anos efetivo exercício, na conformidade dos arts. 39, 2º e 41 da Constituição Federal. Assim, mesmo percebendo os vencimentos pela forma regrada na Consolidação das Leis do Trabalho, o servidor regularmente nomeado em concurso público tem as mesmas garantias do regime estatutário. "**Funcionário em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade**"(STF, Súmula 21). Consoante as Súmulas 512 do STF e 105 do STJ, descabe a*

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

> ***DEMISSÃO – NECESSIDADE DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – É necessário processo administrativo, com ampla defesa, para demissão de funcionário admitido por concurso e, ainda que em estágio probatório, não pode ele ser exonerado ou demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade.*** *Precedentes. (STF – RE 200.194 (AgRg) – 2ª T. - Rel. Min. Maurício Corrêa – DJU 24.10.1997)"* ("*in*" "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

Prosseguem nos Tribunais, especificando que para demissão do funcionário público devem ser apurados no procedimento administrativo, onde seja assegurada a **ampla defesa** e o **contraditório**, requisitos como "***perfil funcional em termos de capacidade***", "***assiduidade***", "***disciplina***", dentre outros:

> *"802119 – FUNCIONÁRIO PÚBLICO ADMITIDO ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO,* ***EXONERADO EM PLENA DECORRÊNCIA DE ESTÁGIO PROBATÓRIO SEM PROCEDIMENTO QUE JUSTIFICA-SE A SUA INCONVENIÊNCIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO – MANIFESTA AFRONTA AO ENTENDIMENTO SIMULAR Nº 21 DO COLENDO STF – NULIDADE DO ATO EXONERATIVO DECRETADA – REINTEGRAÇÃO DO SERVIDOR NO CARGO PÚPLICO, COM TODAS AS VANTAGENS QUE NÃO USUFRUIU EM***

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/ 11/ 02

condenação em honorários advocatícios em sede de mandado de segurança. (TJSC – AC-MS 5.107 – SC – 4ª C.Cív. – Rel. Des. Pedro Manoel Abreu – J. 01.06.1995)" (g.n.) (*"in"* "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

*"841970 – MANDADO DE SEGURANÇA – ILEGITIMIDADE PASSIVA – INEXISTÊNCIA – Autoridade coatora, para os fins de fixação do pólo passivo da relação processual mandamental, é a autoridade que dispõe de competência e poder para corrigir o ato inquinado de ilegal. – MANDADO DE SEGURANÇA – EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO DURANTE O ESTÁGIO PROBATÓRIO – **INEXISTÊNCIA DE PRÉVIO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO OU DE MOTIVAÇÃO NO ATO INQUINADO DE ILEGAL – SÚMULAS Nº 20 E 21, DO STF – "É necessário processo administrativo, com ampla defesa, para demissão de funcionário admitido por concurso"** (**Súmula nº 20, do STF**). "**Funcionário em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade**" (**Súmula nº 21, do STF**). – ADMINISTRATIVO – PODER DA ADMINISTRAÇÃO DE REVISÃO DOS SEUS ATOS – SÚMULA Nº 473, DO STF – TEMPERAMENTOS – "O poder de a administração pública anular seus próprios*

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/10/12

atos não é absoluto, sob pena de malferir, como na hipótese, os princípios da ampla defesa e do devido processo legal. Por isso inválido de pleno direito o ato que anula outro sem preceder ao processo administrativo exigido como condição para que o servidor estável possa perder o cargo"(STJ). – MANDADO DE SEGURANÇA – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – "Em hipótese nenhuma (seja de concessão ou de denegação da segurança, ou de extinção do processo, seja a título de sucumbência ou em termos de responsabilidade civil da pessoa juridica de direito público), é dado ao juiz impor a condenação em honorários de advogado"(STJ). (TJSC – AC-MS 5.261 – Sc – 3ª C.Cív. – Rel. Des. Eder Graf – J. 20.12.1994)" (g.n.) ("*in*" "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

"859605 – MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO POR CIDADÃO, CONTRA ATO DE PREFEITO MUNICIPAL, POR TER SIDO EXONERADO DE CARGO PARA QUAL FORA NOMEADO MEDIANTE CONCURSO PÚBLICO, DURANTE O ESTÁGIO PROBATÓRIO, ***SEM O DEVIDO PROCESSO LEGAL E DIREITO DE AMPLA DEFESA****; VIOLANDO ASSIM DIREITO LIQUIDO E CERTO DO IMPETRANTE, RAZÃO DA IMPETRAÇÃO – A final, concedeu-se a ordem requerida. De cuja decisão não houve recurso voluntário; mas os autos ascenderam a esta Superior*

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Instância em face Dom duplo grau de jurisdição. A Câmara decidiu que, no caso, impunha-se a concessão do mandado de segurança impetrado, face a prova pré constituída; eis que ***funcionário público em estágio probatório, nos termos da Súmula 21 do Supremo Tribunal Federal não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade****. (TJSC – AC-MS 4.684 – SC – 2ª C. Cív. – Rel. Des. Rubem Córdova – J. 22.02.1994)"* (g.n.) ("*in*" "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

O motivo alegado pelo prefeito municipal, ou seja, CONTENÇÃO DE DESPESAS, não pode ser motivo para a demissão de funcionário público, pois é ato administrativo totalmente ILEGAL segundo a Súmula 21 do STF. O funcionário não pode ser exonerado sem o devido processo administrativo.

A jurisprudência de maneira uniforme entende igualmente que a ausência do processo administrativo descaracteriza a demissão, que não pode ser aceita ***nem por motivo de contenção de despesa***, como segue: "***O funcionário público ainda que se encontre em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem o devido processo administrativo nem mesmo por motivo de contenção de despesas.***":

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/12

"50009417 – REEXAME NECESSÁRIO DE SENTENÇA COM RECURSO DE APELAÇÃO – REINTEGRAÇÃO EM CARGO PÚBLICO – FUNCIONÁRIAS CONCURSADAS – ***EXONERAÇÃO <u>POR MOTIVO DE CONTENÇÃO DE DESPESAS</u> - INEXISTÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO – ILEGALIDADE DO ATO DE EXONERAÇÃO – INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 21 DO STF – DESCABIMENTO – RECURSO IMPROVIDO – <u>O funcionário público ainda que se encontre em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem o devido processo administrativo nem mesmo por motivo de contenção de despesas.</u>*** *(TJMT – RN-AC – Classe II – 27 – nº 1.703 – Araputanga – 2ºC.Cív. – Rel. Des. Odiles Freitas Souza – J. 08.09.1998)"* (g.n.) ("*in*" "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

"13012614 – SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL – ***Estágio probatório – Exoneração – <u>Excesso de pessoal</u> – Inadmissibilidade – Súmula 21 do Supremo Tribunal Federal – <u>Funcionário, em estágio probatório, que não pode ser exonerado, nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade – Ofensa, ademais, ao artigo 5º, LV da Constituição da República</u>*** *– Recurso não*

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 03 / 11 / 02

provido. (TJSP – AC 211.023 – 1 – Sertãozinho – Rel. Des. Luís de Macedo – J. 21.06.1994)" (g.n.) ("*in*" "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

1.1 ATO ABUSIVO E ILEGAL

O que transforma um fato qualquer, acontecido no mundo dos fatos, num fato jurídico ,não é sua facticidade, não é seu ser natural, mas sim o significado jurídico a que esse fato se filia, isto é, o seu sentido objetivo. O fato recebe a significação jurídico por intermédio de uma norma que contém seu conteúdo fático.

O fato do prefeito municipal não ter concedido à funcionária a **AMPLA DEFESA** e o **CONTRADITÓRIO** não é somente um fato do mundo dos fatos. É pois, um fato que tem repercussões jurídicas e sua implicações.

Se a conduta humana é regulada positivamente por um ordenamento, quando um indivíduo se conduz tal como a norma prescreve, acata a norma; se o indivíduo se conduz contrário à prescrição normativa, ele viola a norma, ou o que vale dizer, ele desacata a norma jurídica. Há então, ILEGALIDADE, pois a ação promovida pela autoridade é contraria à que está instituído em lei.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

DA LEGITIMADADE

O MANDADO DE SEGURANÇA é perfeitamente cabível pois, o mesmo tem o prazo de 120 dias, contados da data do ato que se pretende atacar e é passível de sofrer *"mandamus"* a Autoridade Pública, sendo esta a investida em um cargo público, como é o caso do impetrado, que é o Prefeito Municipal. Assim, adequado o remédio processual eleito.

Outrossim, encontram-se presente tanto o *"periculum in mora"*, quanto o *"fumus boni juris"*, que autorizam o conhecimento do Mandado, bem como de seu pedido de Liminar.

A **Lei nº 1.533/51**, em seu **artigo 1º** confere direito de impetrar o mandado de segurança a agente que sofrer violação por autoridade, conforme abaixo consta:

LEI Nº 1.533/51

*"**Art. 1º.** Conceder-se-á **mandado se segurança** para **proteger** direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus, sempre que, **ilegalmente ou com abuso do poder**, **alguém sofrer violação** ou houver justo receio de sofrê-la **por parte de autoridade**, seja de que categoria for ou sejam quais forem as funções que exerça."* (g.n.)

O mandado de segurança também é devidamente cabível, pois a Constituição Federal, que é nossa Lei maior, assegura a sua concessão quando:

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

"Artigo 5º - .....

LXIX – conceder-se-á ***mandado de segurança*** *para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data,* ***quando o responsável pela ilegalidade*** *ou abuso de pode* ***for autoridade pública*** *ou agente de pessoa jurídica no* ***exercício de atribuições do Poder Público****;"* (g.n.)

DO PEDIDO

1-) Requer que seja concedida a **LIMINAR** "***inaldita altera pars***", para que a impetrante seja **reintegrada às suas atividades no prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, sob pena de **multa cominatória** a ser fixada por V. Exa., haja vista que encontra-se presente o *"**periculum in mora**"*, uma vez que o **salário possui caráter alimentar**, dependendo do mesmo para sua subsistência. Por outro lado, a **Constituição Federal**, em seu **artigo 5º, inciso LV e XXXV**, *c.c.* **artigo 37**, também da **Magna Carta**, asseguram a presença do "***fumus boni juris***". Assim, presentes os requisitos para a concessão da Liminar, fica a mesma requerida antes mesmo de serem prestadas as informações pela autoridade coatora, para que a medida sura a necessidade alimentar da impetrante.

2-) Tendo sida concedida a liminar, que seja citada a Autoridade impetrada, ou seja, o Prefeito Municipal, para que preste as informações necessárias e sua defesa, sob pena de não fazê-lo no prazo legal, ser decretada a revelia e confissão.

Confere
Prefeitura Mu
Holambra 07/11/02

3-) Que ao final seja proferida **R. Sentença**, tornando **definitiva a reintegração**, com a **condenação nos vencimentos que não pode fazer jus até a data da reintegração, acrescidos de todos os adicionais legais, corrigidos e atualizados até data de efetivo pagamento**, sob pena de multa cominatória a ser fixada por V. Exa.

4-) Que seja concedida indenização por **DANOS MORAIS**, motivada pelo caráter humilhatório que o impetrado causou à impetrante, chegando esta a pedir alimentação à vizinhos e amigos, para que possa subsistir, privando-se de sua dignidade e moral.

5-) Protesta por todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente pelo depoimento testemunhal.

6-) Que sejam concedidos a impetrante os benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**, conforme declaração anexa, pois a mesma não pode pagar as custas e despesas processuais sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

Dá-se a causa para efeitos de custas e de alçada o valor de R$ 5.600,00, sem prejuízo ao real valor que for arbitrado por Vossa Excelência.

Neste termos,
Pede deferimento.

Campinas, 12 de agosto de 2.001;

Sandro Domenich Barradas
OAB/SP 115.559

C:\Meus documentos\ESCRITORIO\MANDADO-SEGURANCA-INICIAL-FUNCIONARIO PUBLICO-LUCIA HELENA MAFRA COSTELLA.doc

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/ 10/ 02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

EXECELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOGI MIRIM-SP.

CÓPIA

Proc. 1.322/2001 - MANDADO DE SEGURANÇA

CELSO CAPATO, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 10.947.614 e do CPF nº 029.456.798-41, Prefeito do **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA**, com sede na Alameda Maurício de Nassau nº 444, vem respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, por seu Procurador infra-assinado apresentar INFORMAÇÕES no prazo legal, nos termos do art. 7, inciso I, da Lei 1.533/51, pelos motivos de fato e direito que passa a expor:

PRELIMINARMENTE

Nos termos do que determina a Lei 5.021 de 09 de junho de 1966, em seu artigo 1º o pagamento de *vencimentos e vantagens pecuniárias asseguradas, em sentença concessiva de mandado de segurança, a servidor público federal da administração direta ou autárquica, e a servidor público estadual e municipal, somente será efetuado relativamente às prestações que se vencerem a contar da data do ajuizamento da inicial.*

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Não obstante, como determina a Súmula 271 do STF, a *concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais, em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria"*

Assim falece a Impetrante, qualquer pretensão de recebimento de verbas pretéritas, devendo socorrer-se da via própria, para pleitear os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais, na forma do que também impõe o artigo 15 da Lei 1.533/51.

Nesse sentido, pacífica é a Jurisprudência:

> " **MANDADO DE SEGURANÇA** - Percepção de vantagens pecuniária - *Decisão concessiva de segurança* que não produz efeitos patrimoniais pretéritos - Ação *própria para tal efeito* - Admissibilidade - inteligência do art., 15 da Lei 1.533/51 e Súmula 271 do STF.
> *Ementa da Redação; Como a decisão concessiva da segurança não tem efeitos financeiros pretéritos, admissível a ação ordinária de cobrança para reclamar o que tiver direito com relação ao período anterior à impetração do Mandado de Segurança.*
> *Ap. 8.930/95 - j. 06.11.1995 - rel. Juiz Amaury Moura.(RT 729/287)."*

Confere com o original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Também nesse sentido:

> " Súmula 269 do STF - *O mandado de segurança não é substitutivo de ação de cobrança.* (idêntica posição: STJ- 1ª Seção, MS 341 - DF, rel. Min. Garcia Vieira., j 9\8.5.90, v.u. DJU 28.5.90, p. 4717".

Verifica-se, portanto o total descabimento do presente *Mandamus* para postular, como meio de cobrança, hipotéticas diferenças salariais.

Ainda preliminarmente:

Com efeito, em foro de Ação Mandamental incabível é a cumulação de pedido de multa cominatória bem como condenação por indenização por Danos Morais, pois como é cediço, não é medida que comporta dilação probatória.

O objeto do Mandado de segurança é a correção de *ato ou omissão de autoridade, desde que ilegal e ofensivo de direito individual ou coletivo, líquido*[1] *e certo, do impetrante.*

Sendo assim não há como amparar o pedido de arbitramento de Dano moral, ou mesmo de pena cominatória, vez que a estreita via do *writ* não comporta a amplitude de cognição que se pretende com a presente demanda.

Além do mais, tratando-se de pedido de indenização de danos morais, este não se comprova de plano, como quer fazer parecer a impetrante, sendo

[1] Meirelles, *Hely Lopes, Mandado de Segurança, 14ª edição – Editora Malheiros, página 28.*

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

necessário a maior amplitude de contraditório para se apurar o hipotético dano alegado, com a comprovação inequívoca da culpa e nexo de causalidade entre o fato e dano ocasionado pelo agente público.

Nesse sentido convém destacar os ensinamentos Jurisprudenciais, colhidos *in Código de Processo Civil, 1999, 30ª edição*, por Theotônio Negrão, páginas 1505:

> " ***Art. 1º25.*** *Direito líquido e certo é o que resulta de fato certo, e fato certo é aquele capaz de ser comprovado de plano (RSTJJ 4/1427, 27/140), por documento inequívoco (RTJ 83/130, 83/855, RSTJ 27/169), e independentemente de exame técnico (RTFR 160/329). É necessário que o pedido seja apoiado "em fatos incontroversos, e não em fatos complexos, que reclamam produção e cotejo de provas"(RTJ 124/948; neste sentido: STJ-RT 676/187). Não se admite a comprovação "a posteriori" do alegado na inicial (RJTJESP 112/225); "com a inicial, deve o impetrante trazer prova indiscutível, completa e transparente de seu direito líquido e certo. Não é possível trabalhar à base de presunções" (STJ-2ª Turma, RMS 929-SE, rel. Min. José de Jesus Filho, j. 20.5.91, negaram provimento,*

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/12

v.u., DJU 24.6.91, p. 8.623). Permite-se todavia, o pedido liminar de exibição de documento (v. art.6º § ún..

Art. 1º 26. *A estreita via do "writ of Mandamus" não se presta a que as partes possam produzir provas"(STJ 1ª Seção, MS 462- DF, rel. Min. Pedro Acioli, j. 25.9.90, mandado indeferido, v.u., DJU 22.10.90, p. 11.646). "Descabe mandado de segurança para postulação baseada em fato a demandar dilação probatória (RSTJ 55/325)."*

E mais:

" Mandado de Segurança - Ato Judicial - Impetração visando discussão de assuntos controvertido - Meio inidôneo - Impossibilidade, ademais, de utilização do *mandamus* como substitutivo de recursos legalmente previstos.

Ementa oficial : Mandado de segurança contra ato judicial.

O mandado de segurança não se presta à discussão de assuntos controvertidos, como a quantia devida para efeitos de purgação de mora em despejo, nem substitui os recursos previsto na lei processual civil.

Recurso ordinário não provido".

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/07

Por derradeiro, não há como amparar o pedido de cumulação de penalidade para o vertente caso, pois os efeitos da sentença mandamental, *per si* já satisfazem a pretensão da impetrante, que é a invalidação do ato com a imediata reintegração da servidora ao cargo.

Como bem esclarece Hely Lopes Meirelles ***a execução da sentença concessiva da segurança é imediata, específica ou in natura, isto é, mediante o cumprimento da providência determinada pelo juiz, sem a possibilidade de ser substituída pela reparação pecuniária. Se houver danos patrimoniais a compor, far-se-á por ação direta e autônoma, salvo a exceção contida na Lei 5.021/66, concernente a vencimentos e vantagens concessiva, os quais se liquidam por cálculo do contador e se executam os próprios autos da segurança.***

E Concluindo, esclarece:

A decisão - liminar ou definitiva - é expressa no mandado para que o coator cesse a ilegalidade. Esse mandado judicial é transmitido por ofício ao impetrado, valendo como ordem legal para o imediato cumprimento do que nele se determina.."

O não atendimento do mandado judicial caracteriza o crime de desobediência a ordem legal (CP, AR. 330), e por ele responde o impetrado renitente, sujeitando-se até mesmo a prisão em flagrante, dada a na0tureza permanente do delito.."

Por tais motivos, não se aplica ao caso presente a pena cominatória.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

1. DO MÉRITO

a) Das alegações do Impetrante

Alega a Impetrante que foi aprovada em concurso público junto a Prefeitura Municipal de Holambra, para fins de provimento do cargo público de Fiscal Sanitária, sendo regularmente investida em data de 01/03/2000, pela Portaria nº 053/00;

Assevera, que sua primeira função era de cadastrar manualmente e via "computador e máquina de escrever" todos os pontos comerciais e industriais da cidade, sendo posteriormente "desviada da função" para a recepção do pronto socorro Municipal, tendo contato com pessoas portadoras de doenças infecto contagiosas;

Aduz, que em decorrência de seu trabalho, inclusive em horário extraordinário, contraiu a doença LER/DORT, não sendo lhe concedida sequer licença médica, tão pouco estabilidade no cargo público, decorrente de acidente de trabalho, nos termos do artigo 118 da Lei 8.214/91;

Relata ser correligionária do candidato que perdeu as últimas eleições e conclui que foi demitida pelo prefeito em exercício em data de 07 de maio p.p., sob a alegação de contenção de despesa, ato este inteiramente ilegal, na medida que após sua demissão foram feitas outras contratações para cargos diversos, que foram anunciados nos jornais de Holambra, comprovando-se assim a despedida imotivada e arbitrária, pela ausência do devido processo legal a que exige o artigo 5º, LV da C.F.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/ 11/ 02

Todavia, os fatos alegados pela Impetrante, estão inteiramente divorciados de veracidade como também de legalidade, inexistindo qualquer violação de direito líquido e certo, como se demonstrará a seguir:

b) Da ausência de fundamentos fáticos:

Com efeito, conforme informado nos autos, em 02 de janeiro p.p., deu-se início aos primeiros atos do governo municipal do Prefeito eleito da Estância Turística de Holambra, sendo certo que naquela oportunidade a Impetrante encontrava-se nas dependências da Prefeitura Municipal, atendendo as funções de **RECEPCIONISTA** do Posto de Saúde Municipal, embora ocupando o cargo de **FISCAL SANITÁRIA;**

Contrariamente do que alega a Impetrante, com a avaliação da situação administrativa e financeira que se encontrava o Município, até porque não houve transmissão das informações pelo governo anterior, o Chefe do Executivo Municipal, constatou pelos relatórios financeiros encaminhados, percentual de despesas com pessoal acima do limite permitido e estabelecidos na Lei Complementar 101/00, sendo auferido em dezembro de 2000 o montante de despesas de **57,26%** somente para Pessoal Civil do Poder Executivo, sendo o permitido de **51,3%**, conforme preceitua a Lei Complementar 101/00.

Diante de tal situação, providenciou o Impetrado a abertura de procedimento interno, para controle das despesas de pessoais, como se pode verificar

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

do relatório incluso (doc.), onde foram tomadas inúmeras medidas administrativas, com intuito de redução das despesas e aumento de receita, tudo como determina a Lei Fiscal e a Constituição Federal.

É de se esclarecer que em 05 de abril p.p., apontou o E. **Tribunal de Contas**, o quadro de alerta do Município e a necessidade de se adotar as providências necessárias com a redução de gastos com pessoal, culminando com isso a obrigação do Município em promover com maior brevidade a redução de que trata a Lei Fiscal e Constituição Federal.

Destarte, nada há de ilegal nas medidas tomadas pelo Impetrante, sendo elas voltadas ao estrito cumprimento da Lei Complementar 101/00, lembrando sempre que a verificação do cumprimento dos limites será realizada no final de cada **quadrimestre** (art. 22 da LC 101/00), sendo que o novo gestor teve o prazo de dois quadrimestres seguintes ao início de seu governo para ajustar as despesas e adotar as providências previstas no artigo 169, §§ 3° e 4° da CF, como determina o artigo 23 da LC 101/00.

Ao revés do que alega a Impetrante, no primeiro quadrimestre, foram avaliados todos os setores da administração municipal, para a redução de gastos, sendo de imediato, as providências do Executivo Municipal com a **redução** das despesas com cargo comissionados, tendo início em fevereiro do corrente ano, com o corte **de despesas com cargos em comissão, que como bem declina o relatório anexo foi constatada em 42,63%** (doc. fls.19) proveniente de redução de despesas com gratificações, horas extras pagas ilegalmente e

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 07

ainda com o não provimento de cargos de Diretores, como o de *Planejamento, Finanças, Administrativo.*

Somente após tais medidas é que foram tomadas providências para a redução de despesas com cargos em estágio probatório, diga-se situação esta que foi avaliada com a maior cautela, para preservar o máximo possível de servidores em estágio probatório e atender o quanto possível às necessidades da administração. Somente foram exonerados, os servidores com menor tempo de serviço, somados os critérios desnecessidade e maior remuneração, dentre eles o que se encontravam em desvio de funções, cujos vencimentos sequer justificavam suas atividades, como se pode verificar do disposto no Decreto 311 de março de 2001, que estabeleceu metas para a demissão de servidores não estáveis (doc.), onde se enquadrou a ora impetrante.

Destarte, foram rigidamente seguidas os seguintes critérios:

> *"I. menor tempo de serviço público;*
> *II. menor necessidade do setor;*
> *III. maior remuneração;*
> *IV. menor idade."*

O próprio Tribunal de Contas, em relatório *encaminhado à todos os Município do Estado de São* Paulo, anotou a necessidade de se estabelecer metas dentro dos dois primeiros quadrimestres, *para o corte de despesas com pessoal*, caso o percentual alcançado atingisse 95% dos 54% de gastos com pessoal, como se pode conferir do *documento anexo, o qual convém reprisar:*

> " ***19- A Adaptação aos Limites da Despesa de Pessoal***

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 10 / 02

> *A Lei Complementar 101/00 criou um freio de cautela, prudencial, equivalente a 95% dos limites máximo apresentados no item 18. Se os Poderes e o Ministério Público ultrapassarem esta barreira de prud6encia, não poderão conceder aumento, reajuste, vantagem ou qualquer outro tipo de benefício a seus servidores e, nem tampouco contratar horas extras e criar ou prover cargos (exceto na vacância de setores tidos como essenciais, educação, saúde e segurança).*
>
> *O Tribunal de Contas alertará o Poder que ultrapassou 90% do limite máximo (art. 59, § 1º, II, LRF).*
>
> *Superados os limites o órgão em desvio terá oito meses para ajustar, adotando se necessários, os mecanismos de corte da reforma administrativa: a)redução de 20% das despesas com cargos de confiança; b) exoneração dos servidores não estáveis, segundo critérios da Lei 9.801/99 (menor tempo de serviço, maior remuneração, menor idade)".*

Também no mesmo sentido sugeriu a Auditoria realizada no Município pela empresa Visão - Assessoria Consultoria e Planejamento S/C Ltda.:

> *" PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS:*
> *Uma vez, ultrapassados os índices limites para aplicação em pessoal, a atual administração observado o prazo legal, deverá adotar medidas no sentido de minimizar os gastos com pessoal, de maneira a cumprir com o artigo 23 da Lei Complementar nº101/2000, de 04 de maio de 2.000, para que não possa a atual administração ser punida com o disposto do artigo 5, IV, § 1º da Lei*

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

10.028/2000 de 19 de outubro de 2000. Deverá ser utilizado como critério, o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, mais precisamente inciso I e II do § 3° a saber:

1) redução de pelo menos 20% das despesas com cargo em comissão;
2) exoneração de servidores não estáveis;
3) redução temporária de jornada de trabalho com a adequação dos vencimentos à nova carga horária..."(grifamos)

No caso de Holambra, o percentual em dezembro de 2000 já havia ultrapassado seus limites e por tais razões, teria o município o prazo de dois quadrimestres para reajustar suas despesas. Após a verificação da análise financeira, que se deu nos meses de janeiro e fevereiro, imperioso se fez o corte de gastos, cuja prioridade foi redução de despesas com pessoal **COMISSIONADO**, em primeiro plano, e em segundo plano a redução de gastos com pessoal **não estável**, na forma do artigo 169, § 3° da Constituição Federal.

Em 17 de maio de 2001, após avaliação do 1° quadrimestre foi alcançado a meta de redução de despesas que era de 0,65% sendo reduzido o percentual em 10% conforme se vê do relatório da Chefe de Finanças.

Por certo que o DECRETO n.° 311/01 expedido pelo Impetrado, teve o condão de cumprir com as determinações do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, quanto às exigências da Lei Complementar 101/00 e Constituição Federal.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Face tal circunstâncias, não houve outra alternativa ao Impetrado, senão a de exonerar os servidores que se enquadravam dentro dos ditames da Carta Constitucional e do Decreto supra mencionado para cumprimento das metas fiscais.

Por certo que são inteiramente inverídicas e maliciosas as assertivas do Impetrante, quanto a hipotética exoneração de seu cargo sem processo administrativo, pois que sua exoneração se deu em conformidade ao que determina o artigo 23 da LC e artigo 169, §§ 3° e 4° da CF.

É de se esclarecer, ainda, que não houve no caso em questão qualquer ato abusivo pelo Impetrado, mormente com motivações de ordem política ou eleitoreira, tanto que todos os elementos que embasam sua exoneração estão disciplinados no referido Decreto n° 311/01 devidamente justificados na Portaria de exoneração n°102/01.

Inobstante as assertivas acima, constata-se pelos documentos inclusos (doc.) que a convocação da servidora sequer deveria ter ocorrido, vez que o cargo de fiscal sanitária, não preenchia os requisitos de interesse público, pois sequer se encontrava em funcionamento o setor de vigilância sanitária, estando a impetrante exercendo função inteiramente diversa do concurso prestado, aguardando seu encaminhamento ao setor competente;

Doutro modo, a contratação da Impetrante já era inteiramente irregular, na medida que a mesma sequer chegou a exercer por um dia a função de Fiscal Sanitário, ocupando a função de **Cadastramento** e posteriormente **Recepcionista**, em total desvio de finalidade e ainda em absoluta afronta ao princípio da Moralidade e Finalidade

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Pública, o que culminou com sua desnecessidade, sendo justa e regular sua exoneração na forma do que preceitua o disposto nos artigos 37 "caput", 169, §3°, da Carta Constitucional, 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Decreto Municipal 311/01 *inexistindo violação a direito adquirido*, como quer fazer crer.

c. Da nulidade da contratação.

A Impetrante, consoante se demonstra dos documentos inclusos, foi convocada às pressas, e às *vésperas do período de impedimento eleitoral* (2.000), para ocupar o cargo de **Fiscal Sanitário**, situação esta, como bem explanada na exordial, que nunca se concretizou.

De fato, a Impetrante foi convocada e nomeada para assumir o **cargo de fiscal sanitária** na prefeitura de *Holambra, através de concurso público* que havia sido aprovada, todavia, **foi imediatamente conduzida** para as **funções de Cadastramento e Recepcionista do Posto de Saúde**, em total e absoluto desvio de finalidade o que comprova de modo irrefutável a desnecessidade de sua convocação, vez que a Vigilância Sanitária, ainda não estava em pleno funcionamento.**(doc.)**

Embora tal contratação tenha ocorrido antes do prazo *estatuído na Lei Complementar* 101/00, verifica-se a nulidade de referida contratação, pela absoluto desvio de finalidade pública no ato de *convocação e provimento do cargo*.

Como nos elucida Hely Lopes Meirelles, *o princípio da impessoalidade, referido na Constituição de 1988 (art. 37, caput) nada mais é que o clássico*

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

princípio da finalidade, *o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal. E o fim legal é unicamente aquele que a norma de Direito indica expressa ou virtualmente como objetivo do ato, de forma impessoal..."*

"E a finalidade terá sempre um objetivo certo e inafastável de qualquer ato administrativo: ***o interesse público****. Todo ato que se apartar desse objetivo sujeitar-se-á a invalidação por desvio de finalidade, que a nossa lei da ação popular conceituou como o "fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência" do agente (Lei 4.717/65, art. 2º, parágrafo único, "e").*

E conclui o incomparável doutrinador:

Desde que o princípio da finalidade exige que o ato seja praticado sempre com finalidade pública, o administrador fica impedido de buscar outro objetivo ou de praticá-lo no interesse próprio ou de terceiros..."

O que o princípio da finalidade veda é a prática de ato administrativo sem interesse público ou conveniência para a Administração, visando unicamente a satisfazer interesse privados, por favoritismo ou perseguição dos agentes governamentais, sob a forma de desvio de finalidade. Esse desvio de conduta dos agentes públicos constitui uma das mais insidiosas modalidades de abuso de poder..." (grifamos)

Sendo assim o ato administrativo praticado em desatendimento ao princípio da finalidade, ou seja ao interesse público, está eivado de vício

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/17

incorrigível, não constituindo direito algum, quiçá o alegado direito líquido e certo.

DIÓGENES GASPARINI afirma que "a atividade administrativa deve ser destinada a todos os administrados, dirigida aos cidadãos em geral, sem a determinação de pessoa ou discriminação de qualquer natureza. É o que impõe o Poder Público este princípio. Com ele quer-se quebrar o velho costume do atendimento ao administrado em razão de seu prestígio ou porque a ele o agente público deve alguma obrigação.

JOSÉ AFONSO DA SILVA administrativamente afirma que "o princípio ou regra da impessoalidade da Administração Pública significa que os atos e provimentos administrativos são imputáveis não ao funcionário que os pratica mas ao órgão ou entidade administrativa em nome da qual age o funcionário. Este é um mero agente da Administração Pública, de sorte que não é ele o autor institucional do ato. Ele é apenas o órgão que formalmente manifesta a vontade estatal.

Para CRETELLA JR. " o administrador não é *dominus*. Assim deverá caracterizar-se como *bônus administrador*, *probus administrador*. Toda a atividade da Administração é vinculada a um fim, fim de interesse público. O agente do Estado pode fazer apenas o que a norma o autoriza de modo expresso, ao passo que o cidadão comum pode fazer tudo o que não seja proibido por lei". Eis o princípio da restritividade, que resulta a condição toda especial da Administração no âmbito da qual inexiste vontade pessoal e liberdade de agir. Ao passo que o administrador particular, que é *dominus*, pode fazer ou deixar de fazer alguma coisa sempre em virtude de lei, sendo, assim, livre de fazer tudo o que a lei proíbe, o administrador público só pode fazer aquilo que a lei, especificamente, determina. O interesse

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/12

particular é disponível, sendo informado pela vontade humana, ao passo que o interesse público é indisponível, porque informado pela idéia do fim. No direito privado prevalece a vontade, no direito administrativo prepondera a finalidade.

A "atividade administrativa", no dizer de RUI CIRNE LIMA, "obedece, cogentemente, a uma de suas inclinações pessoais ; e essa finalidade mina e governa a atividade administrativa, imediatamente a ponto de assinalar-se em vulgar, a boa administração pela impessoalidade, ou pela ausência de subjetividade".

Para o constitucionalista CELSO RIBEIRO BASTOS "o cargo por excelência em que medra o atentado à impessoalidade é o da discricionaridade. Aqui, ao moldar o seu comportamento, cabe a prática da escolha de um ato que melhor atenda a finalidade legal. Nesta ocasião, é que o administrador por ser tentado a substituir o interesse coletivo por considerações de ordem pessoal (favorecimento ou perseguição). A introdução destes elementos estranhos à preocupação legal macula, sem dúvida, o ato do vício tecnicamente chamado do desvio de finalidade ou abuso de poder, o ato torna-se arbitrário. O primado da lei cede diante da conveniência do administrador".

O Professor MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, mostra que a impessoalidade pode ser vista de dois prismas: o do administrador e do administrado. "Visto pelo prisma do administrado, ele significa o comando de que a atividade administrativa não faça acepção de pessoas, trata a todos os administrados igualmente. Reflete ele, como é óbvio, outro dos princípios do estado de Direito: o de igualdade". "Visto pelo do administrador,

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

significa que os atos e provimentos administrativos são imputáveis não ao funcionário que os pratica, mas ao órgão ou entidade em nome do qual age o funcionário".

O professor CELSO ANTONIO BANDEIRA MELLO, sobre o princípio da impessoalidade diz: "nele se traduz a idéia de que a Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimentosas".

Nem favoritismos nem perseguições são toleráveis. Simpatias ou animosidades pessoais, políticas ou ideológicas não podem interferir na atuação administrativa e muito menos interesses sectários, de facções ou grupos de qualquer espécie. O princípio em causa não é senão o próprio princípio da igualdade ou da isonomia. Está consagrado explicitamente no artigo 37, "caput", da Constituição. Além disso, assim como "todos são iguais perante a lei" (art. 5°., caput) a *fortiori* teriam de sê-lo perante a administração".

Deve ser transcrito o voto do Ministro do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, Senhor Doutor MILTON PEREIRA, no Recurso Especial no. 20.715/4, Rio de Janeiro (92.0007717-0) em que o Município de Teresópolis, representado por seu Prefeito, move, pelo rito sumaríssimo, ação de reparação de danos contra Celso Luiz Francisco Dalmaso, ex-prefeito, sob a alegação de que, conforme autorização do réu, a Municipalidade ao contratar funcionária em afronta legal, feriu os princípios da moralidade pública e agiu contra o interesse público.

> "...*No pertinente ao reconhecimento de ser o ato legal - é questão vencida - a salvo do tangenciamento, refletindo que o administrador público, especial destinatário da norma, conscientemente*

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

> *agiu em desconformidade com a lei, corporificando sentida desobediência à ordem jurídica"...*

Este aspecto, perfilado como está o exame da legalidade do ato *sob exame*, a meu aviso, para mim, demanda específicas observações, desde logo, com a chamada constitucional, apresentando-se o art. 37, permitindo descortinar que:

> *"O controle jurisdicional se restringe ao exame da legalidade do ato administrativo; mas, por legalidade ou legitimidade, se entende não só a conformação do ato com a lei, como também com a moral administrativa e com o interesse coletivo (TJSP - Ap.Cível 151.580 - Rel. Des. CARDOSO ROLIM -in RDA - vol.89, pg., 134 e 135 -(g.n.).*

A lei é regra e medida. A moralidade administrativa não é corolário; é elemento constitutivo do ato. Deveras, o ato administrativo, sob o imperativo dos questionamentos forrados na lei, moral e ética, força lembrar a teoria dos círculos concêntricos elaborada por JEREMIAS BENTHAN, que pode assim ser compreendida: *dois círculos concêntricos, sendo o maior o da moral* e o menor o do direito, portanto, havendo um campo de ação comum a ambos, ficando o Direito envolvido pela Moral. De avante, "tudo que jurídico é moral, mas nem tudo que é moral é jurídico". (An Introduction to the principles of Morals and legislation - Trad: Uma Introduções aos Princípios de Moral e de Legislação- Ed. Abril, 1984, 3 ª. Ed.)

A desnecessidade da contratação é evidente, vez que imediatamente, após sua nomeação, passou a

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

exercer **funções absolutamente incompatíveis com o seus cargo, como foi o caso da recepcionista,** sem contudo possuir capacitação profissional adequada para o exercício de tais atividades.

Com efeito, o cargo de Recepcionista, jamais poderia ter sido ocupado por tal servidora, vez que sua capacitação inferior, tinha remuneração equivalente a R$ 366,56 (trezentos e sessenta e seis reais e cinqüenta e seis centavos) enquanto que a de fiscal sanitária de R$ 585,39 (quinhentos e oitenta e cinco reais e trinta e nove centavos).

Em outras palavras, o Município estava pagando para **uma recepcionista** o equivalente a quase o dobro do que deveria pagar.

Denota-se daí, o inquestionável desvio de finalidade, e o dano ao erário público, situação esta que confessa a correligionária do ex-prefeito, ora Impetrante, em total afronta ao ditames legais.

Por tais motivos, verifica-se que o ato de nomeação, foi praticado em favorecimento da Impetrante, e além de pessoal é também imoral, em afronta ao disposto no artigo 37 "caput" da Constituição Federal.

É de se reprisar que na qualidade de agente fiscal que o era não havia necessidade da Impetrante ser contratada, muito menos às vésperas da promulgação da Lei Fiscal, quando já se conhecia em todo Território Nacional, a necessidade premente de adequação dos gastos públicos especialmente das despesas com pessoal. Tal contratação, sim, é que se apresenta manifestamente política e eleitoreira, na medida que foi efetivada às

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 07

vésperas do período de impedimento (eleitoral), com finalidades meramente diversas aos interesses e necessidade da administração municipal ocasionando com isso, o excesso inaceitável de despesas.

Não há portanto justificativas legais para a convocação em apreço, vez que desnecessário o aumento de gastos com pessoal, especialmente às vésperas do início de mandato do novo gestor, sendo irregular o ato praticado, na forma do que determina o artigo 37 "caput" da Carta Constitucional.

d) - Do processo administrativo - Jurisprudências.

Com efeito, não se aplicam ao caso vertente, as jurisprudências suscitadas, pois que anteriores a Lei Complementar 101/2000, não sendo o caso de apuração de eficiência ou capacidade funcional.

Trata-se, por certo de medidas administrativas de controle financeiro, prevista no artigo 169 da C.F., regulamentadas e disciplinadas por Lei Complementar 101/00 (art. 23), com o condão de equilibrar as finanças públicas traçando diretrizes para uma gestão fiscal responsável.
Assim, com base no artigo 169 § 3°, I e II da Carta Constitucional, e artigo 23 da L/C 101, regulamentou o Poder Executivo Municipal, mediante expedição do Decreto 311/01, as medidas atinentes a exoneração de servidores não estáveis, dispondo o seguinte:

> ***" Considerando que, o Município da Estância Turística de Holambra apresentou percentual de despesas com pessoal de 57% , auferida***

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

nos últimos doze meses, excedendo assim os limites estabelecidos nos termos do artigo 20, III, "b" da lei Complementar 101/00;

Considerando, que a Constituição Federal, em seu artigo 169, § 3º, determina para o cumprimento dos limites estabelecidos no artigo e no prazo que a Lei Complementar estipular, ao Municípios adotarão providências de redução em pelo menos 20% das despesas com cargos de comissão e funções de confiança e exoneração dos servidores não estáveis;

Considerando ainda, o teor do que dispõe o artigo 22, parágrafo único c.c. artigo 23 caput da LC 101/00, o Município deverá se adequar nos próximos dois quadrimestres, reduzindo as despesas até o patamar de 95%, do limite, o que corresponde a 51,3% da receita corrente liquida;

Considerando por fim, que em entendimento aos princípios da razoabilidade, eficiência, impessoalidade e moralidade, se faz necessário o estabelecimento de critérios pela administração pública, para fins de organização e normatização de demissão de servidores não estáveis;

D E C R E T A

Artigo 1º - (...)

Artigo 2º - (...)

Artigo 3º - A Exoneração de servidor não estável, obedecerá preferencialmente aos seguintes critérios gerais de identificação impessoal:

I. menor tempo de serviço;

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/01/02

II. menor necessidade do setor;
III. maior remuneração;
IV. menor idade.

(...)"

Não se pode olvidar que tais medidas, somente foram levadas a efeito, após o cumprimento do inciso I, do § 3° do artigo 169 da Carta Constitucional, que determina a redução de **despesas com pessoal comissionado em 20%.**

Com isso, tomou o impetrado a devida cautela, ao proceder a abertura de relatório administrativo de redução de pessoal, onde se pode apurar todas as medidas de contenção de despesas, antes mesmo das exonerações ocorridas, incluindo-se da ora Impetrada.

Para tanto, reduziu o Impetrado o quadro de nomeação de servidores comissionados, seja pela não nomeação das chefias e diretorias como também pelo corte **total de horas extraordinárias** que se vinha pagando na gestão anterior com **pessoal comissionados**, resultando uma contenção total de gastos de R$ 44.355,32 anual, conforme relatório anexo.

Não fosse isto, antes mesmo das exonerações ocorridas, expediu comunicado coibindo horas extras a todo pessoal da administração pública, para cortes de despesas, resultando tais cortes na redução das seguintes despesas:

1) ano de 2000.....R$ 216.133,41 (com H.E. total/ano)
2) ano de 2001.....R$ 82.379,03 (com H.E. total ano)

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Além do mais, foram tomadas medidas de contenção, para **pagamento de licenças prêmios e racionalização de férias**, sendo aquelas deferidas apenas a título de gozo e estas restritas ao número de aproximadamente 15 servidores por mês, como se observa da Certidão em anexo (docs.) e ainda do relatório de despesas e férias do departamento pessoal.(**doc. – Certidão do Departamento Pessoal**)

Por outro lado, para equilíbrio das receitas tomou o Poder Público Municipal as seguintes medidas:

1) cobrança da dívida ativa do Município dos anos de 1996 a 2000, vez que cerca de 90% da dívida ativa, encontrava-se sem a devida cobrança judicial, através de parceria com o Banco do Brasil, conforme Lei Municipal 108/2001, sendo o total da receita auferida no período de **R$ 215.390,97 (duzentos e quinze mil, trezentos e noventa reais e noventa e sete centavos)**;(doc.)

2) Cadastramento e atualização de imóveis para emissão de cobrança de impostos;

3) fiscalização e auditoria em instituições financeiras;

4) Cobrança judicial da dívida ativa;

5) revogação de benefícios fiscais;

6) reforma do Código Tributário Municipal, para incrementação do ISSQN e outras receitas.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Note-se, portanto, que todas as medidas para o equilíbrio financeiro das contas municipais e atendimento dos percentuais estabelecidos para despesas foram tomadas, restando ao Executivo a manutenção dos índices, **hoje em 48,83% para o Executivo e 50,93% consolidado, média esta que auferida no final de 11 meses, conforme relatório do departamento de finanças (doc. fls. 108),** inexistindo qualquer ato de pessoalidade na exoneração da Impetrante.

Por derradeiro, quanto as alegadas contratações é de *se anotar, que estas somente foram levadas* a efeito em casos de excepcionais urgências, e em **vacância** de cargos, em razão de pedidos de demissões *havidas dentro do período*, especialmente na área de saúde e educação, sendo esta despesa arcada especificamente pelo FUNDEF, o que sequer onera as contas públicas e repasses da Secretaria de Saúde.

2. Conclusão:

a)- a contratação padece de vícios de nulidade pois o ato não se reveste de impessoalidade e moralidade, sendo ineficaz e desnecessária a contratação, inexistindo com isso direito líquido e certo;

b) inexiste ato abusivo praticado pelo Impetrado, sendo a exoneração da Impetrante inteiramente legal, na forma do que preceitua o artigo 169, § 3°, II da CF., artigo 23 da Lei Complementar 101/00 e Decreto Municipal n.° 311/01;

c)- as Jurisprudências elencadas não servem a fundamentação alegada, uma vez que anterior a Lei

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Complementar 101/00, sendo que a exoneração se deu *por força da adequação de despesas aos índices* legais conforme determina a Constituição Federal, e não para avaliação de estágio probatório, *situação esta inteiramente distinta;*

d)- injustificável é o gasto público com a contratação do Impetrante, vez que as necessidades do poder público municipal eram supridas com agentes fiscais, existindo inclusive lei própria para tanto, sendo manifesto o desvio de finalidade com a condução da impetrada para o cargo de recepcionista.

f) - não há direito líquido e certo a ser protegido no caso vertente, face a legalidade da exoneração e ainda pela impessoalidade e imoralidade da contratação, devendo o Poder Judiciário apreciar e declarar nulos os atos *administrativos praticados com sobredita* contratação.

Por todo o exposto, pede e espera seja denegada a Segurança pleiteada, julgando a presente **inteiramente improcedente**, por ser esta medida de direito e mais lídima **Justiça** !

N. termos. Pede deferimento.

Holambra, 02 de abril de 2002

Celso Capato
Prefeito Municipal

Angelo A. Minuzzo Vega
OAB-SP nº 116.246

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

441

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 3ª Vara Judicial da Comarca de Moji Mirim - SP.

Autos n° 1322/01.
Ação de Mandado de Segurança.

Parecer do Ministério Público.

LUCIA ELENA MAFRA COSTELLA, qualificada a fls. 02, ajuizou a ação de *Mandado de Segurança, com pedido de liminar "inaudita altera pars*, em face do PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, aduzindo que a impetrante prestou concurso público para o provimento do cargo público de fiscal sanitário na Prefeitura Municipal da Estância turística de Holambra, foi aprovada e regularmente investida em 1° de março de 2000, pela portaria n° 053.

Com o esforço desprendido em sua função pública, a autora contrair LER/DORT. Mesmo com a doença, nunca se afastou de suas atividades. Fora avaliada em exame admissional que a considerou apta para o trabalho, mas não foi feito o exame demissional.

Assim, a impetrante não teve concedido a licença médica e a estabilidade no cargo público, decorrente de acidente de trabalho que é equiparadas a LER/DORT.

Após o problema a demandante foi desviada de sua função e necessitou permanecer na recepção do Pronto Socorro Municipal.

A demandante foi demitida pelo prefeito em exercício em 7 de abril de 2001, sob a alegação de que seria em função de contenção de custos referentes a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar n° 101 de 4 de abril de 2000.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/ 10/ 02

IMPRENSA OFICIAL

Aduz que segundo essa Lei este ato seria o terceiro passo que a administração pública teria que fazer.

Após a demissão da autora, sem motivo justo, foram feitas outras contratações para cargos diversos, anunciados no Jornal local.

Conclui que houve violação a seu direito líquido e certo e pede a procedência do *mandamus*, para reintegrá-la ao cargo liminarmente, confirmando-se ao final a medida requerida, bem como a condenação da autoridade impetrada em Danos Morais, motivada pela humilhação que sofreu (fls. 02/28).

Com a inicial foram anexados documentos (fls. 30/43).

Aditamento da inicial para excluir o pedido de danos morais às fls. 46/47. Novo documento a fls. 48.

Outro aditamento da inicial para também excluir o pedido de fixação de multa cominatória (fls. 51/52).

A medida liminar foi indeferida (fls. 54).

A autoridade impetrada foi notificada às fls. 57 e 67. Prestou informações às fls. 68/93 e anexou documentos às fls. 95/439.

Este é o sucinto relatório.

A ação civil deve ser julgada improcedente.

Com efeito, conforme demonstrado documentalmente pela autoridade impetrada, após a Lei de Responsabilidade Fiscal constatou-se percentual de despesas com pessoal acima do limite legal (Lei Complementar 101/00), sendo auferido em dezembro de 2000 o montante de despesas de 57,26% somente para pessoal civil do Poder Executivo, sendo permitido o percentual de 51,3%, conforme preceitua a citada Lei.

Diante de tal quadro, providenciou o impetrado a abertura de procedimento interno, para controle das despesas de pessoais, conforme relatório anexado aos autos.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

443

Em 5 de abril de 2002 apontou o Egrégio Tribunal de Contas o quadro de alerta do Município e a necessidade de se adotar as providências necessárias com a redução de gastos de pessoal, culminando com isso a obrigação do Município em promover com maior brevidade a redução de que trata a Lei Fiscal e Constituição Federal.

No primeiro quadrimestre foram avaliados todos os setores de administração municipal, para a redução de gastos, havendo a imediata redução das despesa com cargos comissionados. O gasto com despesas, sendo relatório apresentado foi de 42,63%, proveniente de redução de despesas com gratificações, horas extras e o não provimento de cargos de Diretores, como o de Planejamento, Finanças, Administrativo.

Somente após tais medidas é que foram tomadas providências para a redução de despesas com cargos em estágio probatório.

Posto isto, não havendo ilegalidade na conduta da autoridade impetrada, o parecer do Ministério Público é pela denegação do presente *mandamus*.

Moji Mirim, 30 de abril de 2002.

Gilberto Porto Camargo
Promotor de Justiça Substituto

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

444

CONCLUSÃO:

Em 09 de MAIO de 2002, faço estes conclusos à Dra. CLÁUDIA REGINA NUNES MMa. Juíza de Direito da 3ª Vara da Comarca de Mojimirim. Eu, _____, Escrev., subscrevi.

Processo n. 1322/02

Baixo estes autos em cartório a fim de que se faça carga ao DR. ALESSANDRO DE SOUZA LIMA, MM. Juiz Substituto, que está auxiliando a 3ª Vara local.

Mojimirim, 13 de maio de 2002.

CLÁUDIA REGINA NUNES
Juíza de Direito

DATA

Aos 13 de 05 de 2002

[illegible] em cartório

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PODER JUDICIÁRIO

Terceira Vara da Comarca de Moji Mirim

Proc. nº [illegible]

446

Vistos.

LUCIA ELENA MAFRA COSTELLA impetrou mandado de segurança em face do PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA alegando, em síntese, que prestou concurso público para o cargo de fiscal sanitária, sendo aprovada e investida no cargo no dia 01/03/2000 pela portaria 053. O primeiro serviço que realizou foi de cadastramento, no qual adquiriu LER, sendo, em seguida, desviada para a função de recepcionista no Pronto Socorro Municipal. Assevera que estava no estágio probatório e sua demissão foi ilegal uma vez que em que não foram observadas as formalidades legais para a apuração de sua capacidade. Argumenta que a demissão foi pautada da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas, na verdade, acredita ter sido por razões políticas, já que era correligionária do candidato que perdeu a disputa da eleição de 2000. Requereu a reintegração no cargo, danos morais e multa moratória. Juntou documentos (fls. 29/42).

Duas emendas a petição inicial foram necessária para excluir os pedidos de danos morais e multa moratórias (fls. 46/47 e 51/52), incompatíveis com o remédio constitucional escolhido.

A medida liminar foi indeferida (fls. 54).

A autoridade coatora prestou informações (fls. 68/93) e anexou documentos (fls. 94/439), sustentando a legalidade do ato impugnado.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PODER JUDICIÁRIO

Terceira Vara da Comarca de Moji Mirim

Proc. nº [illegible]

447

O Ministério Público opinou pela denegação da segura[illegible] (fls. 441/443).

É o relatório.

D E C I D O.

Trata-se de mandado de segurança interposto contra [illegible]issão de funcionária em estágio probatório.

Justifica a autoridade impetrada que a demissão ocorre[illegible] obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal que limitou os gastos [illegible] pessoal do Poder Executivo ao limite de 51,3%.

Ao tomar posse no cargo de Prefeito Municipal, apurou [illegible] o percentual de 57,26% de despesas com pessoal (fls. 98 – quadro [illegible] pessoal civil).

Em cumprimento à Constituição Federal, art. 169 e à Lei [illegible] Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) foi aberto proced[illegible]nto interno para o controle de despesas.

No primeiro quadrimestre foram realizados cortes de des[illegible]as com cargos em comissão, reduzindo-se em 42,63% (fls. 114).

Obedecendo, ainda, determinação do Tribunal de Conta[illegible] exigiu corte de despesas com pessoal, nos dois primeiros quadri[illegible]tres, passou-se à redução de despesas dos cargos em estágio proba[illegible].

Para a demissão dos não estáveis estabelece o Decre[illegible]11/03/2001 a observância do menor tempo de serviço público; menor [illegible]essidade do setor; maior remuneração e menor idade.

Estes critérios foram observados pela autoridade impetra[illegible] para a demissão da impetrante, conforme se constata na relação de car[illegible]e salários (fls.131), onde consta o salário de R$ 632,22 para a função [illegible]fiscal sanitária.

Os critérios seguidos pela autoridade impetrada para a [illegible]issão da impetrante estão em perfeita consonância com o art. 23 da Lei [illegible] Responsabilidade Fiscal e o art. 169, § 3° e 4° da Constituição Federa[illegible]

Com todas as providências notificadas nos autos, cumpri[illegible] autoridade impetrada sua meta de contenção de despesas, segundo [illegible] relatório do departamento de finanças (fls. 204).

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/10/02

PODER JUDICIÁRIO

Terceira Vara da Comarca de Moji Mirim

Proc. nº [illegible]

Não se verifica a conotação política que quer crer a impetrante tenha motivado a sua exoneração, por ser correligionária do anterior Prefeito Municipal.

A jurisprudência trazida a lume pela impetrante, segundo a qual há necessidade da observância das formalidades legais para a apuração de sua capacidade não se aplica ao caso.

Isso porque não se trata de exoneração de funcionária em estágio probatório por falta de capacidade, mas sim para a redução de despesas e enquadramento nos limites estabelecidos pela lei complementar acima citada.

Tampouco as contratações posteriores noticiadas nos jornais juntados aos autos (fls. 33/41) são suficientes para caracterizar a desnecessidade da exoneração da impetrante, porquanto, como informou o autoridade coatora (fls. 92), tratam-se circunstâncias de emergência, e em cargos de vacância, sendo as contratações na área de educação arcadas especificamente pelo FUDEF, sendo oneração das constas públicas municipais.

Assim sendo, por qualquer aspecto que se analise a questão não se verifica, ao menos pelos documentos trazidos aos autos, qualquer ilegalidade na exoneração da impetrante, que não demostrou seu eventual direito líquido e certo.

Em face do exposto DENEGO a segurança impetrada por LUCIA ELENA MAFRA COSTELLA em face do PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA. Custas pela impetrante, descabendo verba honorária.

P.R.I.

Moji Mirim, 14 de maio de 2002.

ALESSANDRO DE SOUZA LIMA
JUIZ SUBSTITUTO

Aos 25 de 05 de 02

PUBLICAÇÃO

Aos ..... de ..... de .....

Paço público em cartório a f.

sentença de fls. 446/448

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

51

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

445

C O N C L U S Ã O

Aos 13 (treze) dias do mês de Maio de 2.002, faço conclusos estes autos ao MM. Juiz Substituto, Dr. ALESSANDRO DE SOUZA LIMA.

Eu, , Escrev. subscr.

Sentença assinada em 03 laudas.

M.M., 14/05/2002

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

60.06.001

51

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

Juizo de Direito da 3a Vara Judicial da Comarca de Moji Mirim/SP

C E R T I D Ã O

Demétrius Aparecido Rodrigues, Escrivão Diretor desta 3a Vara Judicial da Comarca de Moji Mirim, Estado de São Paulo, na forma da lei, etc.

Certifica e dá fé, atendendo a pedido verbal de pessoa interessada, que, revendo os assentamentos e demais documentos a seu cargo, deles verificou constar que em data de 17/08/2001 foi distribuida a ação de MANDADO DE SEGURANÇA impetrado por LUCIA ELENA MAFRA COSTELLA, brasileira, casada, desempregada, residente no Sitio Tayna, bairro Camanducaia, Holambra/SP contra ato do PREFEITO MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA, com sede à Av. Mauricio de Nassau, 444, Centro, Holambra/SP, objetivando a autorização para que a impetrante seja reintegrada às suas atividades junto à Prefeitura Municipal de Holambra, tornando nula a sua demissão, o qual recebeu o no 1322/2001.. CERTIFICA AINDA, que foi determinado que a impetrante emendasse a inicial, tendo em vista que a mesma requereu multa e indenização, o que é incabivel em ação de mandado de segurança. CERTIFICA TAMBÉM, que em despacho datado de 30/11/2001, foi indeferida a medida liminar, tendo em vista que na peça exordial, não constou se a contratação da impetrante foi pelo regime estatutário ou CLT, o que dificulta a verificação de eventual direito a reintegração, sendo determinada a notificação da autoridade coatora, sendo que a mesma apresentou as informações no decênio legal, encaminhando-se, então, os autos ao representante do Ministério Público para manifestação. CERTIFICA AINDA, que em 14/05/2002, foi prolatada sentença, a qual DENEGOU a segurança impetrada. CERTIFICA MAIS E FINALMENTE, que a impetrante apelou da decisão mencionada e que o impetrado apresentou suas contra-razões, sendo que os autos serão encaminhados à instância superior para julgamento do recurso. NADA MAIS. É o que me cumpre certificar em relação ao pedido feito. Todo referido é verdade, do que dou fé. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Moji Mirim, Estado de São Paulo, aos 17 de Outubro de 2.002. Eu, (Vanilda Anaya Terneiro, matricula 350.724-9), Escrevente, digitei. E eu, (Demétrius Ap. Rodrigues, matricula 312.109-8), Escrivão Diretor, conferi, subscrevo, dato e assino a presente certidão digitada em 01(uma) lauda somente no seu anverso.

DEMÉTRIUS APARECIDO RODRIGUES
Escrivão Diretor

Ao Estado: R$ 7,00.

Guia no 259/02

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 01/11/02

60.06.001

2. D O E - Edição de 15/07/2002
Arquivo: 1761 Publicação: 70

Cível MOGI-MIRIM 3ª Vara Cível

PROC. 1322/01 - MANDADO DE SEGURANÇA - LUCIA ELENA MAFRA COSTELLA x PREFEITO MUNICIPAL DA ESTANCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - FLS. 446/448: Tópico final da sentença: Em face do exposto, DENEGO a segurança impetrada por LUCIA ELENA MAFRA COSTELLA em face do PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA. Custas pela impetrante, descabendo verba honorária. P.R.I. ADV.: SANDRO DOMENICH BARRADAS, OAB/SP 115.559, FLAVIA S. RIETJENS, OAB/SP 169.666

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

Comarca de Moji Mirim

2ª Vara Cível
2º Ofício Judicial

Ofício nº 01/2002-rss
Processo nº1.371/2001

Em, 02 de janeiro de 2002.

Exmo. Senhor Prefeito:

Atendendo ao que foi requerido nos autos da ação de MANDADO DE SEGURANÇA impetrado por MARELI PAULINO DE SOUZA, inscrita no CIC n.137.785.338-19, domiciliada e residente na Rua Azaléia n.967- Biarro Jd.Flamboyant , na cidade de Holambra-Sp contra PREFEITO MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA, levo ao conhecimento de Vsa. Haver este Juizo indeferida a Liminar , bem como, solicito de V.Sª Senhoria para que preste as devidas informações no prazo de 10 dias e no mesmo prazo junte aos autos cópia do procedimento administrativo ou dos atos ensejadores da demissão da impetrante, consoante os termos dos art.6º , parágrafo único, e 7, inciso I , ambos da Lei Federal n.1.533/51. Tudo conforme cópia.

Apresento a Vossa Senhoria protestos de elevada consideração.

ALESSANDRO DE SOUZA LIMA
Juiz de Direito

Exmo.Sr.
Prefeito Municipal da Estância Turistica de Holambra
Holambra-SP

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

60.06.001

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA **CÍVEL** DA COMARCA DE **MOGI MIRIM – SP.**

MARELI PAULINO DE SOUZA, brasileira, casada, desempregada, portadora da Carteira de Trabalho nº 39261-série 00076 SP, e da Cédula de Identidade RG. nº 22.852.452-0, e do CPF/MF nº 137.785.338-19, domiciliada e residente na Rua Azaléia, nº 967, Bairro Jd. Flamboyant, na cidade de Holambra – SP, CEP 13825-000, através de seu advogado ao final assinado, ***SANDRO DOMENICH BARRADAS, OAB/SP 115.559*** em nome do qual deverão ser efetuadas as futuras notificações/intimações postais, sob pena de nulidade, com escritório na **Rua Dr. Costa Aguiar, nº 698 – 13º andar – conjunto 1.304 – Centro – Campinas – SP, CEP 13014–900, telefone (0XX19) 3233-4124,** vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fulcro na Lei nº 1.533/51 Art. 1º, o Artigo 5º da C.F. inciso LX e inciso LXIX, impetrar:

MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL com PEDIDO DE LIMINAR *"INALDITA ALTERA PARS"*

em face do ***PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA***, situada na Avenida Maurício de Nassau nº444, Centro – Holambra – SP, CEP 13825 – 000 - Caixa Postal 24, pelos termos fáticos e jurídicos a seguir aduzidos:

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

1. DOS FATOS

A impetrante, primeiramente foi contratada por prazo determinado pela Prefeitura Municipal de Holambra para exercer a função de telefonista pelo prazo de 4 meses, a partir da data de 02/03/2000, pelo horário das 8:00hs às 17:00 hs, tendo alcançado a sua demissão quatro meses após, ou seja, em 02/07/2000 já que o seu contrato era por tempo determinado, conforme doc. 01 anexo.

Após sua demissão, foi imediatamente contratada no dia seguinte a sua demissão, para assumir outras funções no cargo público, desta vez, através de concurso público que havia prestado, nos termos do inciso II, do artigo 37, da Constituição Federal, para fins de provimento do Cargo Público de FISCAL SANITÄRIA na prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, onde as funções se perfaziam como recepcionista e auxiliar de enfermagem, tendo sua admissão em 03/07/2000, conforme portaria nº 115 (doc.02 anexo).

Se faz necessária a menção de que a autora foi contratada para a função de fiscal sanitária, mas exercia a função de recepcionista no posto de saúde da cidade, onde laborava das 7:00 horas as 17:00 horas com 1 hora de descanso para almoço.

Por ter sido desviada da função, teve que permanecer na recepção do Pronto Socorro municipal, tendo contato com pessoas tuberculosas, com Hepatite, AIDS e outros agentes infecciosos, tendo adicional de insalubridade como prova conforme docs. 03 e 04. Ocorre que somente estes meses trazem o adicional, nos outros meses trabalhados a autora ficou sem o adicional, conforme docs. 05 à 09, que além de contribuir com a remuneração da mesma, contribui também para sua aposentadoria.

A impetrante era correligionária do candidato que perdeu a disputa pela prefeitura na ultima eleição de 2000, ou seja, do candidato que tomaria o posto de prefeito em 1º de janeiro de 2001.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Foi demitida pelo prefeito em exercício em data de 07/05/01, sob a alegação de que seria em função de contenção de custos referente a lei de responsabilidade fiscal – Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000. Mas segundo a lei fiscal, este seria o terceiro passo que a administração pública teria que fazer; ocorre que a administração sem ter promovido o 1º e o 2º passo foi direto no 3º passo.

É pertinente salientar que a impetrante por ser concursada viu os seus direitos feridos por mais de uma vez, pois foi mandada embora **sem um motivo justo**. Ainda, foi lhe comunicado que o motivo de sua demissão seria redução de despesas. Todavia, sabe-se que esse motivo não era verídico, pois **após sua demissão foram feitas outras contratações para cargos diversos**, que foram anunciados nos jornal local de Holambra. (docs. 10 à 18) anexos a presente, 38 admissões, que **comprovam a imotivada demissão**, portanto, se o impetrado pretendia diminuir despesas de sua administração, não poderia ter feito novas contratações.

Também é de grande importância lembrar que a impetrante não recebeu corretamente as verbas a que tinha direito, tanto mensalmente quando laborou em sobre-jornada, mas não recebeu os proventos relativos a hora extra, como também em suas verbas rescisórias. Tudo devidamente assegurado na Constituição Federal em seu **artigo 7º, incisos XIII e XVI**.

Na página 1 do Edital de concurso público 02/97 , doc. 19, reconhece que o convocado terá que trabalhar em sobrejornada, ou seja, acima das oito horas diárias.

1. DO DIREITO

O funcionário público só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

A **Lei Complementar nº 052 de 25 de setembro de 1995**, do Sr. Celso Capato, o mesmo prefeito que exonerou a autora, em seu **artigo 11, parágrafo 2º e 3º (doc. anexo)** dispunha:

LEI COMPLEMENTAR Nº 51/95

*"**Artigo 11** – Estágio probatório é o período de 2 anos de exercício do funcionário a partir de sua nomeação em caráter efetivo, durante o qual serão apurados os seguintes aspectos, acerca de sua vida funcional:*

***Parágrafo 2º** - Cinco meses antes do fim do estágio probatório, o órgão de pessoal solicitará informações sobre o funcionário ao seu chefe direto, que deverá prestá-las no prazo de dez dias.*

***Parágrafo 3º** - Caso as informações sejam contrárias à confirmação do funcionário no cargo, **ser-lhe-á concedido o prazo de dez dias para que apresente defesa**, e instaurado processo administrativo para a apuração do fato."*

Sobre o assunto **o STF já se posicionou** e entende que **o funcionário em estagio probatório** ***somente poderá ser demitido depois de haver sido feito inquérito administrativo ou as formalidades legais***, ou seja, lhe dado **o direito a ampla defesa**, o que não ocorreu no caso em questão. Caso ainda restem duvidas transcrevemos as **SÚMULAS Nº 20 e Nº 21 DO STF**:

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

06
2

SÚMULA Nº 20 - STF

"É necessário processo administrativo, com ampla defesa, para demissão de funcionário admitido por concurso."

SÚMULA Nº 21 - STF

"Funcionário em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade."

A demissão da impetrante sem o prévio processo administrativo, sem direito à **ampla defesa**, para tal finalidade, violou o **artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal**, que assegura o direito à ampla defesa, inclusive nos processos administrativos:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

"Artigo 5º - .....

*LV – aos litigantes, em processo judicial ou **administrativo**, e aos acusados em geral são assegurados o **contraditório** e **ampla defesa**, com os meios e recursos a ela inerentes;"* (g.n.)

Encontramos precedente junto à jurisprudência que é pacífica sobre a matéria:

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 03/ 11/ 02

97

"13001212 – MANDADO DE SEGURANÇA – DESCONSTITUIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO DE ANULAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, COM A ***READMISSÃO DA SERVIDORA QUE ESTAVA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO*** *– A* ***AUTORA FOI EXONERADA DO CARGO DE SERVENTE ESCOLAR, DURANTE O PERÍODO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO,*** *EM CUMPRIMENTO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 967/97 –* ***AUSÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, COM AMPLA DEFESA*** *– O pedido da impetrante tem amparo legal, consoante a Súmula nº 21 do Colendo Supremo Tribunal Federal, in verbis"- Improvimento dos recursos: oficial e voluntário.* ***Funcionário em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade****. (TJSP – AC 64.327-5 – Estrela D'Oeste – CDPúb. – Rel. Des. Prado Pereira – J. 07.06.1999 – v.u.)"* (g.n.) ("*in*" "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

"17002448 – DUPLO GRAU OBRIGATÓRIO DE JURISDIÇÃO – MANDADO DE SEGURANÇA – ***FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL – ESTÁGIO PROBATÓRIO – EXONERAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE*** *– ORDEM*

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

CONCEDIDA – SENTENÇA CONFIRMADA – Duplo grau obrigatório de jurisdição. Mandado de segurança. Concessão da ordem, após deferimento da liminar ao impetrante. Ausência de recurso voluntário. ***O funcionário concursado, em estágio probatório, não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades de apuração de sua capacidade****. Processo regular, onde ficaram observadas as formalidades legais necessárias. Decisão judicial afirmatória das garantias outorgadas aos servidores públicos investidos no cargo mediante prévio concurso. Confirmação da sentença no proceder-se ao seu reexame necessário. (IRP) (TJRJ – DGJ 282/98 – (reg. 170.599) – 6ª C.Cív. – Rel. Des. Ronald Valladares – J. 23.03.1999)"* (g.n.) ("*in*" "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

"2004100 – APELAÇÃO CÍVEL – RECURSO DE OFÍCIO – AÇÃO ORDINÁRIA DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE EM CARGO PÚBLICO – PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA – DEFEITO DE POUCA RELEVÂNCIA – PREJUÍZO AUSENTE – PRELIMINAR REJEITADA – ESTÁGIO PROBATÓRIO – INAPTIDÃO DECLARADA – EXONERAÇÃO – CERCEAMENTO DE DEFESA – NULIDADE – RECURSOS

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

IMPROVIDOS – Não se anula sentença, se eventual erro de forma não causa prejuízo á parte vencida. Assim, é valida a decisão que determina a reintegração de funcionário público no cargo que ocupava, ainda que não conste do dispositivo da sentença a anulação do ato exoneratório. ***O servidor público, efetivado por concurso não pode ser exonerado de inopino, sem que se lhe garanta defesa ou, pelo menos, a possibilidade de contradizer o relatório que concluiu pela sua inaptidão para o cargo, em estágio probatório.*** *(TJMS – AD. – Classe B – XV – N.64.324-9 – Naviraí – 3ª T.C. – Rel. Des. Claudionor Miguel Abss Duarte – J. 17.03.1999)"* (g.n.) ("*in*" "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

"2005003 – APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO ORDINÁRIA DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE EM CARGO PÚBLICO – PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA – DEFEITO DE POUCA RELEVÂNCIA – PREJUÍZO AUSENTE – PRELIMINAR REJEITADA – ESTÁGIO PREOBATÓRIO – INAPTIDÃO DECLARADA – EXONERAÇÃO – CERCEAMENTO DE DEFESA – NULIDADE – RECURSO IMPROVIDO – Não se anula sentença, se eventual erro de forma não causa prejuízo à parte vencida. Assim, é válida a decisão que determina a reintegração de funcionário público no cargo que ocupava,

Confere com o Orig.
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

10

ainda que não conste do dispositivo da sentença a anulação do ato exoneratório. ***O servidor público, efetivado por concurso, não pode ser exonerado de inopino, sem que se lhe garanta defesa ou pelo menos, a possibilidade de contradizer o relatório que concluiu pela sua inaptidão para o cargo, em estágio probatório.*** *(TJMS – AC – Classe B – XV – N. 64.323-2 Naviraí – 3ª T.Cív. – Rel. Des. Nelson Mendes Fontoura – J. 26.05.1999)"* (g.n.) (*"in"* "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

*"810173 – ADMINISTRATIVO – FUNCIONÁRIO PÚBLICO – DEMISSÃO – NULIDADE DO ATO – REINTEGRAÇÃO NO CARGO – AFASTAMENTO – PERÍODO – VENCIMENTOS – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – "****Reconhecida a nulidade do ato de exoneração e o dever de o Estado reintegrar o servidor, impõe-se o pagamento, a título de indenização, dos vencimentos que este faria jus, não houvesse sido exonerado****. Reintegração, sem ressarcimento, é mera readmissão"(STJ, Min. Gomes de Barros). (TJSC – AC 98.010587-0 – Sc – 1ª C.Cív. Rel. Des. Newton Trisotto – J. 01.12.1998)"* (g.n.)(*"in"* "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

*"810882 – APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE RECURSAL AFASTADA – SERVIDOR PÚBLICO – EXONERAÇÃO – ESTÁGIO PROBATÓRIO – SÚMULA Nº 21 DO STF – "**Funcionário em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade**".(STF) Ausência ao **contraditório e da ampla defesa**. Nulidade reconhecida. Direito líquido e certo ferido. RECURSO E REMESSA DESPROVIDOS. (TJSC – AC-MS 98.007054-6 - SC – 3ª C.Cív.Rel. Des. Silveira Lenzi – J 17.11.1998)"* (g.n.) (*"in"* "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL"- Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

*"812103 – ADMINISTRATIVO – FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL – ESTÁGIO PROBATÓRIO – EXONERAÇÃO – INOBSERVÂNCIA DO **DEVIDO PROCESSO LEGAL** – O servidor público, em estágio probatório, não tem garantia de permanência na função, mas **não pode ser exonerado do cargo com inobservância do devido processo legal**. A ausência de atributos ou de capacidade para o cargo há de Ter apuração regular, não sendo indispensável o processo administrativo. Todavia, é necessário um procedimento mínimo que possibilite o **contraditório**. Súmula 21 do STE (TJSC – AC*

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

98.005776-0 – SC – 4ª C.Cív. Rel. Des. Pedro Manoel Abreu – J. 15.10.1998)" (g.n.) (*"in"* "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

"813501 – MANDATO DE SEGURANÇA – EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBAATÓRIO, DECORRENTEMENTE DE EXTINÇÃO DO CARGO - MANIFESTA ILEGALIDADE DO ATO VERGASTADO – ORDEM CONCEDIDA REMESSA DESPROVIDA – 1. "A exoneração de funcionários não estáveis, em virtude de extinção de cargos, não legítima a aplicação da Súmula 21, mas a observância da Súmula 22 (RTJ 86545) Des. Álvaro Wandelli. 2. "Se a extinção do cargo se der no estágio probatório, poderá o estagiário ser exonerado de ofício, uma vez que ainda não tem estabilidade, e, portanto, não desfruta da prerrogativa constitucional da disponibilidade, consoante reiterada jurisprudência, ora cristalizada na Súmula 22 do STF, in verbis: o estágio probatório não protege o funcionário contra a extinção do cargo. ***Servidor público, admitido em concurso de provas e títulos, ainda que em estágio probatório, não pode ser demitido sem prévio procedimento administrativo que lhe assegure contraditório pleno e ampla defesa, com todos os meios e recursos a ele inerentes****. (Helly Lopes Meirelles, in Direito Administrativo Brasileiro, 15ª ed., São Paulo: Ed., Malheiros, 1994, p. 379). (TJSC –*

Confere com o Origina
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

13

AC-MS 4.812 (88.070317-7) – SC – C. Cív. Esp. Rel. Des. Eládio Torret Rocha – J. 16.09.1998)" (g.n.) ("*in*" "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

"814575 – AÇÃO DE REITEGRAÇÃO EM CARGO PÚBLICO – SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO – ***EXONERAÇÃO DESMOTIVADA, DIVORCIADA DE QUALQUER INVESTIGAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – AFRONTA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA*** *– PEDIDO DEFERIDO – APELO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO – REMESSA PARCIALMENTE PROVIDA –* ***O funcionário em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade (Súmula 21 do STF)****. (TJSC - AC 88.077840-1 (47.326) e nº 98.000791-7 – SC – C. Cív. Esp. Rel. Des. Eládio Torret Rocha – J. 26.08.1998)"* (g.n.) ("*in*" "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

"820124 – ADMINISTRATIVO – DEMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO – ***INEXISTÊNCIA DE PRÉVIO PROCEDIMENTO***

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/07

14

*ADMINISTRATIVO – INADMISSIBILIDADE - "**É necessário processo administrativo, com ampla defesa, para demissão de funcionário admitido por concurso**"(STF, Súmula nº 20). "**Funcionário em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade**" (STF, Súmula nº 21). (TJSC – AC 97.010621-1 SC – 3ª C.Cív. Rel. Des. Eder Graf – J. 31.03.1998)"* (g.n.) ("*in*" "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

Vejamos que o funcionário público, como a impetrante, somente deixará de ser efetivado se provado através de procedimento administrativo que o mesmo não possui capacidade para exercer o cargo. Nesse sentido encontramos precedente: "***sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade***", *"in verbis"*:

*"50009235 - REEXAME NECESSÁRIO DE SENTENÇA – MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL – FATO NOVO – APRECIAÇÃO INADMISSÍVEL NA FASE RECURSAL – INEXISTÊNCIA DE EXCEÇÃO OU FORÇA MAIOR – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 517 DO CPC – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO TANTUM DEVOLUTUM QUANTUM APPELLATUM – SERVIDOR PÚBLICO CONCURSADO **EXONERAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO – AUSÊNCIAS DE JUSTIFICATIVA E DO DEVIDO***

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

15

PROCESSO LEGAL – ABUSO DE PODER CONFIGURADO – EXONERAÇÃO ILEGAL – SÚMULA 21 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL *–DECISÃO REEXAMINADA MANTIDA – Funcionário público concursado, mesmo em estágio probatório,* ***não pode ser exonerado ou demitido do cargo público, sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade ou sem preservar-lhe o direito ao devido processo legal e à ampla defesa****. (TJMT _ RN_AC 1.440 – CLASSE II – 27 - Diamantino – 2ª C. Cív. – Rel. Des. Mariano Alonso Ribeiro Travassos – J. 18.08.1998)"* (g.n.) ("*in*" "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

Ou ainda, entendendo que não pode ser demitido: "***sem as formalidades legais para apuração dos fatos que lhe deram causa***". Como segue:

"2001909 – REEXAME DE SENTENÇA – MANDADO DE SEGURANÇA – FUNCIONÁRIO PÚBLICO – ***EXONERAÇÃO – AUSÊNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL*** *– ORDEM CONCEDIDA – RECURSO IMPROVIDO -* ***O funcionário público não pode ser exonerado nem demitido sem as formalidades legais para apuração dos fatos que lhe deram causa.*** *(TJMS – RS – Classe B – XIV – Nº 48.139-0/01 – Campo Grande – 2ª T.C. – Rel. Des. Joenildo de Sousa*

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/07

Chaves – J.24.03.1998)" (g.n.) (*"in"* "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

Prossegue a cristalina jurisprudência no sentido de que para que o funcionário público não seja efetivado tem que ser provada sua incapacidade para o exercício do cargo, garantindo-lhe no procedimento apuratório o direito à ampla defesa: *"**sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade**"*. Sendo que em nenhum momento a administração sequer chegou a cogitar a incapacidade da impetrante:

> *"101920 – JCF. 41 AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO – SERVIDOR ADMITIDO POR CONCURSO PÚBLICO – **ESTÁGIO PROBATÓRIO – DEMISSÃO – NECESSIDADE DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – É necessário processo administrativo, com ampla defesa, para demissão de funcionário admitido por concurso e, ainda que em estágio probatório, não pode ele ser exonerado ou demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade.** Precedentes. (STF – RE 200.194 (AgRg) – 2ª T. - Rel. Min. Maurício Corrêa – DJU 24.10.1997)"* (*"in"* "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prosseguem nos Tribunais, especificando que para demissão do funcionário público devem ser apurados no procedimento administrativo, onde seja assegurada a **ampla defesa** e o **contraditório**, requisitos como *"perfil funcional em termos de capacidade"*, *"assiduidade"*, *"disciplina"*, dentre outros:

> *"802119 – FUNCIONÁRIO PÚBLICO ADMITIDO ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO, **EXONERADO EM PLENA DECORRÊNCIA DE ESTÁGIO PROBATÓRIO SEM PROCEDIMENTO QUE JUSTIFICA-SE A SUA INCONVENIÊNCIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO – MANIFESTA AFRONTA AO ENTENDIMENTO SIMULAR Nº 21 DO COLENDO STF – NULIDADE DO ATO EXONERATIVO DECRETADA – REINTEGRAÇÃO DO SERVIDOR NO CARGO PÚPLICO, COM TODAS AS VANTAGENS QUE NÃO USUFRUIU EM RAZÃO DA EXONERAÇÃO ILEGAL** – AÇÃO ANULATÓRIA PROCEDENTE – **O servidor público em estágio probatório, não obstante desprovido de garantia de permanência na função pública, não pode com tudo, ser exonerado, sem a observância de procedimento pendente a apurar o seu perfil funcional em termos de capacidade, assiduidade, disciplina, etc, sob pena de afronta ao constitucional principio do devido processo legal. Em razão desta inobservância redunda a decretação judicial da nulidade do ato exonerativo e a consequente reintegração do funcionário no cargo público com todas as vantagens que deixou de usufruir por força de seu ilegal afastamento.** (TJSC – AC 97.000953-4 – 2ª C.C. – Rel. Des. Anselmo*

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 03/11/17

Cerello – J. 05.06.1997)" (g.n.) (*"in"* "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

*"17004183 – SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL – **ESTÁGIO PROBATÓRIO – VIOLAÇÃO DO DIREITO DE AMPLA DEFESA** – MANDADO DE SEGURANÇA – Mandado de Segurança. Exoneração. Estágio Probatório. **O FUNCIONÁRIO admitido por concurso, estando em período probatório, não pode ser exonerado sem que lhe seja garantido direito de ampla defesa (art. 5, inciso LV, da Constituição). Pratica evidente abuso de poder a autoridade que, sem outorgar ao FUNCIONÁRIO o direito de se defender, o exonera.** Segurança concedida. (TJRJ – AC 558/97 – (Reg. 311097) – Cód. 97.001.00558 – Porciuncula – 10ª C.Cív. – Rel. Des. Walter D Agostino – J. 12.08.1997)"* (g.n.) (*"in"* "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

*"824198 – FUNCIONÁRIO PÚBLICO ADMITIDO ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO, **EXONERADO EM PLENA DECORRÊNCIA DE ESTÁGIO PROBATÓRIO SEM PROCEDIMENTO QUE JUSTIFICA-SE A SUA INCONVENIÊNCIA PARA O SERVIÇO***

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 07

19

PÚBLICO – MANIFESTA AFRONTA AO ENTENDIMENTO SUMULAR Nº 21 DO COLLENDO STF – NULIDADE DO ATO EXONERATIVO DECRETADA – REINTEGRAÇÃO DO SERVIDOR NO CARGO PÚBLICO, COM TODAS AS VANTAGENS QUE NÃO USUFRUIU EM RAZÃO DA EXONERAÇÃO ILEGAL – AÇÃO ANULATÓRIA PROCEDENTE – servidor publico em estágio probatório, não obstante desprovido de garantia de permanência na função pública, não pode com tudo, ser exonerado, sem a observância de procedimento pendente a apurar o seu perfil funcional em termos de capacidade, assiduidade, disciplina, etc, sob pena de afronta ao constitucional princípio do devido processo legal. Em razão desta inobservância redunda a decretação judicial da nulidade do ato exonerativo e a consequente reintegração do funcionário no cargo público com todas as vantagens que deixou de usufruir por força de seu ilegal afastamento. *(TJSC – AC 97.000953-4 – SC – 2ª C.Cív. – Rel. Des. Anselmo Cerello – J. 05.06.1997)"* (g.n.) (*"in"* "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

"849469 – ADMINISTRATIVO – SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CONCURSADO REGIME CELETISTA – DEMISSÃO

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/ 11/ 02

*SUMÁRIA DO CARGO – ESTÁGIO PROBATÓRIO – MANDADO DE SEGURANÇA – DESCABIMENTO DE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – O servidor público, investido em cargo ou emprego público, através de concurso, independentemente do regime de trabalho, se estatutário ou celetista, adquire a estabilidade após dois anos efetivo exercício, na conformidade dos arts. 39, 2º e 41 da Constituição Federal. Assim, mesmo percebendo os vencimentos pela forma regrada na Consolidação das Leis do Trabalho, o servidor regularmente nomeado em concurso público tem as mesmas garantias do regime estatutário. "**Funcionário em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade**"(STF, Súmula 21). Consoante as Súmulas 512 do STF e 105 do STJ, descabe a condenação em honorários advocatícios em sede de mandado de segurança. (TJSC – AC-MS 5.107 – SC – 4ª C.Cív. – Rel. Des. Pedro Manoel Abreu – J. 01.06.1995)"* (g.n.) ("*in*" "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

"841970 – MANDADO DE SEGURANÇA – ILEGITIMIDADE PASSIVA – INEXISTÊNCIA – Autoridade coatora, para os fins de fixação do pólo passivo da relação processual mandamental, é a autoridade que dispõe de competência e poder para corrigir o ato

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/12

*inquinado de ilegal. – MANDADO DE SEGURANÇA – EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO DURANTE O ESTÁGIO PROBATÓRIO – **INEXISTÊNCIA DE PRÉVIO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO OU DE MOTIVAÇÃO NO ATO INQUINADO DE ILEGAL – SÚMULAS Nº 20 E 21, DO STF – "É necessário processo administrativo, com ampla defesa, para demissão de funcionário admitido por concurso"** (**Súmula nº 20, do STF**). "**Funcionário em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade**" (**Súmula nº 21, do STF**). – ADMINISTRATIVO – PODER DA ADMINISTRAÇÃO DE REVISÃO DOS SEUS ATOS – SÚMULA Nº 473, DO STF – TEMPERAMENTOS – "O poder de a administração pública anular seus próprios atos não é absoluto, sob pena de malferir, como na hipótese, os princípios da ampla defesa e do devido processo legal. Por isso inválido de pleno direito o ato que anula outro sem preceder ao processo administrativo exigido como condição para que o servidor estável possa perder o cargo"(STJ). – MANDADO DE SEGURANÇA – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – "Em hipótese nenhuma (seja de concessão ou de denegação da segurança, ou de extinção do processo, seja a título de sucumbência ou em termos de responsabilidade civil da pessoa juridica de direito público), é dado ao juiz impor a condenação em honorários de*

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

advogado"(STJ). (TJSC – AC-MS 5.261 – Sc – 3ª C.Civ. – Rel. Des. Eder Graf – J. 20.12.1994)" (g.n.) ("*in*" "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

"859605 – MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO POR CIDADÃO, CONTRA ATO DE PREFEITO MUNICIPAL, POR TER SIDO EXONERADO DE CARGO PARA QUAL FORA NOMEADO MEDIANTE CONCURSO PÚBLICO, DURANTE O ESTÁGIO PROBATÓRIO, ***SEM O DEVIDO PROCESSO LEGAL E DIREITO DE AMPLA DEFESA;*** *VIOLANDO ASSIM DIREITO LIQUIDO E CERTO DO IMPETRANTE, RAZÃO DA IMPETRAÇÃO – A final, concedeu-se a ordem requerida. De cuja decisão não houve recurso voluntário; mas os autos ascenderam a esta Superior Instância em face Dom duplo grau de jurisdição. A Câmara decidiu que, no caso, impunha-se a concessão do mandado de segurança impetrado, face a prova pré constituída; eis que* ***funcionário público em estágio probatório, nos termos da Súmula 21 do Supremo Tribunal Federal não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade****. (TJSC – AC-MS 4.684 – SC – 2ª C. Cív. – Rel. Des. Rubem Córdova – J. 22.02.1994)"* (g.n.) ("*in*" "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO,

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

O motivo alegado pelo prefeito municipal, ou seja, CONTENÇÃO DE DESPESAS, não pode ser motivo para a demissão de funcionário público, pois é ato administrativo totalmente ILEGAL segundo a Súmula 21 do STF. O funcionário não pode ser exonerado sem o devido processo administrativo.

A jurisprudência de maneira uniforme entende igualmente que a ausência do processo administrativo descaracteriza a demissão, que não pode ser aceita ***nem por motivo de contenção de despesa***, como segue: *"**O funcionário público ainda que se encontre em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem o devido processo administrativo nem mesmo por motivo de contenção de despesas.**"*:

*"50009417 – REEXAME NECESSÁRIO DE SENTENÇA COM RECURSO DE APELAÇÃO – REINTEGRAÇÃO EM CARGO PÚBLICO – FUNCIONÁRIAS CONCURSADAS – **EXONERAÇÃO POR MOTIVO DE CONTENÇÃO DE DESPESAS** - **INEXISTÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO – ILEGALIDADE DO ATO DE EXONERAÇÃO – INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 21 DO STF –***

Confere com o Origina
Prefeitura Municipal
Holambra 07/ 11/02

24

DESCABIMENTO – RECURSO IMPROVIDO – <u>O funcionário público ainda que se encontre em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem o devido processo administrativo nem mesmo por motivo de contenção de despesas.</u> *(TJMT – RN-AC – Classe II – 27 – nº 1.703 – Araputanga – 2ºC.Cív. – Rel. Des. Odiles Freitas Souza – J. 08.09.1998)"* (g.n.) (*"in"* "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

*"13012614 – SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL – **Estágio probatório – Exoneração – <u>Excesso de pessoal</u> – Inadmissibilidade – Súmula 21 do Supremo Tribunal Federal – <u>Funcionário, em estágio probatório, que não pode ser exonerado, nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade – Ofensa, ademais, ao artigo 5º, LV da Constituição da República</u>** – Recurso não provido. (TJSP – AC 211.023 – 1 – Sertãozinho – Rel. Des. Luís de Macedo – J. 21.06.1994)"* (g.n.) (*"in"* "JURIS SÍNTESE MILLENNIUM - LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA E PRÁTICA PROCESSUAL" - Nº 28 - março/abril/2001 - Editora Síntese - **Repositório autorizado do TST nº 20/2000**)

Confere com o Origina
Prefeitura Municipal
Holambra 07/ 11/02

1.1 ATO ABUSIVO E ILEGAL

O que transforma um fato qualquer, acontecido no mundo dos fatos, num fato jurídico ,não é sua facticidade, não é seu ser natural, mas sim o significado jurídico a que esse fato se filia, isto é, o seu sentido objetivo. O fato recebe a significação jurídico por intermédio de uma norma que contém seu conteúdo fático.

O fato do prefeito municipal não ter concedido à funcionária a **AMPLA DEFESA** e o **CONTRADITÓRIO** não é somente um fato do mundo dos fatos. É pois, um fato que tem repercussões jurídicas e sua implicações.

Se a conduta humana é regulada positivamente por um ordenamento, quando um indivíduo se conduz tal como a norma prescreve, acata a norma; se o indivíduo se conduz contrário à prescrição normativa, ele viola a norma, ou o que vale dizer, ele desacata a norma jurídica. Há então, ILEGALIDADE, pois a ação promovida pela autoridade é contraria à que está instituído em lei.

DA LEGITIMADADE

O MANDADO DE SEGURANÇA é perfeitamente cabível pois, o mesmo tem o prazo de 120 dias, contados da data do ato que se pretende atacar e é passível de sofrer *"mandamus"* a Autoridade Pública, sendo esta a investida em um cargo público, como é o caso do impetrado, que é o Prefeito Municipal. Assim, adequado o remédio processual eleito.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/12/07

Outrossim, encontram-se presente tanto o *"periculum in mora"*, quanto o *"fumus boni juris"*, que autorizam o conhecimento do Mandado, bem como de seu pedido de Liminar.

A **Lei nº 1.533/51**, em seu **artigo 1º** confere direito de impetrar o mandado de segurança a agente que sofrer violação por autoridade, conforme abaixo consta:

LEI Nº 1.533/51

*"**Art. 1º.** Conceder-se-á **mandado se segurança** para **proteger** direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus, sempre que, **ilegalmente ou com abuso do poder**, **alguém sofrer violação** ou houver justo receio de sofrê-la **por parte de autoridade**, seja de que categoria for ou sejam quais forem as funções que exerça."* (g.n.)

O mandado de segurança também é devidamente cabível, pois a Constituição Federal, que é nossa Lei maior, assegura a sua concessão quando:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

*"**Artigo 5º** - .....*

***LXIX** – conceder-se-á **mandado de segurança** para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, **quando o responsável pela ilegalidade** ou abuso de pode **for autoridade pública** ou agente de pessoa jurídica no **exercício de atribuições do Poder Público**;"* (g.n.)

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

27
2

DO PEDIDO

1-) Requer que seja concedida a **LIMINAR** "***inaldita altera pars***", para que a impetrante seja **reintegrada às suas atividades no prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, sob pena de **multa cominatória** a ser fixada por V. Exa., haja vista que encontra-se presente o *"periculum in mora"*, uma vez que o **salário possui caráter alimentar**, dependendo do mesmo para sua subsistência. Por outro lado, a **Constituição Federal**, em seu **artigo 5º, inciso LV e XXXV**, *c.c.* **artigo 37**, também da **Magna Carta**, asseguram a presença do "***fumus boni juris***". Assim, presentes os requisitos para a concessão da Liminar, fica a mesma requerida antes mesmo de serem prestadas as informações pela autoridade coatora, para que a medida sura a necessidade alimentar da impetrante.

2-) Tendo sida concedida a liminar, que seja citada a Autoridade impetrada, ou seja, o Prefeito Municipal, para que preste as informações necessárias e sua defesa, sob pena de não fazê-lo no prazo legal, ser decretada a revelia e confissão.

3-) Que ao final seja proferida **R. Sentença**, tornando **definitiva a reintegração**, com a **condenação nos vencimentos que não pode fazer jus até a data da reintegração, acrescidos de todos os adicionais legais, corrigidos e atualizados até data de efetivo pagamento**, sob pena de multa cominatória a ser fixada por V. Exa.

4-) Que seja concedida indenização por **DANOS MORAIS**, motivada pelo caráter humilhatório que o impetrado causou à impetrante, chegando esta a pedir alimentação à vizinhos e amigos, para que possa subsistir, privando-se de sua dignidade e moral.

5-) Protesta por todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente pelo depoimento testemunhal.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

6-) Que sejam concedidos a impetrante os benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**, conforme declaração anexa, pois a mesma não pode pagar as custas e despesas processuais sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

Dá-se a causa para efeitos de custas e de alçada o valor de R$ 5.600,00, sem prejuízo ao real valor que for arbitrado por Vossa Excelência.

Neste termos,
Pede deferimento.

Campinas, 12 de agosto de 2.001;

Sandro Domenich Barradas
OAB/SP 115.559

C:\Meus documentos\ESCRITORIO\MANDADO-SEGURANCA-INICIAL-FUNCIONARIO-PUBLICO-LUCIA-HELENA-MAFRA-COSTELLA.doc

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

EXECELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOGI MIRIM-SP.

ADMINISTRAÇÃO GERAL
30 JAN 2002 003769
JUÍZO DE DIREITO
COMARCA DE MOGI-MIRIM

Proc. 1.371/2001 - Mandado de Segurança

CELSO CAPATO, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 10.947.614 e do CPF nº. 029.456.798-41, Prefeito do **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA**, com sede na Alameda Maurício de Nassau n.º 444, vem respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, por seu Procurador infra-assinado apresentar INFORMAÇÕES no prazo legal, nos termos do art. 7, inciso I, da Lei 1.533/51, pelos motivos de fato e direito que passa a expor:

Preliminarmente

Nos termos do que determina a Lei 5.021 de 09 de junho de 1966, em seu artigo 1º *o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias asseguradas, em sentença concessiva de mandado de segurança, a servidor público federal da administração direta*

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

ou autárquica, e a servidor público estadual e municipal, somente será efetuado relativamente às prestações que se vencerem a contar da data do ajuizamento da inicial.

Não obstante, como determina a Súmula 271 do STF, a *concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais, em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria"*

Assim falece a Impetrante, qualquer pretensão de recebimento de verbas pretéritas, devendo socorrer-se da via própria, para pleitear os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais, na forma do que também impõe o artigo 15 da Lei 1.533/51.

Nesse sentido, pacífica é a Jurisprudência:

> **MANDADO DE SEGURANÇA** – Percepção de vantagens pecuniária – Decisão concessiva de segurança que não produz efeitos patrimoniais pretéritos – Ação própria para tal efeito – Admissibilidade – inteligência do art., 15 da Lei 1.533/51 e Súmula 271 do STF.
> *Ementa da Redação; Como a decisão concessiva da segurança não tem efeitos financeiros pretéritos, admissível a ação ordinária de cobrança para reclamar o que tiver direito com relação ao período anterior à impetração do Mandado de Segurança.*

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Ap. 8.930/95 - j. 06.11.1995 - rel. Juiz Amaury Moura. (RT 729/287)

Também nesse sentido:

Súmula 269 do STF - *O mandado de segurança não é substitutivo de ação de cobrança.* (idêntica posição: STJ- 1ª Seção, MS 341 - DF, rel. Min. Garcia Vieira., j 9\8.5.90, v.u. DJU 28.5.90, p. 4717.

Verifica-se portanto o total descabimento do presente *Mandamus* para postular, como meio de cobrança, hipotéticas diferenças salariais.

Ainda preliminarmente:

Com efeito, em foro de Ação Mandamental incabível é a cumulação de pedido de multa cominatória bem como condenação por indenização por Danos Morais, pois como é cediço, não é medida que comporta dilação probatória.

O objeto do Mandado de segurança é a correção de *ato ou omissão de autoridade, desde que ilegal e ofensivo de direito individual ou coletivo, líquido*[1] *e certo, do impetrante.*

Sendo assim não há como amparar o pedido de arbitramento de Dano moral, ou mesmo de pena cominatória, vez que a estreita via do *writ* não comporta a amplitude de cognição que se pretende com a presente demanda.

---

[1] Meirelles, Hely Lopes, Mandado de Segurança, 14ª edição – Editora Malheiros, página 28.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Além do mais, tratando-se de pedido de indenização de danos morais, este não se comprova de plano, como quer fazer parecer a impetrante, sendo necessário a maior amplitude de contraditório para se apurar o hipotético dano alegado, com a comprovação inequívoca da culpa e nexo de causalidade entre o fato e dano ocasionado pelo agente público.

Nesse sentido convém destacar os ensinamentos Jurisprudenciais, colhidos *in Código de Processo Civil, 1999, 30ª edição,* por Theotônio Negrão, páginas 1505:

> **Art. 1º25.** *Direito líquido e certo é o que resulta de fato certo, e fato certo é aquele capaz de ser comprovado de plano (RSTJJ 4/1427, 27/140), por documento inequívoco (RTJ 83/130, 83/855, RSTJ 27/169), e independentemente de exame técnico (RTFR 160/329). É necessário que o pedido seja apoiado "em fatos incontroversos, e não em fatos complexos, que reclamam produção e cotejo de provas"(RTJ 124/948; neste sentido: STJ-RT 676/187). Não se admiti a comprovação "a posteriori" do alegado na inicial (RJTJESP 112/225); "com a inicial, deve o impetrante trazer prova indiscutível, completa e transparente de seu direito líquido e certo. Não é possível trabalhar à base de presunções"(*

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/20

STJ-2ª Turma, RMS 929-SE, rel. Min. José de Jesus Filho, j. 20.5.91, negaram provimento, v.u., DJU 24.6.91, p. 8.623). Permite-se todavia, o pedido liminar de exibição de documento (v. art.6° § ún..

Art. 1° 26. *A estreita via do "writ of Mandamus" não se presta a que as partes possam produzir provas"(STJ 1ª Seção, MS 462- DF, rel. Min. Pedro Acioli, j. 25.9.90, mandado indeferido, v.u., DJU 22.10.90, p. 11.646). "Descabe mandado de segurança para postulação baseada em fato a demandar dilação probatória (RSTJ 55/325)."*

E mais:

Mandado de Segurança - Ato Judicial - Impetração visando discussão de assuntos controvertido - Meio inidôneo - Impossibilidade, ademais, de utilização do *mandamus* como substitutivo de recursos legalmente previstos.

Ementa oficial : Mandado de segurança contra ato judicial. O mandado de segurança não se presta à discussão de assuntos controvertidos, como a quantia devida para efeitos de purgação de mora em despejo, nem substitui

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

os recursos previsto na lei processual civil.
Recurso ordinário não provido.

Por derradeiro, não há como amparar o pedido de cumulação de penalidade para o vertente caso, pois os efeitos da sentença mandamental, *per si* já satisfazem a pretensão da impetrante, que é a invalidação do ato com a imediata reintegração da servidora ao cargo.

Como bem esclarece Hely Lopes Meirelles a *execução da sentença concessiva da segurança é imediata, específica ou in natura, isto é, mediante o cumprimento da providência determinada pelo juiz, sem a possibilidade de ser substituída pela reparação pecuniária. Se houver danos patrimoniais a compor, far-se-á por ação direta e autônoma, salvo a exceção contida na Lei 5.021/66, concernente a vencimentos e vantagens concessiva, os quais se liquidam por cálculo do contador e se executam os próprios autos da segurança.*

E Concluindo, esclarece:

A decisão - liminar ou definitiva - é expressa no mandado para que o coator cesse a ilegalidade. Esse mandado judicial é transmitido por ofício ao impetrado, valendo como ordem legal para o imediato cumprimento do que nele se determina.."

O não atendimento do mandado judicial caracteriza o crime de desobediência a ordem legal (CP, AR. 330), e por ele responde o impetrado renitente, sujeitando-se até mesmo a prisão em flagrante, dada a natureza permanente do delito.."

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Por tais motivos, não, se aplica ao caso presente a aplicação de pena cominatória.

2. Do Mérito

a) Das alegações do Impetrante

Alega o Impetrante que foi contratada por prazo determinado pela Prefeitura Municipal de Holambra na função de telefonista pelo prazo de 4 meses, a partir de 02/03/200 a 02/07/2000, sendo admitida posteriormente e por força de aprovação em concurso público, para exercer o cargo de FISCAL SANITÁRIA, na Prefeitura, perfazendo entretanto as funções de recepcionista e auxiliar de enfermagem;

Assevera que na qualidade de servidora da Saúde, fazia *jus* ao adicional de insalubridade, o que não percebeu em todo período laboral;

Relata ser correligionária do candidato que perdeu as últimas eleições e conclui que foi demitida pelo prefeito em exercício em data de 07 de maio p.p., sob a alegação de contenção de despesa, ato este inteiramente ilegal, na medida que após sua demissão foram feitas outras contratações para cargos diversos, que foram anunciados nos jornais de Holambra, comprovando-se assim a despedida imotivada e arbitrária, pela ausência do devido processo legal a que exige o artigo 5° LV da CF.

Todavia, os fatos alegados pela Impetrante, estão inteiramente divorciados de veracidade como também

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

de legalidade, inexistindo qualquer violação de direito líquido e certo, como se demonstrará a seguir:

b) Da ausência de fundamentos fáticos:

Com efeito, conforme informado nos autos, em 02 de janeiro p.p., deu-se início aos primeiros atos do governo municipal do Prefeito eleito da Estância Turística de Holambra, sendo certo que naquela oportunidade a Impetrante encontrava-se nas dependências da Prefeitura Municipal, atendendo as funções de **RECEPCIONISTA** do Posto de Saúde Municipal, embora ocupando o cargo de **FISCAL SANITÁRIA;**

Contrariamente do que alegado pela Impetrante, com a avaliação da situação administrativa e financeira que se encontrava o Município, até porque não houve transmissão das informações pelo governo anterior, o Chefe do Executivo Municipal, constatou pelos relatórios financeiros encaminhados, percentual de despesas com pessoal acima do limite permitido e estabelecidos na Lei Complementar 101/00, sendo auferido em dezembro de 2000 o montante de despesas de 57,26% somente para Pessoal Civil do Poder Executivo, sendo o permitido de 51,3%, conforme preceitua a Lei Complementar 101/00.

Diante de tal situação, providenciou o Impetrado a abertura de procedimento interno, para controle das despesas de pessoais, como se pode verificar do relatório incluso (doc.), onde foram tomadas inúmeras medidas administrativas, com intuito de redução das despesas e aumento de receita, tudo

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

como determina a Lei Fiscal e a Constituição Federal.

É de se esclarecer que em 05 de abril p.p., apontou o E. **Tribunal de Contas,** o quadro de alerta do Município e a necessidade de se adotar as providências necessárias com a redução de gastos com pessoal, culminando com isso a obrigação do Município em promover com maior brevidade a redução de que trata a Lei Fiscal e Constituição Federal.

Destarte, nada há de ilegal nas medidas tomadas pelo Impetrante, sendo elas voltadas ao estrito cumprimento da Lei Complementar 101/00, lembrando sempre que a verificação do cumprimento dos limites será realizada no final de cada **quadrimestre** (art. 22 da LC 101/00), sendo que o novo gestor teve o prazo de dois quadrimestres seguintes ao início de seu governo para ajustar as despesas e adotar as providências previstas no artigo 169, §§ 3° e 4° da CF, como determina o artigo 23 da LC 101/00.

Ao revés do que alega a Impetrante, no primeiro quadrimestre, foram avaliados todos os setores da administração municipal, para a redução de gastos, sendo de imediato, as providências do Executivo Municipal com a **redução** das despesas com cargo comissionados, tendo início em fevereiro do corrente ano, com o corte **de despesas com cargos em comissão, que como bem declina o relatório anexo foi constatada em 42,63%** (doc. fls.19) proveniente de redução de despesas com gratificações, horas extras pagas ilegalmente e ainda com o não provimento de cargos de Diretores, como o de Planejamento, Finanças, Administrativo.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/12

Somente após tais medidas é que foram tomadas providências para a redução de despesas com cargos em estágio probatório, diga-se situação esta que foi avaliada com a maior cautela, para preservar o máximo possível de servidores em estágio probatório e atender o quanto possível às necessidades da administração. Somente foram exonerados, os servidores com menor tempo de serviço, somados os critérios desnecessidade e maior remuneração, dentre eles o que se encontravam em desvio de funções, cujos vencimentos sequer justificavam suas atividades, como se pode verificar do disposto no Decreto 311 de março de 2001, que estabeleceu metas para a demissão de servidores não estáveis (doc.), onde se enquadrou a ora impetrante.

Destarte, foram rigidamente seguidas os seguintes critérios:

> *"I. menor tempo de serviço público;*
> *II. menor necessidade do setor;*
> *III. maior remuneração;*
> *IV. menor idade."*

O próprio Tribunal de Contas, em relatório encaminhado à todos os Município do Estado de São Paulo, anotou a necessidade de se estabelecer metas dentro dos dois primeiros quadrimestres, para o corte de despesas com pessoal, caso o percentual alcançado atingisse 95% dos 54% de gastos com pessoal, como se pode conferir do documento anexo, o qual convém reprisar:

> *" **19- A Adaptação aos Limites da Despesa de Pessoal***

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

A Lei Complementar 101/00 criou um freio de cautela, prudencial, equivalente a 95% dos limites máximo apresentados no item 18. Se os Poderes e o Ministério Público ultrapassarem esta barreira de prud6encia, não poderão conceder aumento, reajuste, vantagem ou qualquer outro tipo de benefício a seus servidores e, nem tampouco contratar horas extras e criar ou prover cargos (exceto na vacância de setores tidos como essenciais, educação, saúde e segurança).

O Tribunal de Contas alertará o Poder que ultrapassou 90% do limite máximo (art. 59, § 1°, II, LRF).

Superados os limites o órgão em desvio terá oito meses para ajustar, adotando se necessários, os mecanismos de corte da reforma administrativa: a)redução de 20% das despesas com cargos de confiança; b) exoneração dos servidores não estáveis, segundo critérios da Lei 9.801/99 (menor tempo de serviço, maior remuneração, menor idade)".

Também no mesmo sentido sugeriu a Auditoria realizada no Município pela empresa Visão - Assessoria Consultoria e Planejamento S/C Ltda.:

" PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS:
Uma vez, ultrapassados os índices limites para aplicação em pessoal, a atual administração observado o prazo legal, deverá adotar medidas no sentido de minimizar os gastos com pessoal, de maneira a cumprir com o artigo 23 da Lei Complementar nº101/2000, de 04 de maio de 2.000, para que não possa a atual administração ser punida com o disposto do artigo 5, IV, § 1º da Lei 10.028/2000 de 19 de outubro de 2000.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Deverá ser utilizado como critério, o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, mais precisamente inciso I e II do § 3° a saber:

1) redução de pelo menos 20% das despesas com cargo em comissão;
2) exoneração de servidores não estáveis;
3) redução temporária de jornada de trabalho com a adequação dos vencimentos à nova carga horária..."(grifamos)

No caso de Holambra, o percentual em dezembro de 2000 já havia ultrapassado seus limites e por tais razões, teria o município o prazo de dois quadrimestres para reajustar suas despesas. Após a verificação da análise financeira, que se deu nos meses de janeiro e fevereiro, imperioso se fez o corte de gastos, cuja prioridade foi redução de despesas com pessoal **COMISSIONADO**, em primeiro plano, e em segundo plano a redução de gastos com pessoal **não estável**, na forma do artigo 169, § 3° da Constituição Federal.

Em 17 de maio de 2001, após avaliação do 1° quadrimestre foi alcançado a meta de redução de despesas que era de 0,65% sendo reduzido o percentual em 10% conforme se vê do relatório da Chefe de Finanças.

Por certo que o **DECRETO n.° 311/01** expedido pelo Impetrado, teve o condão de cumprir com as determinações do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, quanto às exigências da Lei Complementar 101/00 e Constituição Federal.

Face tal circunstâncias, não houve outra alternativa ao Impetrado, senão a de exonerar os

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

a servidores que se enquadravam dentro dos ditames da Carta Constitucional e do Decreto supra mencionado para cumprimento das metas fiscais.

Por outro lado, inúmeras irregularidades restaram constatadas na referida contratação: a) primeiro em referência a convocação da servidora que sequer deveria ter ocorrido, vez que o cargo de Fiscal Sanitária, não preenchia os requisitos de interesse público, pois sequer se encontrava em funcionamento o setor de Vigilância Sanitária, estando a impetrante exercendo função inteiramente diversa do concurso prestado, aguardando seu encaminhamento ao setor competente; b) segundo, porque referida convocação, foi efetivada **dentro dos 180 dias anteriores ao final do mandato** do titular do respectivo Poder **o que é vedado pela recém promulgada Lei de Responsabilidade Fiscal,** (Lei Complementar 101/2000, em seu **artigo 21, parágrafo único**) e serão objetos de maiores explanações na presente peça.

Destarte, são inteiramente inverídicas e maliciosas as assertivas do Impetrante, quanto a hipotética exoneração de seu cargo sem processo administrativo, pois que sua contratação encontra-se eivada de vício de nulidade frente ao que preceitua o citado parágrafo único do artigo 21 da Lei Complementar 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal, como se demonstrará adiante.

É de se esclarecer, portanto, que não houve no caso em questão qualquer ato abusivo pelo Impetrado, mormente com motivações de ordem política ou eleitoreira, tanto que todos os

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 03/11/02

documentos referentes a exoneração do Impetrado lhes foram fornecidos, pelo departamento pessoal, sem qualquer resistência.

Por certo que a contratação da Impetrante é inteiramente ilegal e irregular, sendo justa e regular sua exoneração na forma do que preceitua o disposto no artigo 169, §3°, I e II da Carta Constitucional, artigo 23 e Parágrafo Único do artigo 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal e artigo 3°, I e II e seu Parágrafo Primeiro do Decreto Municipal 311/01, inexistindo violação a direito adquirido, como quer fazer crer.

c. Da nulidade da contratação.

A Impetrante, consoante se demonstra dos documentos inclusos, foi admitida primeiramente no cargo de Agente Comunitária, cargo este de provimento em comissão sendo sua exoneração *ad nutum*, INEXISTINDO PORTANTO DIREITO ADQUIRIDO NA PERMANÊNCIA AO CARGO, quanto ao período alegado.

Ocorre, que sem qualquer interesse público justificável e ainda sem qualquer necessidade da Administração, vez que o agente comunitário já fazia as vezes do Fiscal Sanitário dentro do Município, foi a mesma convocada às pressas, e às vésperas do período eleitoral de 2.000, para ocupar o cargo de **Fiscal Sanitário**, situação esta, como bem explanada na Exordial, que nunca se concretizou.

De fato, a Impetrante foi convocada e nomeada para assumir o **cargo de fiscal sanitária** na prefeitura de Holambra, através de concurso público que havia

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

sido aprovada, todavia, **foi imediatamente conduzida** para as **funções de recepcionista e auxiliar de enfermagem**, em total e absoluto desvio de funções o que comprova de modo irrefutável a desnecessidade de sua convocação, vez que a Vigilância Sanitária, ainda não estava em pleno funcionamento, como se pode conferir pelas Certidões inclusas e ainda pela Lei Complementar 115/01(doc.)

Inobstante e mais grave ainda é que, tal contratação se deu efetivamente, após o prazo estatuído na Lei complementar 101/00, conforme se pode observar da **Portaria n.° 115** de **03 julho de 2000, publicada** em **08 de julho de 2000**, ou seja dentro do 180 dias que prevê a Lei Fiscal.

É de se esclarecer, que a Lei Orgânica do Município de Holambra, é taxativa quanto a publicação dos atos administrativos em seu artigo 80 *in verbis:*

> ***"Artigo 80 – A publicação das leis e atos municipais far-se-á em órgão de imprensa local e na falta deste em órgão de imprensa regional de circulação no Município e por afixação na sede da Prefeitura e da Câmara Municipal."***

Assim, a eficácia e vigência dos atos dependem de prévia publicação, o que só ocorreu após o lapso temporal rechaçado na Lei Fiscal, acima destacada.

Em sendo assim, sobredita contratação, efetivada dentro do prazo acima, **constitui majoração de despesa, injustificável**, na forma do que veda a

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo nula nos termos de seu parágrafo único, do artigo 21, *in verbis:*

> *Artigo 21 - É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:*
>
> *I - as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição;*
> *II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.*
>
> ***Parágrafo Único - Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.*** **(grifamos).**

d) Da vedação da Lei Fiscal.

Como se vê do citado dispositivo, nulo é o ato administrativo que implique em aumento de despesa expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder.

No caso vertente, a servidora nomeada em 03 de julho de 2000, como se vê dos documentos inclusos, tendo seus efeitos a partir da publicação da

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/10/02

Portaria ocorrida em 08 de julho de 2000, dentro do período de impedimento de que trata a citada Lei Fiscal, ou seja nos últimos dias do governo anterior.

Por certo, que não se pode olvidar que a contratação em exame constitui ato de majoração de despesa, vez que o Município já dispunha de servidores para assumir as medidas de vigilância, funções estas que eram exercidas pelo agentes comunitários do município.

Também e pela mesma razão não se verifica a necessidade de tais contratações vez que imediatamente, após sua nomeação, passou a exercer as funções de recepcionista e auxiliar de enfermagem, sem contudo possuir capacitação profissional adequada para o exercício de tais atividades.

À guisa de informações, para que a impetrante pudesse exercer tais funções de auxiliar de enfermagem, sem prejuízo do competente concurso, era indispensável, o curso técnico de auxiliar de enfermagem. Da mesma maneira, o cargo de Recepcionista, jamais poderia ter sido ocupado por tal servidora, vez que sua capacitação inferior, tinha como remuneração o equivalente a R$ 366,56 enquanto que a de fiscal sanitária de R$ 585,39.

Em outras palavras, o Município estava pagando para uma recepcionista o equivalente a quase o dobro do que deveria pagar.

Por tais motivos, verifica-se que o ato de nomeação, não só era ilegal, mas também impessoal e imoral, em afronta ao disposto no artigo 37 "caput" da Constituição Federal.

Confere com o Origina
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

atividade administrativa não faça acepção de pessoas, trata a todos os administrados igualmente. Reflete ele, como é óbvio, outro dos princípios do estado de Direito: o de igualdade". "Visto pelo do administrador, significa que os atos e provimentos administrativos são imputáveis não ao funcionário que os pratica, mas ao órgão ou entidade em nome do qual age o funcionário".

O professor CELSO ANTONIO BANDEIRA MELLO, sobre o princípio da impessoalidade diz: "nele se traduz a idéia de que a Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimentosas".

Nem favoritismos nem perseguições são toleráveis. Simpatias ou animosidades pessoais, políticas ou ideológicas não podem interferir na atuação administrativa e muito menos interesses sectários, de facções ou grupos de qualquer espécie. O princípio em causa não é senão o próprio princípio da igualdade ou da isonomia. Está consagrado explicitamente no artigo 37, "caput", da Constituição. Além disso, assim como "todos são iguais perante a lei" (art. 5°., caput) a *fortiori* teriam de sê-lo perante a administração".

Deve ser transcrito o voto do Ministro do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, Senhor Doutor MILTON PEREIRA, no Recurso Especial no. 20.715/4, Rio de Janeiro (92.0007717-0) em que o Município de Teresópolis, representado por seu Prefeito, move, pelo rito sumaríssimo, ação de reparação de danos contra Celso Luiz Francisco Dalmaso, ex-prefeito, sob a alegação de que, conforme autorização do réu, a Municipalidade ao contratar funcionária em afronta legal, feriu os princípios da moralidade pública e agiu contra o interesse público.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Como nos elucida Hely Lopes Meirelles, *o princípio da impessoalidade, referido na Constituição de 1988 (art. 37, caput) nada mais é que o clássico* ***princípio da finalidade****, o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal. E o fim legal é unicamente aquele que a norma de Direito indica expressa ou virtualmente como objetivo do ato, de forma impessoal..."*

"E a finalidade terá sempre um objetivo certo e inafastável de qualquer ato administrativo: ***o interesse público****. Todo ato que se apartar desse objetivo sujeitar-se-á a invalidação por desvio de finalidade, que a nossa lei da ação popular conceituou como o "fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência" do agente (Lei 4.717/65, art. 2°, parágrafo único, "e").*

E conclui o incomparável doutrinador:

Desde que o princípio da finalidade exige que o ato seja praticado sempre com finalidade pública, o administrador fica impedido de buscar outro objetivo ou de praticá-lo no interesse próprio ou de terceiros ..."

O que o princípio da finalidade veda é a prática de ato administrativo sem interesse público ou conveniência para a Administração, visando unicamente a satisfazer interesse privados, por favoritismo ou perseguição dos agentes governamentais, sob a forma de desvio de finalidade. Esse desvio de conduta dos agentes públicos constitui uma das mais insidiosas modalidades de abuso de poder..." (grifamos)

Confere com o Origina
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Sendo assim o ato administrativo praticado em desatendimento ao princípio da finalidade, ou seja ao interesse público, está eivado de vício incorrigível, não constituindo direito algum, quiçá o alegado direito líquido e certo.

DIÓGENES GASPARINI afirma que "a atividade administrativa deve ser destinada a todos os administrados, dirigida aos cidadãos em geral, sem a determinação de pessoa ou discriminação de qualquer natureza. É o que impõe o Poder Público este princípio. Com ele quer-se quebrar o velho costume do atendimento ao administrado em razão de seu prestígio ou porque a ele o agente público deve alguma obrigação.

JOSÉ AFONSO DA SILVA administrativamente afirma que "o princípio ou regra da impessoalidade da Administração Pública significa que os atos e provimentos administrativos são imputáveis não ao funcionário que os pratica mas ao órgão ou entidade administrativa em nome da qual age o funcionário. Este é um mero agente da Administração Pública, de sorte que não é ele o autor institucional do ato. Ele é apenas o órgão que formalmente manifesta a vontade estatal.

Para CRETELLA JR. " o administrador não é *dominus*. Assim deverá caracterizar-se como *bônus administrador*, *probus administrador*. Toda a atividade da Administração é vinculada a um fim, fim de interesse público. O agente do Estado pode fazer apenas o que a norma o autoriza de modo expresso, ao passo que o cidadão comum pode fazer tudo o que não seja proibido por lei". Eis o princípio da restritividade, que resulta a condição toda especial da Administração no âmbito da qual inexiste vontade pessoal e liberdade de agir. Ao passo que o administrador particular, que é *dominus*, pode

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

fazer ou deixar de fazer alguma coisa sempre em virtude de lei, sendo, assim, livre de fazer tudo o que a lei proíbe, o administrador público só pode fazer aquilo que a lei, especificamente, determina. O interesse particular é disponível, sendo informado pela vontade humana, ao passo que o interesse público é indisponível, porque informado pela idéia do fim. No direito privado prevalece a vontade, no direito administrativo prepondera a finalidade.

A "atividade administrativa", no dizer de RUI CIRNE LIMA, "obedece, cogentemente, a uma de suas inclinações pessoais ; e essa finalidade mina e governa a atividade administrativa, imediatamente a ponto de assinalar-se em vulgar, a boa administração pela impessoalidade, ou pela ausência de subjetividade".

Para o constitucionalista CELSO RIBEIRO BASTOS "o cargo por excelência em que medra o atentado à impessoalidade é o da discricionaridade. Aqui, ao moldar o seu comportamento, cabe a prática da escolha de um ato que melhor atenda a finalidade legal. Nesta ocasião, é que o administrador por ser tentado a substituir o interesse coletivo por considerações de ordem pessoal (favorecimento ou perseguição). A introdução destes elementos estranhos à preocupação legal macula, sem dúvida, o ato do vício tecnicamente chamado do desvio de finalidade ou abuso de poder, o ato torna-se arbitrário. O primado da lei cede diante da conveniência do administrador".

O Professor MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, mostra que a impessoalidade pode ser vista de dois prismas: o do administrador e do administrado. "Visto pelo prisma do administrado, ele significa o comando de que a

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

atividade administrativa não faça acepção de pessoas, trata a todos os administrados igualmente. Reflete ele, como é óbvio, outro dos princípios do estado de Direito: o de igualdade". "Visto pelo do administrador, significa que os atos e provimentos administrativos são imputáveis não ao funcionário que os pratica, mas ao órgão ou entidade em nome do qual age o funcionário".

O professor CELSO ANTONIO BANDEIRA MELLO, sobre o princípio da impessoalidade diz: "nele se traduz a idéia de que a Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimentosas".

Nem favoritismos nem perseguições são toleráveis. Simpatias ou animosidades pessoais, políticas ou ideológicas não podem interferir na atuação administrativa e muito menos interesses sectários, de facções ou grupos de qualquer espécie. O princípio em causa não é senão o próprio princípio da igualdade ou da isonomia. Está consagrado explicitamente no artigo 37, "caput", da Constituição. Além disso, assim como "todos são iguais perante a lei" (art. 5°., caput) a *fortiori* teriam de sê-lo perante a administração".

Deve ser transcrito o voto do Ministro do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, Senhor Doutor MILTON PEREIRA, no Recurso Especial no. 20.715/4, Rio de Janeiro (92.0007717-0) em que o Município de Teresópolis, representado por seu Prefeito, move, pelo rito sumaríssimo, ação de reparação de danos contra Celso Luiz Francisco Dalmaso, ex-prefeito, sob a alegação de que, conforme autorização do réu, a Municipalidade ao contratar funcionária em afronta legal, feriu os princípios da moralidade pública e agiu contra o interesse público.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

> *"...No pertinente ao reconhecimento de ser o ato legal - é questão vencida - a salvo do tangencialmento, refletindo que o administrador público, especial destinatário da norma, conscientemente agiu em desconformidade com a lei, corporificando sentida desobediência à ordem jurídica"...*

Este aspecto, perfilado como está o exame da legalidade do ato sob exame, a meu aviso, para mim, demanda específicas observações, desde logo, com a chamada constitucional, apresentando-se o art. 37, permitindo descortinar que:

> *"O controle jurisdicional se restringe ao exame da legalidade do ato administrativo; mas, por legalidade ou legitimidade, se entende não só a conformação do ato com a lei, como também com a moral administrativa e com o interesse coletivo (TJSP - Ap. Cível 151.580 - Rel. Des. CARDOSO ROLIM -in RDA - vol.89, pg., 134 e 135 -(g.n.).*

A lei é regra e medida. A moralidade administrativa não é corolário; é elemento constitutivo do ato. Deveras, o ato administrativo, sob o imperativo dos questionamentos forrados na lei, moral e ética, força lembrar a teoria dos círculos concêntricos elaborada por JEREMIAS BENTHAN, que pode assim ser compreendida: dois círculos concêntricos, sendo o maior o da moral e o menor o do direito, portanto, havendo um campo de ação comum a ambos, ficando o Direito envolvido pela

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Moral. De avante, "tudo que jurídico é moral, mas nem tudo que é moral é jurídico". (An Introduction to the principles of Morals and legislation - Trad: Uma Introduções aos Princípios de Moral e de Legislação- Ed. Abril, 1984, 3 ª. Ed.)

A desnecessidade da contratação é evidente, vez que imediatamente, após sua nomeação, passou a exercer **funções absolutamente incompatíveis com o seu cargo, como foi o caso da recepcionista**, sem contudo possuir capacitação profissional adequada para o exercício de tais atividades.

Denota-se daí, o inquestionável desvio de finalidade, e o dano ao erário público, situação esta que confessa a correligionária do ex-prefeito, ora Impetrante, em total afronta ao ditames legais.

Não fosse tais atrocidades jurídicas e fáticas, é de se destacar que na qualidade de agente fiscal que o era não havia necessidade da impetrante ser contratada, muito menos dentro do período de impedimento, vez que já prestava as funções necessárias à necessidade do Município. Tal contratação entretanto é manifestamente política e eleitoreira, na medida que foi efetivada às vésperas do pleito eleitoral, com finalidades meramente diversas aos interesses e necessidade da administração municipal ocasionando com isso, o excesso inaceitável de despesas.

Não há portanto justificativas legais para a convocação em apreço, vez que desnecessário o aumento de gastos com pessoal, especialmente às vésperas do início de mandato do novo gestor, sendo nulo o ato praticado, na forma do que

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

preceitua o parágrafo único do artigo 21 da Lei 101/2000.

É de se acrescentar ademais, que a nulidade ora suscitada é ainda mais evidente, pois, conforme levantamento contábil e financeiro do município (docs.) no exercício de 2000 foi apurado o percentual de **57,76%** (cinqüenta e sete é setenta e seis por cento) somente com despesas de pessoal do Executivo, enquanto que limite legal é de 54%, com o agravante que, após o excesso de 95% do limite legal, ou seja **51,3%**, serão vedados ao Poder ou órgão referidos no artigo 20 da citada Lei, a concessão de reajustes, vantagens, aumentos, a criação de cargos, empregos ou função, bem como alteração de estrutura de carreira que implique em aumento de despesas, sem prejuízo das penalidades previstas no **inciso I, par. 3º do artigo 23 da LC 101/2000.**

Verifica-se, portanto, que no caso do Município de Holambra, já estava impedido o antigo administrador de praticar qualquer ato que pudesse importar em aumento de despesa com pessoal, vez que o percentual anual de despesas acusado em dezembro/2000 foi de 57,76% e o global consolidado de 59,81%.

Assim, não há qualquer ilegalidade ou abusivo no ato da autoridade Impetrada, pois diante da nulidade da contratação do Impetrante, se viu compelido a reparar tais atos e respectivas despesas, para resguardar os interesses da administração, bem como seus atos de gestor, que posteriormente serão auditados pelo Tribunal de Contas, especialmente pelo que preceitua a Lei Complementar 101/00.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

d) Do processo administrativo – Jurisprudências.

Com efeito, não se aplicam ao caso vertente, as jurisprudencias suscitadas, pois que anteriores a Lei Complementar 101/2000, não sendo o caso de apuração de eficiência ou capacidade funcional.

Trata-se, por certo de medidas administrátivas de controle financeiro, prevista no artigo 169 da C.F., regulamentadas e disciplinadas por Lei Complementar 101/00 (art. 23), com o condão de equilibrar as finanças públicas traçando diretrizes para uma gestão fiscal responsável.

Assim, com base no artigo 169 § 3°, I e II da Carta Constitucional, e artigo 23 da L?C 101, regulamentou o Poder Executivo Municipal, mediante expedição do Decreto 311/01, as medidas atinentes a exoneração de servidores não estáveis, dispondo o seguinte:

> ***" Considerando que, o Município da Estância Turística de Holambra apresentou percentual de despesas com pessoal de 57% , auferida nos últimos doze meses, excedendo assim os limites estabelecidos nos termos do artigo 20, III, "b" da lei Complementar 101/00;***
>
> ***Considerando, que a Constituição Federal, em seu artigo 169, § 3°, determina para o cumprimento dos limites estabelecidos no artigo e no prazo que a Lei Complementar estipular, ao Municípios adotarão providências de redução em pelo menos 20% das despesas com cargos de comissão e funções de confiança e exoneração dos servidores não estáveis;***

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Considerando ainda, o teor do que dispõe o artigo 22, parágrafo único c.c. artigo 23 caput da LC 101/00, o Município deverá se adequar nos próximos dois quadrimestres, reduzindo as despesas até o patamar de 95%, do limite, o que corresponde a 51,3% da receita corrente liquida;

Considerando por fim, que em entendimento aos princípios da razoabilidade, eficiência, impessoalidade e moralidade, se faz necessário o estabelecimento de critérios pela administração pública, para fins de organização e normatização de demissão de servidores não estáveis;

D E C R E T A

Artigo 1º - (...)

Artigo 2º - (...)

Artigo 3º - A Exoneração de servidor não estável, obedecerá preferencialmente aos seguintes critérios gerais de identificação impessoal:

I. menor tempo de serviço;
II. menor necessidade do setor;
III. maior remuneração;
IV. menor idade.

(...)"

Não se pode olvidar que tais medidas, somente foram levadas a efeito, após o cumprimento do inciso I do §3º do artigo 169 da Carta Constitucional, que determina a redução de **despesas com pessoal comissionado em 20%.**

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Com isso, tomou o impetrante a devida cautela, ao proceder a abertura de relatório administrativo de redução de pessoal, onde se pode apurar todas as medidas de contenção de despesas, antes mesmo das exonerações ocorridas, incluindo-se da ora Impetrada.

Para tanto, reduziu o Impetrado o quadro de nomeação de servidores comissionados, seja pela não nomeação das chefias e diretorias como também pelo corte **total de horas extraordinárias** que se vinha pagando na gestão anterior com **pessoal comissionados**, resultando uma contenção total de gastos de R$ 44.355,32 anual, conforme relatório anexo.

Não fosse isto, antes mesmo das exonerações ocorridas, expediu comunicado coibindo horas extras a todo pessoal da administração pública, para cortes de despesas, resultando tais cortes na redução das seguintes despesas:

1) ano de 2000 .....R$ 216.133,41 (com H.E. total/ano)
2) ano de 2001 .....R$ 82.379,03 (com H.E. total ano)

Além disso, foram tomadas medidas de contenção, para **pagamento de licenças prêmios e racionalização de férias**, sendo aquelas deferidas apenas a título de gozo e estas restritas ao número de aproximadamente 15 servidores por mês, como se observa da Certidão em anexo (docs.) e ainda do relatório de despesas e férias do departamento pessoal.(**doc. - Certidão do Departamento Pessoal**)

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Por outro lado, para equilíbrio das receitas tomou o Poder Público Municipal as seguintes medidas:

1) cobrança da dívida ativa do Município dos anos de 1996 a 2000, vez que cerca de 90% da dívida ativa, encontrava-se sem a devida cobrança judicial, através de parceria com o Banco do Brasil, conforme Lei Municipal 108/2001, sendo o total da receita auferida no período de **R$ 215.390,97 (duzentos e quinze mil, trezentos e noventa reais e noventa e sete centavos);** (doc.)

2) Cadastramento e atualização de imóveis para emissão de cobrança de impostos;

3) fiscalização e auditoria em instituições financeiras;

4) Cobrança judicial da dívida ativa;

5) revogação de benefícios fiscais;

6) reforma do Código Tributário Municipal, para incrementação do ISSQN e outras receitas.

Note-se, portanto, que todas as medidas para o equilíbrio financeiro das contas municipais e atendimento dos percentuais estabelecidos para despesas foram tomadas, restando ao Executivo a manutenção dos índices, **hoje em 48,83% para o Executivo e 50,93% consolidado, média esta que auferida no final de 11 meses, conforme relatório do departamento de finanças (doc. fls. 108),** inexistindo qualquer ato de pessoalidade na exoneração da Impetrante.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Por derradeiro, quanto as alegadas contratações é de se anotar, que estas somente foram levadas a efeito em casos de excepcionais urgências, e em **vacância** de cargos, em razão de pedidos de demissões havidas dentro do período, especialmente na área de saúde e educação, sendo esta despesa arcada especificamente pelo FUNDEF, o que sequer onera as contas públicas e repasses da Secretaria de Saúde.

2. Conclusão:

a)- a contratação padece de vícios de nulidade pois o ato não se reveste de legalidade, impessoalidade e moralidade, sendo nula, ineficaz e desnecessária a contratação, nos termos do **§ único do artigo 21 da Lei Complementar 101/00**, especialmente pelo excesso de percentual apurado em dezembro/2000 em 57,3%, relativo as despesas com pessoal, **inexistindo com isso direito líquido e certo;**

b) inexiste ato abusivo praticado pelo Impetrado, sendo a exoneração da Impetrante inteiramente legal, na forma do que preceitua o artigo 169, § 3º, II da CF., artigo 23 da Lei Complementar 101/00 e Decreto Municipal n.º 311/01;

c)- as Jurisprudências elencadas não servem a fundamentação alegada, uma vez que anterior a Lei Complementar 101/00, sendo que a exoneração se deu por força da adequação de despesas aos índices legais conforme determina a Constituição Federal, e não para avaliação de estágio probatório, situação esta inteiramente distinta;

d)- injustificável é o gasto público com a contratação do Impetrante, vez que as necessidades

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

do poder público municipal eram supridas com agentes fiscais, existindo inclusive lei própria para tanto, sendo manifesto o desvio de finalidade com a condução da impetrada para o cargo de recepcionista.

f) - não há direito líquido e certo a ser protegido no caso vertente, face a, legalidade da exoneração e ainda pela impessoalidade e imoralidade da contratação.

Por todo o exposto, pede e espera seja denegada a Segurança pleiteada, julgando a presente **inteiramente improcedente**, por ser esta medida de direito e mais lídima **Justiça** !

N. termos.
P. deferimento.

Holambra, 14 de janeiro de 2002

Celso Capato
Prefeito Municipal

Nágila M. Châib Lotierzo.
OAB-SP nº 117.234

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

446

2ª Vara da Comarca de Mogi Mirim
Autos n. 1.371/01
Mandado de Segurança
Impetrante : Mareli Paulino de Souza
Impetrado : Prefeito do Município de Holambra

PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Meritíssimo Juiz,

Regularmente representado nos autos, a autora **MARELI PAULINO DE SOUZA** impetra o presente *MANDADO DE SEGURANÇA*, esteiada no que dispõe o artigo 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal, objetivando resguardar direito que entende reunir os atributos de liquidez e certeza, ofendido por ato da autoridade indigitada como coatora, a SR. PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

Conforme articula na peça incoativa de fls. 02/28, acompanhada dos documentos de fls. 30/50, a impetrante foi aprovada em ***Concurso Público de Provas e Títulos***, para o provimento do cargo de fiscal sanitária, sendo empossada no dia 03 de julho de 2.000 pela portaria n. 115 de 03 de julho de 2.000 (fls. 33). Informa que após a sua posse, a impetrante passou a exercer as funções de recepcionista no Pronto Socorro Municipal, sendo que foi demitida pela autoridade impetrada em 07 de maio de 2.001 sob os fundamentos de "contenção de despesas" em razão da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Entretanto, entende que sua demissão foi arbitrária, uma vez que não foi precedida de procedimento administrativo, com ampla defesa e contraditório. Ademais, sustenta que os fundamentos de contenção de despesas não são verídicos uma vez que houve várias contratações de funcionários após sua demissão, a qual entende que foi decorrente de ser partidária do candidato a Chefe do Executivo Municipal adversário do atual Edil.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

447

Requer, portanto, a concessão da segurança para ser reintegrada ao cargo que ocupava, com a condenação da autoridade impetrada ao pagamento dos vencimentos correspondentes ao período em que esteve afastada em virtude da ilegal demissão e indenização por danos morais.

As fls. 51, determinou-se a emenda à inicial para que a impetrante juntasse aos autos prova do ato de sua demissão e exclusão do pedido de ressarcimento por danos morais.

Em manifestação de fls. 52/53, a impetrante desistiu do requerimento de indenização por danos morais, juntando cópia do termo de rescisão de contrato de trabalho (fls. 54).

Em decisão de fls. 55, o pedido de concessão de liminar foi indeferido.

A autoridade coatora prestou informações as fls. 71/100, nas quais sustenta : a inviabilidade do mandado de segurança para indenização por danos morais ou ressarcimento de valores; a regularidade da demissão da impetrante que exercia função diversa da que foi originariamente contratada e o atendimento aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal. Amealhou os documentos de fls. 101/444).

Este é o breve relatório. Passo a opinar.

De acordo com os fatos e documentos constantes dos autos, a segurança não merece ser concedida. Fundamento.

Primeiramente, cumpre salientar que não se adentrará na discussão sobre a viabilidade ou não da indenização por danos morais, uma vez que tal pedido foi excluído no aditamento à inicial (fls. 52/53).

A impetrante demonstrou ter sido nomeada pelo então Prefeito Municipal de Holambra para o cargo de fiscal sanitária por prazo indeterminado.

IMPRENSA OFICIAL

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Alegou na petição inicial que a nomeação decorreu de aprovação em concurso público de provas e títulos. Entretanto, olvidou-se de juntar documento demonstrativo de sua aprovação, constando apenas cópia de edital de concurso público n. 02/97, não podendo se concluir que tal cópia se refira ao concurso em que a impetrante obteve aprovação.

Considerando a regularidade da admissão da impetrante, verifica-se que por ocasião de sua admissão, não preenchia o lapso temporal de três anos para aquisição da estabilidade, nos termos do artigo 41, *caput*, da Constituição Federal.

Não se tratando de servidor estável, a exoneração por iniciativa da Administração Pública deve ser motivada, o que ocorreu no caso em apreço, em decorrência das limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Discutir sobre a veracidade ou não dos fundamentos que embasaram a exoneração da impetrante é matéria que foge no âmbito de conhecimento do mandado de segurança, devendo restringir-se à questão da legalidade ou não do ato praticado pela autoridade.

Dessa forma, não podemos atribuir ao ato de exoneração praticado pela autoridade impetrada as características de arbitrariedade ou ausência de motivação como alega a impetrante.

Ante o exposto, opino pela **denegação** da segurança.

Mogi Mirim, 14 de março de 2.002.

CINTHIA GONÇALVES PEREIRA
Promotora de Justiça

DATA
Aos 14.03.02
Devolvido
O Escr.

IMPRENSA OFICIAL

MP 41

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

JUÍZO DA SEGUNDA VARA DA COMARCA DE MOJI-MIRIM
Autos nº 1.371/01

Vistos.

MARELI PAULINO DE SOUZA impetrou o presente mandado de segurança em face do **SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA.** Alega, em síntese, que após regular aprovação em concurso público para o cargo de fiscal sanitária, veio a ser empossada no cargo em **3 de julho de 2000**. Alega, outrossim, que, em seguida à posse, passou a exercer as funções de recepcionista no Pronto Socorro Municipal, sendo que foi demitida pela autoridade impetrada em 7 de maio de 2001, ao fundamento de contenção de despesas, em razão da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Entende, porém, que sua demissão foi arbitrária, uma vez que não foi precedida de procedimento administrativo, com ampla defesa e contraditório. Sustenta que o fundamento de contenção de despesas é inverídico, uma vez que houve várias contratações de funcionários após sua

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

demissão. Afirma que sua demissão se deu em razão de ser ela partidária do candidato adversário do atual Prefeito.

Em conseqüência do que expõe, pede a concessão da segurança para se ver reintegrada ao cargo que ocupava, com a condenação da autoridade impetrada ao pagamento dos vencimentos correspondentes ao período em que esteve afastada em virtude da ilegal demissão e indenização por danos morais.

Instada a fazê-lo, a impetrante apresentou desistência do pedido de indenização por danos morais. Na oportunidade, juntou aos autos cópia do termo de rescisão do contrato de trabalho (fl. 54).

O pedido liminar foi indeferido a fls. 55, ocasião que já se antecipara: *a impetrante não comprovou ilegalidade de sua demissão, não obstante os termos da possibilidade concedida pelo juízo, consoante despacho de fls. 51.*

Em suas informações, prestadas a fls. 71/100, a autoridade apontada como coatora sustenta a regularidade da demissão da impetrante, pelas razões que assim aduz, em síntese: (a) que, com o início da gestão do atual governo, constatou-se que a impetrante exercia funções de recepcionista, malgrado ocupasse cargo de fiscal sanitária; (b) que a vigilância sanitária, à época, sequer havia sido institucionalizada, não havendo sequer necessidade na contratação; (c) que a contratação da impetrante se dera no período de 180 dias a que se refere a Lei Complementar nº 101/00, art. 21). No mais, afirma que, respeitado o princípio da impessoalidade, foram tomadas

Confere com o Origina
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

medidas administrativas de controle financeiro, previstas no art. 169 da Constituição da República, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/00, com o escopo de equilibrar as finanças públicas, *traçando diretrizes para uma gestão fiscal responsável.*

O Ministério Público, em parecer de fls. 446/448, opinou pela denegação da segurança, ao fundamento da regularidade da demissão da impetrante e, conseqüentemente, da não configuração de arbitrariedade ou ausência de motivação que escoimasse aquele ato.

Relatei,

Decido.

A ação é improcedente.

De fato, a documentação inserta nos autos, instruindo as informações da autoridade apontada como coatora, é no sentido de que o ato de demissão da impetrante foi seguido de amplos estudos sobre a situação econômico-financeira da municipalidade, que apontaram, como conclusão, para a necessidade de redução de pessoal, como se dessume do ofício encaminhado pela Chefe de Divisão de Finanças ao Departamento Jurídico da Prefeitura em questão a seguir transcrito, *in verbis*:

"Submetemos a Vossa apreciação Relatórios de Despesas com Pessóal, apurado no exercício de 2000. Para fins de enquadramento do

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Executivo aos índices estipulados no art. 20 da Lei Complementar 101/00, devidos nos próximos 2 quadrimestres.

Solicitamos providências no sentido de redução das despesas, de acordo com o disposto no art. 169, § 3º, da Constituição Federal."

Note-se, ainda, o teor do ofício encaminhado pelo Departamento Jurídico ao Sr. Prefeito:

"Considerando o disposto no Decreto Municipal 311, de 19 de março de 2001, bem como a abertura do competente procedimento para demissão dos servidores não estáveis, a fim de se restabelecer os índices de gastos com pessoal na administração, submetemos a vossa apreciação lista de servidores por ordem de contratação, que deverão ser apreciados por V. Exa., para fins de redução de pessoal, observados os critérios gerais de identificação impessoal, a que disciplina o artigo 3º do citado Decreto.

Esclarecemos que referida listagem será encaminhada a todos os diretores e chefes de departamentos para as considerações necessárias quanto à necessidade dos setores administrativos e permanência de tais servidores no quadro pessoal."

Diante disso, a autoridade apontada como coatora expediu comunicado no seguinte teor:

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

"Como é do conhecimento de todos os funcionários, a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra está obrigada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo a diminuir os seus gastos com o pagamento de Pessoal.

Embora saibamos das dificuldades de diversos setores da Administração, somos forçados a cortar os gastos com as horas extras, sendo a nossa primeira tentativa para atender as exigências legais.

Portanto, só serão aceitas horas extras em casos de extrema necessidade e que deverão ser autorizadas pessoalmente e por escrito pelo Prefeito Municipal.

Pedimos a todos os setores a sua colaboração, pois esperamos não ter que tomar outras medidas para nos enquadrarmos nas exigências da Lei."

Não obstante o empenho da autoridade, a medida acima não se demonstrou suficiente ao enquadramento pretendido, passando-se, pois, à exoneração dos servidores não estáveis.

Para tanto, os vários departamentos da Prefeitura indicaram os funcionários de que poderiam dispor, constando, entre eles, em documento expedido pelo Departamento Municipal de Saúde, o nome da impetrante, como se vê:

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

"Fica a critério do departamento jurídico dispormos dos funcionários abaixo citados: Mareli Paulino de Souza, Márcia Maria Galli de Freitas, Sidnéia Gonçalves dos Santos e Lúcia Elena Mafra Costela" (fls. 152).

A fls. 173/180 constam as portarias de exoneração de todas as funcionárias supramencionadas.

A portaria de exoneração contém redação da qual transcrevo, *ipsis litteris*:

"Considerando que o Município da Estância Turística de Holambra apresentou percentual de despesas com pessoal de 57%, auferida nos últimos doze meses, excedendo assim os limites estabelecidos nos termos do art. 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/00;

Considerando o disposto no Decreto nº 311 de 19 de março de 2001, que estabelece critérios gerais de identificação impessoal para exoneração de não estáveis;

Considerando por fim que tal ato importará economia para o setor de Saúde;

RESOLVE:

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Artigo 1º - Em conformidade com o art. 3º, I e II do DECRETO MUNICIPAL nº 311/2001, exonera a servidora MARELI PAULINO DE SOUZA, ocupando do cargo de Fiscal Sanitário, referência 8, do Setor de Saúde."

Portanto, a fundamentação do ato de exoneração da impetrante estava lastreado em documentação e estudos tendentes ao cumprimento de dispositivo constitucional (CR, art. 169, § 3º) e infraconstitucional (Lei Complementar nº 101/00, especialmente art. 23).

Não há se falar em ausência de um *motivo justo,* uma vez que, *in casu,* o motivo decorreu das necessidades ditadas pela Lei e pela Constituição da República.

No que tange às alegações de que os reais motivos diriam respeito à opção partidária da impetrante, cabe razão ao Ministério Público, que, em parecer de fls. 446/448, externou o seguinte ponto de vista: *discutir sobre a veracidade ou não dos fundamentos que embasaram a exoneração da impetrante é matéria que foge ao âmbito de conhecimento do mandado de segurança, devendo restringir-se à questão da legalidade ou não do ato praticado pela autoridade.*

Aliás, de acrescentar-se que o procedimento do mandado de segurança, estreita via que é, não comporta discussões de fato, cujo conhecimento importe em dilação probatória. Uma vez que a impetrante não fez prova, de plano, da alegada represália política, e não havendo nada nos autos a sustentar a assertiva, não há direito líquido e certo a ser amparado.

Confere com o Origina
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

JUÍZO DA SEGUNDA VARA DA COMARCA DE MOJI-MIRIM
Autos nº 1.371/01

Posto isso, **JULGO IMPROCEDENTE** o presente mandado de segurança impetrado por **MARELI PAULINO DE SOUZA** em face do **SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA**, denegando a ordem requerida.

Custas pelo impetrante. Sem condenação em honorários.

Moji-Mirim, 10 de abril de 2002.

Márcio Estevan Fernandes
Juiz Substituto

CIENTE O MP
EM 10 / 04 / 2002
Cinthia Gonçalves Pereira
PROMOTORA DE JUSTIÇA

PUBLICAÇÃO
Aos 10 de abril de 2002
foi publicada em Cartório a r. sentença
de fls. 450/457

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

D O E - Jornal de 22/04/2002 circulado em 22/04/2002

Arquivo: 1899 Publicação: 16

Cível MOGI-MIRIM 2ª Vara Cível

Proc. 1371/2001- MANDADO DE SEGURANÇA- MARELI PAULINO DE SOUZA X PREFEITO MUNICIPAL DE HOLAMBRA- sentença- tópico final- Posto isso, julgo improcedente o presente mandado de segurança impetrado por Mareli Paulino de Souza em face de Senhor Prefeito do Municipio de Holambra, denegando a ordem requerida. Custas pelo impetrante. Sem condenação em honorários. Valor do preparo;R$ 56.00. ADV: SANDRO DOMENICH BARRADAS, OAB/SP 115559, ANGELO ANTONIO MINUZZO VEGA, NAGILA MARMA CHAIB LOTIERZO.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PORTARIA Nº 162 DE 24 DE OUTUBRO DE 2001.

NOME: ROSA MONICA DA SILVA **FUNÇÃO: PAJEM**

LOCAL DE TRABALHO: PREF.MUNICIPAL **REFERÊNCIA: 02**

DATA DE ADMISSÃO: 22.04.1996

CELSO CAPATO, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, etc., no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, e nos termos do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a expedição da presente Portaria de Exoneração do servidor público acima mencionado, entrando a presente em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 16 de outubro de 2001.

Artigo 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 24 de Outubro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Confere com o Origina
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Holambra, 16 de Outubro de 2001.

Ao Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra.

Venho nesta data comunicar a V. Sra, que não desejo, espontaneamente, continuar a trabalhar nesta Prefeitura, pelo que apresento através deste o meu pedido de demissão.

Rosa Mônica da Silva

Rosa Mônica da Silva

Confere com o Origina
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PORTARIA Nº 116 DE 29 DE MAIO DE 2001.

NOME: MARINA OLIVEIRA PIERINI **FUNÇÃO: PAJEM**

LOCAL DE TRABALHO: CRECHE COLMEIA **REFERÊNCIA: 02**

DATA DE ADMISSÃO: 03.11.1998

CELSO CAPATO, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, etc., no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, e nos termos do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a expedição da presente Portaria de Exoneração do servidor público acima mencionado, entrando a presente em vigor na data de sua publicação.

Artigo 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 29 de Maio de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Holambra, 29 de Maio de 2001.

Ao Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra.

Venho nesta data comunicar a V. Sra, que não desejo, espontaneamente, continuar a trabalhar nesta Prefeitura, pelo que apresento através deste o meu pedido de demissão.

Outro sim, solicito ainda que seja liberada do Aviso Prévio.

Marina Oliveira Pierine

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 02/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PORTARIA Nº 118 DE 01 DE JUNHO DE 2001.

NOME: AVANICE VIEIRA JULIÃO **FUNÇÃO: PAJEM**

LOCAL DE TRABALHO: Creche Fundão **REFERÊNCIA: 02**

DATA DE ADMISSÃO:16.11.1998

CELSO CAPATO, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, etc., no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, e nos termos do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a expedição da presente Portaria de Exoneração do servidor público acima mencionado, entrando a presente em vigor na data de sua publicação.

Artigo 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 01 de Junho de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Holambra, 01 de Junho de 2001.

Ao Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra.

Venho nesta data comunicar a V. Sra, que não desejo, espontaneamente, continuar a trabalhar nesta Prefeitura, pelo que apresento através deste o meu pedido de demissão.

Outro sim, solicito ainda que seja liberado do Aviso Prévio.

Avanici Vieira Julião

Avanice Vieira Julião

Confere com o Origina
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Departamento de Saúde e Saneamento

Eduarna Evaristo Souza.

Atestado Médico

Atesto para os devidos fins que a paciente acima encontra-se em tratamento médico. No momento em uso regular medicação psicotrópica devendo permanecer afastada de suas atividades habituais por 20 dias a partir da data de hoje.

HD: CID 10 F 33

Mariagda P. de Souza
Médica Psiquiatra
CRM SP: 96131

Holambra 31/08/2001

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

(NOME DA FIRMA)
Prefeitura Municipal de Holambra
Alameda Maurício de Nassaú, 444

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 02/11/01

REGISTRO DE EMPREGADO

NÚMERO DE ORDEM 414

Autenticação

MTb - D R T.(SP)
SUBDELEGACIA DO TRABALHO
EM CAMPINAS
29 MAR 1996
N.º

Nome do Empregado Rosa Monica da Silva
Endereço Bairro Vila Nova = Holambra Fone
CIC 278.560.598-50 Idade 21 anos - Nascimento 25 / 04 / 75
Local Urai PR Estado Civil Solt. Nacionalidade Bras.
Grau de Instrução 2º Grau Incompleto

Foto 3x4

Cor Cabelo
Barba Bigode
Olhos
Altura
Peso

Data da Admissão 22 / 04 / 96 – Função de Pajem

Filiado ao Sindicato

Admitido na Função de Pajem Código CBO
Salário R$ 245,78 Forma de Pagamento Mensal Horário de Trabalho
Das 7:00 às 17:00 horas – com intervalo de 1:00 horas para refeição - descanso.

FILIAÇÃO
Nome do Pai Expedito Antonio da Silva
Nacionalidade Bras. Nome da Mãe Brasilina da Conceição da SIlva
Nacionalidade Bras. Beneficiários

DOCUMENTOS
Carteira Profissional N. 06327 Série 123 SP Carteira de Menor N. Série Carteira Trabalhador Rural N.
Série Órgão Emissor R.G. 33.437.194-6 Previdência Social Certificado Reservista N. Categoria
Espécie Título de Eleitor N. 2359609501-16 Zona 075 Carteira Habilitação N. Profissional ☐ Amador ☐

QUANDO ESTRANGEIRO
Cart. Modelo 19 N. Registro Geral N. Casado com brasileira? Nome do cônjuge
Tem filhos brasileiros? Quantos? Data da chegada ao Brasil Naturalizado? Decreto N.

FGTS
Opção em / /
Data da Retratação / /
Conta vinculada no Banco

PIS-PASEP
Cadastrado em 12 / 05 / 89
Sob N. 123.72696965 Banco Caixa Economica Federal
- Código Agência 104-1164/4
Endereço Banco Artur Nogueira - Sp

RESCISÃO
Data da Saída / /
N. da Homologação Órgão onde foi feita a Homologação

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA NA OCASIÃO DA ADMISSÃO

ASSINATURA EMPREGADO Rosa Monica da Silva

Recebí os seguintes documentos que me pertencem

Data 16 / Outubro / 2001

ASSINATURA EMPREGADO Rosa Mônica da Silva

Polegar Direito

TRT 1.180

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra / /

ACIDENTES DO TRABALHO OU DOENÇAS PROFISSIONAIS

ACIDENTE/DOENÇA EM:			RECEBEU ALTA EM:			ACIDENTE/DOENÇA EM:			RECEBEU ALTA EM:			ACIDENTE/DOENÇA EM:			RECEBEU ALTA EM:		
Dia	*Mês*	*Ano*	*Dia*	*Mês*	*Ano*	*Dia*	*Mês*	*Ano*	*Dia*	*Mês*	*Ano*	*Dia*	*Mês*	*Ano*	*Dia*	*Mês*	*Ano*

ALTERAÇÕES DE CARGOS E SALÁRIOS

DATA			CARGO OU FUNÇÃO	SALÁRIO			ASSINATURA DO EMPREGADO

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

GUIA N.	DATA DA GUIA	VALOR	NOME DO SINDICATO

FÉRIAS CONCEDIDAS

REFERENTE AO PERÍODO DE:			A		
Dia	*Mês*	*Ano*	*Dia*	*Mês*	*Ano*

FÉRIAS DESCANSO

INÍCIO DAS FÉRIAS			TÉRMINO DAS FÉRIAS		
Dia	*Mês*	*Ano*	*Dia*	*Mês*	*Ano*

ABONO PECUNIÁRIO

REQUERIDO EM			VALOR
Dia	*Mês*	*Ano*	

Holambra, 16 de Outubro de 2001.

Ao Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra.

Venho nesta data comunicar a V. Sra, que não desejo, espontaneamente, continuar a trabalhar nesta Prefeitura, pelo que apresento através deste o meu pedido de demissão.

Rosa Mônica da Silva

Rosa Mônica da Silva

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Prefeitura da Estância Turística de Holambra

Departamento de Saúde

ATESTADO MÉDICO

Atesto que o Sr.(a) Rosa Monica da Silva

portador da Carteira Profissional Nº _____

série _____, necessita de 60 (- Sessenta -) dias de *afastamento*, a partir de 19 / 02 / 2001, por motivo de doença. (Código do diagnóstico conforme o Código Internacional de Doenças - CID _____).

Holambra 13/03/2001

Local e Data

Dr. Paulo Cesar Madi
CRM 38.767

Assinatura e Carimbo do Profissional

NOTA - Este atestado é válido para as finalidades previstas no Art. 86 do RGPS aprovado pelo Decreto Nº 60.501 de 14/03/87 e será expedido para justificativa de 1 a 15 dias de afastamento do trabalho.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07 / 11 / 02

Prefeitura da Estância Turística de Holambra

Departamento de Saúde

ATESTADO MÉDICO

Atesto que o Sr.(a) Rosa Mônica da Silva

portador da Carteira Profissional Nº _____

série _____, necessita de 15 (quinze) dias de afastamento, a partir de 05/02/01, por motivo de doença. (Código do diagnóstico conforme o Código Internacional de Doenças - CID F32.9).

Holambra, 05 de fevereiro de 2001

Local e Data

Dra. Maria Barbosa de Oliveira
Clínica Médica
CRM 57790-SP

Assinatura e Carimbo do Profissional

NOTA - Este atestado é válido para as finalidades previstas no Art. 86 do RGPS aprovado pelo Decreto Nº 60.501 de 14/03/87 e será expedido para justificativa de 1 a 15 dias de afastamento do trabalho.

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Departamento de Saúde e Saneamento

Paciente: Rosa Monica da Silva

Declaração Médica

Declaro para os devidos fins que a paciente acima encontra-se em tratamento ambulatorial médico psiquiátrico neste serviço. No momento com HD CID10 F 32.3 em uso de medicação psicotrópica devendo permanecer afastada de suas atividades laborativas durante 30 dias à partir da data de hoje.

DR.ª MARIAGDA P. SOUZA
Psiquiatria
CRM 96131

Holambra 18/05/2001

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Departamento de Saúde e Saneamento

Rosa Monica da Silva

Atestado Médico

Atesto para os devidos fins que a paciente acima encontra-se em tratamento medico psiquiatrico neste serviço. No momento em uso de Haloperidol 5 mg/dia, Biperideno 2 mg/dia Clomipramina 70 mg/dia e Carbamazepina 200 mg/dia.

HD: CID 10 F32.3 em estudo. devendo permanecer afastada de suas atividades habituais por mais 30 dias à partir da data de hoje

Cf 17/07/2001

DR.ª MARIAGDA P. SOUZA
Psiquiatria
CRM 96131

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 07/11/02

CONTRATO DE TRABALHO

por prazo determinado

Pelo presente instrumento particular de contrato de trabalho por tempo determinado entre PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, estabelecida na Alameda Maurício de Nassau, nº 444, centro, no município de Holambra, adiante designada Administração Pública, e a Sra **VALDIRENE MARQUES DOS SANTOS** de nacionalidade **BRASILEIRA**, com **24** anos de idade, de estado civil **CASADA**, residente em **HOLAMBRA**, na Rua **QUARESMEIRAS, Nº 44** , adiante designado empregado, fica justo e contratado, nos ternos do art.37 inciso IX da CF/88, da Lei nº 45/93.

1. O empregado trabalhará para a Administração Pública nas funções de **PAJEM** obrigando-se assim fazer o serviço de **PAJEM**, bem como o que vier a ser objeto de cartas, avisos ou ordens, dentro da natureza do seu cargo e também como o que dispensa especificações por estar naturalmente compreendido, subentendido ou relacionado ao seu cargo, não constituindo a indicação supra ou a de adendos, qualquer limitação ou restrição, considerando-se falta grave e recusa por parte do empregado em executar qualquer um dos serviços referidos mesmo que anteriormente não os tenha feito, mas que se entendam atinentes à função para qual fica contratado;
2. O empregado receberá pontualmente os seus salários, o mais tardar até o 5º (quinto) dias útil subsequente ao período vencido, nos termos do art. 4º, da Lei nº 045/93, na base de R$ **315,33 (TREZENTOS E QUINZE REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS)**.
3. A empresa descontará dos salários do empregado não só o que já é de Lei ou contrato coletivo ou por eles for determinado, como ainda a importância correspondente aos danos pelo empregado, por dolo ou mesmo imprudência ou negligência, aplicando-se subsidiariamente o $ 1º do art. 462 da C.L.T..
4. O seu horário será de **DE ACORDO COM A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.**
5. A vigência do presente contrato será pelo prazo de **01 (UM) ANO.**
6. Findo esse prazo a empresa poderá despedir o empregado sem estar obrigada ao pagamento de qualquer indenização, nem a lhe dar aviso prévio, entretanto, caso seja dado apenas para governo do empregado, não implicará no pagamento de indenização;
7. Se durante a vigência do presente contrato o empregado der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido sem pagamento de indenização nem aviso prévio;
8. Se a empresa rescindir o contrato antes do prazo, em motivo justo, pagará o empregado, a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito o empregado até o fim do prazo; se a rescisão for por parte do empregado, nas mesmas condições, fica obrigado a indenizar a Administração Pública pelos prejuízos que com esse ato deu causa, aplicando-se subsidiariamente o que dispõe os arts. 479 e 480 da C.L.T..

E, por terem assim justo e contratado, assinam o presente em duas vias diante das testemunhas, a tudo presente.

Local: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
Data: 03/09/2001

Claudia Regina Granziera Lopes
Chefe de Divisão de Recursos Humanos

pela Administração Pública

Valdirene M dos Santos
Assinatura do Empregado

Confere com o Original
Prefeitura Municipal
Holambra 01/11/02